



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

AUTOAVALIAÇÃO

INSTITUCIONAL

2013-2014

RELATÓRIO FINAL



CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rio de Janeiro, março de 2015

CEFET/RJ
COMPOSIÇÃO EM 2013-2014

DIREÇÃO

Diretor Geral
Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Diretor
Maurício Saldanha Motta

Diretora de Ensino
Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretor de Extensão
Maria Alice Caggiano de Lima

Diretor Administrativo-Financeiro
Diego Moreira de Araújo Carvalho (até fev/2014)
Fernando Ramos Corrêa (a partir de fev/2014)

Diretor de Pesquisa e Pós-graduação
Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Diretor de Planejamento Estratégico
Fernando Ramos Corrêa (mar/2013 a fev/2014)
Marcelo Sampaio Dias Maciel (a partir de fev/2014)

Diretor do Campus Nova Iguaçu
Luciano Santos Constantin Raptopoulos

Diretor do Campus Maria da Graça
Sérgio de Mello Teixeira

Diretor do Campus Nova Friburgo
Fernanda Rosa dos Santos

Diretor do Campus Petrópolis
Paulo César Bittencourt

Diretor do Campus Itaguaí
Luiz Diniz Corrêa

Diretor do Campus Angra dos Reis
Haroldo Pereira Gomes (até out/2013)
Tiago Siman Machado (a partir de out/2013)

Diretor do Campus Valença
Arnaldo Amândio de Lima Costa

Equipe de Apoio

Danila Tavares Amato (Técnica Educacional)
Sildenir Alves Ribeiro (Chefe do DTINF)
Marcio Ferreira (DTINF)
Marcelo Duarte (DTINF)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
Portaria nº 350 de 25/04/2012

Corpo Docente
Aline da Rocha Gesualdi
Eduardo Bezerra da Silva
Fernando Ribeiro da Silva
Francisco Carlos Nipo da Silva
Marcos Corrêa da Silva
Natalia Pujol Pacheco Silveira
Rosana Dischinger Miranda
Silvana Bezerra
Waltencir dos Santos Andrade

Corpo Técnico Administrativo
Anderson Gonçalves Malaquias
Fátima Pereira da Rosa Cunha de Almeida
Luiz José Henrique Nogaroli Cavalcante
Maria Esther Provenzano (Presidente)
Priscila Macedo Mengali

Corpo Discente
Afonso Ricardo Vaz
Diogo Castelo Branco
Rafael Reis de Assis
Mariana da Costa Folena
Wagner de Carvalho Aquino

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (ABENGE)

*(...) Não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar,
mas para garantir o direito de oportunidade.
As dificuldades devem ser transformadas em desafios,
os percalços em retomadas e revisões,
as insuficiências em alerta.*

(Demo, P., Educar pela Pesquisa, 1996, p.97)

Apresentação

O relatório de autoavaliação tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Assim, este relatório objetiva comunicar à Comunidade Universitária, à Comunidade Externa e aos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação superior no Brasil, os resultados da avaliação realizada pela CPA do CEFET/RJ, com relação aos anos de 2013 e 2014. O processo avaliativo passa por fases de planejamento, execução, análise e decisão. Trata-se de uma tarefa complexa, que considera a trajetória da Instituição, suas características específicas e seu relevante papel social. Tal processo fornece uma visão do desempenho da Instituição no cumprimento de suas funções enquanto Instituição Pública na oferta da Educação Superior.

Este relatório contém cinco capítulos, além dos capítulos “Bibliografia Consultada” e “Anexos”, dispostos no final. As informações básicas da Instituição são fornecidas no capítulo inicial, onde também são apresentadas as questões referentes à constituição e a trajetória da Comissão Própria de Avaliação, assim como o planejamento estratégico de autoavaliação desenvolvido. No capítulo seguinte, “Metodologia” são apresentados os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados. No próximo capítulo, “Desenvolvimento”, são apresentados os dados e as informações pertinentes as dez dimensões indicadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), agrupadas em cinco eixos, assim como as análises realizadas pela comissão referentes a cada dimensão. O quarto capítulo se refere a análise dos dados e ações com base nessa análise, apresentadas no final de cada dimensão. Por fim, no capítulo seguinte, são apresentadas as “Considerações Finais”.

O processo avaliativo contribui de forma significativa para a melhoria da Educação. Os resultados obtidos devem receber a merecida atenção dos administradores em todos os níveis, iluminando as tomadas de decisões.

Comissão Própria de Avaliação

CPA

1	Introdução.....	05
1.1	Dados da Instituição	05
1.2	Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	05
1.3	Histórico do CEFET/RJ	06
1.3.1	Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo	08
1.4	O Processo de Autoavaliação	13
1.4.1	Planejamento	14
2	Metodologia.....	17
2.1	Metodologia e Instrumentos	17
2.2	População	20
2.2.1	População: Corpo Discente	20
2.2.2	População: Corpo Docente	25
2.2.3	População: Corpo Técnico-Administrativo	28
3	Desenvolvimento.....	31
3.1	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	31
3.1.1	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	31
3.2	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	40
3.2.1	Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	40
3.2.2	Dimensão 3: A Responsabilidade Social da Instituição	50
3.3	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	68
3.3.1	Dimensão 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e a Extensão	68
3.3.2	Dimensão 4: A Comunicação com a Sociedade	121
3.3.3	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes	126
3.4	Eixo 4: Políticas de Gestão	135
3.4.1	Dimensão 5: As Políticas de Pessoal e de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo	135
3.4.2	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	148
3.4.3	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	160
3.5	Eixo 5: Infraestrutura Física	163
3.5.1	Dimensão 7: Infraestrutura Física	163
4	Análise dos Dados e Ações	183
4.1	Análise dos Dados e das Informações	183
4.2	Ações com Base na Análise	183
5	Considerações Finais.....	184
6	Bibliografia Consultada.....	185
7	Anexos.....	188
A	Questionários	188

1.1 – Dados da Instituição

Nome da IES: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – **CEFET/RJ**

Código da IES: 0593

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal

Estado: Rio de Janeiro

Município das Unidades do Sistema CEFET/RJ: Rio de Janeiro (Unidade Sede - Maracanã e campus Maria da Graça); Nova Iguaçu (campus Nova Iguaçu); Nova Friburgo (campus Nova Friburgo), Petrópolis (campus Petrópolis), Itaguaí (campus Itaguaí), Angra dos Reis (campus Angra) e Valença (campus Valença).

Relatório: Integral – **Ano de Referência:** 2013-2014

1.2 – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, foi constituída pela Portaria nº 339 de 30 de julho de 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e o memorando interno nº 047/2004-DIRED, de 13 de julho de 2004. As duas últimas composições da comissão foram designadas pelas Portarias nº 131, de 13 de março de 2009, e nº 350, de 25 de abril de 2012. Há membros comuns às duas comissões.

A composição atual, designada pela Portaria nº 350 de 25 de abril de 2012, compreende membros de cinco Unidades ou campi, todas com seu primeiro curso superior com implantação até 2012. Há um total de 20 membros efetivos: 9 docentes, 5 técnico-administrativos, 5 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.1, a seguir.

Tabela 1.1 – Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 350 de 25/04/2012

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Aline da Rocha Gesualdi Mello	docente	Maracanã
-Eduardo Bezerra da Silva	docente	Maracanã
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Francisco Carlos Nipo da Silva	docente	Itaguaí
-Marcos Corrêa da Silva	docente	Petrópolis
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Rosana Dischinger Miranda	docente	Maracanã
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Waltencir dos Santos Andrade	docente	Nova Iguaçu
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Fátima Pereira da Rosa Cunha de Almeida	técnico-administrativo	Itaguaí
-Luiz José Henrique Nogaroli Cavalcante	técnico-administrativo	Petrópolis
-Maria Esther Provenzano (Presidente)	técnico-administrativo	Maracanã
-Priscila Macedo Mengali	técnico-administrativo	Nova Friburgo
-Afonso Ricardo Vaz	discente	Petrópolis
-Diogo Castelo Branco	discente	Maracanã
-Mariana da Costa Folena	discente	Itaguaí
-Rafael Reis de Assis	discente	Nova Iguaçu
-Wagner de Carvalho Aquino	discente	Nova Friburgo
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Presidente da ABENGE

1.3 – Histórico do CEFET/RJ

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, teve sua origem, em 1917, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Em 1942, a escola foi transformada em Escola Técnica Nacional – ETN, tendo como primeiro diretor o professor Celso Suckow da Fonseca. Em homenagem póstuma, por determinação do MEC, a Escola passou a ser denominada Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. Em 30 de junho de 1978, por meio da Lei 6.545, aconteceu a transformação da ETF Celso Suckow da Fonseca em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Toda essa trajetória retrata a evolução do Ensino Industrial Profissional do País, dedicado, cada vez mais, a atuar em resposta às crescentes exigências do setor produtivo. Assim, desde essa data o CEFET/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de Educação Superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

No segundo semestre de 2014, a Instituição possuía cerca de treze mil alunos regulares distribuídos entre seus cursos de ensino médio, educação profissional técnica de nível médio, ensino de graduação e pós-graduação. Como atividades acadêmicas do Centro destacam-se, ainda, as de pesquisa e extensão, em resposta às demandas do setor produtivo, do poder público constituído e da sociedade em geral.

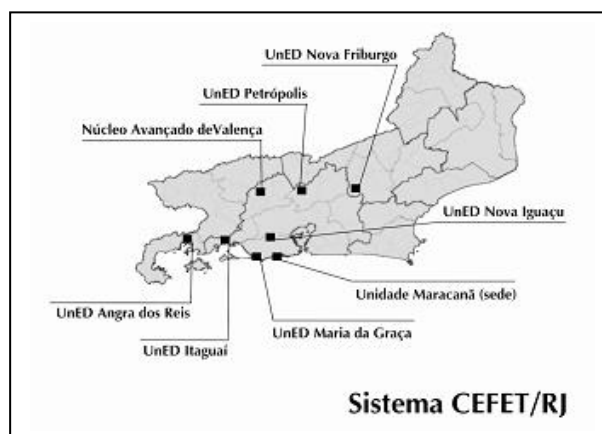
Ao aderir ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Unidade Sede situada no Maracanã, com quase um século de existência, passou a contar com diversas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) e um Núcleo Avançado, ou seja, com diversos campi. A primeira UnED a ser inaugurada foi a de Nova Iguaçu, em agosto de 2003, em seguida a de Maria da Graça, em junho de 2006. Dois anos e três meses depois, foi inaugurada a UnED de Petrópolis, em setembro de 2008, em seguida, em dezembro do mesmo ano, a UnED de Nova Friburgo. Em 2010, foram inaugurados a UnED de Itaguaí e o Núcleo Avançado de Valença. Apesar da UnED de Itaguaí ter sido simbolicamente inaugurada em 2010, o início do seu primeiro curso já havia ocorrido em setembro de 2008.

A apresentação da UnED de Itaguaí e do Núcleo Avançado de Valença à sociedade como Unidades federais de educação aconteceu no dia 01 de fevereiro de 2010, em cerimônia realizada na capital da República, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, simultaneamente, 78 Unidades da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A vinculação do Núcleo Avançado de Valença ao CEFET/RJ advém da federalização do Instituto Técnico e Profissionalizante do Vale do Rio Preto – ITERP, no município de Valença. O ITERP foi construído e equipado com recursos provenientes do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, por força de convênio celebrado entre o Ministério da Educação e a Fundação Educacional D. André Arcoverde.

A inauguração de mais uma UnED, desta vez em Angra dos Reis, se deu em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, em novembro de 2010. Nessa ocasião, o Presidente da República inaugurou, ao lado do ministro da

Educação, 30 escolas federais de educação profissional e 25 campi de 15 universidades federais. As figuras a seguir apresentam o Sistema CEFET/RJ, já com a inclusão da UnED Angra dos Reis.



Fonte: PDI 2010-1014.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o CEFET-MG e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ, como consta no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2014, continua a reconhecer-se como Instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnico-administrativos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

Atualmente, o CEFET/RJ aguarda o encaminhamento do MEC ao pleito apresentado oficialmente, relativo a transformação do Centro em Universidade Tecnológica, mediante exposição de motivos e projetos, notadamente em dezembro de 2005, setembro de 2007, abril de 2009 e setembro de 2012. O crescimento institucional atingido justifica o desejo do reconhecimento externo do Centro como Instituição de Ensino Superior, com ciência da importância da manutenção e crescimento dos cursos técnicos de nível médio.

A função social do CEFET/RJ é promover o ser humano, traduzida na democratização do acesso, na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento a demandas sociais, estendendo benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços.

A seguir, será dada uma visão geral da Instituição, apresentando o corpo discente do Ensino Superior, corpo docente e corpo técnico-administrativo, para que suas especificidades sejam compreendidas e que se conheça um pouco dessa comunidade acadêmica.

1.3.1 – Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo

As Tabelas 1.2 e 1.3 apresentam, respectivamente, a distribuição dos alunos do Ensino Superior por cursos e programas em 2013.2 e 2014.2.

Tabela 1.2 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2013.2

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2013.2									
Cursos e Programas			Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	319	---	163	108	---	---	---
		Bacharelado	2374	585	---	---	252	35	---
		Licenciatura	---	---	91	72	---	---	---
	Semipresenciais	Superior de Tecnologia	843	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			3536	585	254	180	252	35	---
Total Geral Graduação			4842						
Pós-Graduação	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		248	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	157	---	---	24	---	---	---
		Educação a distância (UAB)	329	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			734	---	---	24	---	---	---
Total Geral da Pós-Graduação			758						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			4270	585	254	204	252	35	---
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			5600						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013. DIGES, DIREN e DIPPG, mar/2014.

Tabela 1.3 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2014.2

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2014.2									
Cursos e Programas			Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	299	---	156	94	---	---	---
		Bacharelado	2458	680	47	57	258	76	45
		Licenciatura	---	---	107	81	---	---	---
	Semipresenciais	Superior de Tecnologia	756	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			3513	680	310	232	258	76	45
Total Geral Graduação			5114						
Pós-Graduação	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		194	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	81	---	---	---	---	---	---
		Educação a distância (UAB)	303	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			578	---	---	---	---	---	---
Total Geral da Pós-Graduação			578						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			4091	680	310	232	258	76	45
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			5692						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2014. DIGES, DIREN e DIPPG, mar/2014.

Com relação ao corpo docente, segundo o Departamento de Recursos Humanos - DRH, no final de 2013, o CEFET/RJ contava com um total de 618 docentes atuando no ensino médio, técnico e/ou superior, e no final de 2014, um total de 758 docentes, conforme a Tabela 1.4. Assim, pode-se observar que houve um aumento significativo do quadro docente no final de 2014, resultado da abertura de diversos concursos para este segmento. Do final de 2013 para 2014, percebe-se que todos os campi tiveram aumento do seu quadro docente, sendo que o total geral aumentou em 140 docentes.

Tabela 1.4 – Distribuição do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

UNIDADES	QUANTITATIVO - 2013	QUANTITATIVO - 2014
Maracanã	411	459
Nova Iguaçu	79	92
Maria da Graça	24	38
Petrópolis	30	42
Nova Friburgo	24	34
Itaguaí	36	45
Valença	7	21
Angra	7	27
TOTAL	618	758

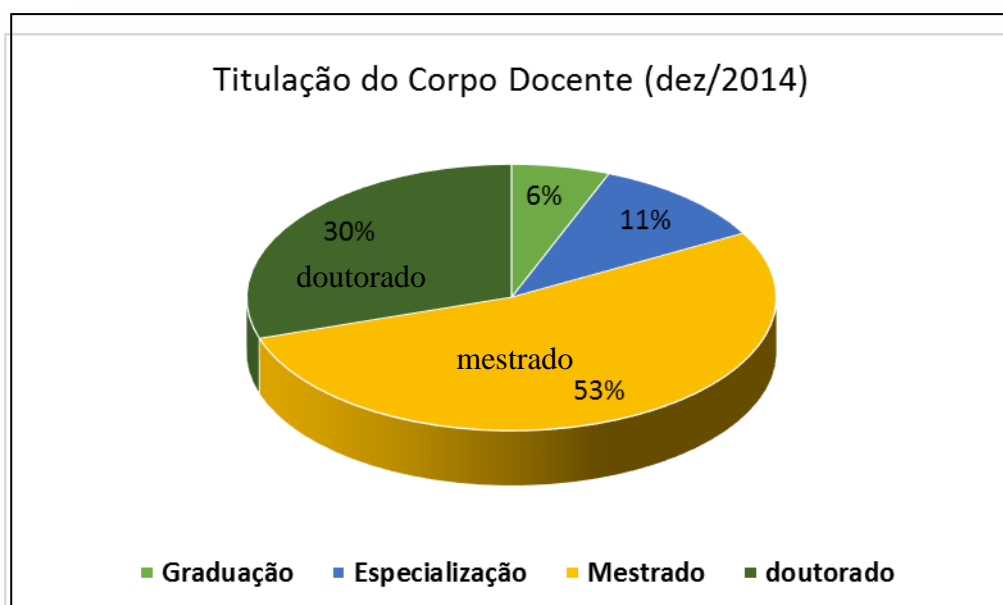
Fonte: DRH, dez/2013 e dez/2014.

O corpo docente do CEFET/RJ em 2013 era composto de 30% de doutores, 51% de mestres, 13% de especialistas e 6% de graduados. A titulação em nível de mestrado ou doutorado era, portanto, de 81% do corpo docente, conforme apresentado na Tabela 1.5 e no gráfico a seguir. No final de 2014, o corpo docente apresentava um quadro semelhante, sendo a titulação em nível de mestrado ou doutorado de 83% do corpo docente.

Tabela 1.5 – Distribuição da Titulação do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO - 2013	% - 2013	QUANTITATIVO - 2014	% - 2014
Graduação	40	6%	42	6%
Especialização	81	13%	84	11%
Mestrado	314	51%	401	53%
Doutorado	183	30%	231	30%
Pós-doutorado	0	0%	0	0%
TOTAL	618	100%	758	100%

Fonte: DRH, dez/2013 e dez/2014.



Com relação ao corpo técnico-administrativo, segundo o DRH, no final de 2013, o CEFET/RJ contava com um total de 413 técnico-administrativos, conforme ilustrado na Tabela 1.6. Em 2014, o total era de 578 técnico-administrativos, considerando também todas as unidades, o que mostra um aumento significativo neste segmento, equivalente a 165 técnico-administrativos.

Tabela 1.6 – Distribuição do Corpo Técnico-Administrativo do Sistema CEFET/RJ

UNIDADES	QUANTITATIVO - 2013	QUANTITATIVO - 2014
Maracanã	284	383
Nova Iguaçu	32	41
Maria da Graça	27	32
Petrópolis	20	26
Nova Friburgo	16	25
Itaguaí	15	28
Valença	9	22
Angra	10	21
TOTAL	413	578

Fonte: DRH, dez/2013 e dez/2014.

As Tabelas 1.7 e 1.8 apresentam a distribuição do corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ em 2013.2 e em 2014.2, por cargo.

Tabela 1.7 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2013.2

Nível de Classificação	Cargo	Unidade Sede Maracanã	UnED Maria da Graça	UnED Nova Iguaçu	UnED Petrópolis	UnED Nova Friburgo	UnED Itaguaí	Campus Angra dos Reis	Campus Valença
B	Auxiliar de Artes Gráficas	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	4	0	4	2	1	0	0	1
C	Assistente de Laboratório	2	0	1	0	0	0	0	0
C	Auxiliar em Administração	46	6	4	1	2	2	1	0
C	Contínuo	2	0	0	0	0	0	0	0
C	Contramestre/ofício	1	1	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	4	0	0	0	0	0	0	0
C	Operador de Máquina Copiadora	0	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	9	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		70	7	9	3	3	3	1	1
D	Assistente em Administração	120	13	15	7	5	7	5	3
D	Desenhista Técnico/Especialidade	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrutura	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	1	1	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Tecnologia da Informação	12	0	0	2	0	1	0	2
D	Técnico em Artes Gráficas	0	1	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	3	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Secretariado	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Vigilante	3	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL		144	17	16	9	5	8	5	5
E	Administrador	4	0	0	0	1	1	1	1
E	Analista de Tecnologia da Informação	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	9	0	0	0	0	0	0	0
E	Assistente Social	1	0	1	1	1	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	9	1	2	2	2	0	1	1
E	Contador	8	0	0	1	0	0	0	0
E	Economista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro/Área	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Médico/Área	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	5	1	2	2	2	0	0	0
E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Relações Públicas	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Técnico Assuntos Educacionais	13	1	2	2	2	3	2	1
TOTAL		69	3	7	8	8	4	4	3
TOTAL GERAL		284	27	32	20	16	15	10	9
413									

Tabela 1.8 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2014.2

Nível de Classificação	Cargo	Unidade Sede Maracanã	UnED Maria da Graça	UnED Nova Iguaçu	UnED Petrópolis	UnED Nova Friburgo	UnED Itaguaí	Campus Angra dos Reis	Campus Valença
B	Auxiliar de Artes Gráficas	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	4	0	4	2	1	1	0	1
C	Assistente de Laboratório	1	0	1	0	0	0	0	0
C	Auxiliar em Administração	53	6	4	1	2	1	1	0
C	Contínuo	1	0	0	0	0	0	0	0
C	Contramestre/ofício	1	1	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	4	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	8	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		74	7	9	3	3	3	1	1
D	Assistente em Administração	134	12	16	9	8	8	5	6
D	Desenhista Projetista	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Desenhista Técnico/Especialidade	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrutura	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	16	1	0	0	0	0	1	1
D	Técnico de Tecnologia da Informação	11	0	2	2	2	2	2	3
D	Técnico em Artes Gráficas	0	1	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	4	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Edificações	3	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrônica	0	0	0	0	1	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	2	0	0	0	0	0
D	Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	2	0	0
D	Técnico em Química	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Secretariado	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Vigilante	3	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL		177	16	20	11	11	12	8	11
E	Administrador	11	2	2	3	3	4	4	3
E	Analista de Tecnologia da Informação	8	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	9	1	1	1	1	1	1	1
E	Assistente Social	5	1	1	1	1	1	1	1
E	Auditor	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	9	2	2	2	2	3	2	2
E	Contador	9	0	0	1	0	0	0	0
E	Economista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Enfermeiro	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Médico/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Nutricionista	2	1	1	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	4	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	9	1	2	2	2	1	2	2
E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	4	0	0	0	0	0	0	0
E	Relações Públicas	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Revisor de Texto	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	1	0	0	0	0	0	0	0

E	Técnico Assuntos Educacionais	30	1	3	2	2	3	2	1
E	Tecnólogo/Formação	5	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		131	9	12	12	11	13	12	10
TOTAL GERAL		383	32	41	26	25	28	21	22
578									

Fonte: DRH, dez/2014.

1.4 - O Processo de Autoavaliação

Como Instituição integrante da rede de Educação Superior, o CEFET/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, sendo submetido a três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: avaliação das instituições de Educação Superior (AVALIES); avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

A avaliação das instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP. O presente relatório tem como objeto a avaliação da Instituição de Educação Superior CEFET/RJ em sua etapa de autoavaliação.

Segundo as Orientações Gerais para o Roteiro da autoavaliação das Instituições fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES (2004, p.5)¹, a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da Instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório produzido a partir de tal instrumento deve conter análises, críticas e sugestões.

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria Nº 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013 propõe ajustes no Roteiro proposto inicialmente.

¹BRASIL. Ministério da Educação. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

Segundo essa Nota Técnica (2014, p.2):

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Nesta nova versão do relatório, as dez dimensões avaliadas são dispostas em eixos. O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, contempla as seguintes partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento foi organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o SINAES, conforme apresentado na Tabela 1.9:

Tabela 1.9 – Eixos de Trabalho e Dimensões avaliadas

Eixo	Temas e Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
2	Desenvolvimento Institucional Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
3	Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
4	Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
5	Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física

1.4.1-Planejamento

Para promover o processo de autoavaliação institucional de 2013 e 2014, a CPA seguiu um cronograma de atividades, considerando as diretrizes para a avaliação das IES, as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições fornecidas pela CONAES, e levando em conta a missão e os objetivos da Instituição.

²BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065: **Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

A autoavaliação institucional compreende três etapas básicas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. São elas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação. A primeira etapa, denominada preparação, abrange o planejamento do projeto e a sensibilização da comunidade. A segunda etapa, correspondente ao desenvolvimento, consiste na concretização das atividades planejadas. A terceira e última etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Considerando esse contexto, foram previstas as seguintes atividades, conforme a Tabela 1.10:

Tabela 1.10 – Lista de Atividades Programadas pela CPA

Item	Atividades a serem desenvolvidas
1	Elaboração do planejamento
2	Atualização dos instrumentos de coleta
3	Sensibilização da comunidade
4	Aplicação dos instrumentos de pesquisa
5	Coleta de dados
6	Processamento dos dados
7	Análise dos dados
8	Elaboração e entrega do Relatório Final ao Presidente do Conselho Diretor e ao INEP
9	Divulgação dos resultados à comunidade

A relação das dimensões consideradas no processo de avaliação, de acordo com o artigo 3º da Lei nº. 10.861/04 e as coordenações propostas por dimensão, baseadas na CPA designada pela Portaria nº 350 de 25/04/2012, são apresentadas na Tabela 1.11. Apesar de cada dimensão apresentar uma coordenação para uma melhor análise dos dados, todos podem opinar e interagir no processo.

Tabela 1.11 – Dimensões Avaliadas e Subcomissões de Trabalho da CPA (Portaria nº 350 de 2012)

Dimensões:		Servidores:	
D1	A missão e o PDI	Coordenadora:	Natalia Pujol
D2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização	Coordenador:	Fernando Ribeiro
D3	A responsabilidade social da Instituição	Coordenador:	Waltencir Andrade
D4	A comunicação com a sociedade	Coordenadora:	Silvana Bezerra
D5	As políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo	Coordenador:	Marcos Corrêa
D6	Organização e gestão da Instituição	Coordenadora:	Aline Gesualdi
D7	Infraestrutura física	Coordenador:	Eduardo Bezerra
D8	Planejamento e avaliação	Coordenadora:	Maria Esther Provenzano
D9	Política de atendimento aos estudantes	Coordenadora:	Rosana Dischinger Miranda
D10	Sustentabilidade financeira	Coordenador:	Francisco Silva

O diagnóstico da Instituição é obtido a partir da coleta, processamento e análise dos dados. Tais dados, quando coletados e processados, constituem um banco de dados. Depois de analisá-los, a comissão sistematiza os relatórios de cada dimensão, objetivando produzir o presente **Relatório Final**, que será enviado ao INEP/CONAES e terá uma cópia impressa entregue ao presidente do Conselho Diretor da Instituição para análise e auxílio nas

tomadas de decisão. Os resultados serão, em seguida, apresentados aos Conselhos pertinentes e publicados no *site* da Instituição. Além disso, serão distribuídas diversas cópias eletrônicas, por meio de CDs, aos membros do Conselho de Ensino (CONEN) e do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE), para uma melhor sensibilização, compreensão da importância do processo e das principais informações obtidas.

2.1-Metodologia e Instrumentos

Pode-se dizer que a aplicação da autoavaliação após 2009, de forma geral, foi bem mais simples, uma vez que quase todo o processo já estava dominado e a comunidade mais receptiva. Na avaliação referente ao ano de 2009, foram necessárias diversas reuniões até o produto final. Nas avaliações que se seguiram, os instrumentos já estavam prontos, sendo necessário apenas atualizá-los ou aperfeiçoá-los, quando necessário. Com isso, conseguiu-se atingir um público total muito maior do que o da avaliação realizada em 2009.

A metodologia proposta buscou articular as diretrizes para avaliação e as orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo estabelecidas pela CONAES, com a missão do CEFET/RJ, o PDI, a identidade da Instituição e a sua cultura de avaliação.

A autoavaliação das dez dimensões previstas pela Lei nº. 10.861/04 foi realizada utilizando-se diferentes procedimentos metodológicos, dentre os quais se destacam: reuniões sistemáticas, pesquisa documental, elaboração de questionários, entrevistas, assim como outros procedimentos utilizados nos estudos especiais.

Os questionários aplicados foram amplamente discutidos nas reuniões da CPA, durante o processo de elaboração, que teve início em 2009, e abrangem as dez dimensões previstas. Tais instrumentos se encontram no Anexo A e foram elaborados de forma diferenciada, considerando todos os atores do processo: discentes, docentes e técnico-administrativos. Os questionários foram disponibilizados de forma *on-line* com o auxílio do departamento de Tecnologia da Informação (DTINF).

Na avaliação de 2009, alunos da graduação e técnico-administrativos acessavam os questionários através de um *link* no *site* da Instituição. Os professores eram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas realizado no segundo semestre. Tal lançamento também é feito de forma *on-line*. Foi fornecido o endereço de e-mail cpa.cefetj@gmail.com para sugestões, críticas ou esclarecimento de dúvidas.

Nas avaliações realizadas até o momento, o acesso dos técnico-administrativos ao questionário é feito através de um *link* no *site* da Instituição. Com relação aos alunos da graduação, desde 2010, vem-se utilizando um procedimento diferente do utilizado em 2009, com o intuito de aumentar o número de avaliações. Os alunos são conduzidos ao questionário no momento da confirmação de matrícula. A partir de 2010, os alunos da pós-graduação do Maracanã foram convidados a atuar no processo de avaliação com o auxílio da própria secretaria do curso. Com relação aos professores, manteve-se o mesmo procedimento, ou seja, os professores foram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas. Manteve-se também o mesmo endereço de e-mail cpa.cefetj@gmail.com para sugestões, críticas ou esclarecimento de dúvidas. Assim, o

processo tem início a partir do lançamento das notas P2, realizado no segundo semestre do ano letivo, momento em que os professores são conduzidos à avaliação, e termina após a confirmação de matrícula dos alunos, realizada no início do ano seguinte, momento em que os alunos são conduzidos à avaliação.

Para medir o índice de satisfação ou insatisfação da comunidade, as perguntas apresentadas nos respectivos questionários, em sua maioria, possuíam quatro escalas de respostas, apresentadas a seguir.

1- Insuficiente(s) ou Ruim(ns)	2- Suficiente(s) ou Regular(es)	3- Bom(ns) ou Boa(s)	4- Ótimo(s) ou Ótima(s)
-----------------------------------	------------------------------------	-------------------------	----------------------------

Na elaboração dos questionários, na medida do possível, procurou-se priorizar a objetividade, evitando-se a produção de questionários longos. Os dados colhidos foram dispostos em tabelas do Excel e processados pelo DTINF. Esse processamento incluiu a disposição dos dados em forma de gráficos, considerando a Instituição como um todo (sede e campi com ensino superior). Assim, qualquer disposição que exija uma filtragem mais específica, por campus ou por curso, por exemplo, deve ser feita a parte. A partir do banco de dados gerado, podem ser produzidos, também, os dados por Unidade, por curso e por departamento para uma análise mais profunda da Instituição, embora a análise deste relatório esteja voltada para a Instituição como um todo.

A etapa referente à sensibilização ocorreu em paralelo com outras atividades. Entre os instrumentos aplicados estão e-mails eletrônicos, chamadas no *site* da Instituição, sensibilização de alguns Conselhos para apoio ao processo, etc. Além das ações de sensibilização planejadas e realizadas pela CPA, cada membro da comissão agia como um multiplicador, procurando sensibilizar o maior número possível de participantes do processo. A CPA contou com o apoio das Direções e Chefes de Departamentos para a divulgação do questionário formulado e para a análise das dez dimensões indicadas pela CONAES, no que se refere a documentações, dados necessários e visitas setoriais, quando necessário. Sabe-se que o conjunto de informações obtido, após exame e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dez dimensões analisadas, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria da qualidade e o fortalecimento institucional. Assim, cada um foi solicitado a ser um multiplicador, passando aos seus pares, professores, alunos e técnico-administrativos de contato toda a importância do processo e da participação efetiva da comunidade.

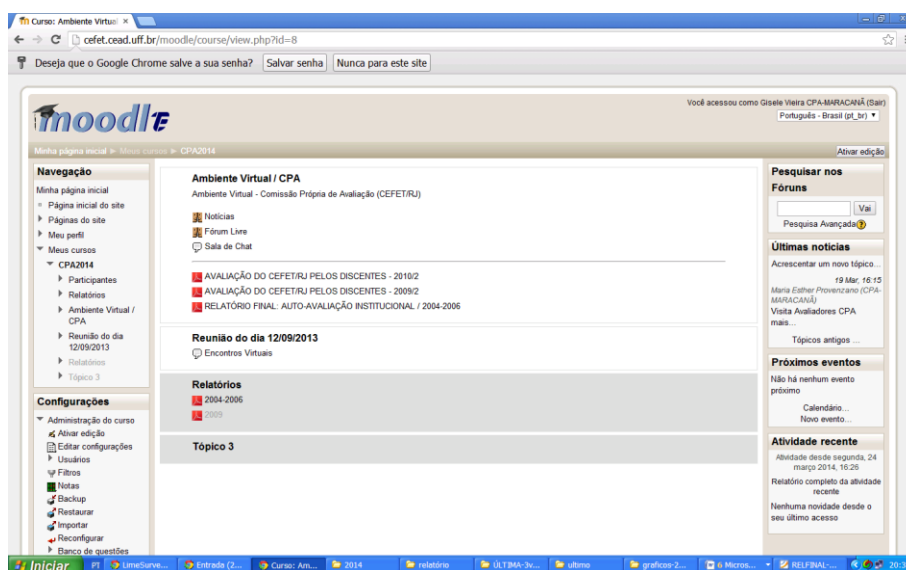
Utilização da Plataforma Moodle

Uma novidade proposta pela presidente atual da comissão, Maria Esther Provenzano, que está sendo implementada, é a utilização da plataforma Moodle para comunicação entre os membros da CPA, inserção de documentos pertinentes e discussões sobre temas ligados a avaliação. Considerando que o grupo compreende membros de diferentes unidades e que a distância física entre estas muitas vezes dificulta a presença de todos ao mesmo tempo, este veículo de comunicação facilita a comunicação entre os membros do grupo.

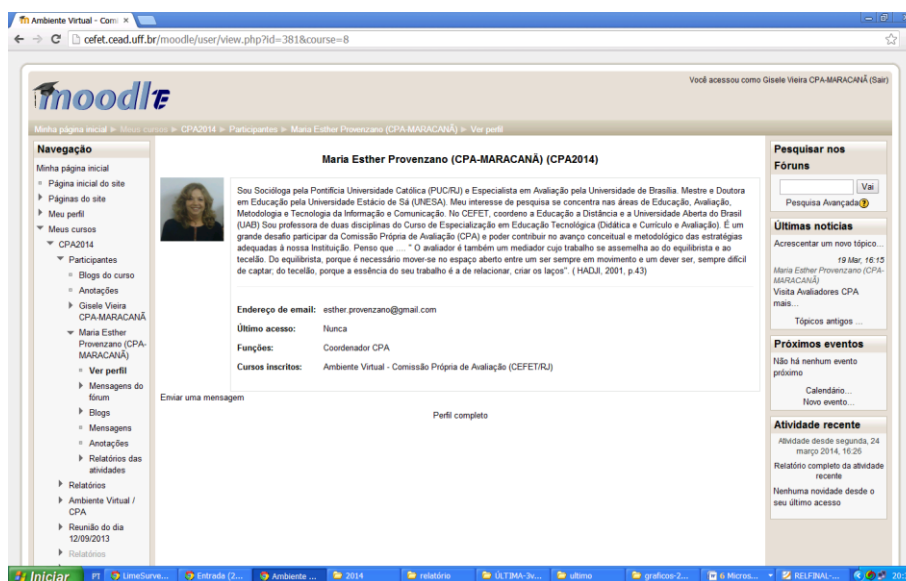
O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. A sigla corresponde a

Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). O Moodle é também um sistema de gestão do ensino e aprendizagem (conhecido por sua sigla em inglês, LMS - Learning Management System). Constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *on-line*, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem colaborativa. Permite também, de forma simplificada, a um estudante ou a um professor integrar-se, estudando ou lecionando, num curso *on-line* à sua escolha.

Para acessar a plataforma, deve-se digitar: <http://cefet.cead.uff.br/moodle/>. Em seguida entra-se com o nome de usuário e senha. A seguir uma ilustração do sistema com alguns documentos que foram inseridos.



O sistema permite que todos do grupo criem um perfil, tal como o da Presidente da CPA:



2.2-População

Considerando que todas as diretrizes e orientações da CONAES estão voltadas para a autoavaliação de Instituições de Educação Superior, decidiu-se focar a avaliação interna do CEFET/RJ no ensino superior. Logicamente, dadas as características de verticalização do ensino do Centro que apresenta, além do ensino superior, ensino médio e técnico, muitas vezes é necessário relacionar tal avaliação com o restante da Instituição. Não se pode esquecer que há espaços comuns compartilhados por alunos de diversos níveis, sejam eles de lazer, laboratórios, biblioteca, entre outros. É isso que torna o CEFET uma entidade peculiar em relação às demais instituições de ensino superior.

A população, ou sujeitos participantes do processo que devem ser observados nesta análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo “comunidade acadêmica” será usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, o corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ. A análise realizada pela comissão envolveu todos os campi com curso superior em 2013, ou seja, a Unidade Sede, situada no Maracanã, e os campi de Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí e Angra dos Reis.

2.2.1-População: Corpo Discente

O total de alunos de graduação da Instituição, em 2013.2, considerando a Sede e os campi com ensino superior, conforme apresentado na Tabela 1.2, é de 4842 alunos. Os habilitados à pesquisa em questão são todos os alunos de graduação matriculados em 2013.2, ou seja 4842, menos os concluintes relativos ao final de 2013, que corresponde a 138, segundo o DERAC, menos os 843 alunos do curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (EAD – semipresencial), que não participaram da pesquisa, fornecendo um total de 3861, conforme apresentado na tabela 2.1. Com relação a subtração dos concluintes, isso ocorre porque o questionário é aplicado aos alunos no período de matrícula, após o término do segundo semestre letivo, ou seja, os concluintes não entram na pesquisa. O sistema consegue capturar no momento da matrícula do ano n+1, a opinião dos alunos do ano n sobre o período encerrado, considerando o curso e os professores, e a Instituição de forma geral.

Tabela 2.1 – Total de Alunos de Graduação Habilitados a Participar do Processo de Avaliação

Alunos Habilitados a Responderem ao Questionário	
Total de Alunos de Graduação Matriculados na Instituição (todas as Unidades)	4842
Total de Alunos de Graduação Concluintes (todas as Unidades)	138
Total de Alunos do curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo – EAD (semipresencial)	843
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados (todas as Unidades)	3861

A população de alunos de graduação considerada, em 2013.2, na análise realizada pela comissão, pode ser observada na tabela 2.2, a seguir. Na última coluna estão os alunos que de fato participaram da avaliação (RA – alunos respondentes). Na última linha da tabela, pode-se observar quanto, em porcentagem, esses alunos representam, considerando o universo de alunos habilitados do ensino superior da Instituição.

Tabela 2.2 – Alunos de Graduação

ALUNOS - GRADUAÇÃO		
Total de Alunos Matriculados (TA)*; Nº de Alunos Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Administração Industrial	390	347
Engenharia Civil	373	337
Engenharia de Produção	402	364
Engenharia Eletrônica*	151	133
Engenharia Elétrica *	184	173
Engenharia de Telecomunicações*	159	136
Engenharia de Controle e Automação*	163	149
Engenharia Mecânica	488	439
Ciência da Computação	64	50
Total de Alunos (Bacharelado)	2374	2128
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão Ambiental	154	90
Tecnólogo em Sistemas para Internet	165	131
Tecnólogo em Gestão de Turismo (EAD –semipresencial)	843	--
Total de Alunos (Superior de Tecnologia)	1162	221
Total de Alunos da Graduação da Unidade Maracanã	3536	2349
Campus Nova Iguaçu		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Produção	287	246
Engenharia de Controle e Automação	298	243
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Iguaçu	585	489
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	72	48
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	108	55
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Friburgo	180	103
Campus Petrópolis		
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	91	59
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	163	100
Total de Alunos da Graduação da Unidade Petrópolis	254	159
Campus Itaguaí		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia Mecânica	252	174
Total de Alunos da Graduação da Unidade Itaguaí	252	174
Campus Angra		
Engenharia Mecânica	35	25
Total de Alunos da Graduação da Unidade Angra	35	25
Total de Alunos de Graduação da Instituição (todas as Unidades)	4842	3299
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados*** (todas as Unidades)	3861	
Porcentagem de Alunos de Graduação Respondentes (todas as Unidades)	85,4 %	

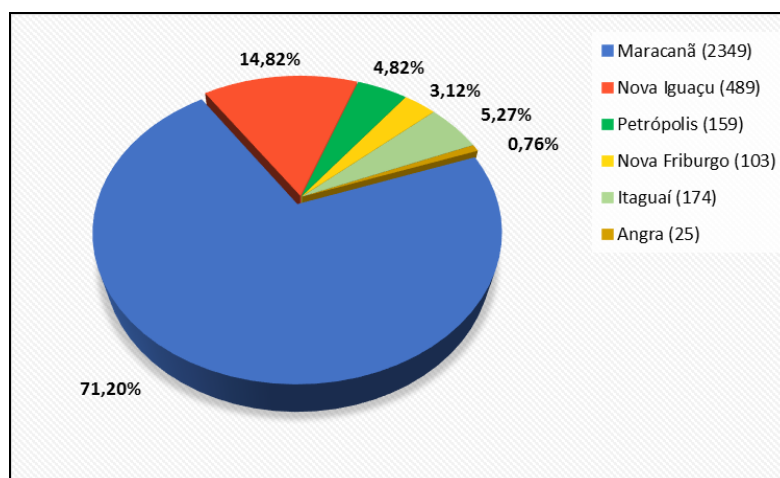
*Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013, DIRAP.

**Os cursos de Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Eletrônica, Elétrica e de Telecomunicações da Unidade Sede pertencem ao Depto. de Engenharia Elétrica do Maracanã.

***Total de alunos habilitados: 4842 -138 (concluintes) - 843 (Gestão de Turismo - EAD) = 3861

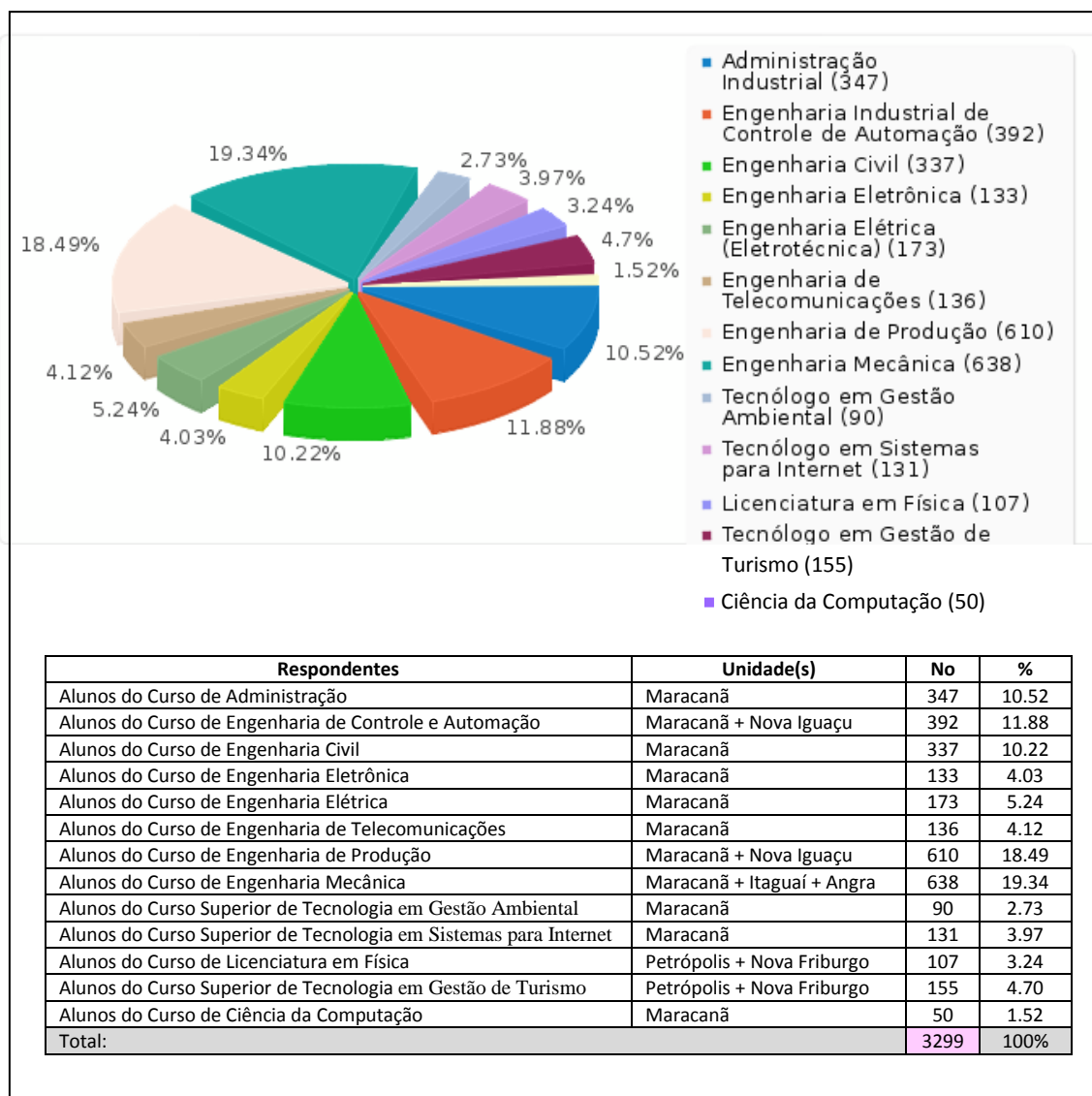
É importante lembrar que, em 2009, a participação dos alunos de graduação foi de 9,2%, em 2010, de 97,7%, em 2011, de 92% e em 2012, de 77,8% dos alunos habilitados. Este aumento significativo de 2009 para 2010 foi muito enriquecedor para o processo, mas somente foi alcançado porque, a partir dessa ocasião, os alunos foram conduzidos ao questionário no momento de confirmação de matrícula. Em 2013, a participação dos alunos foi de cerca de 85,4%, também bastante significativa, como mostra a Tabela 2.2.

Para uma ideia da distribuição dos alunos de graduação respondentes por Unidade, pode-se observar o gráfico a seguir:



A Unidade Sede do Maracanã possui o maior número de alunos matriculados e de respondentes, dentre todas as Unidades. Em seguida, aparecem as UnEDs de Nova Iguaçu, Petrópolis, Itaguaí, Nova Friburgo e Angra. O curso presencial com o maior número de alunos matriculados e de respondentes, entre todos, é o curso de Engenharia Mecânica da Unidade Sede, com 488 alunos matriculados e 439 respondentes, conforme apresentado na Tabela 2.2, seguido pelos cursos de Engenharia de Produção e de Administração, também na Sede, com 402 alunos matriculados e 364 respondentes, e com 390 alunos matriculados e 347 respondentes. Os cursos mais recentes que participaram dessa pesquisa foram o curso de Ciência da Computação, implantado em 2012.2, e o curso de Engenharia Mecânica de Angra dos Reis, implantado em 2013.2. Apesar da entrada do curso superior do campus Angra, em geral, quando um curso novo é criado, ele só é incluído na pesquisa, após o primeiro ano de curso, para que haja tempo hábil dos alunos conhecerem e formarem uma opinião sobre o curso, seus professores e a Instituição.

O gráfico a seguir mostra a distribuição de alunos respondentes por habilitação. O número de alunos do curso de Engenharia de Produção ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu, o mesmo ocorre para o curso de Engenharia de Controle e Automação. O número de alunos do curso de Engenharia Mecânica ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Itaguaí e de Angra dos Reis. Já o número de alunos do curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo ilustrado corresponde ao somatório dos alunos de Petrópolis com os de Nova Friburgo, o mesmo ocorre para o curso de Licenciatura em Física. A habilitação com o maior número de alunos respondentes corresponde aos cursos de Engenharia Mecânica, seguidos dos cursos de Engenharia de Produção. Conforme apresentado na Tabela 2.2, observa-se que, em termos de departamento, o departamento de elétrica, com seus quatro cursos e o departamento de mecânica, com seu único curso, pertencentes a Unidade Maracanã compreendem o maior número de alunos matriculados (657 e 488, respectivamente), e de respondentes (591 e 439, respectivamente).



Avaliação semelhante foi realizada com os alunos da pós-graduação, conforme ilustrado na tabela 2.3, a seguir. No entanto, neste caso, decidiu-se focar a avaliação nos alunos da pós-graduação stricto sensu, com auxílio da própria secretaria da pós-graduação do Maracanã. Para o caso dos alunos da pós-graduação, o DTINF cria o link para o questionário e este é encaminhado à secretaria da pós-graduação para distribuição aos alunos. Nesse caso, o DTINF não tem acesso para colocar o questionário *on-line* no momento de confirmação de matrícula, como foi feito com os alunos da graduação. Cabe lembrar, também, que as matrículas dos alunos da graduação e dos alunos da pós-graduação ocorrem em momentos diferentes.

Tabela 2.3 – Alunos de Pós-Graduação

ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO		
Total de Alunos (TA) Matriculados; N^o de Alunos de Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Stricto Sensu)		
Mestrado em Tecnologia (PPTec)	38	6
Mestrado no Ensino de Ciências e Matemática (PPECM)	31	-
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PEMM)	43	2
Mestrado em Engenharia Elétrica (PEEL)	45	7
Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	37	3
Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPREER)	50	4
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação	04	-
Total de Alunos de Pós-Graduação -Stricto Sensu	248	22
Total de Alunos de Pós-Graduação -Stricto Sensu Matriculados Habilitados*	213	
Porcentagem de Alunos de Pós-Graduação -Stricto Sensu Respondentes	10,3%	
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Especialização em Educação Tecnológica (Universidade Aberta do Brasil)**	329	-
Relações Étnico-Raciais e Educação: Uma Proposta de (RE) Construção do Imaginário Social	41	-
Letramento(s) e Práticas Educacionais	63	-
Ensino de Línguas Estrangeiras com Ênfase em Língua Inglesa e Espanhola	24	-
Trabalho Tecnologia e Educação	19	-
Filosofia	10	-
Total de Alunos de Pós-Graduação -Lato Sensu	486	-
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Educação e Contemporaneidade	24	-
Total de Alunos da Pós-Graduação – Lato Sensu	24	-
Total de Alunos de Pós-Graduação (Stricto Sensu + Lato Sensu) (todas as Unidades)	758	

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013, DIGES.

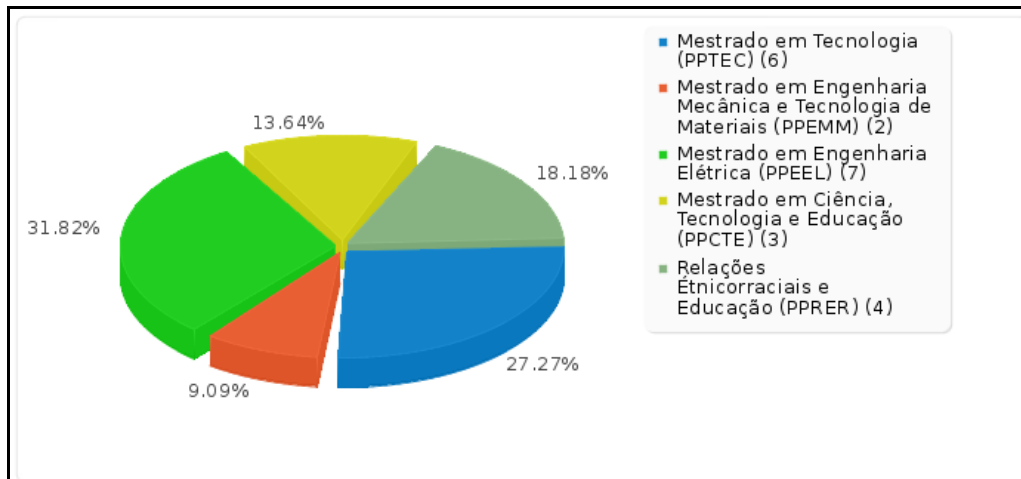
*Total de alunos habilitados: 248 - 31 (PPECM) - 4 (Doutorado) = 213

**Compreende os polos: Angra dos Reis, Campo Grande; Macaé; Rio Bonito e Nova Friburgo.

Observa-se que o número de alunos respondentes da pós-graduação *Stricto Sensu*, corresponde a 10,3% do total de matriculados habilitados. Não se pode esquecer que tais alunos são convidados a participar e não conduzidos ao processo como os de graduação.

Considerando que os cursos da pós-graduação *Lato Sensu* não são permanentes e mudam de acordo com a demanda, resolveu-se direcionar a pesquisa para os alunos da pós-graduação *Stricto Sensu*. Os alunos do curso de doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação, aprovado pela Capes, no primeiro semestre de 2013, não participaram da pesquisa, em virtude do curso ser muito recente.

Para uma ideia da distribuição de alunos da pós-graduação *Stricto Sensu* respondentes por curso, pode-se observar o gráfico a seguir:



Os alunos de graduação e de pós-graduação avaliaram a Instituição, o curso a que pertenciam e os professores das disciplinas que estavam cursando ou haviam acabado de cursar. A última avaliação citada, alunos avaliando professores, foi feita de forma geral, onde os alunos avaliam o grupo de professores do período encerrado. No entanto, a ideia inicial era uma avaliação individual na qual, após finalizados os trabalhos, cada professor poderia ter acesso à sua avaliação. Porém, para isso, o aluno deveria acessar sua grade de disciplinas. Deveria, então, clicar em uma por uma e fazer as respectivas avaliações. Sabendo da quantidade de dados envolvidos e dos testes de prováveis erros pelo DTINF, optou-se por uma análise mais geral. Uma vez realizados todos os testes para a segurança deste tipo de avaliação, esta poderá ser utilizada em futuras análises. É importante lembrar que tal procedimento necessitará de maior tempo disponível por parte dos alunos para o questionário, pois muitos cursam diversas disciplinas. Talvez a solução seja desmembrar o instrumento, aplicando este tipo de avaliação em um momento diferente.

2.2.2-População: Corpo Docente

A população de docentes considerada na análise realizada pela comissão em 2013.2, voltada para a Educação Superior, está ilustrada na Tabela 2.4. Como todos os professores da pós-graduação são professores também da graduação ou do técnico, eles estão incluídos na referida tabela. Não há professores que atuam somente na pós-graduação.

Tabela 2.4 – Professores Participantes do Processo de Avaliação

DOCENTES	
Nº de Respondentes* (RP)	RP
Unidade Sede (Maracanã)	
Profs. do Depto. de Administração Industrial	20
Profs. do Depto. de Engenharia Civil	17
Profs. do Depto. de Engenharia Elétrica**	33
Profs. do Depto. de Engenharia de Produção	19
Profs. do Depto. de Engenharia Mecânica	26
Profs. do Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais	31
Profs. do Depto. de Informática	15
Profs. dos Cursos Superiores de Tecnologia	12
Total de Professores da Unidade Maracanã Respondentes	173
Total de Professores que atuam na Pós do Maracanã Respondentes	63
Campus Nova Iguaçu	
Profs. do Depto. de Engenharia de Produção	12
Profs. do Depto. de Engenharia Industrial de Controle e Automação	18
Profs. do Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais	15
Total de Professores da Unidade Nova Iguaçu Respondentes	45
Campus Petrópolis	
Profs. do Curso de Licenciatura em Física	13
Profs. do Curso Superior de Tecnologia (Tecnólogo em Gestão de Turismo)	12
Total de Professores da Unidade Petrópolis Respondentes	25
Campus Nova Friburgo	
Profs. do Curso de Licenciatura em Física	18
Profs. do Curso Superior de Tecnologia (Tecnólogo em Gestão de Turismo)	14
Professores da Unidade Nova Friburgo Respondentes	32
Professores que atuam na Pós de Nova Friburgo Respondentes	8
Campus Itaguaí	
Profs. do Depto. de Engenharia Mecânica	24
Total de Professores da Unidade Itaguaí Respondentes	24
Total*** de Professores da Unidade Itaguaí	24
Total de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	299
Porcentagem de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	100%

*O número de profs respondentes refere-se aos lotados nos respectivos depts, atuantes em seus cursos ou em algum outro. Além disso, estão incluídos os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos depts.

**O Depto. de Engenharia Elétrica envolve professores dos cursos de Engenharia Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e de Controle e Automação da Unidade Sede.

***O total de profs apresentado refere-se aos lotados nos respectivos depts e atuantes em seus cursos. Dados fornecidos pelas Unidades, COGRA, DERAC, e processados pela CPA, referentes a dez/2013.

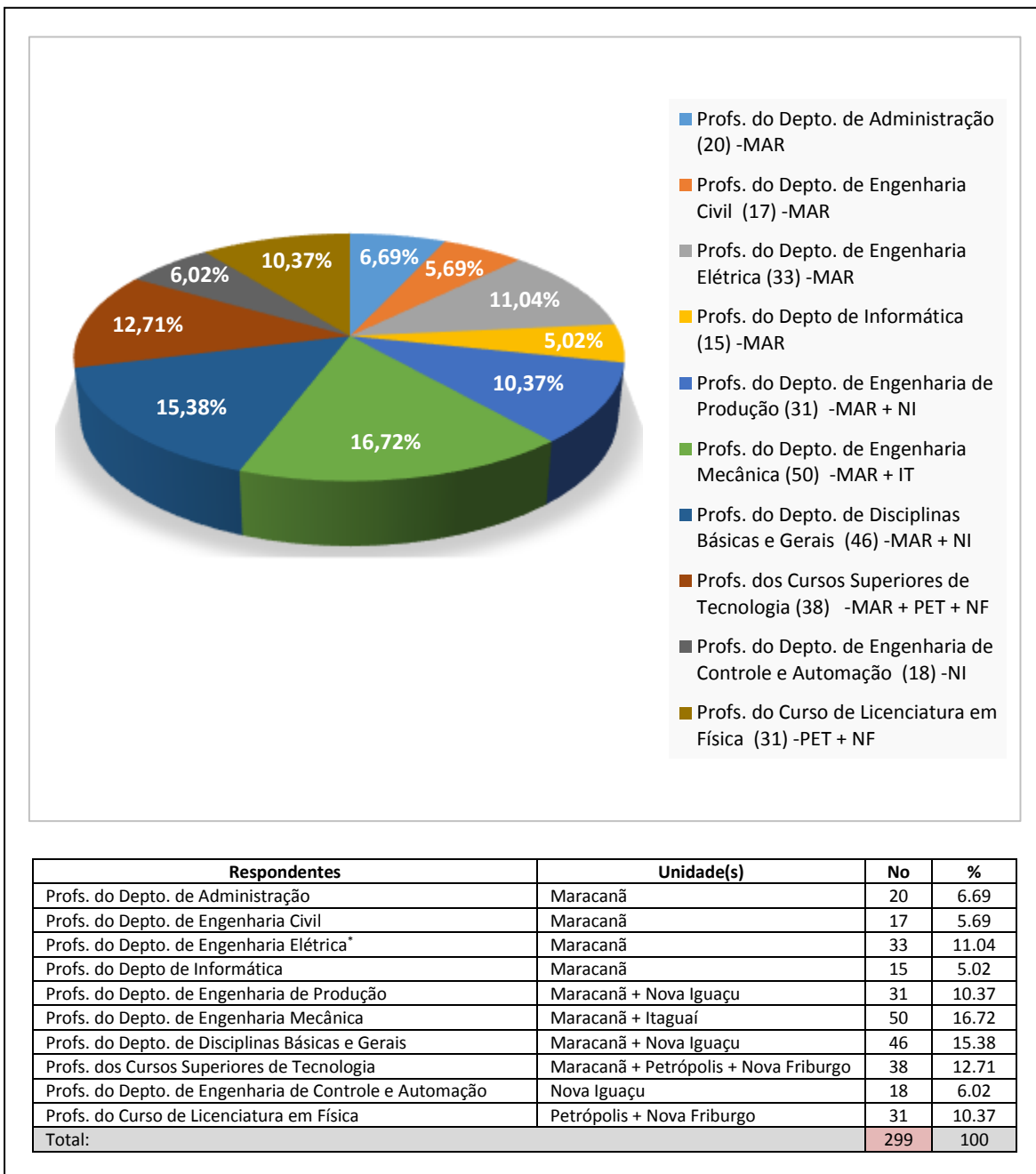
Os docentes avaliaram a Instituição e o curso relacionado ao departamento em que estão lotados, a partir dos questionários aplicados. Como cada curso compreende docentes de diversas áreas, foi necessário optar por um critério de avaliação. Com o critério adotado, o professor lotado no Departamento de Engenharia Elétrica, por

exemplo, que ministra Eletricidade para o curso de Engenharia Mecânica e outras disciplinas em seu departamento avaliará o curso de Engenharia Elétrica e assim por diante.

Assim, o número de professores processados pela CPA, referentes a 2013.2, refere-se ao total de professores atuantes nos cursos dos respectivos departamentos em que estão lotados. Deve-se lembrar que alguns professores estão lotados em um determinado departamento, mas lecionam em outro. Este é o caso, por exemplo, dos professores lotados no Departamento de Engenharia Mecânica, mas que dão aula unicamente na Engenharia de Produção. Tais professores avaliarão o curso de Engenharia Mecânica e aparecerão como respondentes de tal curso, mas não estão contados no total de professores atuantes do curso. Além disso, o total de professores respondentes inclui também os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos departamentos. Em virtude da complexidade que envolve cada programa de curso e respectivos docentes, que podem ministrar aulas em mais de um curso, fica difícil encontrar uma metodologia ótima de avaliação. No entanto, considerando-se uma série de fatores, decidiu-se optar pela avaliação do professor em relação à Instituição e, também, ao curso associado ao departamento de sua lotação.

Os professores do Departamento de Disciplinas Básicas e Gerais, ilustrado na tabela, ministram aulas nos períodos iniciais de diversos cursos como, por exemplo, aulas de Cálculo, Física, Desenho, entre outras. Para os professores que também atuam na pós-graduação, foi solicitada uma avaliação neste nível, conforme questionário em anexo. Convém mencionar que a maioria dos professores da pós-graduação está lotada nos Departamentos da Graduação.

Como pode-se verificar, mesmo os professores sendo conduzidos ao questionário no momento do lançamento de notas, o número de respondentes não foi de 100%, embora possa ser considerado bom. Isto ocorreu porque alguns professores realizam o lançamento de notas diretamente através de um *link*, não passando necessariamente pela entrada do Portal do professor. O próximo gráfico mostra a distribuição dos docentes respondentes por Departamento.



*O Depto. de Engenharia Elétrica envolve profs dos cursos de Engenharia Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e de Controle e Automação da Unidade Maracanã.

2.2.3-População: Corpo Técnico-Administrativo

O total de técnico-administrativos da Instituição, conforme apresentado na Tabela 1.6, em 2013, era de 413 técnicos. Considerando a Sede e os campi com ensino superior que participaram da pesquisa, o total era de 367 técnico-administrativos. A população de técnico-administrativos considerada na análise realizada em 2013.2 que avaliou o CEFET/RJ está ilustrada na Tabela 2.5, a seguir:

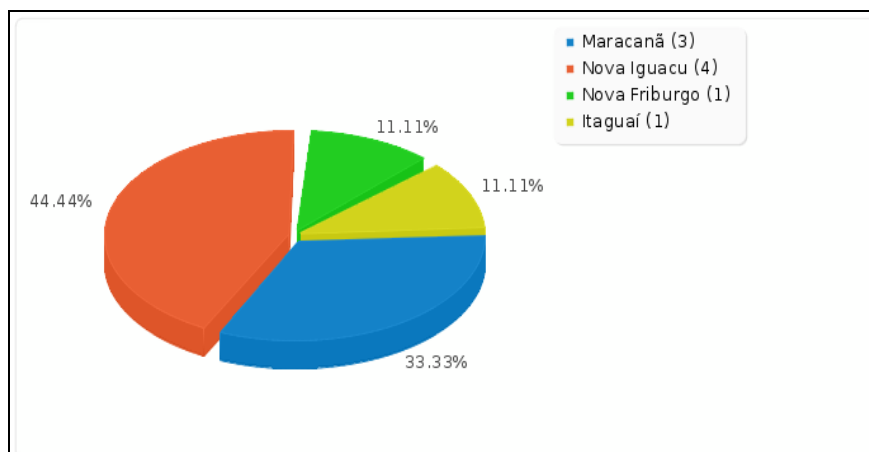
Tabela 2.5 – Técnico-Administrativos Participantes do Processo de Avaliação

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS			
Total de Técnico-administrativos (TT)*; N° de Respondentes (RT); % de Respondentes	TT*	RT	%
Total de técnico-administrativos da Unidade Maracanã	284	3	1,1
Total de técnico-administrativos da Unidade Nova Iguaçu	32	4	12,5
Total de técnico-administrativos da Unidade Petrópolis	20	-	-
Total de técnico-administrativos da Unidade Nova Friburgo	16	1	6,3
Total de técnico-administrativos da Unidade Itaguaí	15	1	6,7
Total de técnico-administrativos da Instituição (todas as Unidades)	367	9	2,5

*Fonte: DRH, dez./2013.

Cabe observar o baixo número de respondentes deste segmento. O campus com o maior número de respondentes, desta vez, foi o de Nova Iguaçu, seguido da Sede. Em termos de porcentagem, constata-se que os respondentes do campus Nova Iguaçu representam 12,5% do total de técnico-administrativos da Unidade.

Para uma ideia da distribuição dos técnico-administrativos respondentes por Unidade, pode-se observar o gráfico a seguir:



O baixo índice participativo dos técnico-administrativos, comparado à participação dos professores e alunos, se deve ao fato de os técnico-administrativos terem sido convidados a participar, não sendo obrigatoriamente conduzidos ao processo, tais como os professores e os alunos da graduação. Desta vez, em relação ao total de técnico-administrativos respondentes, a Unidade de Nova Iguaçu alcançou o maior número, correspondente a 44%, seguida pela Sede, com 33%.

A avaliação referente a 2013 envolveu, portanto, 3629 respondentes, sendo 3299 (85,4%) alunos de graduação, 22 (10,3%) alunos de pós-graduação, 299 (100%) professores e 9 (2,5%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2012 envolveu 3173 respondentes, sendo 2825 (77,8%) alunos de graduação, 45 (23,3%) alunos de pós-graduação, 263 (90,7%) professores e 40 (10,3%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2011

envolveu 3378 respondentes, sendo 3091 (92,0%) alunos de graduação, 33 (20,0%) alunos de pós-graduação, 231 (77,5%) professores e 23 (5,7%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2010 envolveu 3614 respondentes, sendo 3348 (97,7%) alunos de graduação, 41 (13,6%) alunos de pós-graduação, 197 (62,7%) professores e 28 (7,2%) técnico-administrativos. A avaliação realizada em 2009 envolveu 586 respondentes no total. Vale observar, que, embora a porcentagem referente aos técnico-administrativos e alunos de pós respondentes tenha diminuído em 2013, houve um aumento das porcentagens referentes aos alunos de graduação e aos professores.

Como já citado no item 1.4, o desenvolvimento do relatório foi estruturado em cinco eixos, que agrupam as dez dimensões de avaliação.

3.1 – Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

3.1.1 – Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.

a.2) Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

A Instituição busca relacionar e adequar efetivamente **O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI**, ao **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI** e aos **PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS - PPC**. Assim sendo, o planejamento e a avaliação são dimensões institucionais importantes e intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento das ações pedagógicas que se deseja implementar. Luckesi (1995, p. 118)³, colabora com esta percepção:

Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto. A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar, por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação.

A avaliação está presente no ato de planejar e acompanha o desenvolvimento da ação. O **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI** revela a intenção da Instituição. Dá rumo às ações pedagógicas e imprime o sentido que deve orientar as ações desenvolvidas pela comunidade.

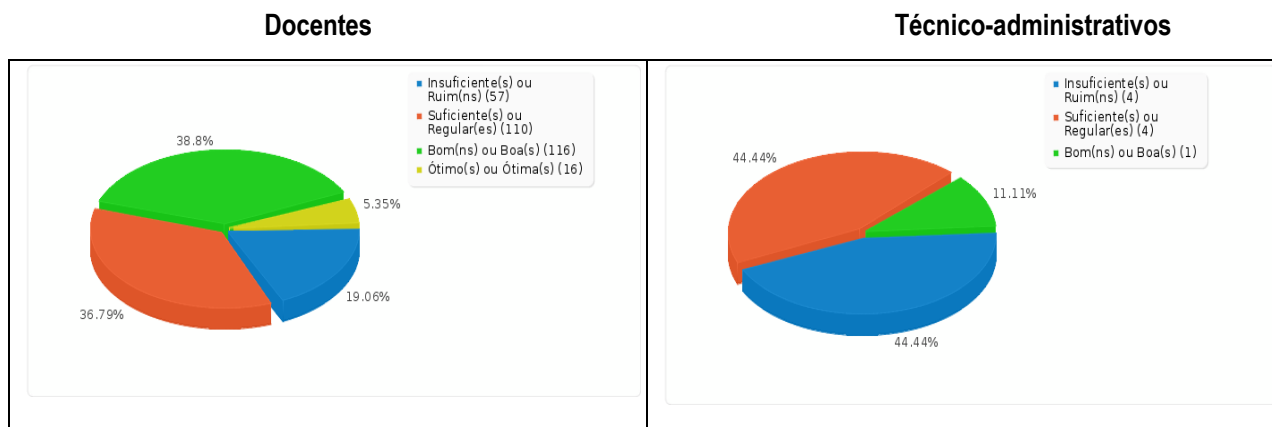
A Comissão Própria de Avaliação (CPA) discutiu, coletivamente, os procedimentos a serem adotados na coleta de dados, tendo como objetivo levantar a percepção da comunidade do CEFET/RJ no que se refere à avaliação institucional. Dentre os procedimentos adotados, decidiu-se, desde 2009, pela elaboração de um questionário *on-line*, que foi disponibilizado no *site* da Instituição.

Sobre a relação existente entre planejamento e avaliação, foram formuladas tanto questões comuns aos sujeitos do processo (professores, técnico-administrativos e alunos), quanto questões específicas, apresentadas a seguir:

³ LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

Questão comum aos docentes e técnico-administrativos:

☞ O planejamento da Instituição está atendendo às necessidades da comunidade de maneira...

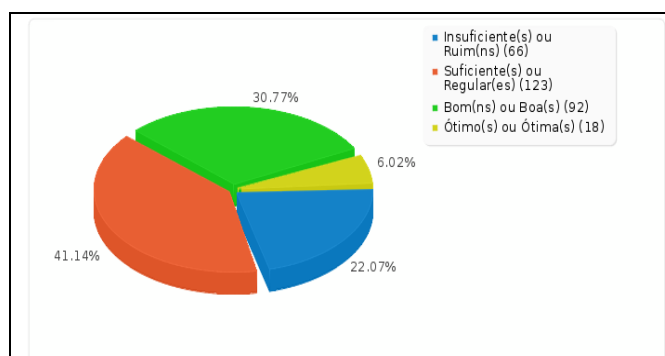


Com relação à avaliação do planejamento da Instituição, a maior parcela de professores indicou que tal planejamento vem atendendo às necessidades da comunidade de forma boa, o correspondente a 38,8% dos respondentes. Já grande parte dos técnico-administrativos ficou igualmente dividida e avaliou tal item como suficiente e insuficiente, o equivalente a 44,44% dos respondentes. Quanto ao índice de insatisfação dos respondentes nos dois segmentos houve divergência: na categoria docente, o índice de insatisfeitos com o planejamento da instituição foi de 19,06% e no segmento dos técnico-administrativos esse índice foi de 44,44% dos respondentes. Porém, com relação a este último segmento, cabe lembrar que não se pode tirar maiores conclusões, considerando o baixo número de respondentes.

Em 2012, grande parte dos docentes avaliou que tal quesito ocorria de forma suficiente, o correspondente a 44,49% e a maior parcela dos técnico-administrativos avaliou tal item como bom, o equivalente a 40% dos respondentes. A parcela de insatisfação detectada na época foi de 17,11% dos docentes e 20% dos técnico-administrativos.

Questões específicas aos docentes:

☞ Há incentivo institucional à sua participação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Isso ocorre de maneira...

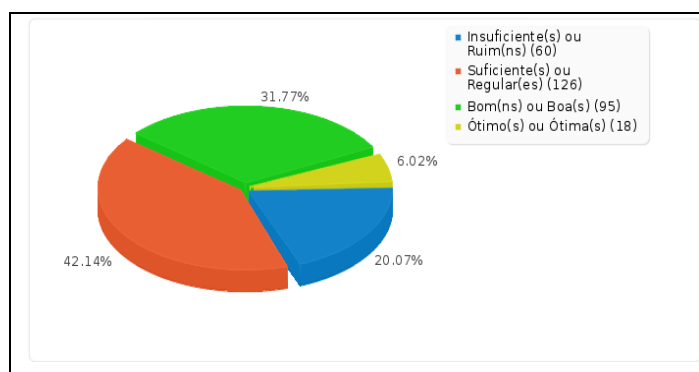


Considerando o universo de respondentes, 22,07% dos docentes avaliam como insuficiente o incentivo institucional à sua participação na elaboração do PDI.

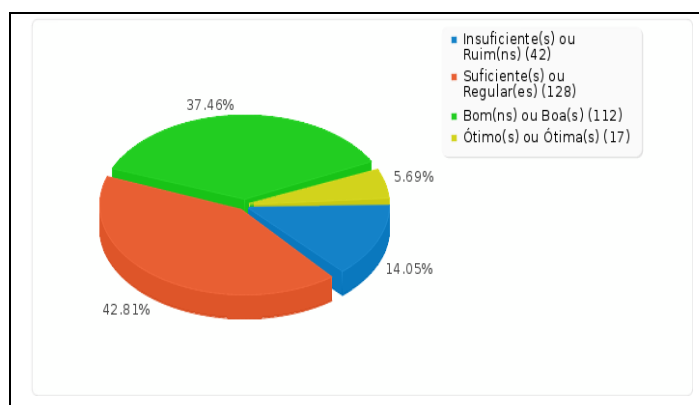
Em 2012, a avaliação apresentou um comportamento semelhante e o índice de insatisfação apresentado foi um pouco maior (25,1%).

Quanto ao **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)**, vale observar que este foi discutido coletivamente pela comunidade acadêmica, tendo sido concluído e publicado em 2010. A concepção que norteou a elaboração do PPI foi a seguinte: “não deve ser uma lei rigorosa a que se submetem os atores que compõem os cenários das instituições educacionais, tampouco, deve ser uma construção não-participativa, em que regras são impostas”. Projetar é, antes, refletir, discutir aquilo que se deseja implementar. É, pois, um movimento participativo e coletivo, que deve estar em constante transformação, já que deve expressar a identidade e os propósitos institucionais. No caso específico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, o Projeto Pedagógico foi o resultado de uma construção democrática, consultiva, para que refletisse, de fato, o que é o CEFET/RJ e o que esse deseja ser.”⁴

➡ A elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) conta com a participação dos docentes. Isso ocorre de maneira...



➡ Há condições técnicas e operacionais para que a avaliação institucional ocorra. Isso se dá de forma ...

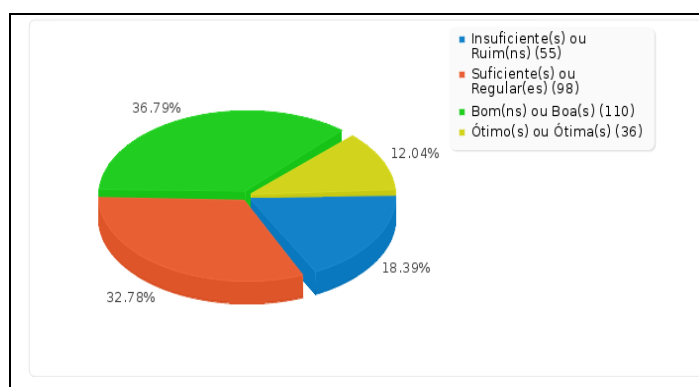


⁴ Projeto Pedagógico Institucional. In: http://blog.cefet-rj.br/ppi/wp-content/uploads/2010/12/PPI-final-03_12_2010-1.pdf

Os dois gráficos apresentados ilustram um comportamento semelhante, em que a resposta mais votada corresponde a uma avaliação do quesito como suficiente. Observa-se que, sob o ponto de vista dos professores, em um universo de 299 respondentes, 20,07% e 14,05% consideram insuficiente a participação dos docentes na elaboração do PPI e as condições técnicas e operacionais para que a avaliação institucional ocorra, respectivamente. O restante avalia como sendo efetiva a forma como o processo é desenvolvido.

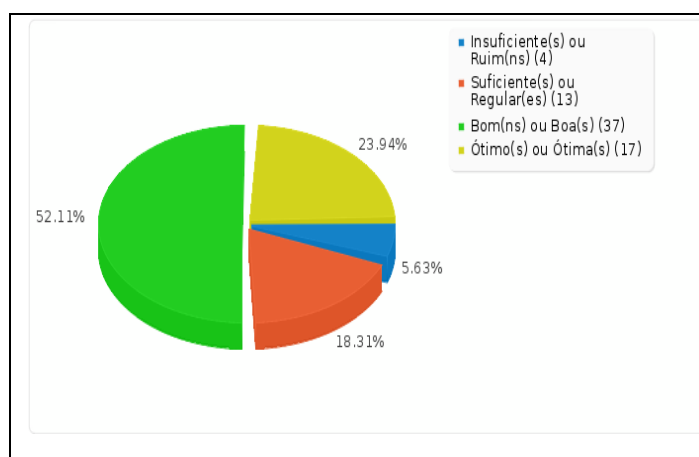
Em 2012, as respostas mais votadas para a avaliação da participação dos docentes no PPI e para as condições técnicas e operacionais para a avaliação institucional também correspondiam a uma avaliação de tais quesitos como suficientes e bons.

➡ O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) deve ser discutido e sistematizado de forma efetiva. Isso ocorre de maneira...



A partir das informações do gráfico, observa-se que 18,39% dos professores avaliam que a discussão e a sistematização efetiva do PPC ocorram de forma insuficiente. A maioria dos docentes concentra-se nos critérios bom, suficiente e ótimo, que somados, perfazem um total de 81,61% dos professores pesquisados.

➡ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



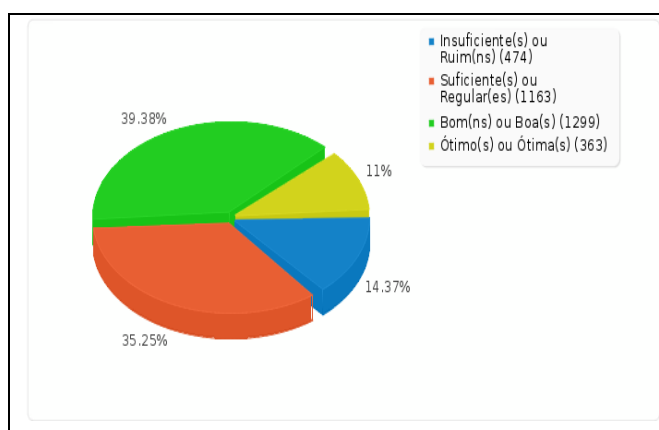
Quanto a esta questão, a maioria dos docentes (52,11%) avaliou como boa, 23,94% consideraram ótima, outros 18,31% afirmaram ser suficiente e 5,63% julgaram insuficiente a adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo e a adequação ao perfil profissional para o formando.

Em 2012, a resposta mais votada para estes dois quesitos também correspondia a uma avaliação boa, o equivalente a 52,85% dos docentes respondentes.

Questões específicas aos alunos:

☛ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

Alunos-Graduação

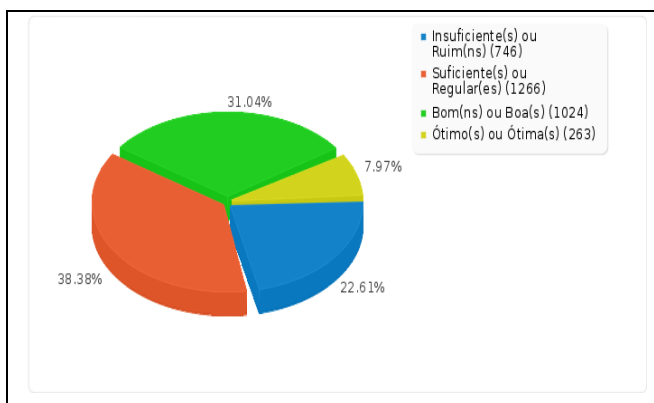


Considerando o universo dos respondentes, o gráfico mostra que 39,38% dos estudantes de graduação consideram que a participação dos alunos em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica e extensão é boa. A parcela seguinte, correspondente a 35,25%, avaliou como suficiente. O restante ficou distribuído entre insuficiente, com 14,37%, e ótima, com 11%.

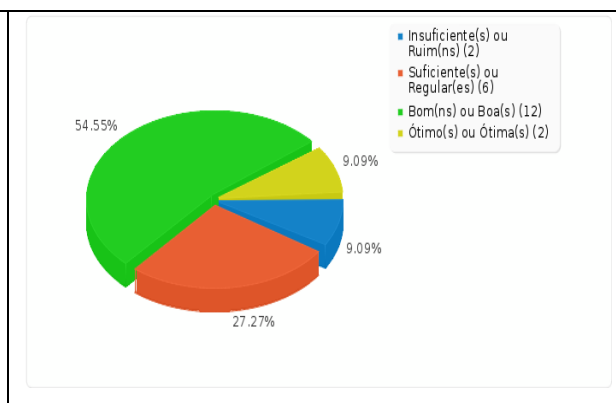
Na avaliação realizada em 2012, o comportamento dos respondentes fora similar, com grande parte dos respondentes, o equivalente a 37,7%, avaliando tal item como bom.

➔ A política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes ocorre de maneira...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação

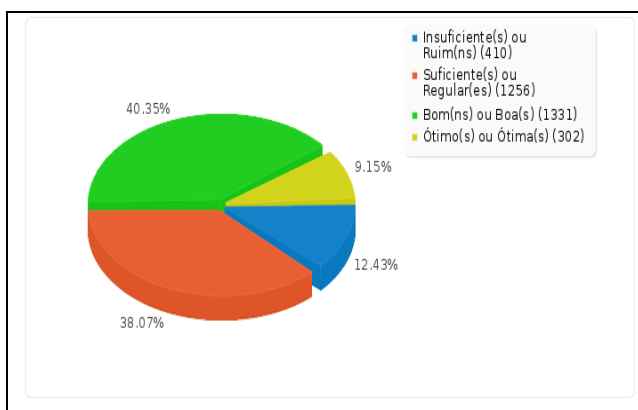


Considerando o universo dos respondentes, 38,38% dos estudantes da graduação consideram suficiente a participação dos alunos em projetos com docentes. Já 54,55% dos discentes da pós-graduação avaliaram tal item de forma boa.

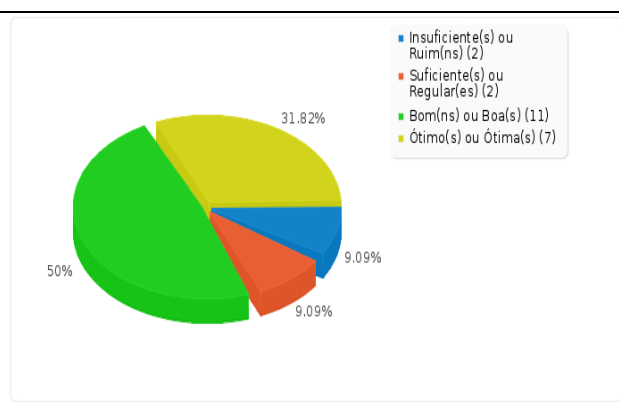
Na avaliação de 2012, os dois segmentos avaliaram tal quesito como suficiente, o equivalente a 39,86% dos alunos da graduação e 35,56% dos estudantes da pós-graduação.

➔ De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de forma...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação



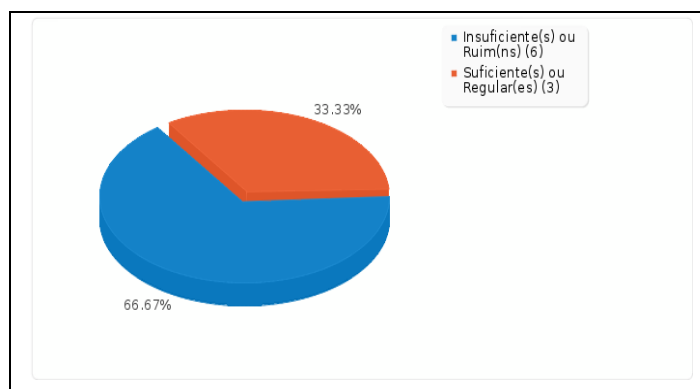
Considerando o universo dos respondentes, os gráficos mostram que 12,43% dos estudantes de graduação e 9,09% dos estudantes de pós-graduação consideram insuficiente o planejamento/organização das aulas pelos professores. O restante dos respondentes considera suficiente, bom e ótimo. Diante desse universo, pode-se dizer que a maior parte dos estudantes respondentes estão satisfeitos com o planejamento e a organização das aulas ministradas pelos professores.

Em 2012, a escala mais votada para avaliar tal quesito também indicou que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorria de forma boa.

Questão específica aos técnico-administrativos

A seguir, são apresentadas as percepções dos técnico-administrativos participantes, em relação aos resultados da coleta de dados. Vale observar que houve pouca participação dos técnico-administrativos nas respostas ao questionário utilizado pela CPA, como um dos instrumentos para coleta de dados. O baixo número de respondentes nesse segmento inviabiliza maiores conclusões.

➡ A Instituição viabiliza a integração entre os técnico-administrativos e os demais departamentos e setores. Isso ocorre de maneira...

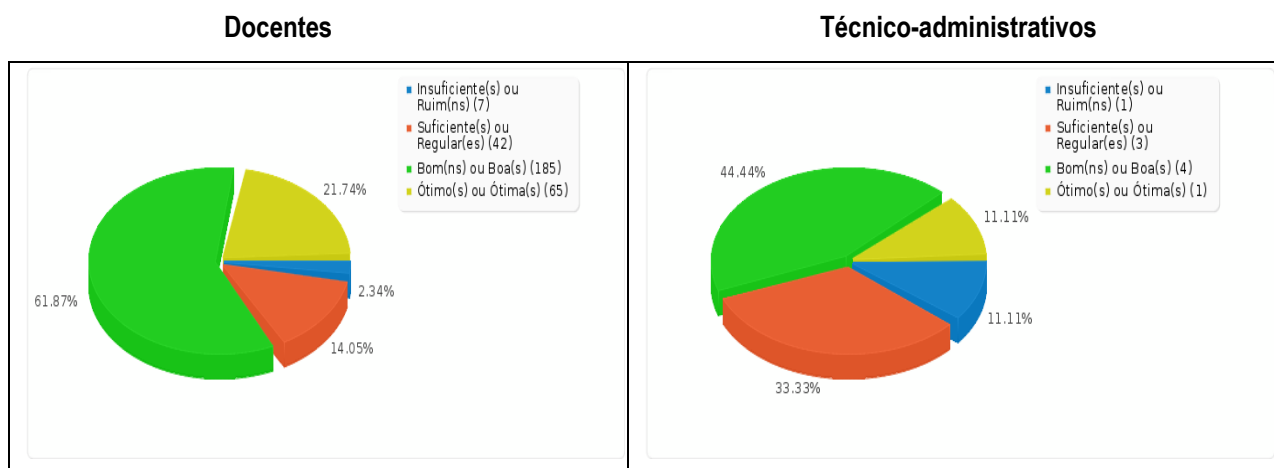


Considerando o universo dos respondentes, 66,67% dos técnico-administrativos consideram insuficientes os mecanismos de integração utilizados pela Instituição para inseri-los aos demais departamentos e setores. O restante dos respondentes considera esses mecanismos suficientes (33,33%).

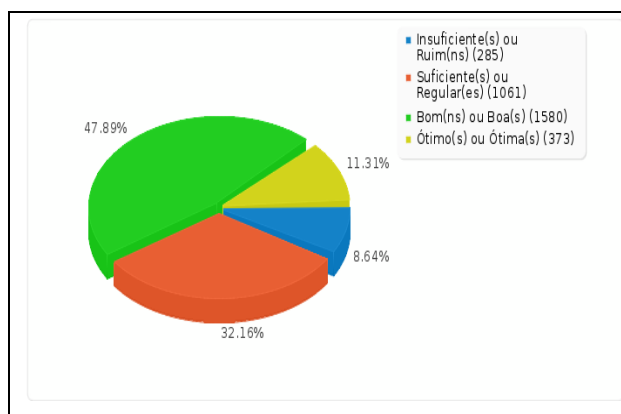
Em 2012, 42,5% dos técnico-administrativos avaliaram tal item como insuficiente, seguidos de 32,5% que o julgaram suficiente e 25% que o consideraram bom.

Questão comum aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

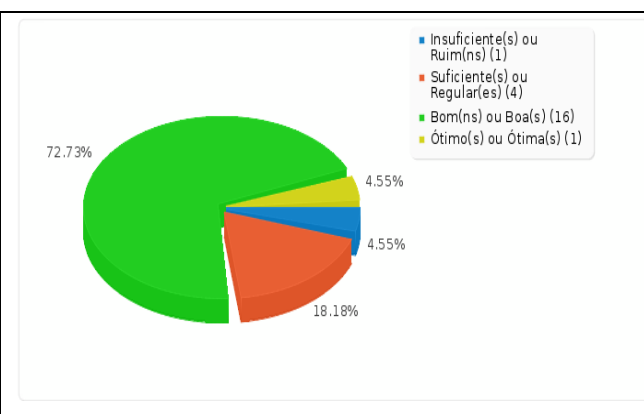
➡ O desempenho de sua função acontece de maneira...



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação



Considerando o universo dos respondentes, os gráficos mostram que 2,34% dos professores, 11,11% dos técnico-administrativos, 8,64% dos alunos de graduação e 4,55% dos discentes da pós-graduação consideram insuficiente o desempenho de suas funções. O restante dos respondentes optou pelos conceitos bom, ótimo e suficiente. Percebe-se que há um alto índice de satisfação em relação ao desempenho de suas funções entre todos os segmentos da comunidade. A avaliação realizada em 2012 ocorreu de forma semelhante, apresentando altos índices de satisfação.

O empenho da Instituição em reunir a comunidade para discutir o planejamento institucional, expresso em seus diferentes campos: PDI (2010-2014), PPI e PPC, demonstra maturidade no que diz respeito aos procedimentos avaliativos das atividades educativas. A avaliação passou a fazer parte da pauta Institucional. Pode-se dizer que atualmente há maior sensibilidade, por parte da comunidade, no que diz respeito às práticas avaliativas, que envolve todo o processo educativo (ambiente, meios, professor e sua prática pedagógica, aluno e seu compromisso com a aprendizagem). Algumas ações podem ser citadas:

- A concretização do Portal CEFET (<http://portal.cefet-rj.br/>), que reúne informações a respeito da Instituição e possibilita o acompanhamento das atividades educativas.

- O Projeto Pedagógico Institucional desenvolvido de acordo com uma perspectiva coletiva e construtivista. Para tanto, foi criado um Blog no portal CEFET (http://blog.cefet-rj.br/ppi/?page_id=21), no qual a comunidade podia colaborar com a elaboração do documento;

- A atuação da CPA no que tange o processo da avaliação institucional;

- A elaboração do PDI para o período de 2010-2014 e a metodologia utilizada, que partia do princípio da participação da comunidade, em reuniões convocadas pela referida comissão e pelo endereço <http://portal.cefet-rj.br/desenvolvimento-institucional/pdi/pdi-2010-2014.html> e e-mail pdi.sugestoes@cefet-rj.br.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

A Instituição vem implementando a avaliação institucional por meio da equipe que compõe a CPA, que contou com a participação da comunidade nas respostas aos questionários e em outros eventos, como a disponibilidade

dos setores em fornecer dados e informações. Pode-se dizer que, atualmente, há maior mobilização em torno da proposta. Isso pode ser percebido quando se compara o primeiro relatório com o atual, que avançou em seus resultados.

O uso da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais vem se destacando de forma positiva, como, por exemplo, o e-mail, como alternativa de colaboração à elaboração do PDI (2010-2014), e o Blog para a construção/finalização do PPI. O reconhecimento dessas tecnologias, como meios de interação e comunicação, constituem-se em suporte de mobilização e participação da comunidade e configuram-se como potencialidades no processo avaliativo.

b.2) Fragilidades

A cultura da avaliação e da autoavaliação ainda precisa ser mais internalizada na Instituição. A pouca participação dos servidores nas reuniões, que têm como objetivo debater acerca do planejamento (PDI, PPI, PPC) demonstra uma fragilidade a ser superada. A avaliação deve ser entendida como melhoria dos serviços institucionais. Essa concepção foi muito bem expressa por Gadotti (2000, p. 195)⁵ no seguinte texto:

A avaliação institucional não mais é vista apenas como um instrumento de controle burocrático e centralizador, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, como condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização. Mesmo assim, ela encontra resistências e não se constitui numa prática constante. Por isso, deve ser mais instituída até tornar-se uma demanda explícita das escolas.

Os estudiosos desse tema recomendam que o processo de avaliação institucional se inicie com a autoavaliação, um caminho importante para cada Instituição se situar perante a sociedade. Essa tomada de consciência possibilita aos envolvidos no processo uma visão geral da Instituição, o conhecimento das condições com as quais trabalham e os resultados obtidos nas diferentes ações. Assim, o processo de avaliação deve compreender sempre a avaliação conduzida pela própria Instituição e se fortalecer nessa perspectiva.

c) Ações com base na análise

Dar continuidade ao processo de mobilização da comunidade para a reflexão acerca do planejamento, avaliação e autoavaliação. Necessidade de se estabelecer uma filosofia que sirva de base para orientar o processo de avaliação, com a intenção de que seu êxito seja garantido e que esse processo não se transforme em uma atividade meramente burocrática.

Sugere-se que a finalidade da avaliação se traduza pela melhoria da qualidade dos serviços prestados. Essa qualidade, no entendimento de Gadotti (op.cit) é, ao mesmo tempo, técnica, quando demonstra que há melhoria na eficiência e produtividade e pedagógica, quando há melhoria nas relações de ensino-aprendizagem.

⁵ GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

3.2 – Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

3.2.1 – Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais.

Consideradas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ assume como missão institucional promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa sociedade.

A missão, os objetivos e os compromissos da Instituição estão registrados no PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI, com vigência 2010-2014. O PDI está condizente com a estrutura determinada pelo art.16 do Decreto n.5773/2006. O processo de estruturação do PDI 2015-2019 e a coleta de dados foram iniciados, em 2013, pela Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), conforme consta no Portal⁶. Em 2014, essa mesma Diretoria realizou uma série de visitas aos campi para conversar sobre o documento, que se encontra em discussão, considerando a prorrogação do prazo final para contribuições solicitado pela comunidade.

Os objetivos que norteiam o planejamento da Instituição citados no PDI (2010-2014) são:

- Ministrar educação profissional técnica, de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- Ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- Ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, para atualizar, aperfeiçoar e especializar profissionais na área tecnológica;
- Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

⁶ <http://noticias.cefet-rj.br/2014/12/01/comunicado-digespdi-2015-2019/>

A comunidade acadêmica foi chamada a participar da construção do PDI 2010-2014 por meio de convites no Portal⁷ e por meio de cartazes distribuídos na Instituição. O registro desta divulgação se encontra no Portal, conforme ilustrado a seguir. Detalhes de cada reunião realizada podem ser consultados clicando-se nos itens pertinentes.

Portal CEFET/RJ > Desenvolvimento Institucional > PDI > Elaboração do PDI de 2010-2014

PDI: 2010-2014

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

Documentos

- [PDI: 2010-2014 \(edição publicada\)](#)
- [PDI: 2010-2014](#)
- [PDI: 2005-2009](#)

Sessões do Conselho Diretor

- 16/12/2010 - Apreciação e aprovação do documento final do PDI 2010-2014 pelo Conselho
- 03/12/2010 - Entrega da proposta de PDI aos Conselheiros

Comissão de Elaboração do PDI 2010-2014

- [Portaria Nº 364, de 30 de setembro 2009](#)

Reuniões com a comunidade

- 02/12/2010 - Nota: Em virtude dos eventos de violência urbana ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, a reunião prevista para 25/11 com a comunidade

Construção do PDI: Registros

Após sua construção, a versão definitiva do PDI foi aprovada pelo Conselho máximo da universidade (CODIR), em 16/12/2010, e publicada no Portal para a consulta de toda a comunidade. Além disso, foram distribuídas versões impressas do documento a todos os setores da Instituição. O documento é amplamente consultado e considerado nas tomadas de decisões do corpo diretor. Após sua publicação definitiva, não houve registros de reuniões anuais para a continuação da divulgação. Assim, a divulgação teve continuidade sobretudo na forma impressa e eletrônica.

⁷ <http://portal.cefet-rj.br/desenvolvimento-institucional/pdi/pdi-2010-2014.html>

PORTAL DO PROFESSOR

WEBMAIL

TV CEFET

BIBLIOTECA

Reuniões com a comunidade

- 02/12/2010 - Nota: Em virtude dos eventos de violência urbana ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, a reunião prevista para 25/11 com a comunidade interna das Unidades de Itaguaí e Angra dos Reis foi realizada nesta quinta-feira, 02/11, contando com a presença maciça de docentes e técnicos-administrativos. Nas demais Unidades de Ensino, as reuniões aconteceram nas datas planejadas, evidenciando-se a participação de interessados, inclusive alunos (estes, notadamente, na UNED de Nova Iguaçu).
- 09/11/2010 - [Participação da comunidade interna na apreciação do Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\) 2010-2014: CONVITE](#)
 - [Documento em construção](#)
 - [Versão sintética para as reuniões agendadas nas Unidades de Ensino](#)
- 28/12/2009 - [Relatório das reuniões com participação da comunidade interna](#)
- 15/12/2009 - [Apresentação das reuniões com participação da comunidade interna](#)
- 30/11/2009 - [Reuniões de participação da comunidade interna na elaboração do PDI 2010-2014: CONVITE](#)
- 16/10/2009 - [Aconteceu no CEFET/RJ: Reunião de lançamento da elaboração do PDI 2010-2014](#)
- 29/09/2009 - [Convite para a reunião de lançamento oficial junto à comunidade interna](#)

Contribuições enviadas para o e-mail pdi.sugestoes@cefet-rj.br

- 17/12/2010 - [Luiz Noqaroli, Administrador, da UnED Petrópolis](#)
- 04/12/2010 - [Prof. Joanes Silva Dias - UnED Itaguaí \(encaminhamento de PL somente para informação\)](#)
- 02/12/2010 - [Prof. André L. C. Lourenço](#)
- 01/12/2010 - [Professora Lilian Dias](#)
- 30/11/2010 - [Discentes da UnED de Nova Iguaçu](#)
- 21/11/2010 - [Sugestões do Prof. Paulo Pedro Kenedj](#)
- 15/04/2010 - [Documento elaborado pela DIPPG, discutido em reunião e aprovado pelos colegiados da Diretoria](#)
- 31/03/2010 - [Questões fundamentais para PDI](#)

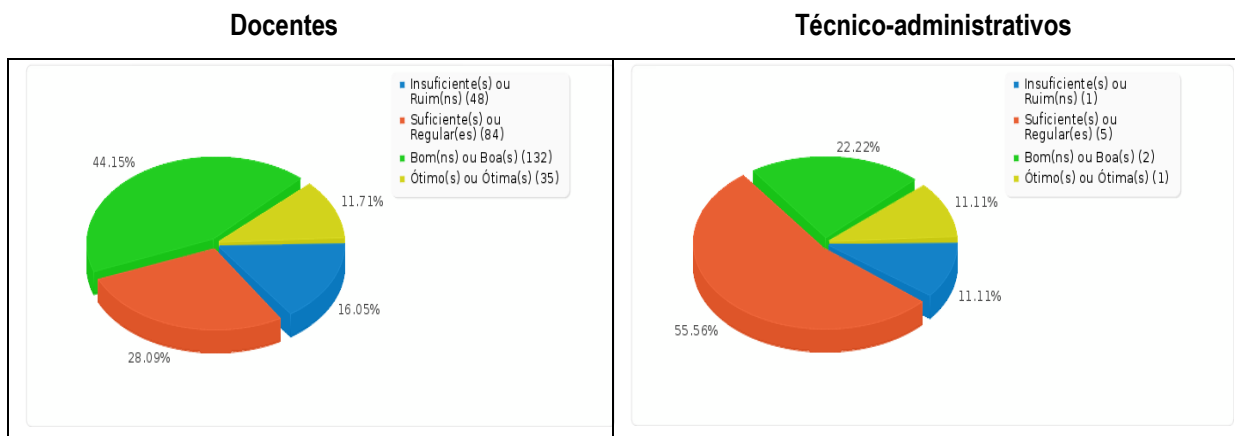
[Projeto de Transformação em UT](#)

Construção do PDI: Registros

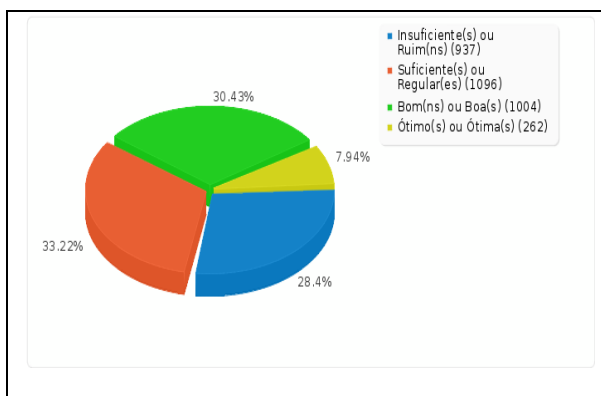
Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional foram formuladas pela CPA três questões que fizeram parte do questionário aplicado.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

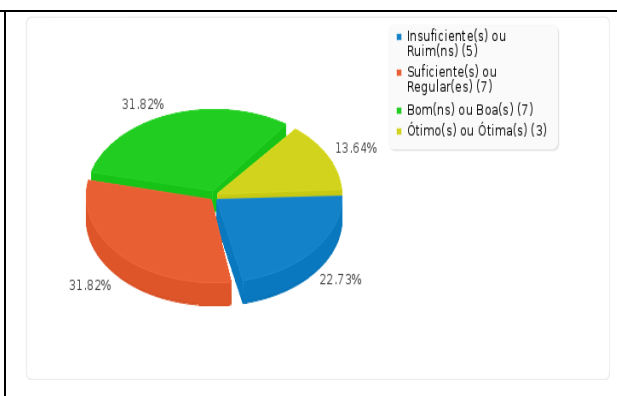
➡ Como você avalia o seu conhecimento com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEFET/RJ?



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação

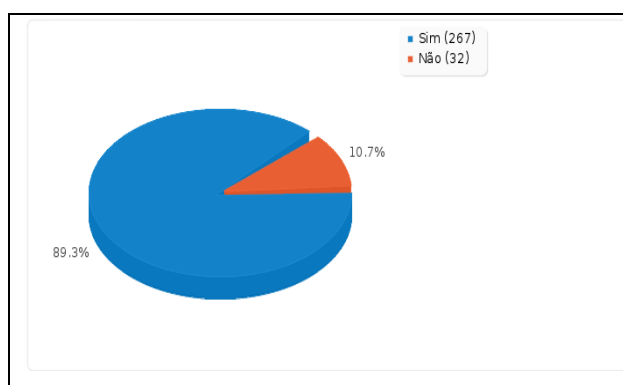


Considerando a comunidade acadêmica que respondeu ao questionário, os gráficos mostram que 11,11% dos técnico-administrativos admitem que o seu conhecimento do PDI é insuficiente, seguidos de 16,05% dos docentes, 22,73% dos alunos da pós e 28,4% dos discentes da graduação. O restante pesquisado da comunidade acadêmica afirma possuir conhecimento suficiente, bom ou ótimo. Sendo assim, ainda é necessário um trabalho de divulgação, principalmente junto aos alunos para reduzir os índices referentes ao desconhecimento da missão.

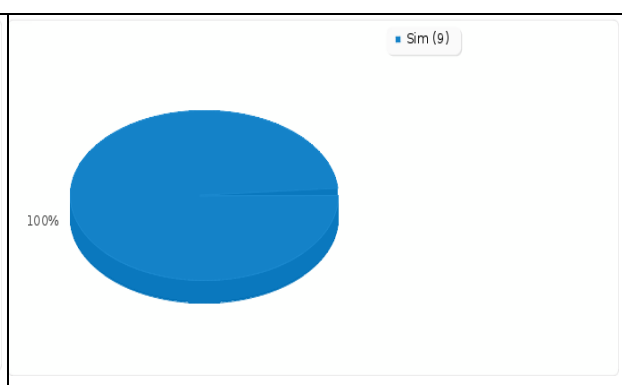
Vale observar o comportamento da comunidade diante da mesma questão na avaliação de 2012. Naquela ocasião, 13,69% dos professores, 26,27% dos alunos de graduação, 30% dos técnicos e 42,22% dos discentes da pós-graduação responderam desconhecimento do PDI. Assim, cabe observar que houve uma melhora significativa deste quesito, de 2012 para 2013, com relação aos técnico-administrativos e alunos da pós-graduação.

☞ Você conhece a missão do CEFET/RJ?

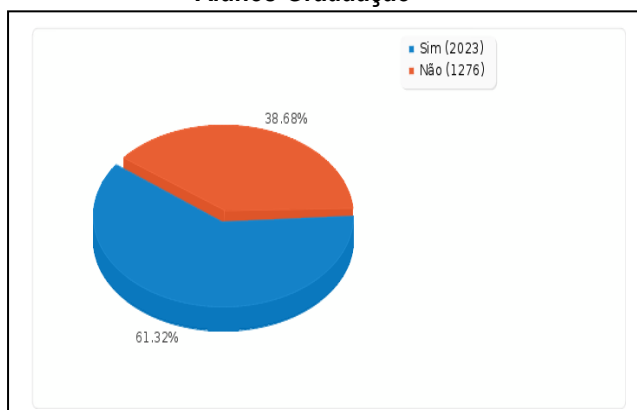
Docentes



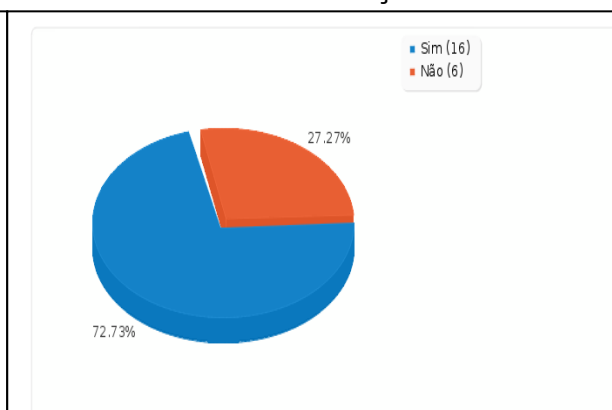
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação

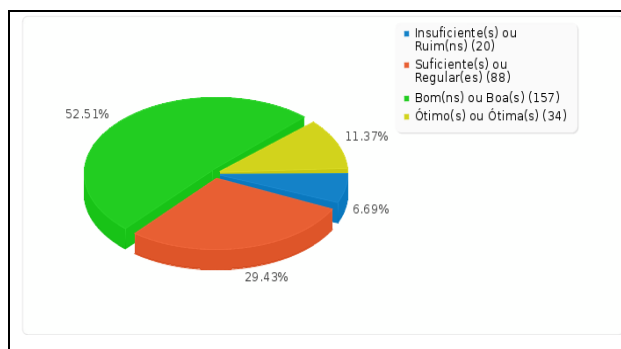


Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que o percentual de professores que desconhecem a missão do CEFET/RJ é 10,7%, enquanto a totalidade dos técnicos respondentes afirma conhecer a missão institucional. Assim, a grande maioria indica conhecimento desse item. Com relação aos alunos, os resultados mostram que 38,68% dos alunos de graduação e 27,27% dos alunos da pós respondentes não sabem a missão de sua Instituição. Esse índice alto relativo aos alunos é preocupante e deve ser analisado para que as razões deste desconhecimento sejam identificadas e tratadas. Uma sugestão é incluir a missão da Instituição no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, também conhecido como Manual do Aluno, que é um documento bastante consultado pelos estudantes de Graduação. Além disso, apesar dessa informação já constar no Portal da Instituição, pode-se inseri-la especificamente no Portal do Aluno e apresentá-la nas aulas inaugurais. Com relação aos alunos da pós-graduação pode-se proceder de forma semelhante.

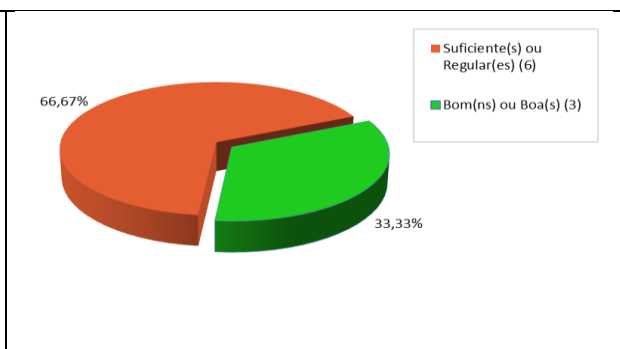
Na avaliação realizada em 2012, 7,98% dos docentes, 15% dos técnico-administrativos, 35,56% dos alunos da pós-graduação e 40,11% dos discentes da graduação respondentes declararam desconhecimento da missão. Ou seja, os resultados indicam que com relação aos técnico-administrativos e alunos houve uma melhora neste item de 2012 para 2013.

➡ A missão do CEFET/RJ é “Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a interação com a sociedade, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.” Isso ocorre de forma...

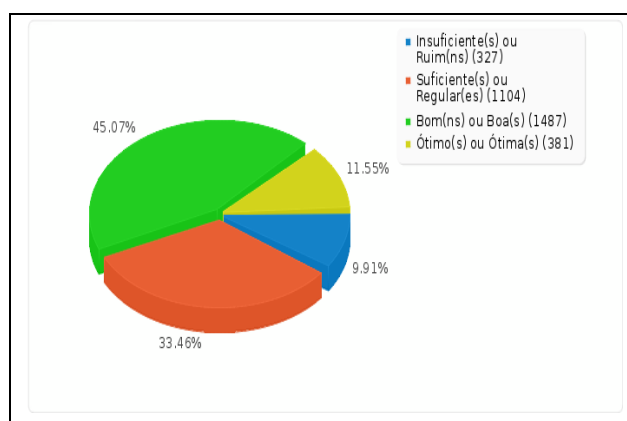
Docentes



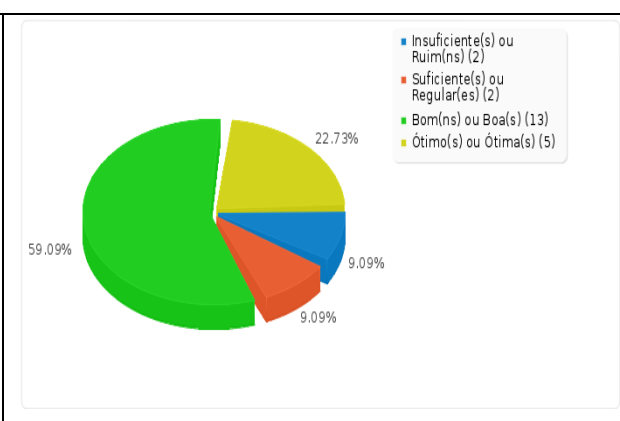
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que uma pequena parte da comunidade considera que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente, o equivalente a 6,69% dos docentes, 9,09% dos discentes da pós-graduação e 9,91% dos alunos da graduação. Vale ressaltar que na avaliação dos técnico-administrativos não houve o julgamento deste quesito como insuficiente. Assim, de forma geral, pode-se dizer que a maioria de todas as classes considera que a IES cumpre sua missão. Analisando por outra ótica, somando as parcelas bom e ótimo, tem-se 63,88% para os docentes, 33,33% para os técnico-administrativos, 56,62% para os alunos da graduação e 81,82% para os alunos da pós-graduação. Deve-se observar que embora o índice positivo dos técnico-administrativos seja baixo, a maioria dos respondentes avaliou o quesito como suficiente.

Na avaliação realizada em 2012, 6,67% dos alunos da pós-graduação, 7,22% dos professores, 10,05% dos discentes da graduação e 15% dos técnico-administrativos respondentes declararam que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente. Analisando por outra ótica, somando as parcelas bom e ótimo, temos 63,12% para os docentes, 60% para os técnico-administrativos, 56,95% para os alunos da graduação e 73,33% para os alunos da pós-graduação. Tais dados mostram que essa questão já havia sido também muito bem avaliada pela comunidade.

a.2) Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.

A Instituição demonstra, em seu PDI, a preocupação com aspectos relacionados ao corpo discente e, nesse sentido, assume o compromisso de democratização de acesso e redução de índice de evasão/repetências e vagas ociosas. O PDI define como diretrizes gerais que deverão nortear o desenvolvimento institucional:

- sustentação do projeto institucional de transformação do Centro em Universidade Tecnológica;
- consolidação da atuação institucional em Sistema *Multicampi*;
- ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- implantação de políticas de organização e gestão de pessoal;
- investimento em melhoria de infraestrutura física;
- desenvolvimento de atividades de TIC -Tecnologia da Informação e Comunicação e comunicação social;
- e
- democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional.

Essas diretrizes, como eixos estruturantes do PDI, organizam objetivos, estratégias e ações que, quando executadas, demonstram perfeita articulação com o Projeto Pedagógico Institucional– PPI.

A Instituição conta com Projetos Pedagógicos para cada um dos cursos oferecidos, desenvolvidos em sintonia direta com o PDI, de forma à consecução dos objetivos por ele estabelecidos.

a.3) Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a Instituição está inserida.

O PDI 2010-2014 destaca alguns aspectos da realidade brasileira, nas dimensões econômica, política e educacional, de forma a analisar o macrocenário em que se circunscreve, numa sociedade globalizada e desigual. Para uma ideia mais profunda desse item, serão transcritos alguns trechos do PDI, logo a seguir, que mostram claramente as inter-relações do Centro na sociedade.

Ao atuar como Instituição de ensino superior pública comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, em favor de um país justo, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o CEFET/RJ tem presente em seu plano de desenvolvimento os desafios de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

Cumprir à Instituição fomentar o debate nesse sentido, de vez que, frente a mudanças que desenham uma nova realidade econômica e social depois de décadas de semiestagnação, já se torna lugar comum a consideração da falta de mão de obra qualificada como gargalo (comparável ao da infraestrutura) para o desenvolvimento do país. A formação de técnicos e engenheiros, entre outros profissionais, é anunciada como necessidade de retomada de investimento. De outra parte, denuncia-se a perda de posição no ranking mundial da inovação, reconhecendo-se que, no Brasil, o número de registro de patentes ainda é pequeno e somente em poucas áreas a pesquisa é assumida como parte da estratégia empresarial.

Participando da política pública de Estado na área educacional, faz-se inerente à consecução dos objetivos viabilizadores da missão institucional o permanente (inter)agir reflexivo e crítico sobre projetos de desenvolvimento que se afiguram transformadores. Para tanto, são imprescindíveis à definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão do Centro, as relações mantidas com o conjunto da sociedade.

No início desta segunda década do milênio, já há estudos que sinalizam referenciais de um novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, a exemplo do empreendido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pela Lei nº 10.683/03 que elege democracia, liberdade, equidade, identidade nacional, sustentabilidade, respeito à diversidade sociocultural e soberania como valores que dão base à visão de futuro.

Considerados os desafios e eixos propositivos da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, o CDES aponta como estratégias: consolidar o processo de expansão equânime do emprego e da renda, fortalecendo o mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo de massa e de distribuição sustentáveis; ampliar os investimentos inovadores e se inserir de forma ativa na economia internacional; e fortalecer o protagonismo do País na governança global, influenciando nas negociações econômicas, na

reforma financeira internacional, na reforma monetária e nas negociações políticas relevantes para a paz no mundo. A essas estratégias se articula um conjunto de desafios, de vez que os avanços desse novo ciclo de desenvolvimento dependem: da educação (tomada como eixo prioritário e estruturante); da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade; da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais; de um Estado democrático e indutor do desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural.

É incontestável que, na área educacional, terá de se ter em conta e fazer progredir – com qualidade social e sustentabilidade de política pública de Estado – os esforços empreendidos pelo Governo da República com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que trouxe um grande número de ações e programas da educação infantil à pós-graduação, incluindo-se aí citadas, as orientações que mais de perto dizem respeito ao âmbito da atuação deste CEFET, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e a reestruturação e expansão das universidades federais.

Foi no viés dessa expansão que, desde a introdução do PDI 2005-2009, a Instituição cresceu potencialmente na perspectiva de interiorização das atividades acadêmicas que dão cumprimento à sua missão. Quando instituído aquele PDI, a diretriz “Implementação do Sistema Multicampi” assinalava a existência de apenas uma Unidade de Ensino Descentralizada (a UnED Nova Iguaçu) e o pleito de transformação do campus Maria da Graça em Unidade de Ensino. A adesão ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica levou à atual constituição do Sistema: a Unidade Sede (Maracanã) e sete campi (Nova Iguaçu, Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo, Valença, Itaguaí e Angra dos Reis). Desse modo, o CEFET/RJ vivencia a oportunidade de alargar sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Subsidiado por sua trajetória histórica e com visão de futuro, o CEFET/RJ reafirma a intenção de ter sua institucionalidade reconhecida como de Universidade Tecnológica, a fim de, assim, garantir condições de continuar a ministrar ensino verticalizado da educação profissional em nível de educação básica à educação superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão ao alcançar, em sua inserção regional mediante atuação multicampi, mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro. No exercício cotidiano de sua atuação, tal intenção implica prosseguir em:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• investir permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, levando em conta o contexto de desenvolvimento e demandas apontadas no diálogo com atores sociais e debatidas com a comunidade interna;• integrar os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando projetos e programas de maior impacto acadêmico e social para a região e o país;• participar de ações de cooperação interinstitucional nos contextos regional, nacional e internacional, visando a projetos de interesse de formação discente e aperfeiçoamento docente;• buscar apoio de agências de fomento e centros de P&D para o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a relevância social da produção científico-tecnológica, participando do esforço de inovação;• fortalecer a integração com o setor produtivo em geral e, em especial, com as empresas públicas e privadas que atuam |
|---|

em projetos estratégicos ao desenvolvimento nacional, favorecendo a formação teórico-prática nas atividades curriculares dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação;

- interiorizar as atividades acadêmicas mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e informação, e alcancem desafios de aprendizagem na contemporaneidade; e
- integrar atividades de extensão na formação dos profissionais da área tecnológica, promovendo oportunidades de vivência cidadã em uma realidade desigual e, ao mesmo tempo diversa, que precisa ter reconhecido seu potencial nas soluções de desenvolvimento.

Nesse contexto, as perspectivas da exploração e produção nas reservas de petróleo descobertas na camada do Pré-Sal, a eficiência energética, a expansão da infraestrutura – aeroportos, portos, estradas e ferrovias, habitação e saneamento – tendo como um dos eixos as necessidades para a Copa 2014 e a Olimpíada 2016 são alguns dos desafios nacionais concretos que demandam da Instituição a responsabilidade educacional, formadora de profissionais capazes de atuar, com competência técnico-científica e interesse social, na área tecnológica.

a.4) Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Ao longo de 2009, foram realizadas pela Direção de Ensino sistemáticas reuniões, encontros e eventos para a discussão do PPI, resultando na construção de um documento com a participação de todos os segmentos da comunidade interna e de membros da comunidade externa. Tal documento pode ser encontrado no *site* da Instituição, assim como o PDI. O CEFET/RJ busca a articulação entre o PDI e o PPI no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Os documentos consultados apresentam uma descrição clara dos objetivos e finalidades da Instituição. A divulgação do PDI 2010-2014 e do PPI na forma impressa e eletrônica auxiliaram de forma significativa à comunidade.

b.2) Fragilidades

O desconhecimento da missão de sua própria IES por parte dos alunos respondentes evidencia-se como um ponto de fragilidade e demonstra a necessidade de um maior envolvimento do corpo discente com o PDI. Apesar disso, de forma geral, este índice de desconhecimento vem caindo a cada ano. Cabe observar que os resultados sugerem que de 2011 para 2012 houve uma melhora com relação a esse aspecto, no que tange os alunos da graduação e de 2012 para 2013 ocorreu o mesmo com este segmento e com o segmento alunos da pós-graduação.

c) Ações com base na análise

A divulgação do PDI e do PPI, principalmente junto aos alunos, deve continuar e ser intensificada. Sugere-se mencionar no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, o PDI e a Missão da Instituição. Processo semelhante pode ser feito para a pós-graduação no que diz respeito à divulgação destes documentos junto aos alunos da pós.

3.2.2 – Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

a.2) Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.

a.3) Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

Para a análise da presente dimensão, foi realizado um levantamento das ações realizadas pela Instituição em relação ao que foi proposto no PDI 2010-2014. Estes dados foram obtidos através dos relatórios de atividades emitidos pelo setor que concentra a maior parte das ações relacionadas a esta dimensão. Além disso, foram propostas algumas questões em questionários direcionados aos três principais segmentos que compõem a comunidade interna do CEFET/RJ: alunos, professores e técnico-administrativos. Tais respostas foram coletadas, processadas e analisadas. Esta análise conjunta permitiu uma visão geral sobre a dimensão conforme se segue.

De acordo com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, na dimensão da responsabilidade social materializada por meio dos programas e atividades de extensão, o CEFET/RJ afirma que:

-a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;

-a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem a superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;

-o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganham sentido na perspectiva da promoção humana;

-a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

Assim, são apresentados como objetivos, estratégias e ações no campo dos programas e atividades de extensão:

Objetivo 1: Fortalecer a institucionalização da extensão como atividade de produção e disseminação do conhecimento e potencializadora da dimensão social da formação na área tecnológica

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
Consolidar e difundir, interna e externamente, a política institucional de extensão	-Divulgar os documentos relacionados à política de extensão do CEFET/RJ -Reafirmar os pressupostos da política institucional de extensão na discussão e elaboração do projeto pedagógico

	<ul style="list-style-type: none"> -Atualizar normas e procedimentos de desenvolvimento de ações de extensão (programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação, etc.) -Continuar a submeter as diretrizes da política de extensão aos Conselhos competentes -Dar visibilidade à atuação do Conselho de Extensão -Definir e adotar mecanismos de incentivo à participação da comunidade interna nas atividades de extensão -Estabelecer diretrizes de alocação das atividades de extensão no plano de trabalho dos docentes -Estabelecer as condições de participação dos técnico-administrativos em programas e atividades de extensão -Manter o Banco de Programas e Projetos desenvolvidos na Instituição -Publicar anualmente um Catálogo de Extensão -Implantar e atualizar permanentemente o sítio da extensão no Portal da Instituição -Realizar reuniões, seminários internos e outros eventos de divulgação das atividades de extensão -Manter representação institucional da extensão nos fóruns pertinentes, a exemplo do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) -Participar das ações do Fórum de Dirigentes de Extensão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (FORPROEXT) -Estabelecer convênios e acordos de cooperação técnica com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão integrados ao ensino e à pesquisa -Estabelecer parcerias com Fundações de Apoio e de fomento, observada a legislação pertinente -Promover ações com recursos advindos do financiamento de programas governamentais ou convênios -Realizar eventos interinstitucionais
Investir nas ações de extensão já existentes e reconhecidas pela comunidade interna e externa	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar anualmente a Semana de Extensão -Realizar anualmente a Feira de Estágio e Emprego (FE&E) -Continuar a apoiar programas e projetos associados a atividades curriculares dos cursos: EXPOTEC, EXPOMED, EXPOSUP, Programa Turma Cidadã, Cefet Jr. Consultoria, Time Sife CEFET -Expandir os cursos de extensão oferecidos à comunidade interna -Expandir projetos e cursos desenvolvidos em parceria -Apoiar ações do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) -Apoiar ações do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) -Apoiar ações do Núcleo de Empreendedorismo e Tecnologias Sociais (NETS) -Apoiar ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) -Apoiar ações do Núcleo de Inteligência Competitiva Setorial (NICS) -Apoiar ações do Núcleo de Tecnologia Automotiva (NTA) -Apoiar ações do Núcleo de Estudos Logísticos, Operações e Serviços (NELOS)
Apoiar a realização de atividades de extensão nas novas Unidades de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> -Interagir com as áreas de ensino e pesquisa na identificação de demandas locais e regionais de conhecimento tecnológico e de formação/qualificação profissional -Definir, em cada Unidade de Ensino, ações de extensão a serem implementadas -Estabelecer convênios e parcerias específicos ao desenvolvimento da extensão em cada Unidade -Apoiar as novas Unidades de Ensino no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento/avaliação de programas e projetos de extensão
Expandir o programa de assistência estudantil	<ul style="list-style-type: none"> -Ampliar os benefícios oferecidos aos estudantes de baixa renda de todas as Unidades de Ensino -Fomentar o sistema institucional de bolsas de extensão com recursos próprios e oriundos de convênios específicos -Participar do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis)
Ampliar e diversificar a integração institucional com o setor produtivo e outros atores sociais	<ul style="list-style-type: none"> -Expandir e desenvolver o Programa de Estágio e Emprego em todas as Unidades de Ensino, com núcleos descentralizados nas Unidades de Ensino -Firmar convênios com entidades de natureza pública para realização de ações de interesse mútuo -Implantar sistema de acompanhamento de egressos -Apoiar a atuação da Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC) -Apoiar a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) -Divulgar novos conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos à sociedade

Objetivo 2: Aperfeiçoar e garantir a qualidade das atividades de extensão na Instituição

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
Acompanhar e avaliar permanentemente as atividades de extensão desenvolvidas em todas as Unidades de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> -Implantar sistema de acompanhamento das atividades institucionais de extensão -Estabelecer indicadores internos de avaliação das atividades de extensão -Analisar, anualmente, os indicadores alcançados na avaliação da extensão, para intervir em melhorias, no que couber -Fortalecer os investimentos destinados a projetos que atendam, de modo adequado, aos indicadores de avaliação estabelecidos

Em relação às atividades propostas no PDI 2010-2014, tem-se as seguintes realizações no período de 2012 a 2014:

I- Estágio e Emprego

Serviços	2012	2013	2014
Ofertas para Estágio	1075	1132	1380
Termos de Compromisso	1559	1822	1889
Termos Aditivos	741	786	786
Carta de Rescisão	323	320	290
Empresas em Convênio	3874	1739 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Declaração Expedida Lei 11.788	514	288	323
Ofertas de Emprego	685	544	211
Palestra de orientação no mercado	12	9	16

Fonte: DIEMP/DIREX

⁽¹⁾A partir de 2013 estão computados apenas os Convênios vigentes em dezembro do mesmo ano.

II- Ações Extensionistas e Público Participante

Ações	Público (2012)	Público (2013)	Público (2014)
Cursos	407	560 ⁽¹⁾	1074
Oficinas	132	21	273
Eventos de Extensão	3.032	24.525 ⁽²⁾	22688
Produção e Publicação	1	1	1
Programa Bolsas de Extensão	70	100	120
Projetos de Extensão	35	101	43861
Programa de Educação Profissional	-	306	-
Programa de Educação Tecnológica	-	-	500
Programa de Assistência Estudantil	Programa Auxílio Alimentação - PAA: 83 alunos/mês Programa Auxílio Emergencial - PAEM: 07 alunos/mês Público do Quiosque no ano: 3736 estudantes.	1.038	1890
Alunos cadastrados na CAE - Coordenadoria de Assistência Estudantil	1302	73	897

Fonte: CAE/IETEC/DEAC/DIREX

⁽¹⁾ 523 cursos DEAC + 34 cursos durante a Semana de Extensão + 3 cursos ITEC

⁽²⁾ 403 eventos DEAC + 5402 Semana de Extensão + 720 formaturas da graduação + 18.000 Feira de Estágio e Emprego

Detalhamento dos Eventos da Semana de Extensão por Unidade:

MARACANÃ

Eventos	Quantidade em 2013	Quantidade em 2014
Minicurso	3	5
Projetos Exposup/Expotec	39	200
Seminário	1	4
Palestra	53	57
Oficina	3	3
Mesa redonda	7	14
Evento artístico cultural	4	15
Pôster	30	27
Outras Atividades	-	15

Fonte: DEAC

PETRÓPOLIS

Eventos	Quantidade em 2014
Palestra	9
Expotec	9
Evento artístico cultural	1
Oficina	12
Pôster	8

Fonte: DEAC

NOVA IGUAÇU

Eventos	Quantidade em 2014
Palestra	16
Projeto	19
Oficina	3
Outras Atividades	3
Minicurso	10
Pôster	12

Fonte: DEAC

NOVA FRIBURGO

Eventos	Quantidade em 2013	Quantidade em 2014
Palestra	8	5
Expotec	5	6
Mesa redonda	3	3
Minicurso	4	4
Seminário	3	1
Pôster	1	-
Oficina	1	-

Fonte: DEAC

VALENÇA

Eventos	Quantidade em 2013	Quantidade em 2014
Palestra	7	18
Expotec	7	-
Mesa Redonda	-	1
Projeto	-	6
Outras Atividades	-	1
Minicurso	-	2
Seminário	-	5
Pôster	-	10

Fonte: DEAC

MARIA DA GRAÇA

Eventos	Quantidade em 2013	Quantidade em 2014
Palestra	7	2
Expotec	5	-
Projeto	1	11
Minicurso	14	4
Seminário	9	1
Outras Atividades	-	9
Pôster	2	10

Fonte: Campus Maria da Graça

ANGRA DOS REIS

Eventos	Quantidade em 2013	Quantidade em 2014
Palestra	-	2
Expotec	8	15
Minicurso	-	6
Seminário	-	15
Poster	12	-

ITAGUAÍ

Eventos	Quantidade em 2013	Quantidade em 2014
Palestra	18	18
Expotec	73	73
Evento Artístico Cultural	2	2
Minicurso	1	1
Seminário	8	8

Fonte: DEAC

III- Ações de Empreendedorismo Inovador – Incubadora

Incubadora de Empresa Tecnológica - IETEC	2012	2013	2014
Empresas Incubadas	4	3	5
Projetos Pré-Incubados	4	7	4
Atendimento ao público	456	432	2732
Lançamento de Edital	1	2	2
Empresas Graduadas (acumulado até 2014)	15	15	17
Projetos descontinuados (acumulado até 2014)	20	21	22
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP	Desativada	desativada	Obs. A ITESS encontra-se em implantação para iniciar suas atividades em 2015

Fonte: IETEC/DIREX

IVa- Gestão de Convênios Ativos IETEC

Entes Participantes 2013	Programas/Projetos 2013	Ação 2013
Edital SEBRAE COD. 01/2011 – 02 - Projeto IETEC-CEFET/RJ – Aprovado – em parceria com a Fundação Rotária de Educação para o Trabalho – FRET – com destinação de R\$120.000,00.	Implantação da metodologia CERNE – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos, em núcleo composto com a incubadora da COPPE/UFRJ como nucleadora e as incubadoras IETEC, INT e LNCC como nucleadas.	Adequar a operação da IETEC-CEFET/RJ aos requisitos do CERNE, para aquisição da qualificação CERNE 1 - foco nos empreendimentos, através das boas práticas a serem implantadas, em comum acordo com a Incubadora da COPPE/UFRJ, incubadora Nucleadora, visando um desenvolvimento com qualidade, produtividade e sustentabilidade. Situação atual: aguardando assinatura do Convênio SEBRAE/RJ com a Fundação FRET.
Edital MCTI/FINEP– PNI – Incubadoras – 12/2010 – Conv. Referência 1848/2010 – Projeto REDERJ - Aprovado – em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro – REDETEC, envolvendo 13 incubadoras do Rio de Janeiro, com destinação de R\$107.555,40 para a IETEC-CEFET.	Incrementar a competitividade das empresas incubadas e das que serão incubadas no futuro.	- Implantar metodologias de prospecção que melhorem o fluxo de empresas candidatas com propostas de negócios de alto valor agregado = prospecção de projetos promissores; - Criar e/ou fortalecer capacitações nas empresas visando torná-las mais competitivas; - Implantação da metodologia CERNE. Situação atual: aguardando repasse de recursos da FINEP para a REDETEC.
Acordo de Parceria Programa Shell Iniciativa Jovem e CEFET-RJ	Formalização da parceria de cooperação para acesso dos alunos do CEFET-RJ ao Programa Shell de educação vivencial para o empreendedorismo.	O programa Shell disponibiliza através da metodologia Iniciativa Jovem cursos, consultoria, palestras e debates com vistas ao estímulo da cultura empreendedora entre alunos do CEFET-RJ.
Termo de Outorga - Edital FAPERJ 18/2010 – Projeto aprovado – Processo Nº E-26/190.011/2011, com destinação de R\$250.000,00 - para aplicação na IETEC e na CEFET-JR. – Coord. Prof. Dr. Rafael Paim Cunha Santos	Fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da rede de parcerias da IETEC-CEFET/RJ para melhorias do desenvolvimento de empreendimentos inovadores	- Adquirir e implantar nova infraestrutura tecnológica para a IETEC e CEFET Júnior; - Implantar pré-incubação em pelo menos duas unidades do sistema CEFET/RJ: Nova Friburgo e Petrópolis; - Integrar as ações da CEFET Júnior ao sistema de assessoramento e acompanhamento <i>online</i> dos projetos da IETEC. - Situação atual: em andamento.
Entes Participantes 2014	Programas/Projetos 2014	Ação 2014
FAPERJ Edital 37/2014 – Apoio a Incubadoras	Expansão da IETEC CEFET-RJ nas unidades descentralizadas para o fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da rede de parcerias em prol do desenvolvimento de Empreendimentos inovadores.	Fortalecer as ações da IETEC no Sistema CEFET/RJ por meio da implantação de pré-incubadoras de empresas nas unidades descentralizadas de Valença, Itaguaí e Nova Friburgo possibilitando a ampliação dos serviços prestados junto às empresas, empreendedores e outros atores locais que carecem de apoio, informação e conhecimento relacionando ao pensamento de inovação tecnológica, integrando a IETEC junto à comunidade local e aos esforços de empreender inovações com qualidade.

<p>Edital MCTI/FINEP– PNI – Incubadoras – 12/2010 – Conv. Referência 1848/2010 – Projeto REDERJ - Aprovado – em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro – REDETEC, envolvendo 13 incubadoras do Rio de Janeiro, com destinação de R\$107.555,40 para a IETEC-CEFET/</p>	<p>Incrementar a competitividade das empresas incubadas e das que serão incubadas no futuro</p>	<p>Incrementar a competitividade das empresas incubadas e das que serão incubadas no futuro: Rede de prospecção – garantir o fluxo de empresas candidatas com negócios competitivos e de alto valor agregado, através das prospecções de projetos de pesquisa nas ICTs para ampliar o leque de projetos para as incubadoras que já as realizam e refinar o processo já existente; e para as incubadoras que não têm a prática, realizar prospecção através de consultoria e da transferência do método.</p>
--	---	--

Fonte: IETEC/DIREX

IVb- Gestão de Convênios de Extensão Ativos

Entes Participantes 2013	Programas/Projetos 2013	Ação 2013
Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP / IFF / CEFET/RJ	Programa Nacional de Qualificação Profissional	Promover a formação em nível de Qualificação Profissional
SEDEIS/UERJ/CEFET/RJ	Rede SUCe- Projeto de Capacitação em Comunidades Pacificadas	Promover a inserção social e cidadã das pessoas através de intervenções nas Comunidades de baixa renda e na capacitação das pessoas – Comunidade alcançada: Mangueira
Fundação Rotária de Educação para o Trabalho- FRET/CEFET/RJ	Acordo de Cooperação Técnica, Científica, Tecnológica, Pedagógica e Operacional	Desenvolver ações extensionistas traduzidas através de: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outros produtos acadêmicos.
CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Bem-vindo ao CEFET/RJ	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio.
CEFET/RJ	Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes – Núcleo Tijuca	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.
CEFET-RJ/UNIVERSIA BRASIL S.A.	Cooperação Técnica	Traçar as diretrizes e definir os termos e condições que regularão o acesso pela IES ao Portal Universia e o compartilhamento de informações na área de educação
Entes Participantes 2014	Programas/Projetos 2014	Ação 2014
SEDEIS/UERJ/CEFET/RJ	Rede SUCe- Projeto de Capacitação em Comunidades Pacificadas	Promover a inserção social e cidadã das pessoas através de intervenções nas Comunidades de baixa renda e na capacitação das pessoas – Comunidade alcançada: Mangueira
Fundação Rotária de Educação para o Trabalho- FRET/CEFET/RJ	Acordo de Cooperação Técnica, Científica, Tecnológica, Pedagógica e Operacional	Desenvolver ações extensionistas traduzidas através de: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outros produtos acadêmicos.

CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Bem-vindo ao CEFET/RJ	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio.
CEFET/RJ	Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes – Núcleo Tijuca	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.
CEFET/RJ / UNIVERSIA BRASIL S.A	Cooperação Técnica	Traçar as diretrizes e definir os termos e condições que regularão o acesso pela IES ao Portal Universia e o compartilhamento de informações na área de educação
Iniciativa Jovem da Shell	Formalização da parceria de cooperação para acesso dos alunos do CEFET-RJ ao Programa Shell de educação vivencial para o empreendedorismo.	Programa de apoio ao empreendedorismo juvenil desenvolvido pela Iniciativa Jovem da Shell
CEFET/RJ / Banco Santander (Brasil) S.A	Convênio	Concessão de Bolsa de EDUCAÇÃO “EAD” Ensino de idiomas à distância
CEFET/RJ / Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro	Convênio	Constituição do fórum interuniversitário de cultura do Rio de Janeiro (FIC/RJ)

Fonte: DIREX

V- Eventos Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2014

Nos quadros a seguir, estão quantificados os Eventos de Extensão (cursos, palestras, seminários, etc) realizados no Sistema CEFET/RJ, excetuando-se os realizados durante a Semana de Extensão (quantificados anteriormente).

Campus Maracanã	QUANTIDADE 2013	QUANTIDADE 2014
CEFET Jr. Consultoria	04	4
DEAC	48	50
DIEMP	09	16
ENACTUS CEFET RJ	10	38
Programa Turma Cidadã	-	4
DIREX GABINETE	02	

Fonte: DEAC/DIEMP/IETEC/TURMA CIDADÃ/SIFE/CEFET JR/DIREX

Demais Campi	QUANTIDADE 2013	QUANTIDADE 2014
Valença	10	6
Nova Friburgo	39	9
Nova Iguaçu	07	5
Maria da Graça	03	2
Petrópolis	01	1
Angra dos Reis	08	6
Itaguaí	01	1

Fonte: Campus CEFET/RJ

Com relação a inclusão social, destaca-se a presença do NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) do CEFET/RJ, criado sob portaria institucional nº 484 de 30 novembro de 2004. O Núcleo está vinculado à Diretoria de Ensino e tem como objetivos:

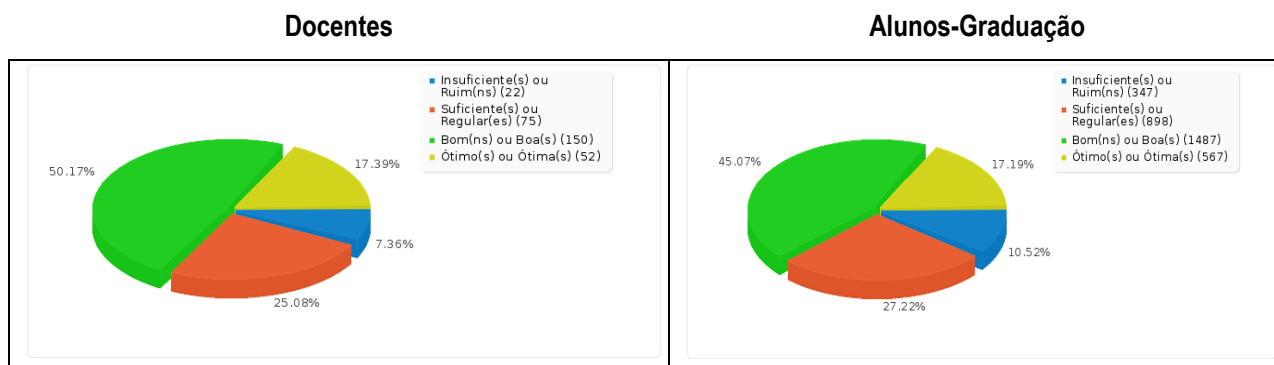
- Promover a inclusão escolar e a educação inclusiva no CEFET/RJ por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores.
- Articular ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais.
- Trabalhar de forma articulada com as coordenadorias de cursos e disciplinas e com os demais departamentos que demandem ações voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais.
- Implantar medidas de acessibilidade no *campus* do CEFET/RJ, de forma a permitir acesso das pessoas com necessidades especiais nos vários espaços acadêmicos.
- Acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do processo educativo de qualidade aos alunos com necessidades especiais.
- Incentivar o debate, a pesquisa, o ensino e a extensão no âmbito do CEFET/RJ em torno das questões relacionadas à educação inclusiva.
- Fomentar a troca de experiências com instituições de ensino e outros setores público ou privado, para a discussão da temática educação inclusiva.

Sobre a questão da acessibilidade, é importante mencionar que o CEFET/RJ firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2011, para o cumprimento da questão da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme o Decreto nº 5.296/2004, e conseqüentemente, da Norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Como resultado do TAC, o CEFET/RJ já concluiu e apresentou ao Ministério Público o diagnóstico de todas as suas dependências, quanto à questão da acessibilidade. Elaborou um projeto de acessibilidade e mantém o Ministério Público informado do andamento das ações.

A seguir são apresentadas as questões propostas à comunidade acadêmica relacionadas à respectiva dimensão.

Questão comum aos docentes e alunos:

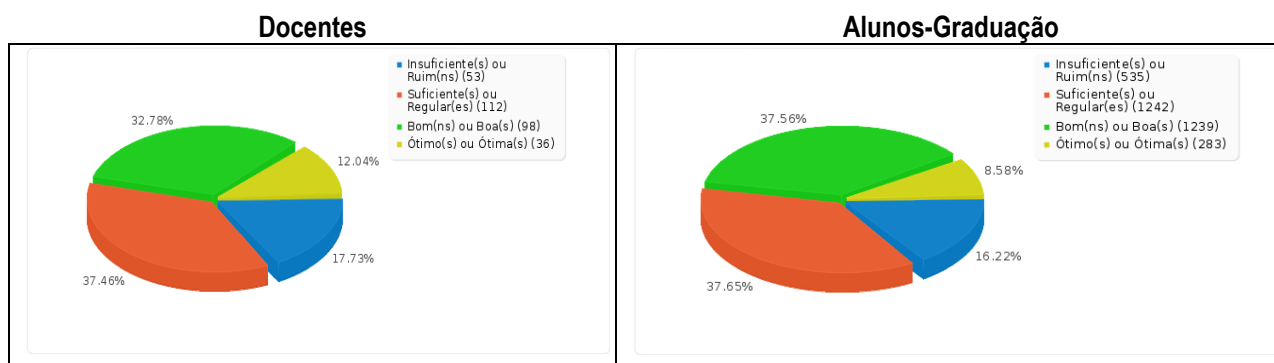
☞ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



Considerando os alunos e seus familiares como os principais interessados neste indicador, pois revela a empregabilidade do formando do CEFET/RJ, percebe-se que 62,26% dos alunos de graduação consideram boa ou ótima a forma como a Instituição conduz sua entrada no mercado de trabalho. Entre os professores, 67,56% também consideram boa ou ótima a forma como a Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho.

Esses dados revelam que a Instituição causa relevante impacto do ponto de vista da empregabilidade de seus alunos que conseguem, por meio do CEFET/RJ, inserir-se no mercado de trabalho regional. A avaliação realizada em 2012 apresentou um comportamento semelhante para tal quesito, com 70,34% dos docentes e 66,51% dos alunos de graduação avaliando como boa ou ótima a viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho.

☞ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



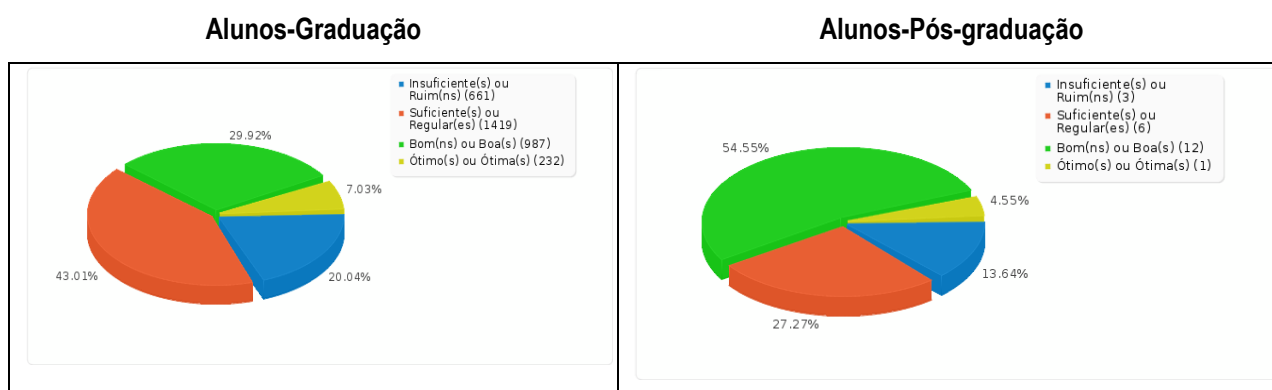
Entre os alunos de graduação pesquisados, 16,22% consideram que a Instituição acompanha a inclusão dos alunos no mercado de trabalho de forma insuficiente e 37,65% consideram que isto ocorre de forma suficiente ou regular. O restante, o equivalente a 46,14%, considera que as ações da Instituição ocorrem de forma boa ou ótima.

Entre os professores pesquisados, 17,73% consideram insuficiente a forma como a Instituição acompanha a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho e 37,46% consideram suficiente. O restante, o correspondente a 44,82%, avalia que tais ações da Instituição ocorrem de forma boa ou ótima. Seria muito produtivo aprimorar a forma como este acompanhamento é feito, pois o dado em questão é muito favorável à imagem da Instituição, com base no que revela o item anteriormente pesquisado.

A avaliação de 2012 apresentou um comportamento semelhante à avaliação de 2013 para os alunos de graduação e professores, com um índice de insatisfação de 14,9% para os discentes e de 23,95% para os docentes.

Questões específicas aos alunos:

☞ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

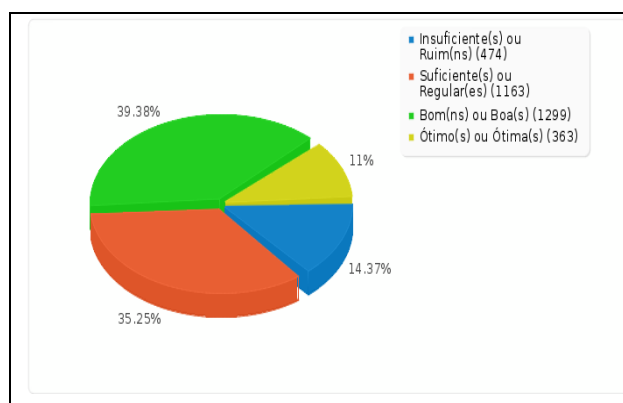


Grande parte dos discentes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, indica a escala suficiente e boa para avaliar o quesito. No entanto, chama a atenção o índice de insatisfeitos dos alunos da graduação com a política de assistência estudantil: 20,04% dos respondentes não estão satisfeitos. Já na pós-graduação o índice de insatisfeitos é um pouco menor, o equivalente a 13,64%. Sugere-se aprofundar, junto aos alunos da graduação, a pesquisa sobre o que é relevante para esses discentes em termos de assistência social visando melhorar esse índice em avaliações futuras.

Na avaliação realizada em 2012, pode-se constatar que, de uma maneira geral, tal item foi avaliado de forma similar: grande parte dos alunos da graduação e da pós-graduação considerou a política de assistência estudantil suficiente e boa. Quanto ao índice de insatisfação, esse foi de 21,1% para os alunos da graduação e de 11,11% para os discentes da pós-graduação.

➔ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

Alunos-Graduação

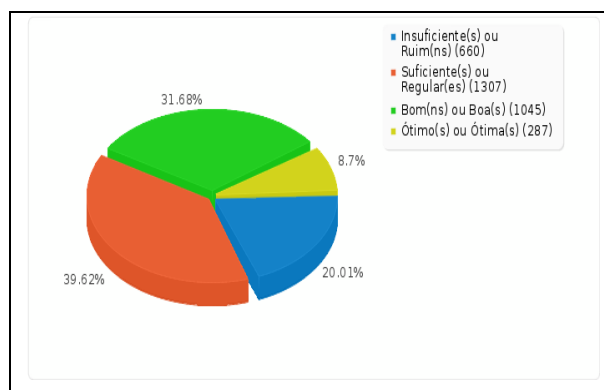


Neste item, a maior parte dos alunos respondentes da graduação, no caso 39,38%, escolheu a escala boa para avaliar tal questão e outra grande parcela, 35,25% dos respondentes, selecionou a escala suficiente. Entretanto, 14,37% dos discentes da graduação não estão satisfeitos com a política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica etc.

A avaliação realizada em 2012 apresentou uma avaliação similar para tal quesito. Grande parte dos respondentes considerou tal item bom (37,7%) e suficiente (34,76%), enquanto que 14,97% avaliaram-no como insuficiente (14,97%). Essa boa avaliação sugere que o trabalho que está sendo desenvolvido para melhorar esse índice está dando resultado, e que o Programa de Monitoria – em seu segundo ano de execução – e a ampliação do número de bolsas em, aproximadamente, 35% do total disponibilizado no ano anterior, pode ter influenciado nesta avaliação positiva.

➔ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação



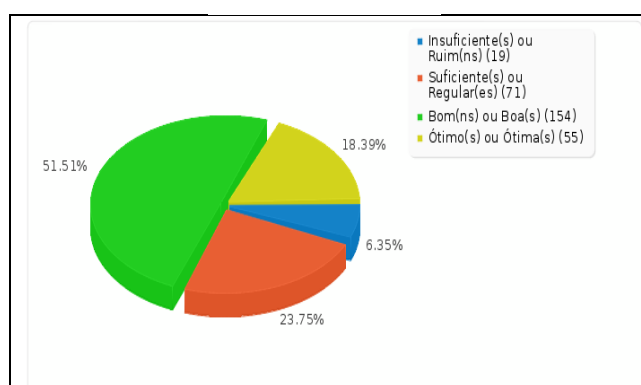
Grande parte dos alunos de graduação considera que o número de bolsas oferecido neste aspecto é suficiente, o correspondente a 39,62%. No entanto, tem-se um índice de insatisfação que merece atenção: 20,01% dos alunos da graduação respondentes.

Na avaliação de 2012, grande parte dos alunos da graduação, no caso 39,36%, também considerou esse item suficiente. Entretanto, o índice de insatisfação foi considerável, correspondendo a 23,75% dos discentes respondentes.

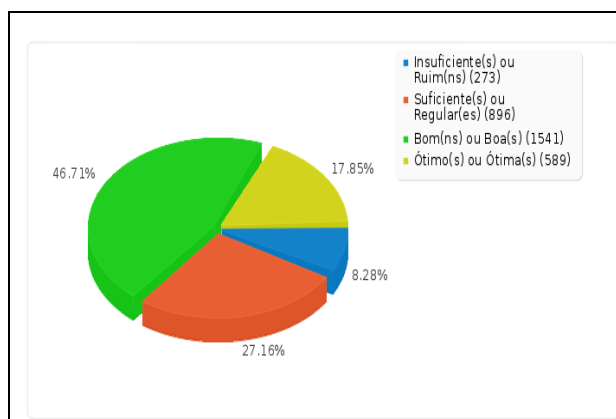
Questão comum aos docentes e alunos:

O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...

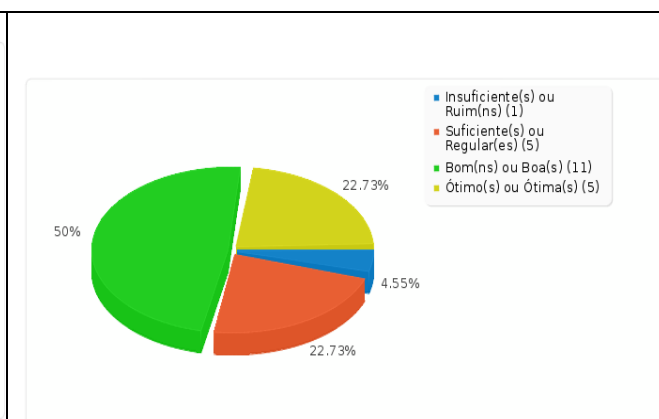
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



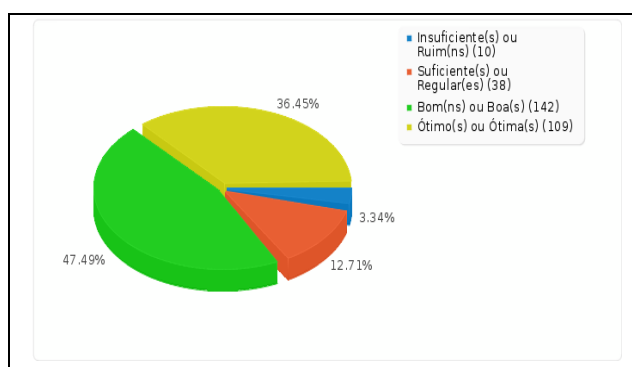
O equivalente a 64,56% dos estudantes de graduação e de 72,73% dos discentes de pós-graduação consideram bom ou ótimo o conceito do curso na comunidade interna e externa. Entre os docentes, 69,9% consideram o conceito do curso na comunidade interna e externa bom ou ótimo. Isto revela uma excelente autoestima dos alunos e professores em relação ao CEFET/RJ. Este aspecto pode ser ainda mais desenvolvido, intensificando a divulgação interna e externa das oportunidades que a Instituição oferece.

A avaliação de 2012 também apresentou uma grande satisfação por parte da comunidade envolvida, com 64,28% dos alunos de graduação, 77,78% dos discentes da pós-graduação e 76,42% dos docentes avaliando tal quesito como bom ou ótimo.

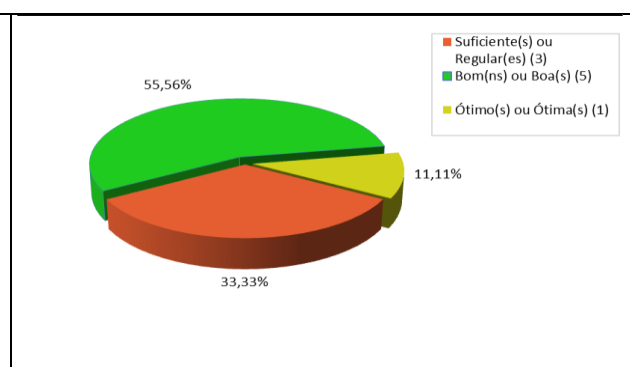
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ A Instituição respeita as diferenças. Sejam elas religiosas, de sexo e étnicas. Isso se dá de maneira...

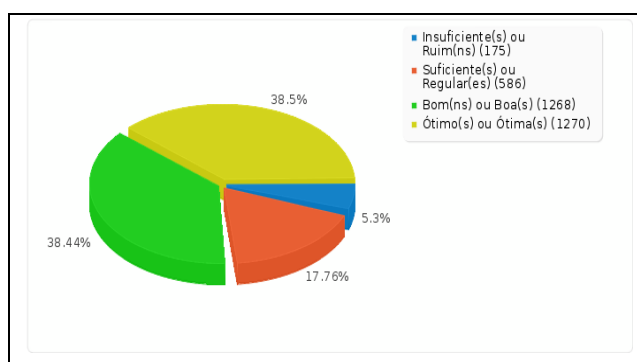
Docentes



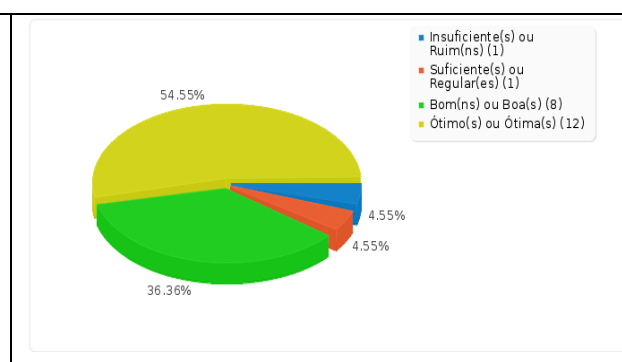
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

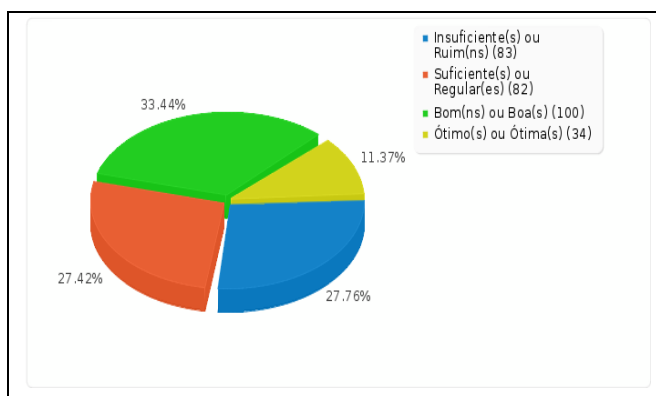


O equivalente a 83,94% dos docentes, de 66,67% dos técnico-administrativos, 76,94% dos alunos da graduação e 90,91% dos discentes da pós-graduação pesquisados consideram bom ou ótimo esse aspecto.

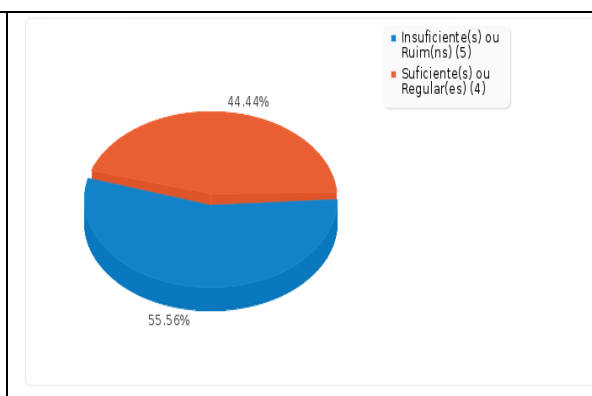
Com base nos dados mencionados, percebe-se um ambiente de elevada tolerância às diferenças. Este aspecto é muito positivo para uma Instituição de ensino. Na avaliação realizada em 2012, foi detectado um comportamento semelhante com percentuais um pouco maiores de uma forma geral: 82,89% dos docentes, 82,5% dos técnico-administrativos, 82,12% dos alunos da graduação e 95,55% dos discentes da pós-graduação avaliaram tal aspecto como bom ou ótimo.

➔ A Instituição promove ações que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais em seus cursos. Isso ocorre de maneira...

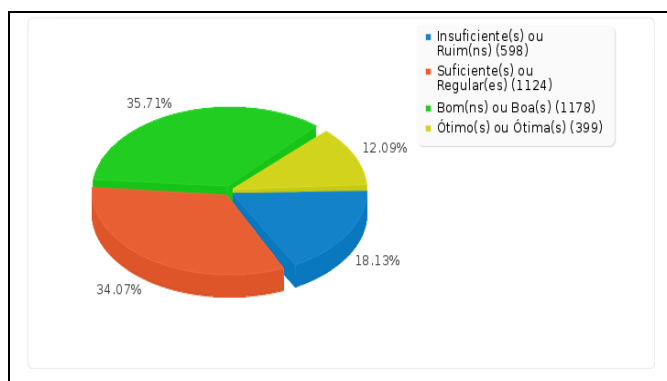
Docentes



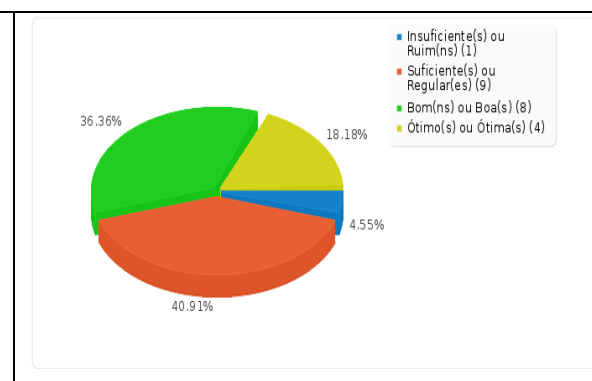
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



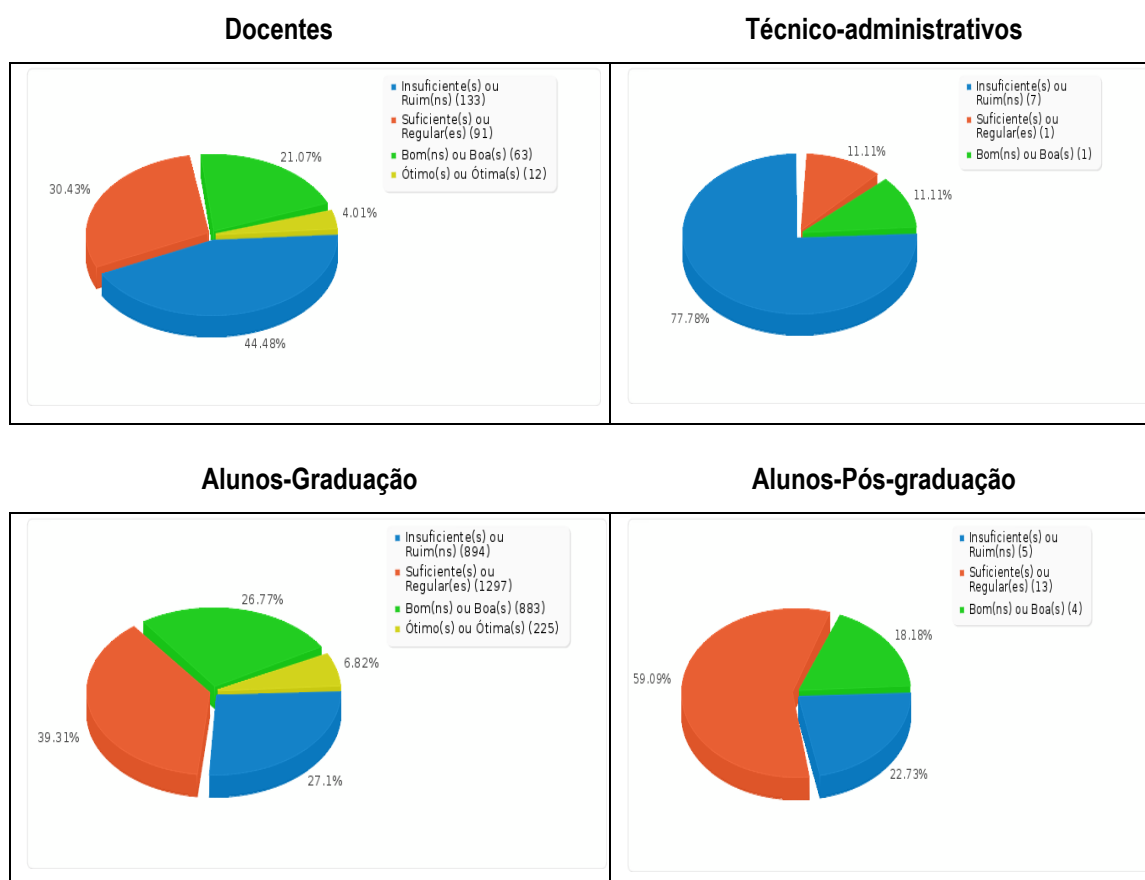
Alunos-Pós-graduação



O equivalente a 18,13% dos alunos de graduação e 4,55% dos estudantes de pós-graduação não estão satisfeitos com as ações da Instituição visando à inclusão dos portadores de necessidades especiais. Dos professores, 27,76% também consideram essas ações insatisfatórias. Para os técnico-administrativos, 55,56% também concordam com este ponto de vista.

Na avaliação realizada em 2012, 17,84% dos alunos de graduação, 20% dos estudantes de pós-graduação, 24,33% dos professores e 25% dos técnico-administrativos avaliaram as ações da instituição que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais como insuficientes. Vale observar a redução do índice de insatisfação no segmento dos alunos da pós-graduação: em 2012, o percentual foi de 20%, já em 2013 é de 4,55% dos respondentes. Por outro lado, cabe ressaltar o aumento deste índice no segmento dos técnico-administrativos: em 2012, o índice de insatisfação foi de 25% e, em 2013, é de 55,56%.

➔ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...



O equivalente a 22,73% dos alunos de pós-graduação, 27,1% dos estudantes de graduação, 44,48% dos professores e 77,78% dos técnico-administrativos consideram que as instalações não são adequadas aos portadores de necessidades especiais. Assim, parece haver um consenso sobre a necessidade de maiores investimentos com relação a esse item.

Na avaliação realizada em 2012, 26,19% dos alunos de graduação, 33,33% dos discentes de pós-graduação, 41,83% dos professores e 45% dos técnico-administrativos avaliaram as instalações como insuficientes. Vale observar que tal item ainda apresenta expressivos índices de insatisfação e, portanto, merece ser pesquisado e compreendido para que providências sejam tomadas.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na última avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição) foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Muitas atividades são

desenvolvidas em relação à responsabilidade social, o que contribui para a imagem positiva da Instituição perante a comunidade interna e externa. Destacam-se, nesse sentido, as iniciativas do protagonismo estudantil como: ENACTUS CEFET/RJ, projeto que tem como principal objetivo empoderar pessoas e comunidades, transformando suas vidas e aumentando suas rendas; a CEFET Jr Consultoria, que visa possibilitar a realização de ações voltadas para o desenvolvimento de estudos, análises e diagnósticos, capazes de se constituírem em soluções para as demandas do mundo produtivo e da sociedade.; além do Centro de Memória do CEFET que objetiva tornar evidente a história da Instituição e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país; as Incubadoras ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis de base social e a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas; a Semana de Extensão, que integra a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), cujo principal objetivo é socializar a produção científico-acadêmica do CEFET/RJ para a público interno e externo.

Sobre inclusão social destaca-se o NAPNE, Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais, que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade.

As ações da IES no sentido da defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural são perceptíveis e estão contempladas nas diretrizes institucionais sendo adequadamente implantadas e acompanhadas, destacando-se o Programa Turma Cidadã (<http://turmacidada.cefet-rj.br/>), com o objetivo de implantar uma cultura de responsabilidade socioambiental na ambiência da IES, através de ações internas e externas, de dimensão nacional e internacional.

A Instituição possui uma imagem positiva na sociedade, amparada pelos resultados em termos da empregabilidade que proporciona aos seus alunos. A comunidade interna, em linhas gerais, possui autoestima elevada nesse aspecto. A Instituição convive bem com as diferenças, constituindo, assim, um ambiente de tolerância e boa convivência.

b.2) Fragilidades

A acessibilidade e as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais são questões que ainda merecem atenção.

Apesar da boa avaliação com relação ao acompanhamento dos egressos, sabe-se que a Instituição necessita de um método oficial que viabilize tal processo.

c) Ações com base na análise

Ampliar os programas de assistência social, pesquisando quais são as necessidades percebidas pelos alunos como fundamentais. Ampliar as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais. Implementar oficialmente um método de acompanhamento de egressos.

3.3 – Eixo 3: Políticas Acadêmicas

3.3.1 – Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

a) Principais Aspectos Avaliados

ENSINO – GRADUAÇÃO

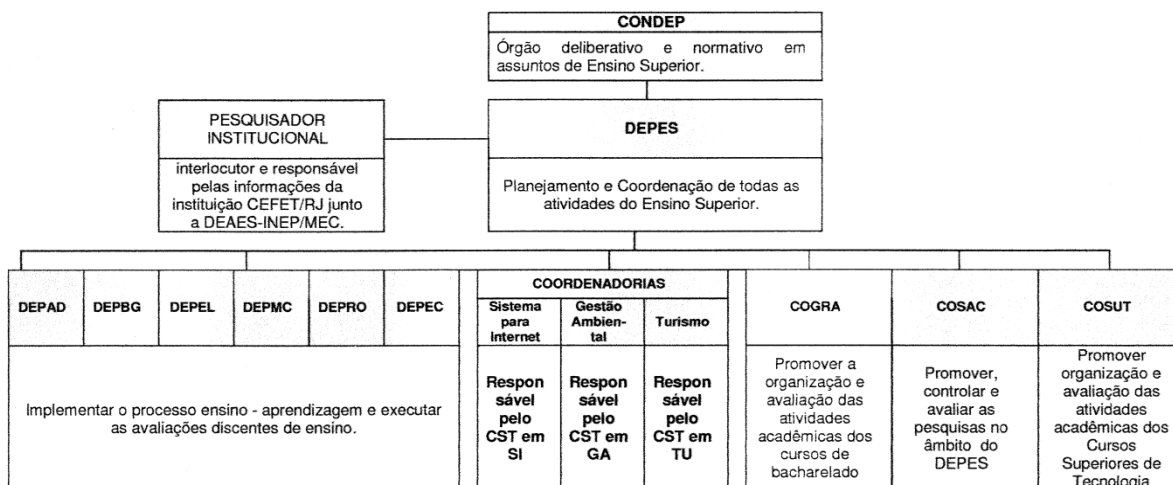
a.1) Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.

a.2) Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.

Embora o foco desta avaliação seja o ensino superior, não se pode esquecer que o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ é uma Instituição diferenciada que atua nos três níveis de ensino: educação profissional técnica e ensino médio, graduação e pós-graduação.

A DIREN (Diretoria de Ensino) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino no CEFET/RJ, devendo estar articulada com as atividades de pesquisa e extensão, conforme disposto no Estatuto da Instituição. Na estrutura de uma Universidade, a DIREN seria equivalente à Pró-Reitoria de Ensino. O DEPES é um órgão executivo da Diretoria de Ensino que, até o primeiro semestre de 2011, contava com um Conselho Departamental (CONDEP) e três coordenações: a COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico) e a COSUT (Coordenadoria dos Cursos Superiores de Tecnologia), conforme ilustrado no organograma a seguir. As siglas dos departamentos ilustrados correspondem a: DEPAD (Departamento de Educação e Administração Industrial), DEPBG (Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais), DEPEL (Depto. de Engenharia Elétrica), DEPMC (Depto. de Engenharia Mecânica), DEPRO (Depto. de Engenharia de Produção) e DEPEC (Depto. de Engenharia Civil).

Até o primeiro semestre de 2011, o DEPES era um órgão sistêmico, apoiando todas as Unidades com cursos de graduação, no caso Maracanã, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis e Itaguaí. As áreas em que todas as unidades atuam estão representadas no organograma, a não ser as licenciaturas, que não estão indicadas. Vale observar que em Nova Iguaçu, o DEPEL contempla o curso de Engenharia de Controle e Automação. A partir do segundo semestre de 2011, o DEPES passou a atuar apenas no Maracanã. A DIREN manteve seu caráter sistêmico, continuando a atuar em todas as Unidades.



Organograma Funcional do Departamento de Educação Superior (até 1^o sem/2011)

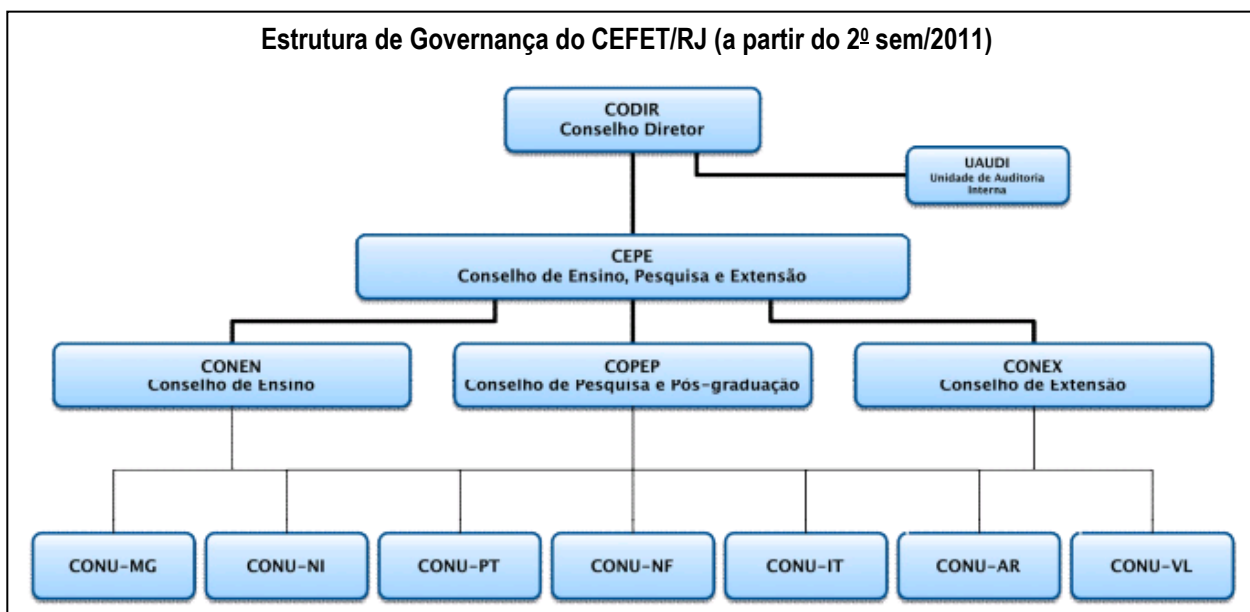
Em 2014, o DEPES passou por mudanças significativas para o melhor funcionamento dos cursos. Em julho de 2014, o DEPBG (Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais) do Maracanã foi desmembrado em 3 departamentos: o Departamento de Matemática, o Departamento de Física e o Departamento de Ciências Aplicadas. Em agosto de 2014, o DEPEL, Depto. de Engenharia Elétrica do Maracanã, que contemplava 4 cursos, (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia de Telecomunicações) passou a ter 4 coordenações. No segundo semestre desse mesmo ano, todos os Departamentos foram transformados em Coordenadorias. Os últimos cursos superiores criados na Sede foram o curso de Ciência da Computação (2012.2) e o Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (2014.1).

A estrutura de apoio do DEPES, contempla a SECAD (Secretaria Administrativa), a SEPES (Seção de Apoio a Educação Superior), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico) e a COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação). Cabe observar que esta última Coordenadoria, COGRA, manteve sua função de apoio ao Sistema CEFET/RJ, da época em que o DEPES era sistêmico, apoiando, portando, diretamente também a DIREN, em atividades sistêmicas, como o censo, processos de avaliações de curso e de avaliação institucional, processos de transferência de alunos, processos de mobilidade, entre outras atividades. Como se pode verificar, muitas dessas atividades são de apoio ao PI, Pesquisador Institucional.

A figura do Pesquisador Institucional (PI) surgiu com a Portaria N° 46, de 10 de janeiro de 2005, atendendo a necessidade do Ministério da Educação da existência de um interlocutor entre as IES e o ministério. O PI, entre outras atribuições, é o responsável pelas informações inseridas anualmente no Censo da Educação Superior, conforme o artigo 4º dessa mesma Portaria: “As Instituições de Educação Superior deverão designar um Pesquisador Institucional para ser o interlocutor e responsável pelas informações da instituição junto a DEAES-INEP”.

A política de ensino no CEFET/RJ é estabelecida de forma coletiva e democrática, através da discussão em seus colegiados de cursos e conselhos ligados à atividade acadêmica. Até o primeiro semestre de 2011, em nível

sistêmico, havia as seguintes instâncias de decisão colegiada: Conselho de Extensão (CONEX), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP), Conselho Departamental (CONDEP), Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico (CONDMET), Conselho de Ensino (CONEN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Diretor (CODIR). A partir do segundo semestre de 2011, o CONDMET e CONDEP passaram a não ser mais sistêmicos e as instâncias passaram a ser as representadas no organograma a seguir:



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013. DIGES, mar/2014.

No organograma anterior, foi utilizada a sigla CONU para cada Conselho de Unidade. A estrutura dos Conselhos pode ser consultada na Dimensão 6, “Estrutura de Órgãos Colegiados”.

Articulando a educação profissional técnica de nível médio à graduação, a diretriz de ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades de ensino compreende dois objetivos, como consta no PDI 2010-2014:

- ampliar a oferta de educação profissional técnica e de educação superior; e
- aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos oferecidos pela Instituição.

Como consta no PDI em vigor, quando do lançamento do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), compartilhando o desafio colocado à reestruturação e expansão das universidades federais, o CEFET/RJ entendeu ser oportuna a possibilidade de mobilizar-se no horizonte das diretrizes do Programa, agindo sobre o projeto pedagógico institucional e reafirmando o compromisso de ampliação de acesso e permanência na educação superior, não apenas nas Unidades de Ensino em que já atuava, mas também naquelas em que projetava a expansão da educação profissional técnica de nível médio. No entanto, embora de direito e de fato Instituição de Ensino Superior desde 1978, este CEFET foi impedido de participar do REUNI, ainda que com maior quantitativo de atendimento de graduação que o de algumas universidades. Para o exercício de 2010, foi excluído da matriz orçamentária da SESu, o que interrompe uma

conduta de muitos anos, e teve negado o pedido de liberação de vagas da carreira de magistério superior, que integra o quadro docente desde sua criação. No que toca à regulação, supervisão e avaliação dos cursos de graduação, permanece a vinculação com a referida Secretaria.

Norteadas pelo princípio da verticalização do ensino, a Instituição desde sempre assumiu ser possível levar a oferta de cursos de graduação às suas Unidades fora da Sede. Assim o fez em Nova Iguaçu, onde implantou cursos de Engenharia a partir das primeiras iniciativas de uma Universidade Pública da Baixada Fluminense, participando, com a UFF e a UFRRJ, do Consórcio de Instituições Federais de Educação Superior sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Nas cidades-polo de Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, com a inauguração das novas Unidades, também chegou/chegará com cursos dessa natureza, em resposta ao pleito da população de mesorregiões que não contam ou contam incipientemente com a presença da educação superior pública e gratuita.

As orientações internas da proposta de adesão ao REUNI, apreciadas na comunidade e referendadas pelo Conselho Diretor, fortaleciam e atualizavam objetivos, estratégias e ações do Plano de Desenvolvimento Institucional, levando em conta que as diretrizes gerais desse Programa estavam em consonância com o projeto de Universidade Tecnológica que articula níveis de ensino e integra atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2014, o CEFET/RJ oferecia na Educação Superior os seguintes cursos de graduação, com início nas datas indicadas:

Sede - Maracanã

Dez cursos de Graduação - Bacharelado: Engenharia Mecânica (1979.1), Engenharia Elétrica (1979.1), Engenharia Eletrônica (1979.1), Engenharia de Telecomunicações (1979.1), Engenharia de Produção (1998.1), Administração Industrial (1998.1), Ciência da Computação (2012.2), Engenharia Civil (2007.2), Engenharia de Controle e Automação (2005.2) e Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (2014.1).

Três cursos de Graduação - Superior de Tecnologia (1998.1): Tecnólogo em Gestão Ambiental (1998.1) Tecnólogo em Sistemas para Internet. (1998.1) e Tecnólogo em Gestão de Turismo (2012.1). Este último sendo o único curso de tecnólogo semipresencial oferecido pela Instituição.

Campus Nova Iguaçu

Três cursos de Graduação (Bacharelado): Engenharia de Controle e Automação (2004.2), Engenharia de Produção (2005.2) e Engenharia Mecânica (2014.1).

Campus Nova Friburgo

Um curso de Graduação (Licenciatura): Licenciatura em Física (2008.2).

Um curso de Graduação (Superior de Tecnologia): Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2).

Um curso de Graduação (Bacharelado): Sistemas de Informação (2014.1).

Campus Petrópolis

Um curso de Graduação (Licenciatura): Licenciatura em Física (2008.2).

Um curso de Graduação (Superior de Tecnologia): Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2).

Um curso de Graduação (Bacharelado): Engenharia de Computação (2014.1).

Campus Itaquá

Um curso de Graduação (Bacharelado): Engenharia Mecânica (2010.1).

Campus Angra dos Reis

Um curso de Graduação (Bacharelado): Engenharia Mecânica (2013.2).

Campus Valença

Um curso de Graduação (Bacharelado): Engenharia de Alimentos (2014.1).

Os cursos de Engenharia são ministrados em 10 períodos letivos regulares, todos com um máximo de 18 períodos. Os cursos de Administração e de Licenciatura em Física são oferecidos em 8 períodos letivos regulares, com um máximo de 14 períodos, sendo o curso de Licenciatura ministrado no período noturno. Os Cursos Superiores de Tecnologia também são oferecidos no período noturno, com a duração média de dois anos e meio.

A Tabela a seguir apresenta os cursos avaliados pelo Enade. Tal conceito, que mede o desempenho dos estudantes, varia de 1 a 5. Em 2011, parte dos estudantes realizaram um boicote, que, infelizmente, provocou consequências sobre os resultados. Pelo que pôde ser apurado, isso se deu em virtude da demora na instalação de alguns laboratórios que haviam sido comprados. O processo de compra e instalação de laboratórios é algo demorado, pois envolve licitação e instalação com pessoal especializado.

Conceito Enade										
Gestão Ambiental (Sede)	Administração (Sede)	Engenharia Mecânica (Sede)	Engenharia Elétrica (antiga Eng. Elétrica com ênfase em Eletrotécnica.) (Sede)	Engenharia Eletrônica (antiga Eng. Elétrica com ênfase em Eletrônica.) (Sede)	Engenharia de Telecomunicações (antiga Eng. Elétrica com ênfase em Tele.) (Sede)	Engenharia de Produção (Sede)	Engenharia de Produção (NI)	Engenharia de Controle e Automação (Sede)	Engenharia de Controle e Automação (NI)	Ano
4	----	----	----	----	----	----	----	----	----	2013
----	4	----	----	----	----	----	----	----	----	2012
----	----	2	2	2	3	3	4	2**	3	2011
5	----	----	----	----	----	----	----	----	----	2010
----	4	----	----	----	----	----	----	----	----	2009
----	----	3	3	----	3	4	SC	4	5	2008
----	5	----	----	----	----	----	----	----	----	2006
----	----	4	2*	----	4	4	4	SC	----	2005

*Nota1: em relação aos cursos de Engenharia Elétrica com Ênfase em Eletrônica e Eletrotécnica, é preciso que se registre um fato que redundou em prejuízo dos resultados. No encaminhamento das provas, de responsabilidade do INEP, os alunos do curso com Ênfase em Eletrônica receberam os cartões de resposta com o código e o nome da Ênfase em Eletrotécnica. A consequência foi uma avaliação distorcida, de vez que, frente à identidade do seu curso, muitos responderam à prova de Eletrônica, não tendo sido consideradas as respostas do correspondente gabarito; e, aqueles que responderam às questões de Eletrotécnica não tiveram o melhor desempenho, já que os assuntos da prova eram diferentes dos da ênfase de formação do seu curso. Isso impactou na média de desempenho dos alunos dos dois cursos. À época da prova, o fato foi imediatamente comunicado ao INEP, com vistas a que o grupo prejudicado tivesse nova oportunidade de avaliação.

**Nota2: O curso de Engenharia de Controle e Automação da Sede recebeu uma comissão *in loco* em 24/10/12, tendo recebido o conceito 4.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) vai de 1 a 5 e é divulgado anualmente. Tal conceito é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Para que os valores se consolidem, e representem o que se espera

de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores fazem visitas *in loco* para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente. Os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do INEP. Os demais casos, ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente.

Os cursos com conceito 3 são aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Cursos com conceito 5 são cursos de excelência, devendo ser vistos como referência pelos demais. O conceito permanente servirá como referência para subsidiar o processo de regulação dos cursos de graduação no país.

O CPC é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição foram retiradas do Enade, incluindo o questionário socioeconômico, e do Cadastro de Docentes. A Tabela a seguir apresenta os conceitos preliminares dos cursos do CEFET/RJ:

Conceito Preliminar de Curso - CPC										
Gestão Ambiental (Sede)	Administração (Sede)	Engenharia Mecânica (Sede)	Engenharia Elétrica (antiga Eng. Elétrica com ênfase em Eletrotécnica.) (Sede)	Engenharia Eletrônica (antiga Eng. Elétrica com ênfase em Eletrônica.) (Sede)	Engenharia de Telecomunicações (antiga Eng. Elétrica com ênfase em Tele.) (Sede)	Engenharia de Produção (Sede)	Engenharia de Produção (NI)	Engenharia de Controle e Automação (Sede)	Engenharia de Controle e Automação (NI)	Ano
3	----	----	----	----	----	----	----	----	----	2013
----	3	----	----	----	----	----	----	----	----	2012
----	----	2	2	2	3	3	3	2*->SC	SC**->3	2011
4	----	----	----	----	----	----	----	----	----	2010
----	4	----	----	----	----	----	----	----	----	2009
----	----	3	3	----	3	4	SC	4	4	2008

*Nota: O curso de Engenharia de Controle e Automação da Sede recebeu uma comissão *in loco* em 24/10/12, tendo recebido o conceito 4. Como na ocasião da publicação dos resultados do Enade sua Portaria de Reconhecimento não havia saído, pelas regras, este curso deveria ter ficado com SC (Sem Conceito) – curso não reconhecido até 30/09/12, no entanto, por um erro, foi o curso de NI que ficou com SC. O CEFET/RJ entrou com um recurso, que foi aceito pela SERES/MEC. A diligência correspondente foi encerrada (processo 201300123) e o curso foi reconhecido com conceito 4, pelo processo 200712781.

Em 2011, o Cálculo do CPC sofreu algumas alterações, assim como os pesos envolvidos, como mostra a tabela a seguir. Estas alterações podem ser consultadas na Nota Técnica Nº 029 de 15 de outubro de 2012. Esta Nota Técnica apresenta os estudos realizados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do INEP para definir o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2011, uma vez que foi necessário promover uma adaptação ao modelo utilizado até 2010. A Nota Técnica Nº 70 de 15 de outubro de 2014 apresenta as alterações na forma de utilização dos insumos do questionário do estudante (Enade) no cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) de 2013.

DESEMPENHOS		PESO até 2010	PESO em 2011	PESO em 2013
percepção dos alunos	(NC) –Nota dos concluintes no Enade Origem: Enade	15%	20%	20%
	(NI) - Nota dos ingressantes no Enade	15%	---	---
cadastro de docentes	(NIDD) - Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado Origem: Enem, Enade e Questionário do Estudante do Enem e Enade	30%	35%	35%
SUBTOTAL - DESEMPENHOS		60%	55%	55%
INSUMOS e PROCESSOS		PESO até 2010	PESO em 2011	PESO em 2013
percepção dos alunos	(NF) –Nota Infraestrutura e equipamentos: aulas práticas: “Os equipamentos disponíveis são suficientes para o número de estudantes?” Origem: Questionário do Estudante do Enade	5%	7,5%	5,0%
	(NO) - Nota Recursos didático-pedagógicos: “Os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos:objetivos; metodologias de ensino e critérios de avaliação; conteúdos e bibliografia da disciplina?” Origem: Questionário do Estudante do Enade	5%	7,5%	7,5%
	(NA) – Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional) Origem: Questionário do Estudante do Enade	---	---	2,5%
cadastro de docentes	(NPD) - Nota de professores doutores -> percentual de professores doutores no curso Origem: Censo	20%	15%	15%
	(NPM) - Nota de professores mestres ->percentual de professores mestres no curso Origem: Censo	5%	7,5%	7,5%
	(NPR) - Nota de Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial -> percentual de professores que cumprem regime parcial ou integral (não horista) no curso Origem: Censo	5%	7,5%	7,5%
SUBTOTAL - INSUMOS e PROCESSOS		40%	45%	45%
TOTAL		100%	100%	100%

Segundo o Manual dos Indicadores de Qualidade 2011, publicado pelo MEC/INEP/SINAES/DAES, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) tem o propósito de trazer às Instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados médios obtidos pelos concluintes das demais Instituições que possuem estudantes ingressantes de perfil semelhante ao seu. Para tanto, o IDD, como o próprio nome já diz, é resultante da diferença entre o desempenho médio obtido no Enade pelos estudantes concluintes de um curso e o desempenho médio que era esperado para esses mesmos estudantes, dadas as informações existentes sobre o perfil dos ingressantes desse curso.

A portaria normativa nº 4 de 05 de agosto de 2008 regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Assim, os cursos do CEFET/RJ com CPC \geq 3 habitualmente realizam sua renovação de reconhecimento baseada no CPC.

As últimas avaliações externas que ocorreram estão apresentadas na tabela a seguir:

Avaliação Externa (<i>in loco</i>)	Tipo de Avaliação	Conceito (CC)	Visita <i>in loco</i>
CEFET/RJ (Sede e Campi)	Renovação do Credenciamento Institucional	3	26 a 30/09/10
Curso de Engenharia de Produção (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	26 a 28/06/08
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	14 a 17/09/11
Curso de Tecnólogo em Sistemas para Internet (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento	3	02 a 05/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	13 a 16/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	10 a 13/06/12
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	24 a 27/10/12
Curso de Engenharia Civil (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	04 a 07/11/12
Curso de Engenharia Elétrica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	3	09 a 12/04/14
Curso de Licenciatura em Física (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	03 a 06/08/14
Curso de Licenciatura em Física (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	10 a 13/08/14
Curso de Engenharia Eletrônica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	26 a 29/11/14
Curso de Engenharia Mecânica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	26 a 29/11/14

A Instrução Normativa Nº 3, de 29 de julho de 2014, divulga o padrão decisório para análise dos pedidos de Renovação de Reconhecimento de Cursos de Educação Superior que foram submetidos à visita de avaliação *in loco*. Tal instrução apresenta algumas novidades. Para o caso de curso insatisfatório e/ou conceito insatisfatório em uma ou mais dimensões avaliadas, por exemplo, há sugestão de Protocolo de Compromisso. Para o caso de um ou mais requisitos legais considerados não atendidos em uma ou mais dimensões avaliadas, há sugestão de Deferimento com necessidade de avaliação *in loco* quando da próxima renovação de reconhecimento do curso, entre outras informações.

Enade, CPC e Avaliação *in loco* – resultados obtidos pelo CEFET/RJ

Dos quatro cursos que estavam sob medida cautelar, em virtude da nota do ENADE 2011, publicada no final de 2012, e por conseguinte do CPC, um foi reconsiderado pelo MEC, tendo em vista o recurso apresentado, uma vez que já havia recebido a avaliação *in loco*, após o Enade. Trata-se do curso de Engenharia de Controle e Automação, reconhecido com conceito quatro. Os outros três cursos receberam a visita de especialistas do MEC, em 2014, e obtiveram os seguintes conceitos, conforme apresentado na tabela anterior: Engenharia Elétrica: conceito 3, Engenharia Mecânica: conceito 4, e Engenharia Eletrônica: conceito 4. Tais conceitos confirmam a qualidade dos cursos e a seriedade do trabalho desenvolvido.

Com relação ao IGC (Índice Geral de Cursos), o CEFET/RJ ficou na faixa correspondente a 3, tanto no triênio 2006-2008, quanto no triênio 2005-2007. Nos triênios 2007-2009 e 2008-2010 houve uma melhora significativa do IGC do CEFET/RJ, que subiu para 4. Com o resultado do Enade 2011 e, conseqüentemente, do CPC, o IGC do triênio 2009-2011 sofreu uma queda de 4 para 3. Este conceito três para o IGC foi mantido até a última avaliação, triênio 2011-2013. As faixas consideradas para o IGC também variam de 1 a 5. O IGC é um indicador de qualidade das instituições de Educação Superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (Conceito Preliminar de Curso), no que se refere à pós-graduação, é utilizada a nota da CAPES.

A concepção de currículo e a organização didático-pedagógica dos cursos do CEFET/RJ estão respaldadas nos Projetos Pedagógicos de seus Cursos (PPC), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e se encontram em consonância com as finalidades da IFES e com os estudos recentes sobre cada área de conhecimento. Tais cursos observam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação instituídas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e o conjunto da legislação pertinente ao ensino superior. As diretrizes gerais para o ensino superior do Brasil estão estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) e no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001). A organização didático-pedagógica dos cursos no que se refere aos métodos adotados, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem encontra-se descrita nos respectivos PPCs, que, como dito anteriormente, estão em consonância com o PDI. Os currículos e programas de cada curso conduzem ao perfil do egresso proposto.

As atualizações curriculares são realizadas sempre que indicadas pelo MEC ou a partir de discussões e recomendações advindas de fóruns relacionados às respectivas áreas de formação, críticas e sugestões do corpo docente, expectativas do corpo discente, e demandas das empresas e da sociedade em geral. Com base nessas considerações, em 2004, por exemplo, teve início um processo de Reforma Curricular, onde todos os cursos tiveram seus projetos político-pedagógicos atualizados. O curso de Engenharia de Produção, por exemplo, na reforma curricular implantada em 2006.1 extinguiu a base em mecatrônica. Entre as diversas atualizações curriculares, cabe citar as que ocorreram em função do parecer CNE/CES 436/2001, da Resolução CNE/CES 2/2007, da Resolução CNE/CP 1/2004, do Decreto 5626/2005. O parecer CNE/CES 436/2001 define os Cursos Superiores de Tecnologia como cursos de graduação com características especiais, distintos dos tradicionais. Seus concluintes ficam aptos a prosseguir seus estudos em nível de pós-graduação, se assim o desejarem. A Resolução CNE/CES 2/2007 dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. A Resolução CNE/CP 1/2004 corresponde às diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. O Decreto 5626/2005 trata da inserção da disciplina Libras na estrutura curricular dos cursos, como obrigatória ou optativa, dependendo das respectivas exigências.

Os cursos de graduação do tipo bacharelado oferecidos, de uma forma geral, têm sua grade curricular organizada por disciplinas de núcleos de conteúdo básico, de conteúdo profissionalizante específico, de conteúdo profissionalizante geral e de conteúdo optativo, além de estágio supervisionado e projeto final, conforme a Resolução CNE/CES 11/2002 para os cursos de Engenharia e a Resolução CNE/CES 4/2005 para os cursos de Administração.

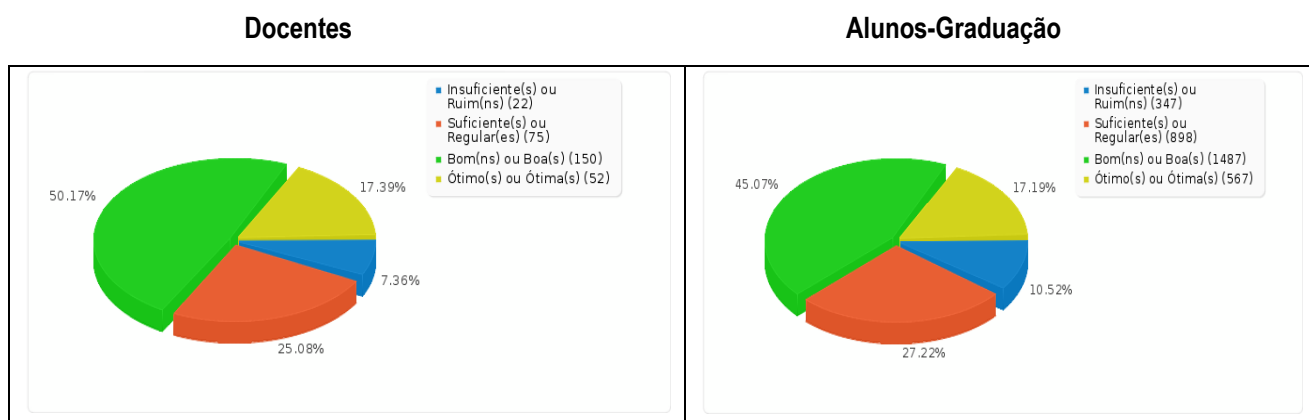
Sabe-se que os cursos superiores de Tecnologia atendem a uma demanda do mercado por especialistas dentro de uma área de conhecimento, em vez dos generalistas formados pelas outras modalidades do ensino superior. Seus principais atributos são o foco, a rapidez, a inserção no mercado de trabalho e a metodologia. Os cursos de tecnólogo oferecidos pela IFES estão de acordo com esta proposta. Deve-se ter atenção, pois tais cursos não são permanentes, devendo ser continuamente revistos, de acordo com as necessidades do mercado. Seus currículos devem ter flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente. O não oferecimento do Curso de Tecnólogo em Segurança do Trabalho desde 2008.1 parece indicar que a IFES caminha neste sentido, apostando em cursos de maior demanda. A metodologia aplicada abrange técnicas, métodos e estratégias voltadas para a aprendizagem, para o saber e o saber fazer, com propostas didático-pedagógicas voltadas para a prática. Em tais cursos, os alunos também devem realizar um estágio supervisionado e apresentar um projeto final.

Os cursos de Licenciatura em Física oferecidos têm como objetivo a formação do físico – educador, conforme o perfil especificado no parecer CNE/CES 1.304/2001 (Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física) e obedecem também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, conforme parecer CNE/CP 009/2001. Possuem estrutura curricular flexível, que inclui estágio supervisionado e um projeto final de cunho científico-educacional. A carga horária mínima e o tempo de integralização obedecem aos exigidos na Resolução CNE/CP 2/2002.

Com relação a esta dimensão, no que se refere ao ensino, considerando os aspectos avaliados foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida. Dependendo da questão nesta Dimensão, ela pode ser aplicada tanto aos professores quanto aos alunos, especificamente aos professores ou especificamente aos alunos. Cabe lembrar que as questões propostas estão voltadas para o ensino da graduação.

Questão comum aos docentes e alunos:

➡ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

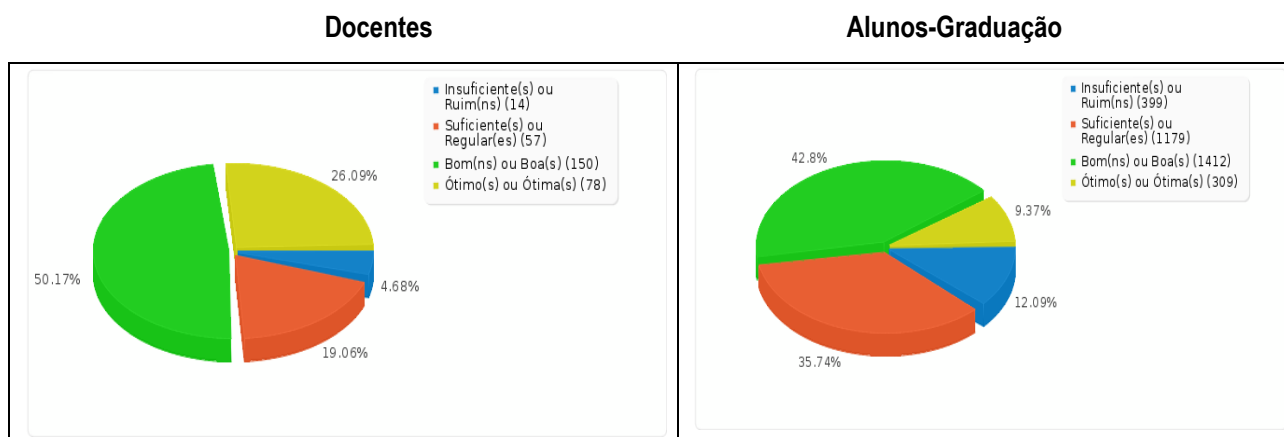


Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos. Dos 299 professores respondentes, 150 (50,17%) consideram boa a viabilização dos formandos no mercado de trabalho por parte da Instituição, 75 (25,08%) consideram suficiente, 52 (17,39%) consideram ótima e 22 (7,36%) consideram insuficiente.

Com relação aos alunos, dos 3299 respondentes, 1487 (45,07%) consideram que a viabilização dos formandos ocorre de forma boa, 898 (27,22%) consideram suficiente, 567 (17,19%) consideram ótima e 347 (10,52%) consideram insuficiente.

Na avaliação realizada em 2012, obteve-se um comportamento muito semelhante ao obtido em 2013, com 7,6% de insatisfação para os docentes e 8,53% para os alunos.

➡ Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contém: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira ...



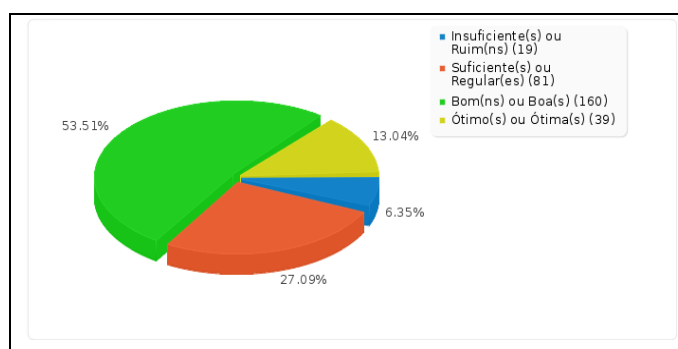
Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, principalmente por parte dos professores. Dos 299 professores respondentes, 150 (50,17%) consideram que a apresentação dos planos de ensino ocorre de forma boa, seguidos de uma parcela de professores que considera que ocorre de forma ótima 78 (26,09%).

Com relação aos alunos, dos 3299 respondentes, 1412 (42,8%) consideram que a apresentação dos planos de ensino ocorre de forma boa, seguidos de uma parcela de alunos que considera que ocorre de forma suficiente: 1179 (35,74%). Questão semelhante é aplicada aos estudantes no questionário do ENADE. É interessante observar como os docentes e discentes percebem esta questão, considerando que são os docentes os atores do processo neste caso, pois são eles que apresentam os planos de ensino aos alunos.

Em 2012, esse quesito foi avaliado de forma similar pelos respondentes com 121 docentes (46,01%) e 1235 (43,72%) dos alunos da graduação considerando tal item bom.

Questão específica aos docentes

➡ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



Com relação a este item, os docentes apresentaram um alto índice de satisfação. Considerando o universo de 299 professores respondentes, verificou-se que 160 (53,51%) consideram que a adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando pode ser avaliada como boa, seguidos de 81 (27,09%) que avaliam como suficiente, 39 (13,04%) que avaliam como ótima e 19 (6,35%) que avaliam como insuficiente.

Na avaliação realizada em 2012, também foi obtido um alto índice de satisfação neste quesito. Na ocasião, 52,85% dos docentes respondentes consideraram esse item bom, enquanto que 4,56% dos professores julgaram tal item insuficiente. Os docentes restantes dividiram-se entre as seguintes escalas: ótima (18,25%) e suficiente (24,33%).

a.3) Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.

a.4) Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

A IFES busca articular teoria e prática na formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade. Para isso, os alunos são estimulados a participar de atividades com objetivo de apropriação e construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes para o exercício profissional. Entre tais atividades estão os projetos Mini-baja, Aerodesign e CEFET Júnior. A preocupação com uma atuação profissional pautada em princípios éticos e de compromissos de cidadania, para o desenvolvimento local e regional, pode ser verificada, por exemplo, através do programa Turma Cidadã e Time SIFE CEFET/RJ.

As práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos como, por exemplo, os mencionados anteriormente, assim como a iniciação científica (PIBIC), o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e as disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas. A IFES incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, através da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, este último com mais de 20 anos de vigência, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Cabe mencionar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos de construção do saber. Tais tecnologias, quando bem utilizadas, enriquecem e diversificam o processo de ensino e aprendizagem. A importância deste processo foi muito bem descrita por Côrrea (2004)⁸:

A revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), que possibilita a conexão mundial via rede de computadores, promove alterações significativas na base material da sociedade, ao estabelecer uma interdependência global entre os países e modificar as relações Estado-Nação e sociedade. O uso crescente de redes como a Internet resultou na criação de uma organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais, grupos constituídos pela identificação de interesses comuns.

O investimento na qualidade dos cursos de graduação é feito com recursos financeiros do orçamento da Instituição, alocados em centros de custos da DIREN, do DEPES e das Unidades. Foram verificados investimentos na implantação de novos ambientes, sejam salas de aula ou laboratórios. Convém relatar que os docentes enfrentam algumas dificuldades no preenchimento do formulário de compras, cometendo alguns erros que muitas vezes causam um atraso ou impedem a referida compra, uma vez que a sinalização destes erros não é imediata.

⁸CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.

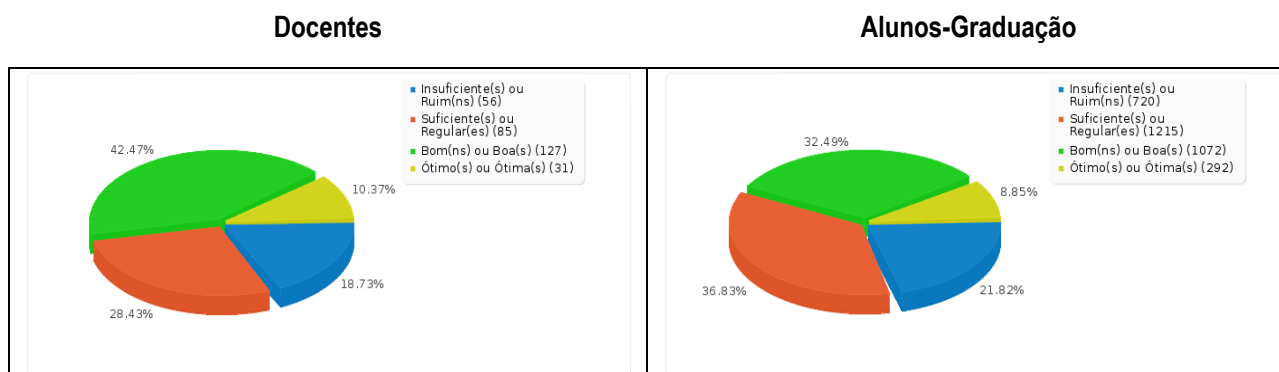
Cabe citar também que a IFES apoia a participação de docentes em eventos nacionais e internacionais e projetos estudantis como os citados anteriormente.

No final de 2012, foi lançado o Edital 2012 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ, onde foram oferecidas 80 bolsas para o ensino superior e 120 bolsas para o ensino médio/técnico. A monitoria não estava sendo implementada e alguns estagiários atuavam, de modo extraoficial, como monitores. No final de 2011, foi lançado o Edital 2011 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ. O retorno da monitoria foi extremamente enriquecedor para a Instituição. Outra observação feita por alguns professores, em entrevistas, e que merece atenção, trata de um problema que ocorre no início do período. Normalmente, a pauta oficial com o nome dos alunos normalmente só é entregue após a primeira prova. Considerando o processo de matrículas, inclusão, trancamento, etc. entende-se que não há como entregar uma pauta oficial no início do período, mas seria interessante pelo menos uma pauta provisória, para que o professor tenha uma ideia da ordem de grandeza da turma. No entanto, para que isso ocorra, os professores devem obedecer ao período para o lançamento das notas finais. Pois um atraso nesse quesito gera problemas na matrícula, o que ocasiona o atraso das pautas, uma vez que na confirmação de matrícula ocorrem muitas correções.

No que se refere ao ensino e aos aspectos avaliados, foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida, apresentadas a seguir.

Questão comum aos docentes e alunos:

➡ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

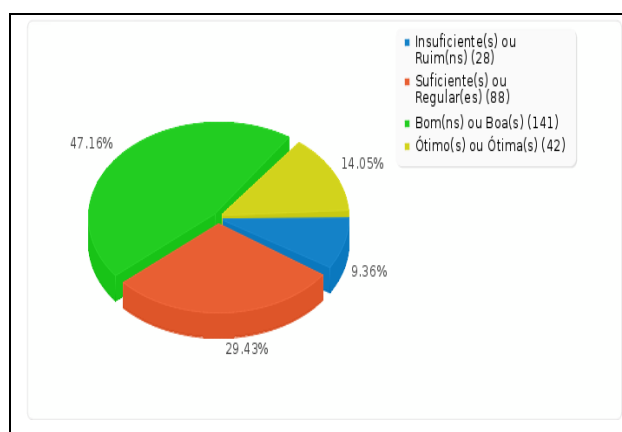


Com relação aos recursos disponibilizados pela IFES, observa-se que as fatias maiores nos dois gráficos correspondem a uma avaliação boa e suficiente de tal quesito, tanto para professores quanto para alunos. Apesar disso, deve-se observar também o índice de insatisfação nos dois segmentos, 18,73% e 21,82%, respectivamente, que sugere que tal quesito ainda merece atenção e tratamento. Dos 299 professores respondentes, 127 (42,47%) avaliam tal quesito como bom, 85 (28,43%) consideram suficiente, 56 (18,73%) consideram insuficiente e 31 (10,37%) consideram ótimo. Em se tratando dos alunos, num universo de 3299 estudantes, 1215 (36,83%) consideram suficiente, 1072 (32,49%) avaliam tal quesito como bom, 720 (21,82%) consideram insuficiente, seguidos de 292 (8,85%) que consideram ótimo.

Na avaliação realizada em 2012, as fatias maiores nos dois segmentos, docentes e alunos, também corresponderam às escalas boa e suficiente. Já o índice de insatisfação foi de 14,07% para os professores e 21,73% para os discentes.

Questão específica aos docentes

☞ As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...



A maioria dos professores se mostrou satisfeita com relação a este item. Considerando o universo de professores respondentes, 299, observou-se que 141 (47,16%) consideram que as práticas pedagógicas utilizadas promovem a interação interdisciplinar e a contextualização de forma boa, 88 (29,43%) consideram que tal processo ocorre de forma suficiente, 42 (14,05%) consideram que acontece de forma ótima e 28 (9,36%) consideram que o processo acontece de forma insuficiente.

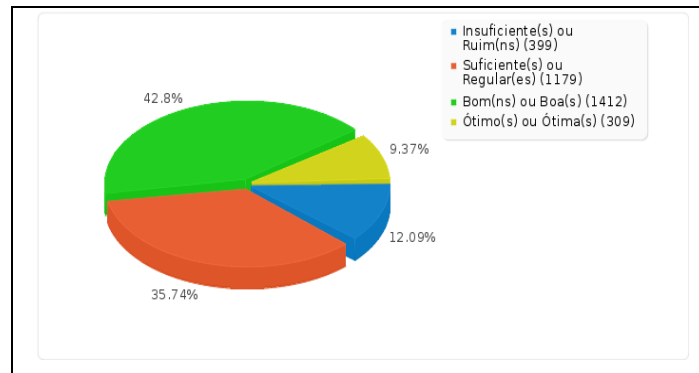
A avaliação de 2012 apresentou um comportamento semelhante para esse quesito, com grande parte dos docentes (47,91%) avaliando-o de forma boa. Já a parcela de professores respondentes insatisfeitos correspondeu a 8,37%.

Alunos da Graduação avaliando seus Professores

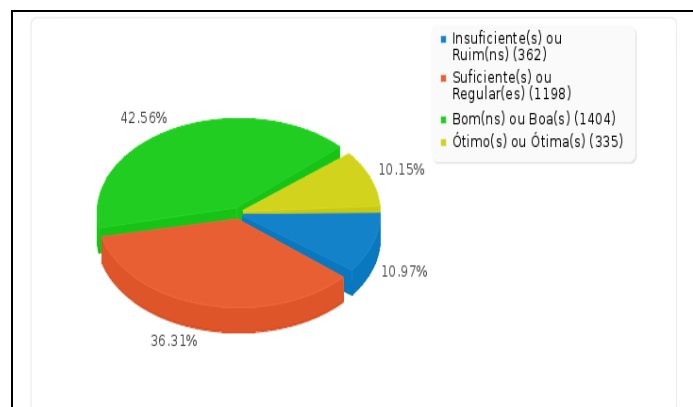
Foram propostas oito questões aos alunos, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio curso, sendo realizada de forma geral, considerando somente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho que está sendo desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse melhor compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos alunos

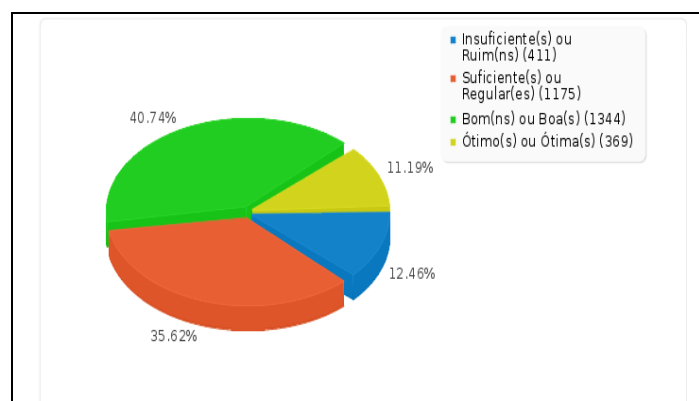
➡ 1- Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira...



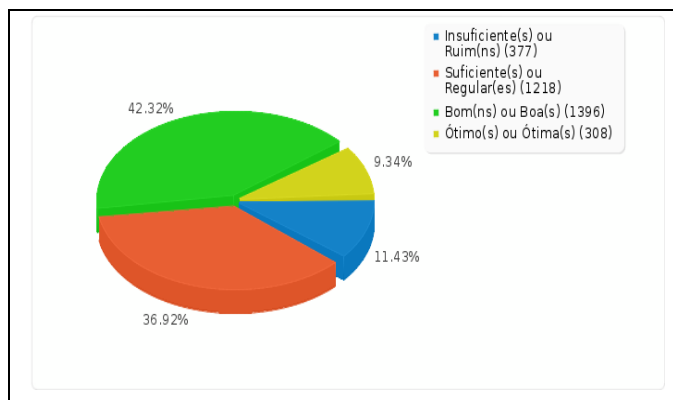
➡ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



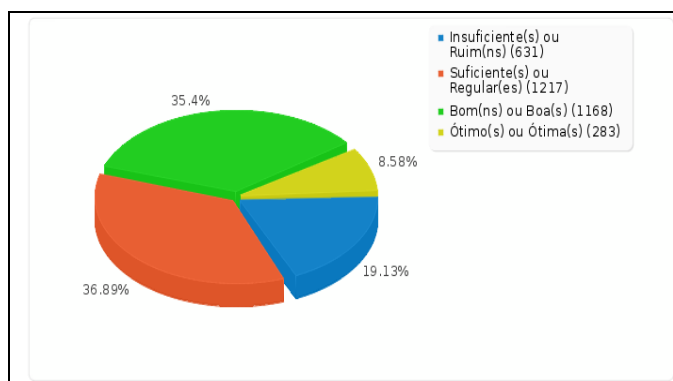
➡ 3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



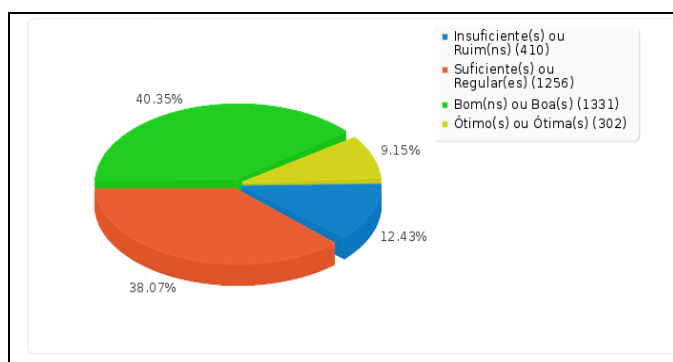
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...

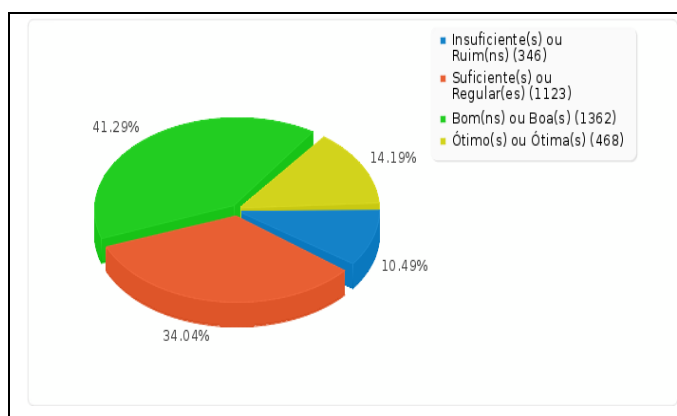


6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...

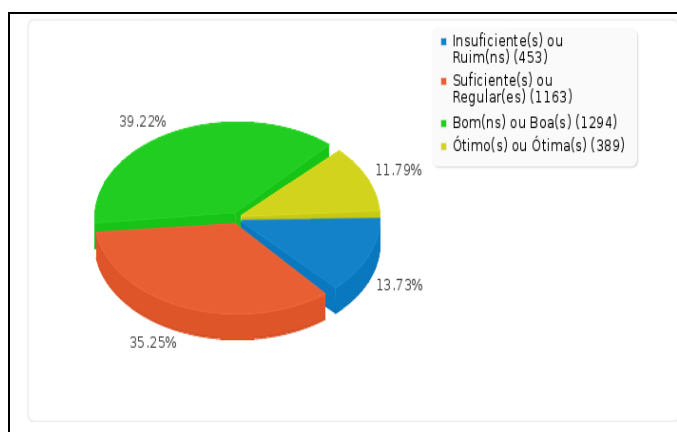




7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Este item indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. Nas oito perguntas propostas, grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom e suficiente. As parcelas menores ficaram distribuídas em insuficiente e ótimo. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 19,13%, foi a que abordou a relação da teoria com a prática. A questão que apresentou o menor índice de insatisfação, no caso 10,49%, corresponde à assiduidade dos professores.

Em 2012, a avaliação realizada referente a tais questões igualmente indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. De todas as perguntas propostas, a grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. As parcelas menores do mesmo modo ficaram distribuídas em insuficiente e ótimo. A questão que indicou o maior índice de insatisfação, no caso 18,87%, também foi a que abordou a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas e a que apresentou o menor índice de insatisfação novamente foi a questão referente à assiduidade docente (8,53%).

Considerando os objetivos do PDI em relação ao ensino de graduação descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de uma forma geral, a Instituição cumpre os objetivos traçados e empreende esforços para superar os obstáculos de percurso.

Dentre as ações que ainda merecem atenção, destaca-se o apoio à capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem.

PESQUISA

a.5) Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.

a.6) Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.

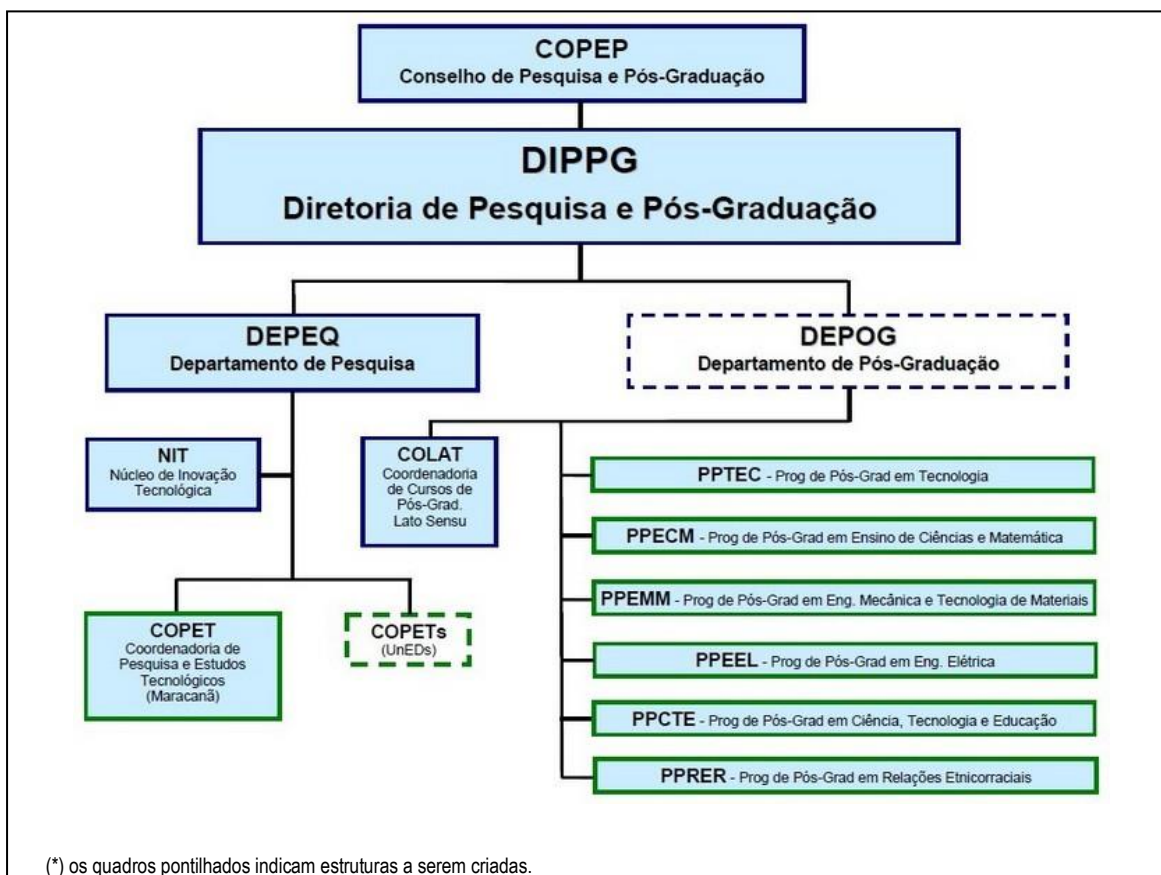
a.7) Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).

a.8) Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

a.9) Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

O órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é o DIPPG (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). O Departamento de Pesquisa (DEPEQ) está subordinado à DIPPG, conforme ilustrado no organograma mais adiante. O DEPEQ é o responsável pela criação e manutenção de mecanismos facilitadores para o exercício da atividade de pesquisa, assegurando uma diretriz geral para as atividades de pesquisa na Instituição gerando resultados de acordo com as políticas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). As ações do departamento se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET) e do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

É a Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI) que coordena as atividades de Cooperação Internacional na gestão sistêmica da Instituição. A ASCRI está ligada à Direção-Geral. Seu principal objetivo é o de ampliar atividades, identificando as demandas e as ofertas existentes, nacional e internacionalmente, em termos de ensino, pesquisa e extensão. Dentre suas funções, estão as de disponibilizar informações pertinentes aos processos de intercâmbio docente e discente, e de viabilizar condições operacionais para a realização de convênios e eventos geradores de parcerias acadêmicas que correspondam aos princípios e valores do Centro. Também faz parte de suas atividades o encaminhamento de processos de afastamento do país de servidores do CEFET/RJ para missões, participação em congressos e similares, ou para cursos de pós-graduação. Por causa dessa última atribuição, foi elaborada uma cartilha, com o propósito de delimitar procedimentos para solicitação do afastamento, bem como disponibilizar a legislação em vigor para conhecimento geral. A Instituição possui convênios com muitos países para o intercâmbio de alunos, conforme citado nos aspectos avaliados na parte Ensino. Porém, com relação somente à pesquisa propriamente dita não há convênios assinados, os intercâmbios e cooperações ocorrem basicamente entre os pesquisadores das instituições envolvidas.



Organograma relativo à Pesquisa

Os objetivos para a pesquisa traçados no PDI 2010-2014 são:

- fortalecer a institucionalização da atividade de pesquisa como produção do conhecimento e componente acadêmico dinamizador da formação na área tecnológica; e
- aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica das atividades de pesquisa na Instituição.

Apesar das atribuições legais para a realização de pesquisa datarem de 1978, o CEFET/RJ teve sua primeira atuação sistematizada nesse campo em 1986, com a criação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica – NPT. Esse Núcleo acabou por determinar, em 1991, a criação do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação – DPPG. Em 2005, em consonância com o então recém-aprovado estatuto e com os objetivos, estratégias e ações do PDI 2005-2009, o DPPG foi transformado na Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), de caráter sistêmico, abrangendo todas as Unidades do sistema CEFET/RJ (Sede e Unidades descentralizadas ou campi).

Segundo consta no PDI, antes de 1986 não havia registro e acompanhamento institucional das várias iniciativas isoladas de produção de conhecimento por parte do corpo docente. Com o NPT, começa um esforço nesse sentido que, continuado com a criação do DPPG, sustenta a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o curso de mestrado em Tecnologia em 1992. Por algum tempo, a atividade de pesquisa manteve-se restrita ao corpo docente e escopo desse curso. A maior parte da produção, na época, confundia-se com a capacitação docente, correspondente a dissertações de mestrado e teses de doutorado. A atividade de Iniciação Científica continuava a existir por iniciativa de alguns professores, com bolsas, em geral, trazidas de outras

instituições. Em 1996, várias ações são determinadas no sentido de fortalecer a pesquisa e, por consequência, a pós-graduação, visando à sua institucionalização no Centro. Com a criação da COPET, ainda nesse ano são aprovados a regulamentação da atividade de pesquisa e o Programa de Iniciação Científica do CEFET/RJ pelos Conselhos competentes. A partir daí, passa a se desenvolver um cadastramento de projetos, que começa a configurar o primeiro banco de projetos de pesquisa institucional.

O primeiro grupo de pesquisa da Instituição foi cadastrado em 1997, no diretório de grupos do CNPq. Desde 2000, o orçamento do Centro disponibiliza bolsas de Iniciação Científica, tendo sido também instituído o Comitê Interno de Iniciação Científica. No início de 2003, a Instituição contava com vinte bolsas de Iniciação Científica em seu orçamento e foi contemplada, ainda, com outras dez bolsas do CNPq, passando, com isso, a constituir o Comitê Externo de Iniciação Científica, conforme as regras desse Conselho. Em 2013, o CEFET/RJ possuía um total de 88 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -Graduação) e em 2014, 83 bolsas, conforme tabela a seguir. O ingresso no programa se dá mediante edital sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento. Os resultados dos projetos de Iniciação Científica são apresentados pelos alunos nos Seminários de Iniciação Científica do CEFET/RJ, evento anual promovido pela Instituição. Os resumos dos trabalhos são publicados pela COPET em um livro de resumos.

Órgão Financiador	Número de Bolsas por tipo e órgão financiador	
	Iniciação Científica 2013	Iniciação Científica 2014
CNPq	34	33
CEFET/RJ	54	50
Total	88	83

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013; Relatório de Gestão do Exercício de 2014, DIPPG/DIGES.

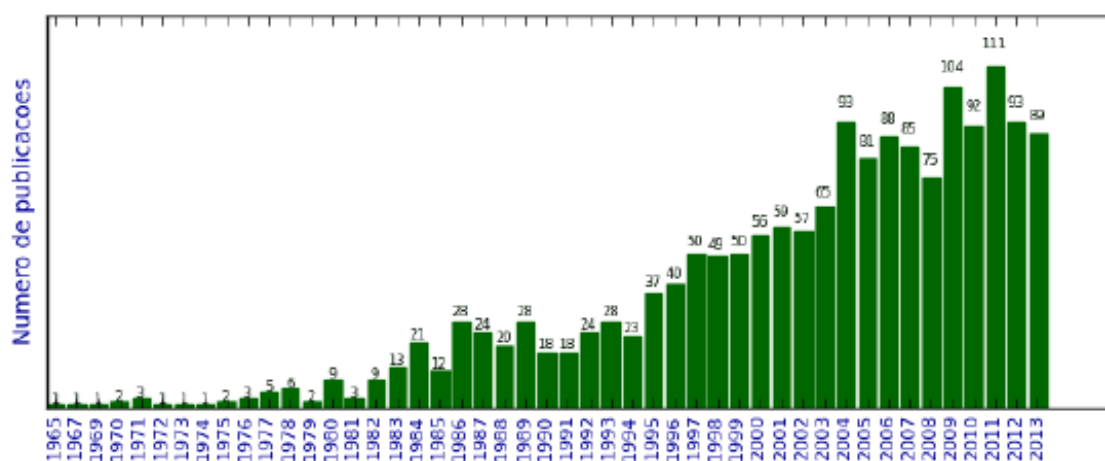
Assim, por meio de tais programas, os alunos têm o seu primeiro contato formal com as atividades de pesquisa. Na última avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 Instituições, indicando tratar-se de um programa de excelência.

O DIPPG que, desde 2003, passou a ter Conselho próprio, conta desde o final de 2010, mediante atuação da COPET, com 25 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq e um Banco de Projetos Institucionais registrados no banco de dados da COPET que abrange projetos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e projetos resultantes das demais atividades de pesquisa da Instituição. Na realidade, no período de 2007 a 2014, houve um crescimento significativo no número de grupos de pesquisa do CEFET/RJ, passando de 15 para 28. Os grupos de pesquisa contam com a participação de mais de 100 docentes. Em 2014, o CEFET/RJ contava com oito bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, sendo 1 nível 1D e 7 nível 2, em 5 áreas do conhecimento: Engenharias Mecânica, Elétrica e de Produção, Física e Educação. A presença de Bolsistas de

Produtividade em Pesquisa do CNPq em uma Instituição é um fator bastante importante para demonstrar a competência da mesma na área de pesquisa.

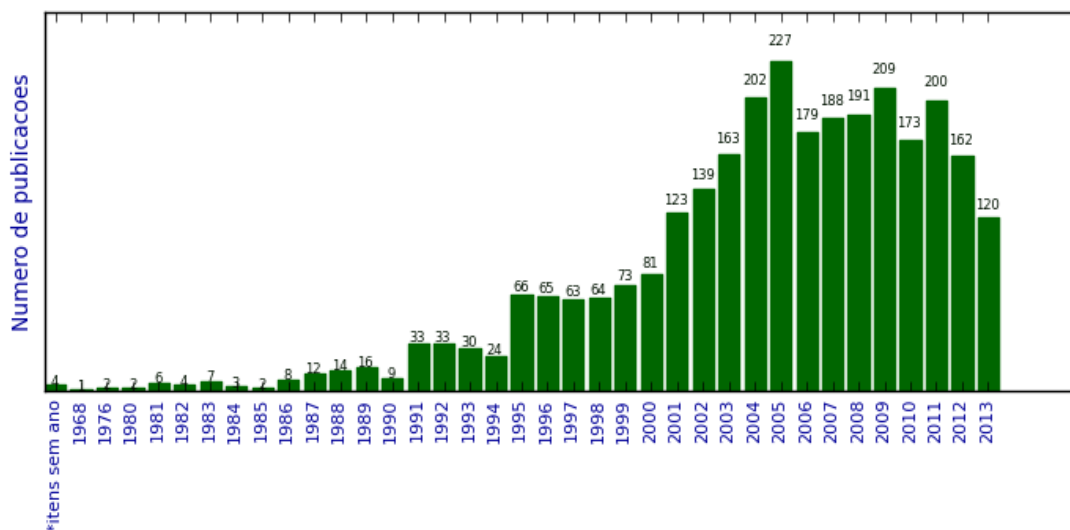
As bolsas de Iniciação Científica estão obrigatoriamente vinculadas aos projetos cadastrados. A pesquisa, desenvolvida nos diversos Laboratórios de Pesquisa da Instituição, é realizada tanto pelos grupos de pesquisa quanto por pesquisadores isolados. Os resultados das pesquisas são disseminados através da produção acadêmica publicada em diversos veículos, entre os quais, periódicos internacionais de alto impacto. De acordo com o Regulamento da Pesquisa da Instituição, toda atividade com esta natureza deve ser proposta pelo Departamento Acadêmico ou Coordenação de origem do pesquisador responsável ao DEPEQ. A célula básica das atividades de pesquisa é o projeto de pesquisa, que sempre tem um coordenador responsável, e deve ser formulado para atender aos requisitos estabelecidos no regulamento e rotinas.

O registro das publicações em periódicos e anais de eventos científicos era feito através do SIMEC, onde tais informações eram retiradas manualmente do *curriculum lattes* de cada pesquisador pelos coordenadores dos programas de pós-graduação. Em 2010, o portal da DIPPG passou a apresentar dados da produção intelectual dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, extraídos diretamente dos currículos Lattes dos pesquisadores através do aplicativo scriptLattes desenvolvido pela USP. São registradas apenas as publicações dos pesquisadores incluídos nos programas de pós-graduação. Na realidade, se fossem consideradas as publicações de todos os pesquisadores da Instituição, o número de publicações seria maior. Os indicadores a seguir apresentam a evolução da produção científica e do número de grupos de pesquisa. Pode-se perceber que vem ocorrendo um crescimento consistente.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013. DIGES/DIPPG/DEPEQ, Mar/2014.

Evolução da Produção Científica: Artigos Completos Publicados em Periódicos



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013. DIGES/DIPPG/DEPEQ, Mar/2014.

Evolução da Produção Científica: Trabalhos Completos Publicados em Anais de Congressos Científicos

Percebe-se que os grupos de pesquisa são formados nas mesmas linhas de pesquisa da pós-graduação, o que é natural. No entanto, há pesquisas sendo realizadas também em outras linhas, ainda não contempladas. Seria interessante um maior incentivo nas linhas de pesquisa que ainda são incipientes, mas que também se mostram importantes para o desenvolvimento da Instituição e do país. Os auxílios referentes à participação em congressos e publicações oriundos do DEPEQ estão vinculados aos pesquisadores dos grupos de pesquisa. Os pesquisadores isolados têm a alternativa de solicitar auxílio a seu departamento de atuação. Sugere-se que essas linhas sejam identificadas e traçados mecanismos de fortalecimento das mesmas, uma vez comprovado que são importantes para o desenvolvimento da Instituição.

A DIPPG tem seus critérios sobre a alocação dos recursos do centro de custos aprovados no COPEP. No momento de elaboração do orçamento para o próximo ano, a DIPPG submete uma proposta ao COPEP, que aprova a divisão de recursos entre Pesquisa e Pós-Graduação e institui duas comissões (Pesquisa e Pós-Graduação) para elaborar os critérios. O financiamento da participação de docentes, pesquisadores e discentes em eventos científicos se dá através da alocação dos recursos para os programas de pós-graduação e para os grupos de pesquisa. Para os discentes, só é possível utilizar os recursos da Capes (verba PROAP), que também podem ser utilizados para os docentes dos programas. Em 2011, o centro de custos da DIPPG representava 20% do orçamento do CEFET/RJ aplicado em investimento. Grande parte destes recursos (90%) foi utilizada para ampliar e modernizar a infraestrutura dos grupos de pesquisa através de editais internos baseados em indicadores de produtividade. Estes recursos vêm se somar àqueles captados pelos pesquisadores junto aos órgãos de fomento, como FINEP, CNPq, FAPERJ e CAPES.

O CEFET/RJ entende que a pesquisa é uma atividade indissociável do ensino e da extensão, incentiva a pesquisa científica e tecnológica com o objetivo de contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a

solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento do processo de formação e qualificação profissional. Assim, a Instituição assume que o foco de suas pesquisas e estudos científicos e tecnológicos seja voltado para a solução dos problemas internos do país, valorizando soluções, patentes, produtos e ações que resultem em respostas às necessidades locais, regionais e nacionais.

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da formação de professores para a área técnica/tecnológica. Os programas da pós-graduação do CEFET/RJ, de acordo com as linhas de ação da CAPES, devem preparar os futuros professores e pesquisadores para a área tecnológica nos três níveis de cursos, técnico, graduação e pós-graduação.

Com as bolsas de Iniciação Científica, a participação da graduação na atividade de pesquisa foi ampliada. A pesquisa é uma das ferramentas utilizadas nas práticas pedagógicas e atividades acadêmicas para o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica do aluno. A IFES busca integrar a participação de todos os níveis de ensino nessa atividade, não só com a capacitação de docentes em programas de mestrado e doutorado, mas também, a exemplo do Programa de Iniciação Científica, em Programas de Iniciação Tecnológica favorecendo, assim, a possibilidade de engajamento de docentes e discentes dos cursos regulares do Centro em projetos institucionais de pesquisa. Os critérios apresentados para a concessão de bolsas PIBIC são baseados na qualidade dos artigos publicados pelo orientador.

As atividades de pesquisa estão regulamentadas através de resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação das atividades de pesquisa. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados os seguintes:

- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento da Pesquisa;
- Regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica;
- Normas para a Criação de Grupos de Pesquisa.

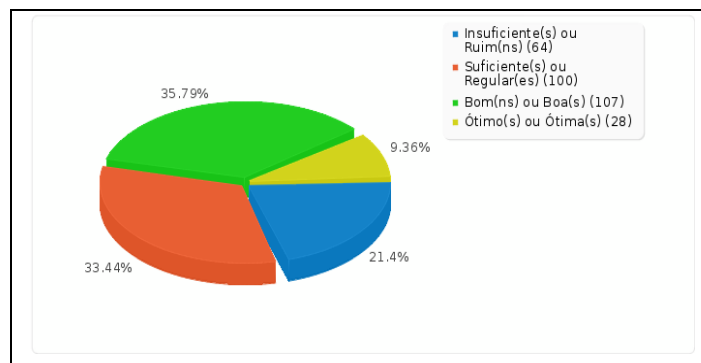
Com relação à pesquisa, foram propostas algumas questões a alunos e professores. Os resultados colhidos são apresentados e analisados a seguir.

Questões comuns aos docentes e alunos:

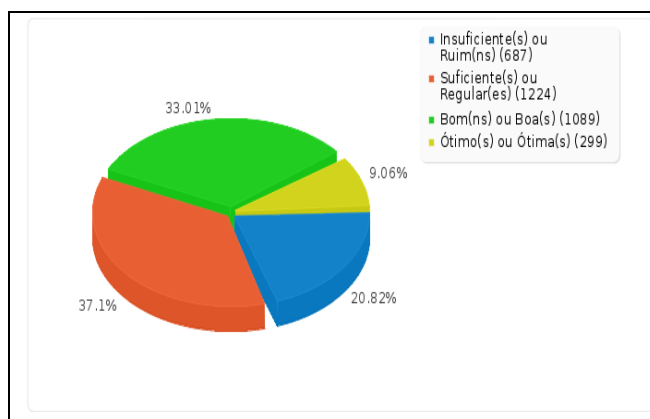


A política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como...

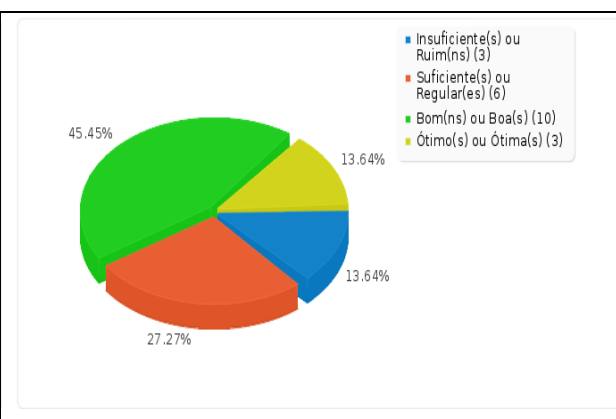
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Dos 299 professores respondentes, 107 (35,79%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como boa, seguidos de 100 (33,44%) que a analisam como suficiente. No entanto, 64 (21,4%) docentes julgam-na insuficiente. Talvez esses índices estejam relacionados a dois grupos de professores: os que possuem suas linhas de pesquisa ligadas à pós-graduação e aqueles que procuram fazer pesquisa, mas encontram dificuldades inerentes ao fato de que suas linhas de pesquisa não receberem o mesmo incentivo do que as outras, por não estarem inseridas em nenhum grupo de pesquisa. Há ainda 28 (9,36%) docentes que avaliam a política de incentivo à pesquisa como ótima.

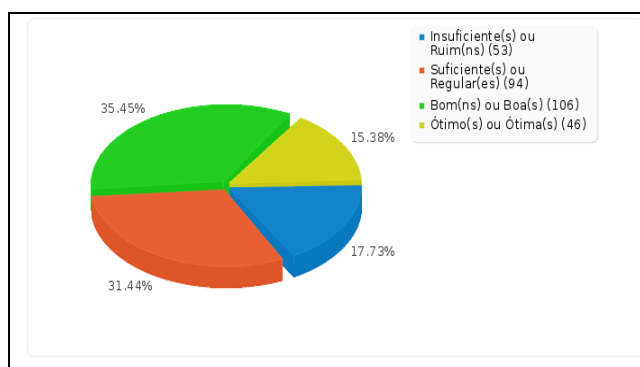
Com relação aos alunos de graduação, dos 3299 respondentes, 1224 (37,1%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como suficiente, 1089 (33,01%) como boa, 687 (20,82%) como insuficiente e 299 (9,06%) consideram ótima. Tendo como referência os alunos da pós-graduação, dos 22 alunos respondentes, 10 (45,45%) avaliaram tal política como boa, 6 (27,27%) como suficiente, 3 (13,64%) como ótima e 3

(13,64%) como insuficiente. Percebe-se que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado, no entanto, o índice de insatisfação com relação aos alunos de graduação, no caso 20,82%, ainda merece atenção e pode ser reduzido.

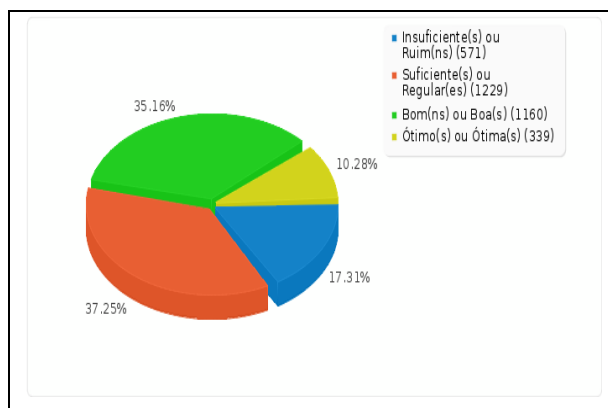
Na avaliação realizada em 2012, tal quesito foi julgado como suficiente por grande parte dos alunos da graduação e como bom por grande parcela dos docentes e estudantes da pós-graduação. Já os índices de insatisfação foram de: 24,33% para os docentes, 22,97% para os alunos da graduação e 11,11% para os discentes da pós-graduação.

➡ A Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas. Isso acontece de maneira...

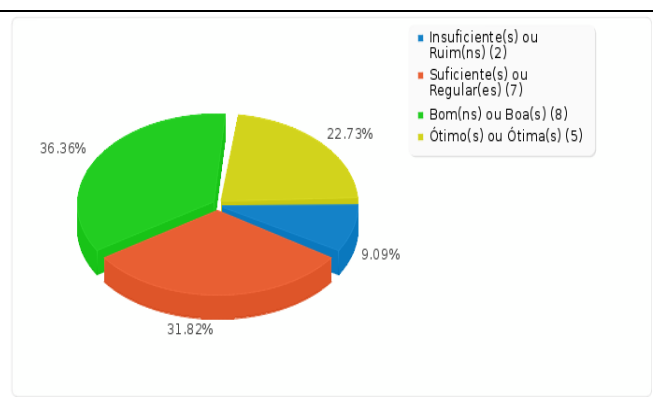
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Considerando o universo de professores respondentes, observa-se que grande parte, 106 (35,45%), considera que a Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas de forma boa, seguida de outra parcela, o equivalente a 94 respondentes (31,44%), que a julga suficiente. Outros 53 docentes (17,73%) apontam tal quesito como insuficiente, seguidos de 46 (15,38%) que avaliam como ótimo.

Com relação aos alunos de graduação, grande parcela, 37,25% (1229 alunos), considera que tal viabilização ocorre de forma suficiente e 35,16% (1160 estudantes) avaliam como boa. Tais índices de satisfação podem estar relacionados à participação dos alunos em projetos como o Mini-baja e o Aerodesign, por exemplo. Finalmente, 17,31% (571 alunos) consideram tal quesito como insuficiente e 10,28% (339 discentes) consideram ótima essa viabilização. Os alunos da pós-graduação apresentaram a seguinte avaliação para tal questão: 36,36% (8 estudantes) consideram boa, seguidos de 31,82% (7 discentes) que julgam suficiente, 22,73% (5 alunos) que avaliam como ótima e 9,09% (2 estudantes) que consideram insuficiente. Assim, pode-se dizer que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado, tanto pelos docentes quanto pelos alunos.

Na avaliação de 2012, grande parte dos respondentes, tanto professores como alunos da graduação e da pós-graduação, avaliou tal quesito como bom ou suficiente. A parcela correspondente à insuficiente, na época, representava 17,11% dos professores (45 docentes), 20,14% dos alunos da graduação (569 discentes) e 17,78% dos estudantes da pós-graduação (8 alunos).

Considerando os objetivos do PDI em relação à pesquisa descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de um modo geral, a Instituição vem buscando cumprir os objetivos traçados.

EXTENSÃO

a.10) Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.

a.11) Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.

a.12) Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Reconhecida como atividade acadêmica na Constituição de 1988, a extensão traduz o compromisso de disponibilização e produção de conhecimentos em resposta às demandas da sociedade e, em se tratando de grupos da população cujas necessidades básicas ainda não foram atendidas, a responsabilidade social de utilização desse conhecimento a serviço da melhoria de condições de sua qualidade de vida. O FORPREX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do qual a Instituição participa com direito a voz e voto) conceitua a Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão no CEFET/RJ tem suas políticas conduzidas pela Diretoria de Extensão (DIREX). Segundo o PDI, desde a década de 90, a Instituição vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição educacional e a sociedade. Vale observar que a Instituição entende que os programas de extensão não visam substituir funções de responsabilidade do estado, do setor produtivo e da sociedade civil, mas sim produzir e disseminar saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população.

Segundo o PDI 2010-2014, a Instituição apresenta os seguintes objetivos no campo dos programas e atividades de extensão:

- fortalecer a institucionalização da extensão como atividade de produção e disseminação do conhecimento e potencializadora da dimensão social da formação na área tecnológica; e
- aperfeiçoar e garantir a qualidade das atividades de extensão na Instituição.

Assim, o CEFET/RJ busca consolidar a extensão, enquanto prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa, uma vez que a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica. Um bom exemplo desta integração é o reconhecimento da atividade extensionista na grade curricular do aluno de graduação, a exemplo do Programa Turma Cidadã e as atividades desenvolvidas pelo Time ENACTUS CEFET/RJ. Além disso, de forma concomitante ou não às demandas do entorno social, para a integração do CEFET/RJ com a sociedade são estimuladas atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

Em resumo, para o desenvolvimento de atividades que contemplem as áreas de atuação estratégica no que se refere à extensão, os seguintes programas fazem parte do âmbito de trabalho da extensão no CEFET/RJ:

-Turma Cidadã, programa voltado para os estudantes da graduação com foco nas questões sociais, pessoais e ambientais;

-Time ENACTUS CEFET/RJ, programa de protagonismo estudantil, cujo escopo está voltado para as questões de empreendedorismo social;

- Empresa CEFET Jr, programa com base no empreendedorismo empresarial focado em ações de consultoria desenvolvido por estudantes da graduação com a assistência de professores orientadores;

- Núcleo de Tecnologia Social (NTS), programa voltado para as temáticas de meio ambiente, com foco nas populações socioeconomicamente mais vulneráveis, buscando promover suas emancipações social, cultural (através de encontros que revivem os grandes nomes da cultura popular brasileira) e econômica;

- Centro de Memória do CEFET/RJ, que disponibiliza todo seu acervo para pesquisa científica e tecnológica e visitas abertas aos públicos interno e externo, de modo a tornar evidente não só a história da Instituição bem como a cronologia e a dinâmica do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país;

- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Incubadoras Empresariais de Tecnologia e Inovação, respectivamente, ITCP e IETEC, metodologias que têm sido utilizadas para o desenvolvimento de novos empreendedores com foco na inovação tecnológica de característica popular e empresarial, para a promoção social em bases sustentáveis, com fins de geração de emprego e renda.

Há ainda dois núcleos que merecem ser citados, embora não estejam subordinados a Diretoria de Extensão:

- Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade;

- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) que visa promover o estudo das relações étnico-raciais, contribuindo para a execução de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra.

Dentre os grandes eventos anuais realizados pelo CEFET/RJ, estão a Feira de Estágio e Emprego (FE&E) e a Semana de Extensão. Esse último evento ocorre na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada sempre em outubro e criada pelo decreto presidencial s/nº de 9 de junho de 2004. Nesta ocasião, acontecem, na Instituição, exposições científicas e tecnológicas compostas pelas EXPOTEC RIO, EXPOMED RIO e EXPOSUP, cujos enfoques vão ao encontro das diretrizes do PDI, visando a demonstração de criatividade para a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo a responsabilidade social, econômica, ambiental e o desenvolvimento sustentável como objetivos a serem alcançados. A EXPOTEC é uma exposição da produção em tecnologia de alunos de cursos de educação profissional técnica de nível médio do estado do Rio de Janeiro. A EXPOMED é uma exposição da produção em ciência de alunos do nível médio do sistema CEFET/RJ. A EXPOSUP é uma exposição da produção em ciência e tecnologia de alunos dos cursos superiores e de pós-graduação do sistema CEFET/RJ. Tal semana, que inclui também um ciclo multidisciplinar com palestras, seminários, debates e minicursos, como pode ser visto nos folders ilustrados, é muito importante para a Instituição, pois promove a interação entre professores, alunos, técnico-administrativos e a sociedade de uma forma geral.



(a)



(b)

Folder da Semana de Extensão: (a) realizada em 2013 e (b) realizada em 2014.

Como foi visto, as ações de extensão englobam programas, projetos, cursos (de atualização, qualificação profissional, aperfeiçoamento, educação continuada, etc.), eventos (realização de congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, feiras, eventos esportivos, campanhas, apresentações artísticas), prestação de serviços, produção e publicação (de material impresso e multimídia) e outros produtos acadêmicos, voltados a áreas temáticas como Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça. Uma lista de atividades de Extensão realizadas em 2013 e 2014 pode ser encontrada na Dimensão 3 (Responsabilidade Social).

Conforme consta no PDI 2010-2014, entendendo que os programas de extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, o projeto pedagógico da Universidade Tecnológica pretendida, ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

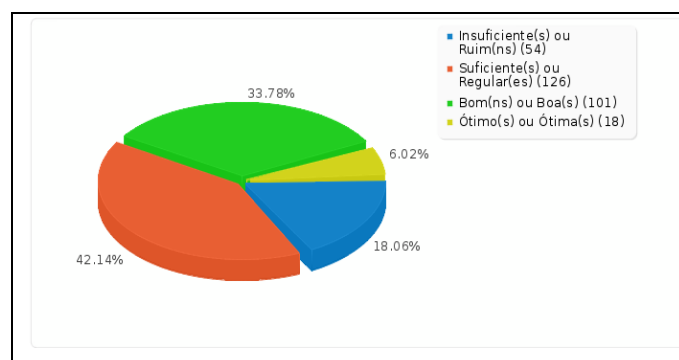
- a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;
- a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganha sentido na perspectiva da promoção humana; e que
- a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

No que se refere à Extensão, foi proposta uma questão para docentes e alunos no questionário aplicado à comunidade, apresentada a seguir.

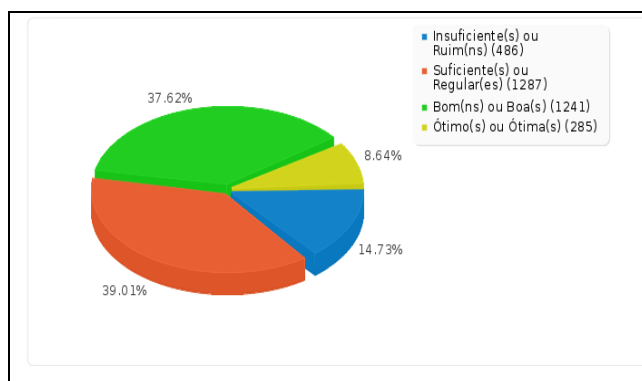
Questão comum aos docentes e alunos:

A política institucional de articulação entre ensino e extensão pode ser avaliada como...

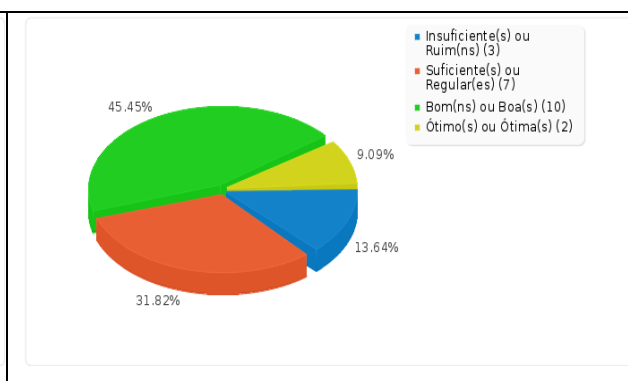
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



A partir dos resultados, verificou-se que grande parte dos professores respondentes considera que a política institucional de articulação entre ensino e extensão é suficiente, o que equivale a 126 (42,14%) docentes. Dentre o restante, 101 (33,78%) consideram boa, 54 (18,06%), ruim e 18 (6,02%), ótima.

Com relação aos alunos da graduação, 39,01% (1287 discentes) avaliaram-na como suficiente, 37,62% (1241 estudantes) como boa, 14,73% (486 alunos) como insuficiente e 8,64% (285 discentes) consideraram-na ótima. A maior parte dos alunos respondentes da pós-graduação, 45,45% (10 estudantes), avaliou tal política como boa, 31,82% (7 alunos) como suficiente, 13,64% (3 discentes) como insuficiente e 9,09% (2 alunos) consideraram-na ótima.

Na avaliação de 2012, grande parte dos professores, alunos da graduação e da pós-graduação respondentes avaliou tal política como suficiente e boa. Os índices de insatisfação foram de 18,25% para os docentes, 15,79% para os discentes da graduação e 6,67% para os alunos da pós-graduação.

Quanto aos objetivos propostos no PDI, pode-se dizer que a Instituição busca o cumprimento dos mesmos.

PÓS-GRADUAÇÃO

a.13) Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

a.14) Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.

a.15) Integração entre graduação e pós-graduação

a.16) Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

Como já foi mencionado nos aspectos avaliados em Pesquisa, o órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é a DIPPG (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). A DIPPG é equivalente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na estrutura de uma universidade. Ela foi criada em 2005 para cumprir o disposto no Estatuto do CEFET/RJ e vem atuando em consonância com a filosofia, princípios e valores institucionais, procurando cumprir os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP) da DIPPG é o órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação, em assuntos de natureza acadêmica, e de pesquisa, conforme Regimento Interno da Instituição.

O PDI 2010-2014 apresenta os seguintes objetivos para a pós-graduação:

- fortalecer a institucionalização da atividade de pesquisa como produção do conhecimento e componente acadêmico dinamizador da formação na área tecnológica; e
- aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica das atividades de pesquisa.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Segundo o PDI, o primeiro programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado na Instituição aconteceu em 1992, com a criação do curso de Mestrado em Tecnologia. O segundo programa aprovado no CEFET/RJ ocorreu no âmbito do Ensino de Ciências Físicas e Matemáticas, tendo como objetivo capacitar professores de física e matemática do ensino fundamental e básico. O Programa de Ensino de Ciências é profissional e o Programa em Tecnologia é acadêmico.

Em dezembro de 2014, a Instituição possuía 6 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, conforme descritos na tabela a seguir. Estes cursos, em 2013, possuíam 248 alunos matriculados em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e, em 2014, 194 alunos. Os mestrados acadêmicos têm duração mínima de 18 meses e máxima de 24. Existe pedido de prorrogação justificada, que pode levar o tempo máximo de 36 meses. No mestrado profissional, o prazo máximo é de 30 meses, prorrogável por mais 6 meses. A tabela a seguir apresenta os dados dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do CEFET/RJ, em 2013 e em 2014.

Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CEFET/RJ
Tecnologia – PPTEC Área: Engenharia de Produção (CAPES: Eng III)	(conceito 4)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 1992	- 38 discentes (2013) - 29 discentes (2014)
Ensino de Ciências e Matemática – PPECM Área: Ensino de Ciências e Matemática (CAPES: Ensino)	(conceito 4)
- Curso de Mestrado Profissional - Início: 2003	- 31 discentes (2013) - 09 discentes (2014)
Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais – PPEMM Área: Engenharia Mecânica (CAPES: Eng III)	(conceito 3)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2008	- 43 discentes (2013) - 33 discentes (2014)
Engenharia Elétrica – PPEEL Área: Engenharia Elétrica (CAPES: Eng IV)	(conceito 3)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2009	- 45 discentes (2013) - 30 discentes (2014)
Ciência, Tecnologia e Educação – PPCTE Área: Ensino de Ciências e Matemática (CAPES: Ensino)	(conceito 4)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2010	- 37 discentes (2013) - 31 discentes (2014)
-Curso de Doutorado Acadêmico -Início: 2013	- 04 discentes (2013) - 17 discentes (2014)
Relações Étnico-Raciais – PPRER Área: Sociais e Humanidades (CAPES: Interdisciplinar)	(conceito 3)
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2011	- 50 discentes (2013) - 45 discentes (2014)

Fonte: Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2013 e 2014, DIPPG/DIGES, mar/2014.

Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do CEFET/RJ.

A CAPES atribuiu nota 4 ao PPECM, em 2010, referente à avaliação trienal 2007-2009. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação do CEFET/RJ a atingir este conceito, que, dentro de uma escala de 1 a 5 equivale a BOM (1 = insuficiente; 2 = deficiente; 3 = regular; 4= bom; 5 = excelente). Cabe ressaltar que os programas recentes ficam com o conceito 3, usual para cursos novos. Em 2013, a CAPES aprovou o primeiro curso de doutorado do CEFET/RJ dentro do PPCTE, tendo sido atribuído conceito 4. Também na avaliação trienal 2010-2013 o PPTEC recebeu conceito 4. Em 2014 foram aprovados dois novos programas: o Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada, em associação com a UFF e que tem início com o curso de doutorado, e o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, que tem início com o curso de mestrado profissional. Ambos os cursos terão início em março 2015.

Os Programas e os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* têm coordenadorias próprias, espaço físico próprio com salas para docentes, salas de aula, sala para discentes e auditórios localizados no 5º andar do Bloco E da Unidade Maracanã, além de diversos laboratórios de pesquisa. As atividades acadêmicas contam com o apoio de uma secretaria própria, com técnico-administrativo para apoio aos docentes, atendimento ao público e registro das atividades de pós-graduação em sistema acadêmico próprio.

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Segundo o PDI, a primeira iniciativa institucional de pós-graduação *lato sensu* data de 1988, com a criação de um curso de especialização para engenheiros em Segurança do Trabalho. Os cursos de especialização se intensificaram a partir de 1996, no âmbito do Departamento de Educação Superior. Em julho de 2003, o DEPPG passa a responder pela organização didática e pedagógica desses cursos, sem qualquer responsabilidade, porém, pela gestão financeira dos mesmos. Nessa oportunidade, entendeu-se que a oferta de pós-graduação *lato sensu* deveria ser paralisaada até que se dispusesse da nova regulamentação para a intermediação das Fundações no apoio a cursos dessa natureza. Tal paralisação durou de 2003 a 2007. Os procedimentos a serem considerados em relação a um conjunto de cursos reconhecidos institucionalmente foram encaminhados aos Conselhos competentes, que aprovaram uma proposição de conduta para a Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, integrante do DEPPG.

Em 2008, teve início o curso *Lato Sensu* em Educação Tecnológica da Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade de ensino à distância. Tal curso foi iniciado com cerca de 200 alunos e é ofertado atualmente em 6 polos: Angra dos Reis, Campo Grande, Macaé, Volta Redonda, Nova Friburgo e Rio Bonito. O curso é financiado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Em 2013, o curso possuía cerca de 329 alunos e em 2014, 303 alunos. A Instituição utiliza os polos do consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), por meio de convênio com a Fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), a qual atua como secretaria executiva do citado consórcio. Ressalta-se que no início de 2010, o CEFET/RJ foi avaliado para credenciamento em educação a distância com conceito 4 (quatro), numa escala de 1 a 5.

A tabela a seguir apresenta os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* nos últimos dois anos, na modalidade presencial. Todos os cursos da Instituição são gratuitos.

Curso	Local	Início
Educação Tecnológica	Polos da UAB	2008
Relações Étnico-Raciais e Educação	Sede - Maracanã	2009
Letramento(s) e Práticas Educacionais	Sede - Maracanã	2011
Ensino de Línguas Estrangeiras (ênfase em Língua Inglesa e Espanhola)	Sede - Maracanã	2011
Educação e Contemporaneidade	UnED de Nova Friburgo	2011 (2º semestre)
Trabalho, Tecnologia e Educação	Sede - Maracanã	2011 (2º semestre)
Ensino de Filosofia com Ênfase na Docência	Sede - Maracanã	2013

Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do CEFET/RJ. Fonte: DIPPG/COLAT, 2013/2014.

A tabela a seguir apresenta os principais marcos do desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação da Instituição, segundo o Relatório de Gestão 2007-2011 da DIPPG:

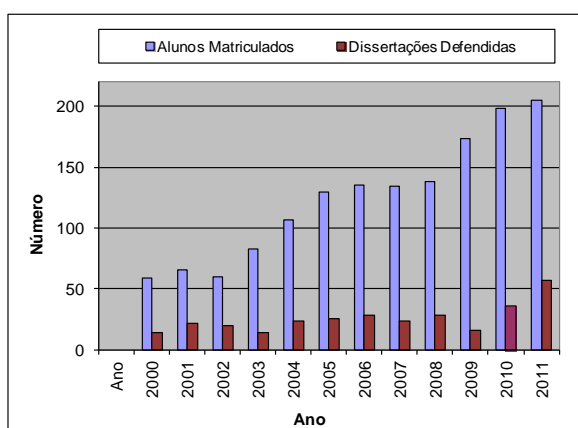
ANO	MARCO HISTÓRICO
1978	Transf. da Escola Técnica Federal em CEFET, com as atribuições de ensino, pesquisa e extensão
1986	Criação do Núcleo de Pesquisas Tecnológicas (NPT)
1991	Criação do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG)
1992	Criação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPTEC) – curso de mestrado acadêmico
1996	Criação da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET)
1997	Cadastramento do primeiro grupo de Pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq
2000	Criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
2003	Criação do Prog. de Pós-Grad. em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM) – mestrado profissional
	Criação do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP)
	Criação da Coordenadoria de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (COLAT)
	Início do financiamento do PIBIC com cota institucional de bolsas do CNPq
2005	Aprovação do novo Estatuto do CEFET/RJ
	Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2005-2009)
	Criação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG)
	Criação do Departamento de Pesquisa (DEPEQ)
2006	Criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT)
2008	Criação do Prog. de Pós-Grad. em Eng. Mec. e Tecnologia de Materiais (PPEMM) – mestrado acad.
	Criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)
	Criação do Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação Tecnológica (UAB)
	Estabelecimento de processos de alocação dos recursos do centro de custos da Pesquisa e Pós-Graduação baseados em indicadores de produção dos Grupos de Pesquisa e dos PPGSS
	Aprovação da Moção de Apoio do FOPROP à transformação do CEFET/RJ em Univ. Tecnológica
2009	Criação do Programa de Pós-Grad. em Engenharia Elétrica (PPEEL) – curso de mestrado acadêmico
	Criação dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> : - Relações Étnico-Raciais e Educação: uma Proposta de (Re)Construção do Imaginário Social - Novas Tecnologias Aplicadas ao Estudo de Biosistemas - Cultura(s) na América Latina: por uma Educação do Olhar - Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo
2010	Criação do Programa de Pós-Grad. em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) – mestrado acadêmico
	Atribuição pela Capes de conceito 4 ao Prog. de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
	Edital APP-UnEDs – Apoio a Projetos de Pesquisa Institucionais a serem Desenvolvidos nas UnEDs
2011	Criação do Programa de Pós-Grad. em Relações Étnico-Raciais (PPRER) – mestrado acadêmico
	Criação dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> : - Letramento(s) e Práticas Educacionais - Ensino de Línguas Estrangeiras (ênfase em Língua Inglesa e Espanhola) - Trabalho, Tecnologia e Educação - Educação e Contemporaneidade
	Lançamento do Edital AUX-IND – Auxílio Individual a Projetos de Pesquisa a Serem Desenvolvidos no Sistema CEFET/RJ

A tabela a seguir sintetiza os cursos de pós-graduação por Unidade oferecidos em 2013 e em 2014:

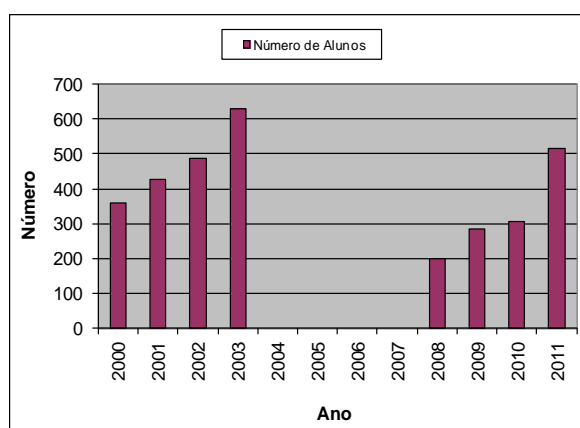
ALUNOS		
Total de Alunos (TA)	TA 2013	TA 2014
Unidade Maracanã		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Stricto Sensu)		
Mestrado em Tecnologia (PPTEC)	38	29
Mestrado no Ensino de Ciências e Matemática (PPECM)	31	09
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	43	33
Mestrado em Engenharia Elétrica (PPEEL)	45	30
Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	37	31
Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER)	50	45
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação	04	17
Total	248	194
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Especialização em Educação Tecnológica (Universidade Aberta do Brasil)	329	303
Relações Étnico-Raciais e Educação: Uma Proposta de (RE) Construção do Imaginário Social	41	-
Letramento(s) e Práticas Educacionais	63	26
Ensino de Línguas Estrangeiras (ênfase em Língua Inglesa e Espanhola)	24	21
Trabalho, Tecnologia e Educação	19	-
Ensino de Filosofia com Ênfase na Docência	10	34
Total	486	384
Alunos da Pós-Graduação da Unidade Maracanã	734	578
Unidade Nova Friburgo		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Educação e Contemporaneidade	24	-
Alunos	24	-
Total de alunos da Pós-Grad (Stricto Sensu) (todas as Unidades)	248	194
Total de alunos da Pós-Grad (Lato Sensu) (todas as Unidades)	510	384
Total de alunos da Pós-Graduação da Instituição (todas as Unidades)	758	578

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013, DIPPG/DIGES, mar/2014.

A evolução do número de discentes em programas de pós-graduação *stricto sensu* e em cursos de pós-graduação *lato sensu* até 2011 pode ser observada a seguir.



(a)



(b)

Evolução do número de (a) discentes em programas de pós-graduação *stricto sensu* e (b) discentes em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Fonte: DIPPG, Dez/2011

A infraestrutura de pesquisa e pós-graduação do CEFET/RJ foi bastante ampliada no período de 2007-2014. Os

investimentos diretos permitiram a aquisição de diversos equipamentos de pesquisa (alguns de grande porte), a criação de novos laboratórios de pesquisa, a modernização dos laboratórios de pesquisa existentes e a modernização do espaço físico associado às atividades de ensino de pós-graduação.

Além do financiamento das atividades de pesquisa e pós-graduação que já vem sendo feito com os recursos financeiros do CEFET/RJ alocados nos centros de custos da Pesquisa e da Pós-Graduação, os pesquisadores da Instituição têm aumentado o montante de captação de recursos junto a órgãos de fomento como FINEP, FAPERJ, CNPq e CAPES.

As atividades de pós-graduação estão regulamentadas por resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação delas. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados:

- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Normas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Resolução do CEPE sobre o Credenciamento e Recredenciamento de Docentes nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

Cabe destacar os seguintes eventos organizados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET/RJ nos últimos dois anos:

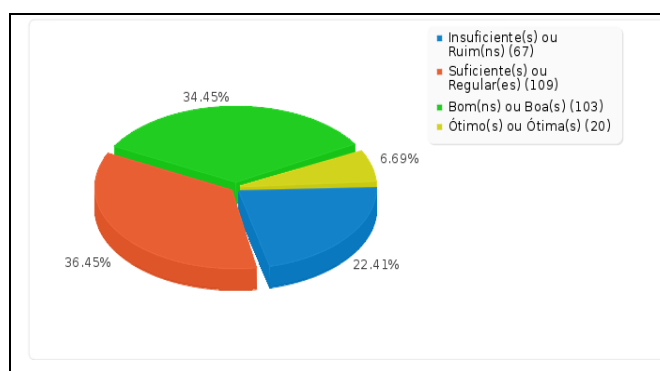
- 1ª Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação – JIPP 2013; O evento engloba o 3º Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação, o 13º Seminário de Iniciação Científica (graduação e ensino médio) e o 1º Seminário do Programa Jovens Talentos para a Ciência; Organização: DIPPG/DEPEQ/COLAT/PPGSS; Período: 22/10 a 25/10/2013; Local: campus do Maracanã;
- 2nd Brazilian Symposium on Functional and Structural Materials; O simpósio tem como objetivo reunir os trabalhos de pesquisadores de diversas instituições nas áreas de engenharia mecânica e materiais; A primeira edição do simpósio foi realizada em João Pessoa, em Outubro de 2009. Organização: CEFET/RJ. Período: 25 a 26 de abril de 2013; Local: campus do Maracanã.
- 2ª Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação – JIPP 2014; O evento engloba o 4º Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação e o 14º Seminário de Iniciação Científica (graduação e ensino médio); Organização: DIPPG/DEPEQ/COLAT/PPGSS; Período: 13/10 a 17/10/2014; Local: campus do Maracanã.

Com relação à pós-graduação, o questionário aplicado compreendia as seguintes perguntas, comuns a professores e alunos.

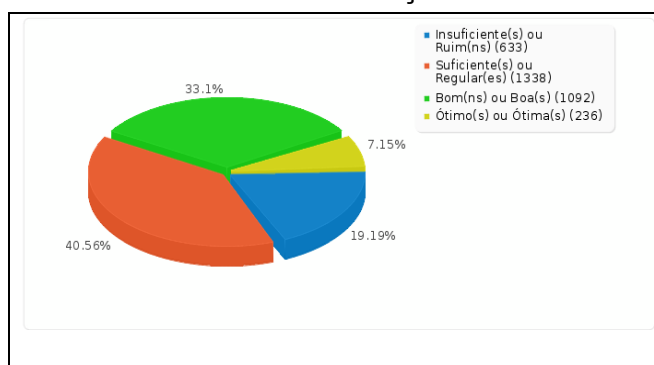
Questões comuns aos docentes e alunos:

Os cursos de pós-graduação são oferecidos de acordo com as necessidades da sociedade. Isso vem ocorrendo de forma...

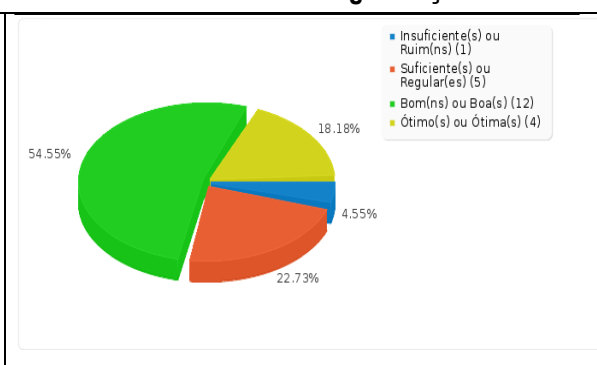
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Grande parte dos professores respondentes da Instituição, o equivalente a 109 (36,45%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma suficiente. Para 103 (34,45%), acontece de forma boa, seguidos de 67 (22,41%) que acham insuficiente e de 20 (6,69%) que julgam ser ótimo. Apesar da boa avaliação do quesito, vale refletir sobre o índice de insatisfação de 22,41%, que se mostrou significativo.

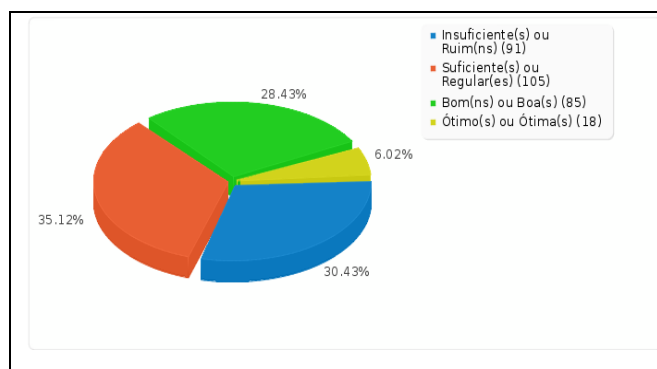
Com relação aos alunos de graduação respondentes, observou-se que grande parcela, equivalente a 1338 (40,56%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma suficiente. Mil e noventa e dois discentes (33,1%) consideram-no bom, seguidos de 633 (19,19%) que acham insuficiente e 236 (7,15%) que consideram ótimo. A melhor avaliação de tal quesito ocorreu por parte dos alunos da pós-graduação, em que a maioria dos respondentes, equivalente a 12 estudantes (54,55%), escolheu a escala "boa" para o oferecimento, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente, o correspondente a 5 alunos (22,73%). Já 4 discentes (18,18%) consideraram tal item ótimo e 01 aluno (4,55%)

avaliou tal quesito como insuficiente. Assim, considerando todos os segmentos apresentados, pode-se dizer que os resultados indicam que os respondentes, em grande parte, consideram que esse quesito vem ocorrendo de forma boa ou suficiente.

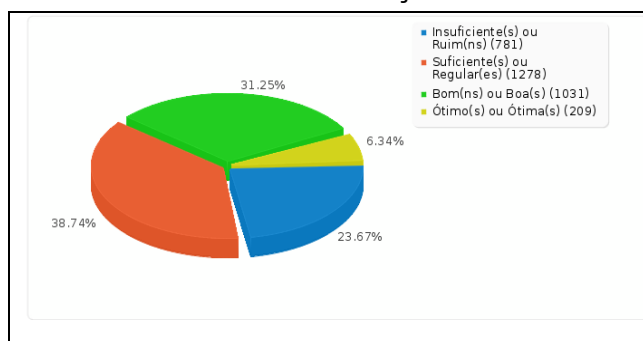
Na avaliação de 2012, grande parcela dos professores e dos alunos da pós-graduação indicou a escala “boa” para avaliar tal quesito, o equivalente a 35,36% e 62,22%, respectivamente. Já a maior parte dos discentes da graduação escolheu a escala “suficiente”, correspondendo a 40,78% dos respondentes.

Os cursos de pós-graduação devem ser oferecidos articulados com os cursos de graduação. Isso vem ocorrendo de maneira...

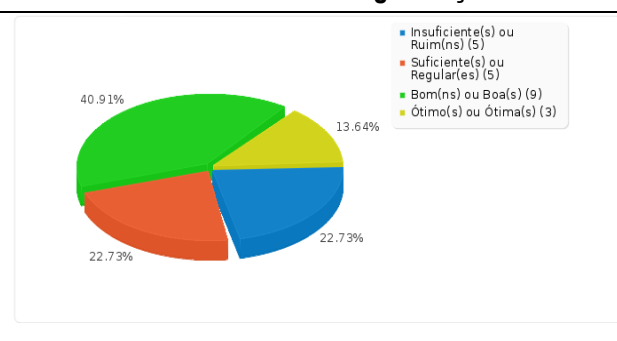
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Neste quesito, observou-se que a maior parte dos professores, no caso 105 (35,12%), considera que a articulação entre os cursos de pós-graduação e os de graduação ocorre de forma suficiente. Noventa e um (30,43%) consideram-na insuficiente. Já 85 docentes (28,43%) consideram-na boa, seguidos de 18 (6,02%) que avaliam tal quesito como ótimo. A porcentagem referente àqueles que consideram tal articulação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia. No entanto, entre os 13 cursos de Pós-Graduação (*Stricto e Lato Sensu*) há apenas três na área das Engenharias: o Mestrado em Engenharia Elétrica, o Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais e o Mestrado em Tecnologia.

Quanto aos alunos de graduação, a maior parte, o equivalente a 1278 discentes (38,74%), considera que tal articulação é suficiente, seguidos de 1031 (31,25%) que a consideram boa, 781 (23,67%) insuficiente e 209 (6,34%) ótima. O índice de insatisfação apresentado, de 23,67%, pode estar relacionado aos motivos expostos acima. Já a avaliação referente aos alunos de pós-graduação indicou que a grande parcela dos respondentes, o equivalente a 9 estudantes (40,91%), considerou que tal articulação é boa, seguida de uma parcela que ficou igualmente dividida entre suficiente e insuficiente, o correspondente a 5 alunos (22,73%) cada. O restante avaliou tal quesito como ótimo, o equivalente a 3 alunos (13,64%).

Em 2012, a avaliação de tal quesito realizada pelos professores e alunos também sugeriu a presença de algum conflito neste aspecto. A maior parte dos docentes respondentes (34,6%) avaliou tal articulação como suficiente, seguida de uma parcela próxima (28,9%) que ficou igualmente dividida e avaliou como insuficiente e bom. Quanto aos alunos de graduação, na ocasião, a maior parcela (37,73%) avaliou tal questão como suficiente, seguida imediatamente por uma parcela que avaliou como boa (29,35%). Com relação aos discentes da pós-graduação, a maior parte (53,33%) considerou tal articulação boa, seguida por uma parcela (33,33%) que avaliou como suficiente.

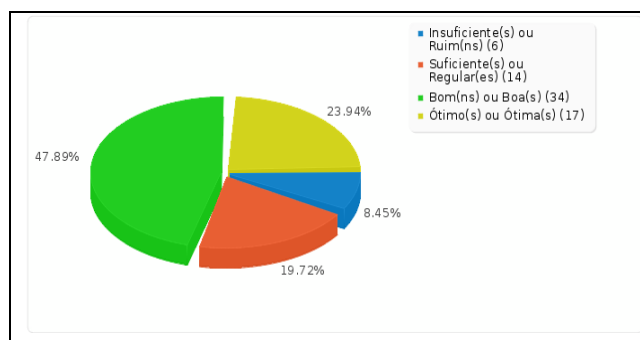
Docentes da Pós-Graduação avaliando seus Cursos

Foram propostas oito questões aos docentes da pós-graduação, para que pudessem avaliar seus cursos quanto a alguns quesitos. Para os docentes que atuam na EAD, em virtude das características do curso de ensino à distância, foram aplicadas apenas três das nove questões propostas para os professores da pós-graduação. As perguntas aplicadas são apresentadas logo a seguir. Neste caso, preferiu-se fazer uma análise conjunta para uma melhor compreensão desta avaliação, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos docentes da Pós-Graduação

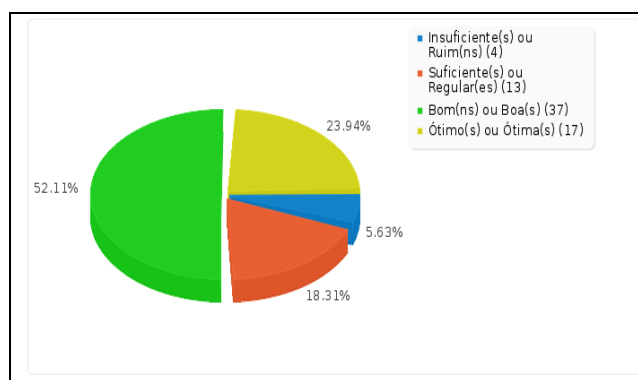
➡ 1- As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

(Aplicada também para EAD)

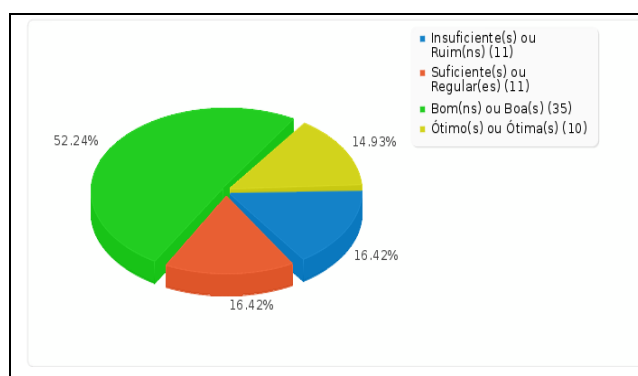


2- A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...

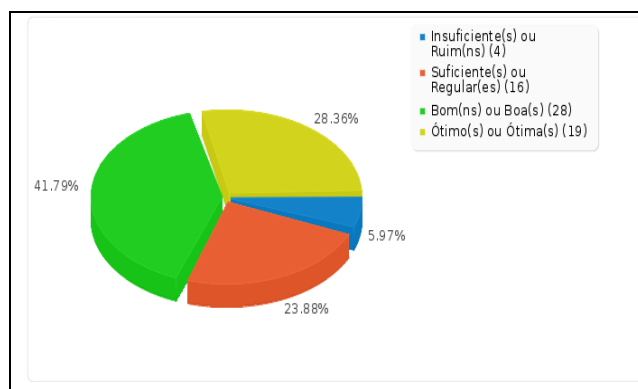
(Aplicada também para EAD)



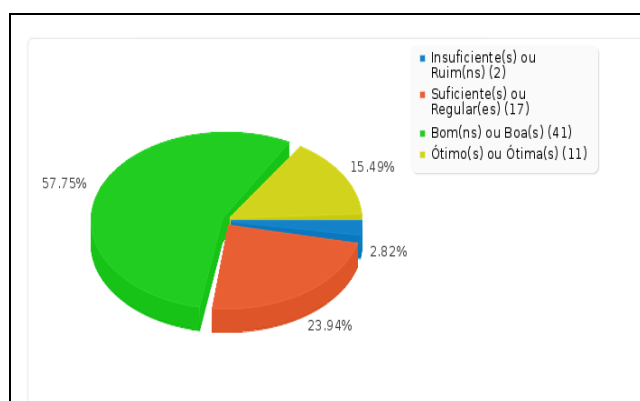
3- A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



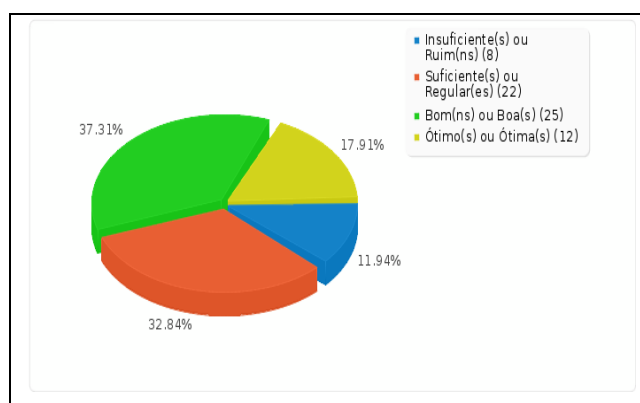
4- Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...



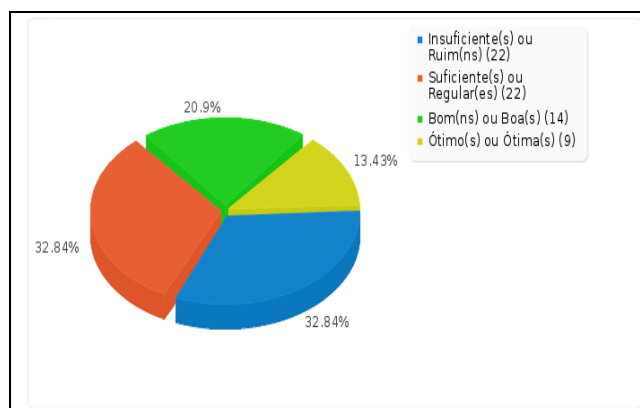
5- O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...



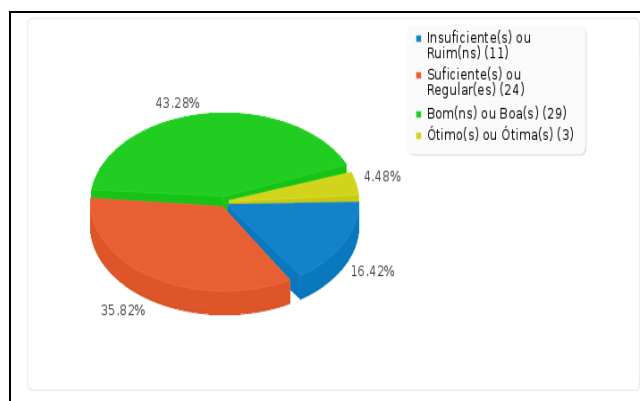
6- Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados aos estudantes e professores, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...



7- O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...



8- Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...



Observou-se uma grande satisfação dos professores respondentes. Das oito perguntas propostas, em sete delas a grande parte dos docentes avaliou o respectivo quesito como bom. Tais questões correspondem a avaliações referentes às práticas pedagógicas; à adequação da matriz curricular e do perfil profissional; à viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho; aos recursos disponibilizados; ao conceito do curso na comunidade, aos recursos de informática disponibilizados e ao acervo bibliográfico disponibilizado. A única questão que indicou uma avaliação insuficiente e suficiente por grande parcela dos respondentes, apresentando igualmente o percentual de 32,84% dos respondentes, foi a referente ao apoio de pessoal administrativo, esse inclusive foi o maior índice de insatisfação apresentado entre as oito perguntas propostas. Tal índice merece atenção e deve ser melhor analisado.

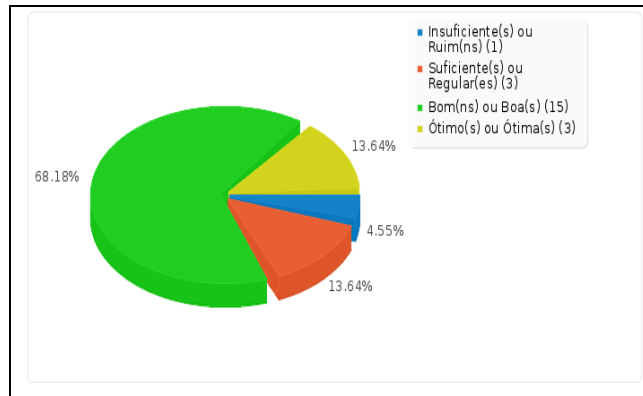
A avaliação realizada em 2012 também indicou uma grande satisfação por parte dos professores da pós-graduação, das oito perguntas propostas, em seis delas, grande parte dos respondentes avaliou o respectivo quesito como bom. A questão relacionada ao acervo bibliográfico disponibilizado foi avaliada como suficiente por grande parte dos respondentes (35,09%). A única questão considerada como insuficiente por grande parte dos respondentes (38,6%) foi novamente a relacionada ao apoio de pessoal administrativo. Inclusive, na ocasião, dentre as oito perguntas propostas, essa foi a questão que apresentou o maior índice de insatisfação: 38,6% dos docentes respondentes. Tal fato indica que esse quesito merece atenção.

Alunos da Pós-Graduação avaliando seus Professores

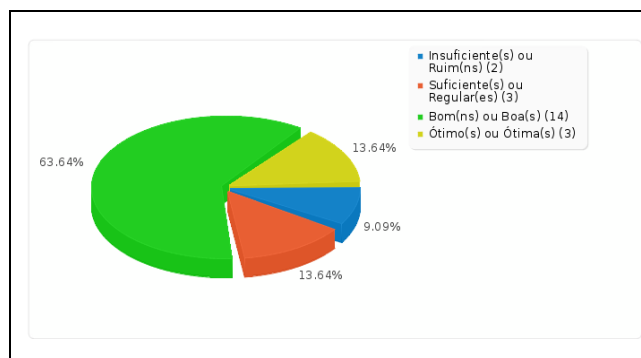
Da mesma forma que foi feito com os alunos de graduação, foram propostas oito questões aos alunos da pós, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio curso, sendo realizada de forma geral, considerando unicamente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse melhor compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos alunos

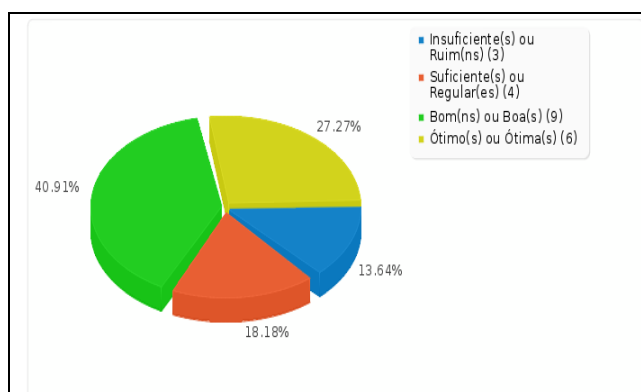
Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira ...



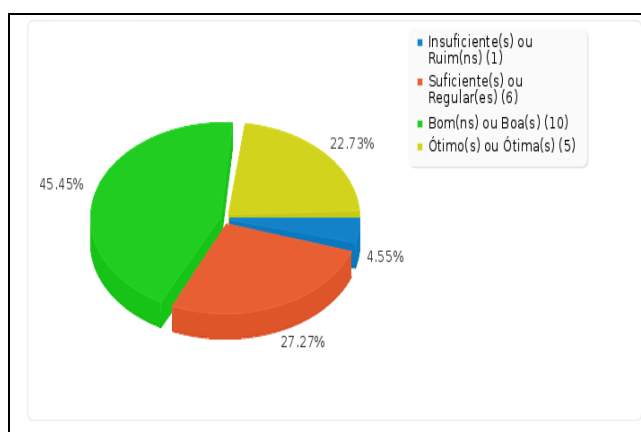
2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



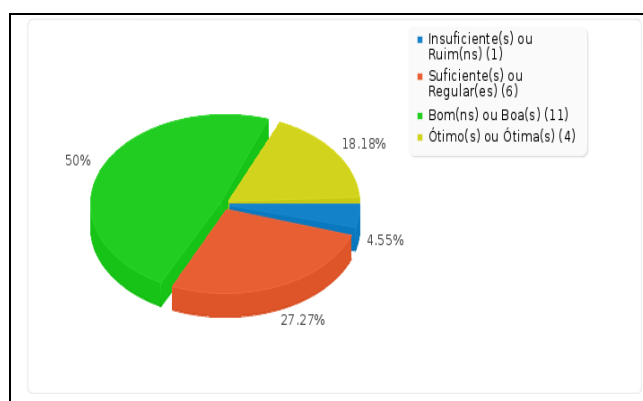
3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



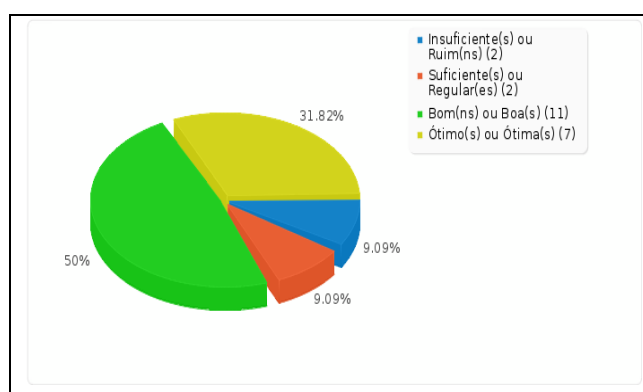
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...

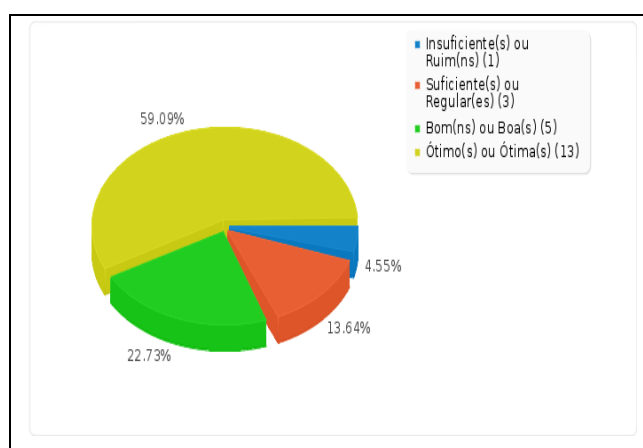


6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...

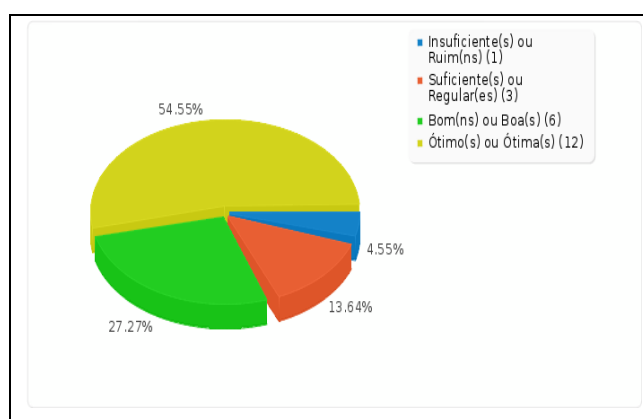




7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Este item indicou uma grande satisfação dos alunos da pós-graduação respondentes. Em todas as perguntas, grande parte dos discentes considerou o respectivo quesito como bom ou ótimo. O maior índice de insatisfação, no caso, 13,64%, foi apresentado na questão que abordou o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos.

Em 2012, a avaliação realizada referente a tais questões também apontou uma grande satisfação por parte dos alunos da pós-graduação respondentes. Nas oito perguntas propostas, a maioria dos estudantes avaliou o respectivo quesito como bom e ótimo. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 11,11%, refere-se à relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas.

De um modo geral, os objetivos traçados no PDI para a pós-graduação vêm sendo atingidos. A criação de um curso de doutorado em programa já existente que ainda não havia sido alcançada, foi alcançada em 2013. Além disso, em 2014, mais dois programas foram aprovados pela CAPES. O Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada, em associação com a UFF, que tem início com o curso de doutorado, e o

Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, que tem início com o curso de mestrado profissional. Ambos os cursos terão início em março 2015.

Apesar das dificuldades encontradas, percebem-se os esforços da Instituição e, especificamente, da DIPPG para o desenvolvimento da pós-graduação, seja no aumento do número de bolsas de pesquisa, na criação de novos cursos, no investimento em infraestrutura, entre outras ações.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação ao ensino, observou-se que a Instituição apresenta uma boa estrutura curricular, capacitando o egresso para o exercício profissional, segundo o perfil proposto. Além disso, na avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de graduação e as respectivas normas de operacionalização.

Os aspectos avaliados com a aplicação do questionário demonstraram altos índices de satisfação com relação aos quesitos:

-Adequação da matriz curricular do curso aos objetivos propostos, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando.

-Interação interdisciplinar e contextualização promovidas a partir das práticas pedagógicas utilizadas.

-Viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho.

-Apresentação dos planos de ensino pelos professores.

Cabe uma observação com relação ao item referente aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares disponibilizados para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, que no relatório de 2011 foi apontado como um ponto de fragilidade e agora vem se tornando uma das potencialidades da Instituição. No entanto, este é um item que merece atenção por necessitar de investimentos contínuos e que ainda pode ser melhorado, em virtude da sua importância. A resposta da comunidade aos recentes investimentos realizados pela Instituição é clara quando se compara a avaliação de 2009 com as de 2010, 2011 e 2012. Em 2009, a parcela insatisfeita com este item correspondia a 27% para professores e 50% para alunos. Em 2010, a parcela insatisfeita corresponde a 24% para professores e 30% para alunos. Em 2011, a parcela insatisfeita corresponde a 25% para professores e 26% para alunos. Em 2012, a parcela insatisfeita com este item corresponde a 14% para professores e 22% para alunos. Em 2013, a parcela insatisfeita com este item corresponde a 18.73% para professores e 21.82% para alunos.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos. Nas oito questões propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. O menor índice de insatisfação, no caso 10,49%, foi referente à assiduidade dos professores. O índice de insatisfação mais significativo foi de 19,13% (relação da teoria com a prática). Todos os outros foram inferiores a esses valores.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram sem dúvida pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente do ensino, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação.

O Programa de Monitoria, lançado em 2011, também se destaca como uma das potencialidades referentes ao ensino.

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Em consonância com o objetivo de transformar-se em Universidade Tecnológica, a Direção Geral do CEFET/RJ vem investindo fortemente na pesquisa e na pós-graduação, estando ciente do papel estratégico do exercício de tais atividades dentro de um modelo universitário. O apoio à pesquisa e pós-graduação pode ser observado através de ações como a criação, em 2005, da DIPPG; atualização/elaboração de regulamentação para pesquisa e pós-graduação na Instituição; e o aumento significativo da alocação de recursos da Instituição destinados à criação de infraestrutura adequada para atender às necessidades dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação. Nos últimos anos, as atividades no CEFET/RJ associadas à pesquisa e à pós-graduação apresentaram um expressivo crescimento, que pode ser comprovado pelo aumento de diversos indicadores como produção científica qualificada, número de grupos de pesquisa, número de programas de pós-graduação, número de bolsas de iniciação científica e de mestrado. Esse crescimento foi suportado pelos investimentos que a Instituição efetuou nas duas áreas ao longo desses anos. Na última avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 instituições, comprovando tratar-se de um programa de excelência.

Na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de pós-graduação, a pesquisa e as respectivas normas de operacionalização.

A avaliação da pós-graduação por seus professores foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em quase todos os quesitos avaliados. Tais quesitos são referentes às práticas pedagógicas; à adequação da matriz curricular e do perfil profissional; à viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho; aos recursos disponibilizados; ao conceito do curso na comunidade e ao apoio de pessoal administrativo. O menor índice de insatisfação foi referente a questão que aborda o conceito do curso na comunidade. O índice de insatisfação mais significativo foi de 32,84%, relativo a questão de apoio de pessoal administrativo. Em 2011, o maior índice de insatisfação foi referente ao acervo bibliográfico com relação à bibliografia básica, porém os investimentos realizados com relação a este aspecto foram percebidos pela comunidade, como mostra o respectivo gráfico de 2014.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos da pós-graduação, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos. Nas oito questões propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom ou ótimo. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. O menor índice de insatisfação, no caso 4,55%, foi referente às questões que abordaram a apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas, o cumprimento do conteúdo programático, a relação da teoria com a prática, a assiduidade e a pontualidade dos professores. O maior índice de insatisfação apresentado foi de 13,64% (esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos). Todos os outros foram inferiores a esses valores.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram sem dúvida pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente da pesquisa e pós-graduação, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação.

EXTENSÃO

A diversidade de programas que fazem parte do âmbito de trabalho da Extensão no CEFET/RJ e a Semana de Extensão podem ser considerados potencialidades da Instituição. Além disso, na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para a extensão e as respectivas normas de operacionalização.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram, sem dúvida, pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente da extensão, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação.

b.2) Fragilidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação à avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, o índice de insatisfação mais significativo foi de 19,13% (relação da teoria com a prática). Apesar de esse índice não representar propriamente uma fragilidade, ele demonstra que é um item que pode ser mais bem trabalhado.

Entre as ações que ainda merecem atenção, estão a capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem e a orientação para o preenchimento correto do formulário de compras de forma a obter o produto desejado, seja ele um equipamento de laboratório ou um software.

PESQUISA

Há pesquisadores com artigos em linhas de pesquisa que ainda não estão presentes nos grupos de pesquisa, uma vez que estas linhas se encontram em desenvolvimento.

PÓS-GRADUAÇÃO

O índice de insatisfação demonstrado pelos professores com relação ao apoio de pessoal administrativo foi de 32.84%. No entanto, acredita-se que com a chegada dos técnico-administrativos admitidos no último concurso, este item será melhor avaliado no próximo relatório.

Com relação à avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, o índice de insatisfação mais significativo foi de 13.64% (esclarecimento prévio dos critérios utilizados para avaliação). Tal índice não representa uma fragilidade, mas pode ser melhorado por meio de algumas ações em reuniões com os professores.

A questão que trata do oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade também merece atenção, apesar da boa avaliação dos alunos da pós-graduação e da avaliação suficiente por parte dos professores e alunos da graduação. Tal questão apresentou um índice de insatisfação por parte dos professores de 30.43%, de 23.67% por parte dos alunos de graduação e de 22.73% por parte dos alunos da pós-graduação.

Deve-se dar atenção também ao quesito referente à articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação, apesar da boa avaliação dos alunos da pós-graduação. Tal quesito, na avaliação dos professores,

apresentou um índice de insatisfação de 22.41% e, na avaliação dos alunos de graduação, de 19.19%, merecendo, portanto, ser discutido com maior profundidade em virtude da sua importância. Tal avaliação pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia. No entanto, entre os cursos de Pós-graduação (*Stricto e Lato Sensu*) oferecidos, há apenas três na área das Engenharias, o Mestrado em Engenharia Elétrica, o Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais e o Mestrado em Tecnologia.

c) Ações com base na análise

ENSINO – GRADUAÇÃO

Sabendo da importância da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, sugere-se um maior investimento neste campo com relação aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares. O quesito relação da teoria com a prática pode ser mais bem trabalhado junto aos alunos, deve-se buscar alternativas para que todas as disciplinas apresentem situações práticas que envolvam a teoria ministrada. Esse problema passa pela reciclagem dos professores, aos quais devem ser oferecidas oportunidades de interação com indústrias e empresas dos respectivos ramos. Algumas ações institucionais devem promover a integração dos professores às empresas dos setores industriais correspondentes às diversas especialidades.

Intensificar o apoio à capacitação de docentes para a utilização de novas ferramentas de ensino-aprendizagem. Orientar os docentes para atuar de forma correta no processo de compras. Desenvolver um manual com os principais erros e soluções.

Traçar uma estratégia para que os professores obedçam ao período para o lançamento das notas finais. Pois um atraso nesse quesito gera problemas na matrícula, o que ocasiona o atraso das pautas, uma vez que na confirmação de matrícula ocorrem muitas correções.

Divulgar informações sobre o grupo de docentes de cada departamento/coordenação, indicando sua localização no CEFET.

Eventualmente, racionalizar o uso das salas de professores, procurando estabelecer um critério de manutenção e limpeza desses ambientes.

Fomentar discussões acadêmicas com o colegiado das diversas coordenações no sentido de: estabelecer o quantitativo de professores que atenda de forma contínua às necessidades requeridas pelas disciplinas; planejar as saídas de professores para especialização e realização de cursos fora da coordenação de modo a não prejudicar o

andamento do programa das disciplinas das coordenações; discutir melhoramentos nos programas das disciplinas no sentido de atualizar conteúdo e carga horária.

PESQUISA

Estudar alternativas para que todos os pesquisadores que trabalhem com projetos de pesquisa em consonância com a missão e objetivos da Instituição possam constituir grupos de pesquisa. Da mesma forma, deve-se refletir sobre a questão dos critérios de concessão de bolsas do PIBIC quando se trata das respectivas linhas de pesquisa que, pelo fato de não estarem associadas ainda a pós-graduação da Instituição, não apresentam a produção científica esperada, ficando presas a um círculo vicioso.

EXTENSÃO

Verificar a possibilidade de enriquecer as informações que constam no *site* da Instituição relativas à Extensão, como por exemplo, com a inserção do Catálogo atualizado de Extensão de publicação anual proposto no PDI 2010-2014.

PÓS-GRADUAÇÃO

Continuar os investimentos relativos ao acervo bibliográfico no que tange a bibliografia básica.

Aumentar a participação dos alunos de graduação nos projetos e pesquisas desenvolvidos a nível de pós-graduação no sentido de motivá-los à continuação de seus estudos em um programa de pós-graduação.

Divulgar as atividades da pós-graduação (participação em congressos, defesas de dissertações, trabalhos publicados, etc.) junto aos alunos de graduação, convidando-os a também participar desses eventos.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.

a.2) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

Como pode ser verificado no PDI, as inter-relações do CEFET/RJ na sociedade envolvem grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído. Desse modo, a comunicação com a sociedade ultrapassa os serviços de comunicação e de TIC, exigindo a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e dos órgãos/setores institucionais no exercício de suas competências e atribuições. O Centro, como Instituição pública de Educação Superior, obriga-se à visibilidade e legitimidade de sua atuação, submetida ao controle do Estado e da sociedade em geral. A articulação com os órgãos de governo (em especial do MEC) e demais IFES e instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a participação em conselhos e associações de interesse institucional (a exemplo da ANDIFES e do CONIF), o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnico-científica com instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento, secretarias estaduais e municipais de educação, a realização de eventos e a interação com empresas públicas e privadas vêm alargando o reconhecimento social dessa atuação.

Com relação à Divisão de Comunicação, a visibilidade institucional tem sido fortalecida da seguinte forma:

- manutenção de articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais, viabilizando a edição de matérias em jornais e tvs com divulgação das atividades acadêmicas, entrevistas com participação de dirigentes, docentes e/ou alunos etc.;

- produção de materiais de divulgação das ações institucionais com a utilização de diferentes mídias, a exemplo de folders, cartazes, o house organ RJcefet – informativo semestral, manuais de concurso;

- apoio à promoção de eventos internos e externos, como seminários, palestras, feiras e exposições, atividades culturais, etc.

Vale destacar, também, a presença de alguns outros instrumentos de auxílio utilizados para a comunicação interna, tais como painéis eletrônicos dispostos nas portarias e no pátio da Unidade Sede, e informes impressos para servidores e alunos.

O portal é, sem dúvida, a grande ferramenta de visibilidade da Instituição e merece a visita da comunidade interna e externa. Para acessá-lo, basta digitar portal.cefet-rj.br. Nele, são publicadas diariamente notícias relativas ao universo da ação institucional (intra e extramuros), assim como são alimentadas as informações vinculadas aos diferentes setores da estrutura acadêmica e administrativa. Estão incluídos, também, links de alcance governamental e de grupos específicos (de docentes, discentes e entidades). A média mensal de acessos ao portal ultrapassa 140.000 visitas. A rede interna de e-mails institucionais tem cadastrados mais de 800 servidores, majoritariamente docentes. No entanto, foram detectados alguns problemas com relação ao e-mail institucional, que

nem sempre funciona. Convém informar também que o Portal necessita ser aprimorado e atualizado. Além disso, deve-se pensar numa interface mais agradável com a comunidade.

Há dois veículos de comunicação que também devem ser citados. Um deles é a revista do CEFET/RJ, Tecnologia & Cultura, estratificada na classificação dos periódicos Qualis da CAPES, nas áreas Educação (B5), Engenharias III (B5), Ensino (B2) e Interdisciplinar (B3). O outro veículo é a TV CEFET que, além de integrar o laboratório acadêmico de multimídias dos cursos técnicos e de graduação em Telecomunicações, atua na documentação e divulgação de eventos institucionais.

O Departamento de Tecnologia de Informação viabiliza a coleta e a disponibilização dos dados institucionais mediante dois sistemas de informação: O SIE, que reúne informações acadêmicas do ensino médio, técnico e de graduação, e o Coleta CAPES, sistema governamental que gerencia informações da pós-graduação *stricto sensu*. No que toca as informações administrativas necessárias, a coleta é feita a partir dos sistemas governamentais SIAPE e SIAFI. O SIE é um sistema abrangente que possui muitas funções, merecendo uma capacitação constante de todos os servidores que lidam com ele, no entanto, isso não é feito na proporção que deveria.

A Comissão de Ética do CEFET/RJ providenciou, no exercício de 2005, a divulgação da Norma de Conduta Ética e Profissional do CEFET/RJ no *site* da Instituição, na aba Comissão de Ética. Nesse espaço virtual, acha-se disponível o e-mail comissao.etica@cefet-rj.br e um formulário eletrônico “Fale conosco”. A comissão, assim, estabelece um canal direto com a comunidade interna do CEFET/RJ e a sociedade em geral.

Conforme descrito no Relatório de Gestão do Exercício de 2013, o CEFET/RJ possui 03 principais canais de acesso capazes de garantir a comunicação do cidadão com a instituição. Todos eles servindo para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., permitindo também que a sociedade exponha sua percepção acerca dos serviços prestados pela unidade. São eles: a ouvidoria do órgão, o Serviço de Informação ao Cidadão-SIC e o Setor de Protocolo Geral.

A Ouvidoria do CEFET/RJ, inicialmente ligada à Comissão de Ética do Centro, vem sendo oferecida no *sítio* da instituição por meio do link FALE CONOSCO desde 2005, pelo endereço eletrônico ouvidoria@cefet-rj.br. Sua estrutura atual foi aprovada pelo Conselho Diretor por meio da Resolução nº 18/2012, de 05/10/2012.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, conforme consta no Relatório de Gestão 2013, foi disponibilizado no contexto da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), nos moldes estabelecidos no Decreto nº 7.724/12 e em consonância com as orientações repassadas pela Controladoria-Geral da União - CGU. O link de acesso encontra-se disponível no *sítio* da instituição através da seção “Acesso à Informação”, onde no primeiro item há o link que permite ingressar diretamente no SIC, bem como endereço físico disponível para atendimento pessoal ao cidadão.

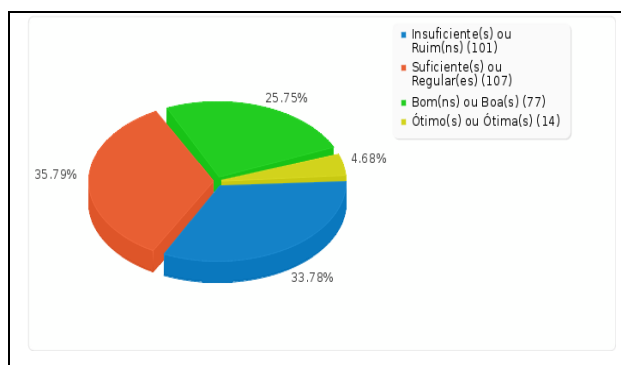
O Setor de Protocolo Geral está disponível a todos os cidadãos que comparecerem pessoalmente ao CEFET/RJ. Este setor é responsável pelo registro de todas as solicitações e processos administrativos direcionados a Instituição, bem como sua distribuição aos setores competentes.

Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a comunicação da Instituição com a sociedade, foram formuladas pela CPA duas questões que fizeram parte do questionário aplicado.

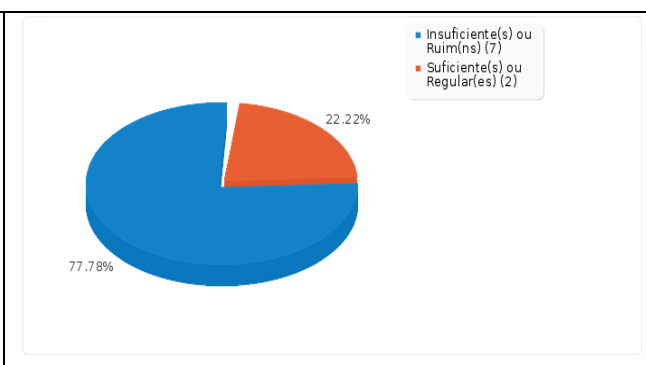
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ Como você avalia a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ?

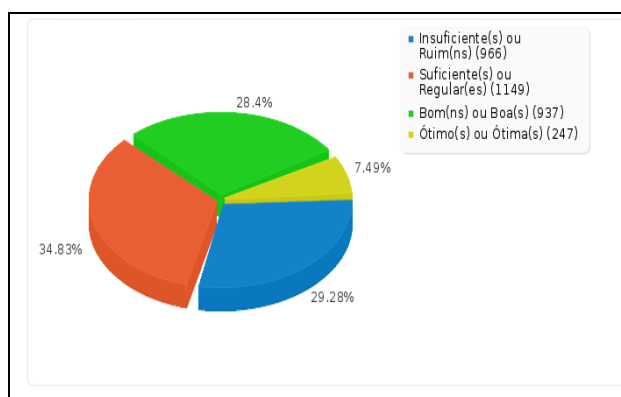
Docentes



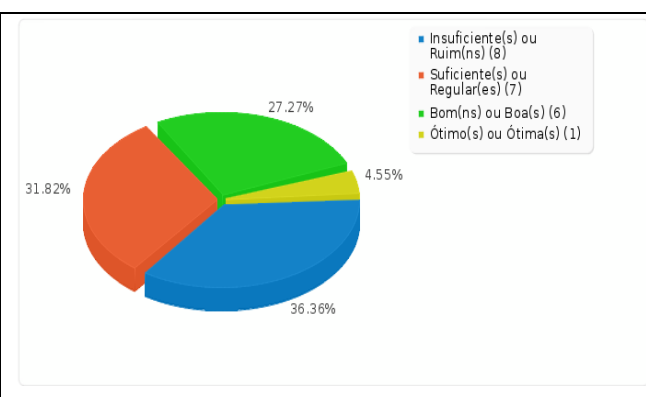
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



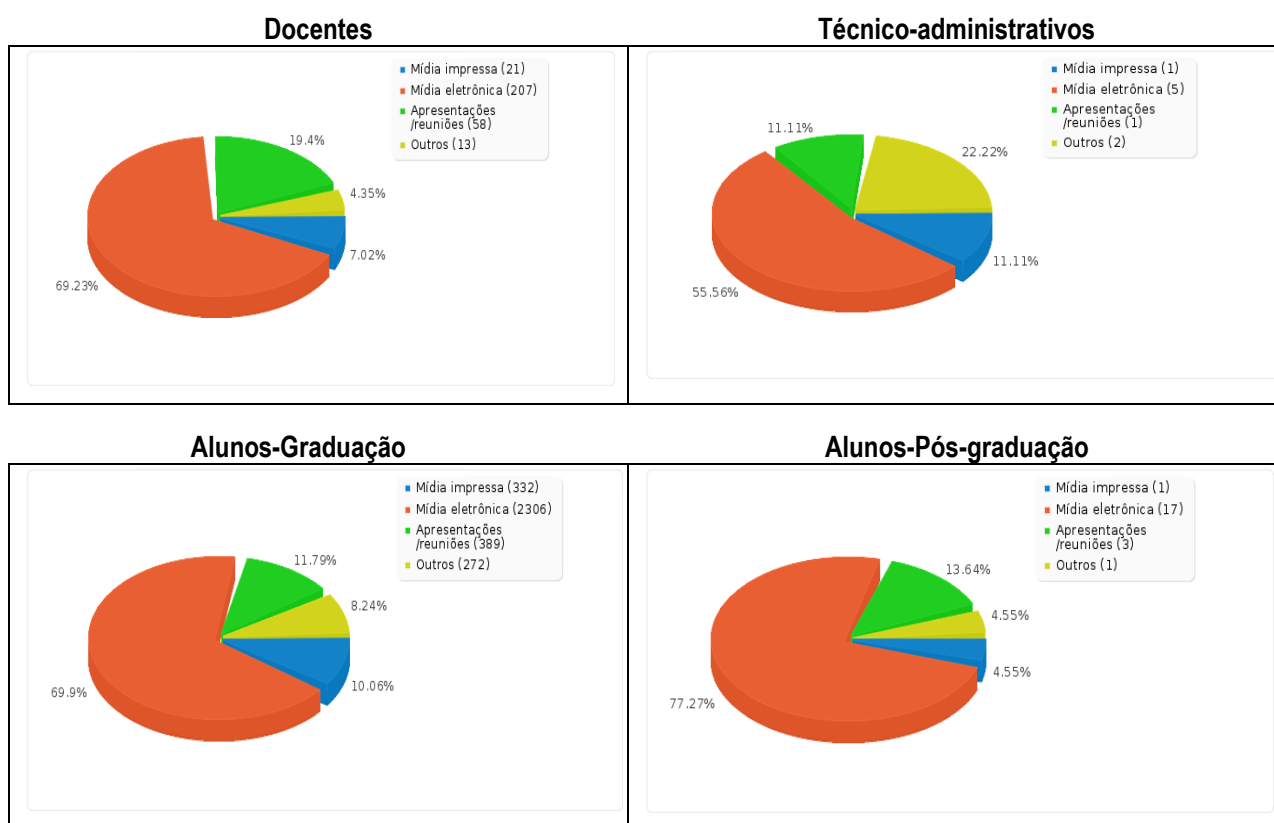
Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 33,78% dos professores, 77,78% dos técnico-administrativos, 29,28% dos alunos de graduação e 36,36% dos estudantes de pós-graduação consideram insuficiente ou ruim a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ. Avaliam como bom ou ótimo 30,43% dos professores, 35,89% dos alunos de graduação e 31,82% dos discentes de pós-graduação. Apesar do baixo número de respondentes, vale ressaltar que, entre os técnico-administrativos, não há respondentes que consideram tal item bom ou ótimo.

Percebemos a necessidade de aprofundarmos a investigação dos problemas relativos à comunicação dentro da Instituição, aprimorando os mecanismos já existentes e criando novas formas de facilitar a circulação das

informações. Incluir os diferentes segmentos da comunidade na elaboração dos instrumentos de divulgação (mídia impressa e eletrônica), sejam alunos, técnico-administrativos ou professores, pode ser um movimento que contribuirá na melhoria da qualidade da comunicação existente.

Em 2012, 39,92% dos professores, 55% dos técnico-administrativos, 26,51% dos alunos de graduação e 26,67% dos discentes de pós-graduação avaliaram a efetividade de comunicação e a circulação de informações como ruim ou insuficiente.

➔ Em sua opinião, qual destes modos de divulgação funciona de forma mais efetiva?



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 69,23% dos professores, 55,56% dos técnicos, 69,9% dos alunos de graduação e 77,27% dos discentes de pós-graduação consideram a mídia eletrônica como o veículo de comunicação mais efetivo na Instituição. Esses dados mostram a contribuição do Portal da Instituição, que aparece como importante instrumento de acesso da comunidade a vida institucional. Em segundo lugar, aparecem as apresentações e reuniões para todos os segmentos, exceto para os técnico-administrativos que apontam a opção Outros (22,22%), assim os percentuais são: 19,4% dos docentes, 11,79% dos estudantes de graduação e 13,64% dos discentes da pós-graduação.

Em 2012, em primeiro lugar para todos os segmentos participantes também ficou a mídia eletrônica. Em segundo lugar, também apareceram as apresentações e reuniões para todos os segmentos.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O Portal e a TV CEFET vêm se destacando como potencialidades da Instituição.

b.2) Fragilidades

A pesquisa realizada mostra que a comunidade acadêmica ainda não se encontra satisfeita com a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais. O Portal, apesar de ser uma ferramenta poderosa, carece de atualização e de uma interface mais agradável com a comunidade.

c) Ações com base na análise

Investigar alternativas para aprimorar a comunicação interna, tendo em vista que uma parcela significativa da comunidade acadêmica não se encontra satisfeita. Atualizar e aprimorar o Portal. Reformular os conteúdos, evitando as informações repetidas.

3.3.3 – Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.

A admissão nos cursos de graduação do CEFET/RJ pode ser feita de quatro formas distintas:

1) Através do Sisu:

O ingresso para os cursos oferecidos na Instituição, desde 1998, vinha ocorrendo por meio de vestibular isolado. Em 2009, o CEFET/RJ aprovou a adesão integral ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), utilizando o novo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como fase única de seleção para o ingresso nos cursos de graduação de suas diferentes Unidades de Ensino.

2) Por transferência Externa ou Interna:

A transferência externa ocorre através de um processo seletivo aberto a alunos regularmente matriculados em Instituição de Ensino Superior (IES), oriundos de estabelecimentos reconhecidos, de acordo com a legislação em vigor, sendo limitado às vagas existentes. O processo de transferência interna corresponde ao remanejamento interno de aluno regularmente matriculado em curso de graduação do CEFET/RJ (da Sede ou de suas Unidades). O remanejamento interno é a mudança de um aluno da graduação da Unidade Sede do CEFET/RJ ou das Unidades descentralizadas, de um curso para outro ou para o mesmo curso.

3) Mediante convênio:

O aluno-convênio é aquele encaminhado ao CEFET/RJ pelos órgãos governamentais competentes, e oriundo de países com os quais o Brasil mantém acordo cultural, conforme as normas da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCCIT). O CEFET/RJ mantém diversos convênios com instituições estrangeiras, as quais, periodicamente, promovem ações de intercâmbio de alunos, dentro de critérios específicos.

4) Mediante Reingresso (para Portadores de Diploma):

Processo seletivo no qual, mediante a concordância dos Departamentos Acadêmicos dos Cursos e, havendo disponibilidade de vagas, o aluno formado em Instituição de Ensino Superior pode concorrer a vaga de acordo com os critérios que são estabelecidos via edital.

O aluno que ingressar por esta forma e que tiver sua matrícula cancelada pelo CEFET/RJ, ou vier a cancelá-la, não mais poderá utilizar esta forma de ingresso. O processo é realizado a qualquer momento antes do período letivo para o qual haja vagas disponíveis e é regido pelas normas estabelecidas em edital disponível no *site* da Instituição.

Sendo o CEFET/RJ uma Instituição pública e gratuita, para que um aluno possa se manter, deve dispor de recursos financeiros mensais mínimos para custeio de traslado, alimentação, compra de alguns livros, reprodução de apostilas, notas de aula e materiais didáticos complementares. Nesse sentido, o CEFET/RJ desenvolve políticas de assistência estudantil, tanto para estudantes do nível de ensino profissional técnico, como para a graduação. A Instituição disponibiliza recursos próprios e oriundos do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, com vistas a diminuir os índices de evasão escolar e investe na contratação e capacitação de profissionais com o objetivo de implantar um eficiente acompanhamento sócio-pedagógico.

Considerando os alunos que se enquadram na situação mencionada, a política de atendimento do CEFET/RJ está fundamentada em três programas que contemplam bolsas de permanência, a saber:

a) Programa de Auxílio ao Estudante com Necessidade Específica (PAENE) - destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com necessidades específicas.

b) Programa de Auxílio Emergencial (PAEm) - destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na Instituição.

c) Programa de Auxílio-Alimentação (PAA), destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para alimentação durante sua permanência na Instituição.

A Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) possui cerca de duas mil empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ, uma vez que a Instituição é também uma agência governamental de estágio-emprego, conforme o Relatório ano base 2014 –DIREX. Essa parceria visa facilitar a integração dos estudantes em fase final de aprendizado acadêmico e os recém-formados com o mercado de trabalho. Desse relacionamento proveitoso com o mundo produtivo resultou o projeto FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO, que, em setembro de 2014, realizou a sua 9ª edição anual. Durante a realização do evento, profissionais das empresas nacionais e multinacionais palestram sobre as tendências de mercado imediatas, com as consequentes exigências profissionais e as possibilidades concretas de inserção em determinado ramo de atividade, além de encontros agendados com os docentes do CEFET/RJ, que permitem atualização dos conteúdos acadêmicos ministrados.

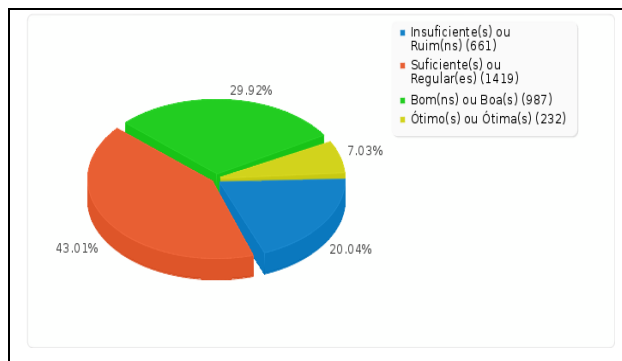
Há espaços de convivência que permitem a integração de todo público da Instituição. Para atender às atividades esportivas existem, em boas condições, quadras (coberta e descobertas) e piscinas, além de uma academia de ginástica na Unidade Sede. Nas bibliotecas, há espaços específicos para estudo individual. Para estudo em grupo, de forma geral, os alunos utilizam outras salas, fora do espaço interno da biblioteca. Na Unidade Sede, para atividades que envolvam o uso de computadores, são utilizadas as salas da Coordenadoria de Laboratório de Análise Numérica – Colan. Maiores detalhes referentes a esses espaços de convivência podem ser encontrados na Dimensão 7, infraestrutura.

Com relação a esse aspecto, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir. Tais questões apresentaram comportamentos de resposta muito semelhantes e, em virtude desse fato, será feita uma análise conjunta.

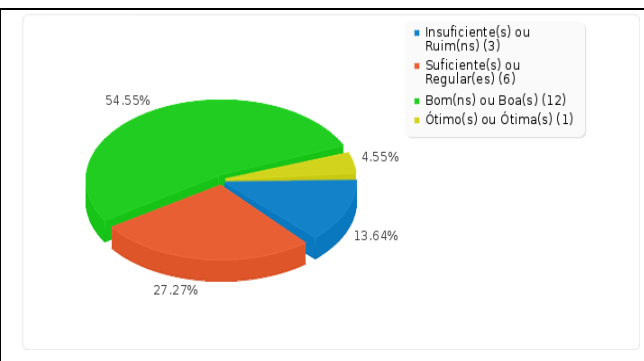
Questões específicas aos alunos:

➔ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

Alunos-Graduação

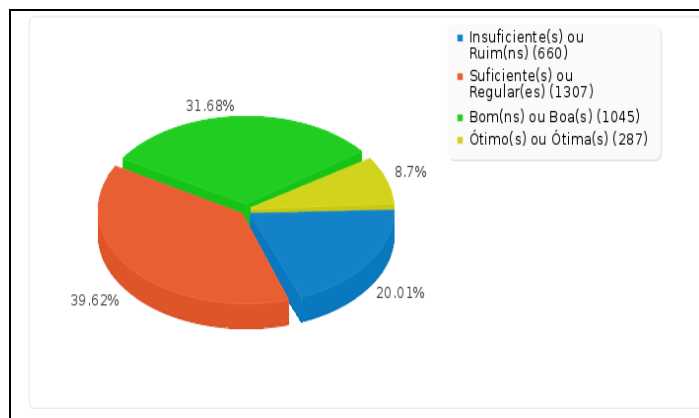


Alunos-Pós-graduação

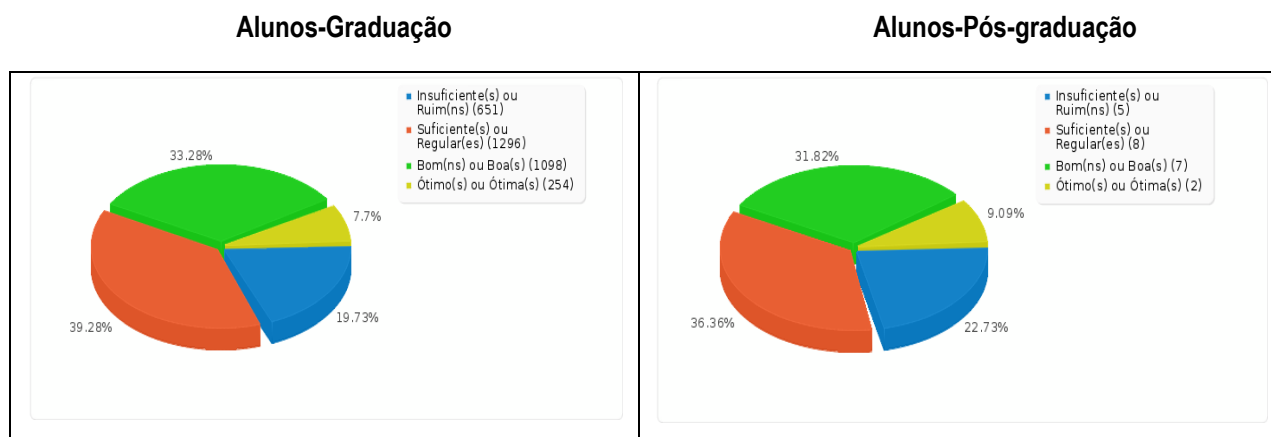


➔ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação



➡ O acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes pode ser avaliado como...



Considerando os três quesitos avaliados, observa-se que a maior parte dos alunos de graduação, correspondente a 43,01%, 39,62% e 39,28%, optou pela escala “suficiente ou regular” para avaliar os quesitos política de assistência estudantil, número de bolsas oferecidas para os alunos com dificuldades sociais e acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes, respectivamente. Os dois quesitos apreciados pelos alunos de pós-graduação, política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos, obtiveram, respectivamente, uma avaliação boa (54,55%) e uma avaliação suficiente (36,36%) por grande parte dos respondentes.

Em 2012, a maior parcela dos alunos de graduação respondentes também avaliou os três quesitos como suficientes (41,49%, 39,36% e 39,43%, respectivamente). Os dois quesitos avaliados pelos alunos de pós-graduação, política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos, obtiveram uma avaliação suficiente (44,44%) e uma avaliação insuficiente (37,78%), respectivamente.

a.2) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.

Conforme mencionado na Dimensão 2, as práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos, como a iniciação científica (PIBIC), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e a realização de disciplinas obrigatórias e optativas. Além disso, a Instituição incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, através da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Nesse contexto, cabe ressaltar que o CEFET/RJ participa do Programa Ciência sem Fronteiras, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Tal programa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Com relação ao

envolvimento dos alunos em atividades de Extensão, maiores detalhes podem ser encontrados na Dimensão 2.

Em 2013, o CEFET/RJ concedeu um total de 88 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -Graduação), sendo 54 do própria Instituição e 34 do CNPq. Em 2014, foram um total de 83 bolsas para a graduação, sendo 50 do própria Instituição e 33 do CNPq. O ingresso no programa se dá mediante edital, sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento.

No final de 2013, foi publicado o Edital 2013 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ, com 80 bolsas para o ensino superior e 120 bolsas para o ensino médio/técnico. No final de 2014, o Edital publicado apresentava 90 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico.

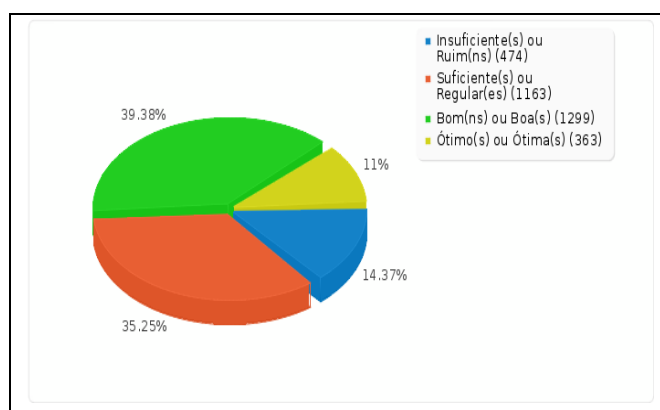
No que toca a avaliação institucional feita pelos alunos, a CPA, aplica anualmente um questionário no qual os alunos podem se manifestar avaliando a Instituição, seus cursos e seus professores. Tal questionário fica disponibilizado a partir do final do segundo período e uma vez respondido, as respostas são coletadas pelo DTINF e processadas. A CPA analisa os dados processados e apresenta os resultados à comunidade acadêmica.

Com relação a esse aspecto, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir.

Questões específicas aos alunos:

☞ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

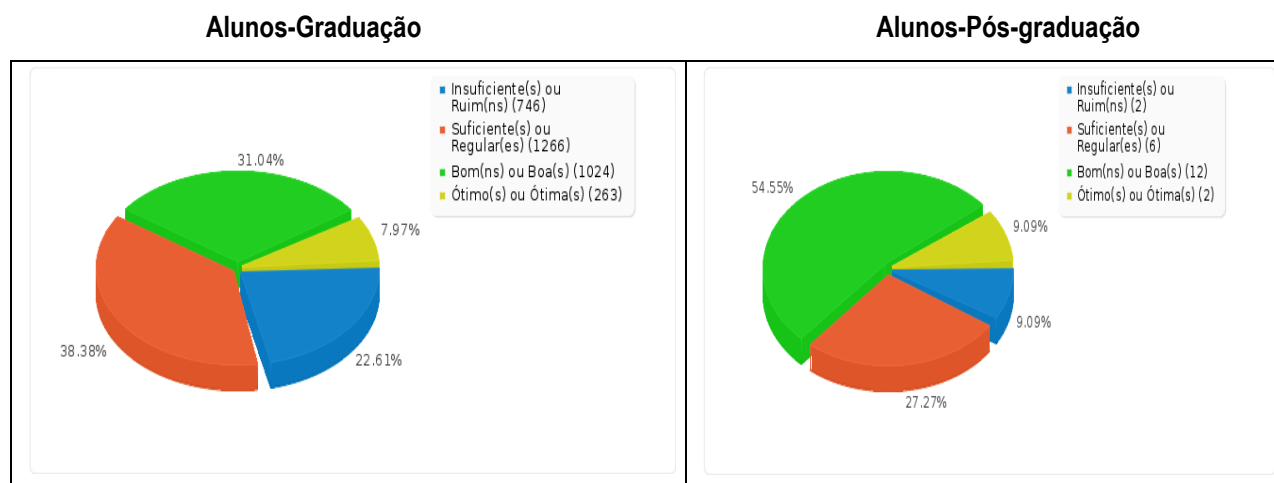
Alunos-Graduação



Considerando os estudantes de graduação respondentes, 39,38% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 35,25% que consideram suficiente, 14,37% que consideram tal política insuficiente e 11% ótima.

Em 2012, dos alunos de graduação respondentes, 37,7% indicavam que estavam bastante satisfeitos com tal quesito, apontando o conceito bom, seguidos de 34,76% que consideravam a política de participação dos estudantes em tais atividades como suficiente, 14,97% que consideravam tal política como insuficiente e 12,57% como ótima.

➔ A política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes ocorre de maneira...



Considerando os estudantes de graduação respondentes, 38,38% indicaram que tal política pode ser considerada suficiente, seguidos de 31,04% que consideram boa, 22,61% que consideram insuficiente e 7,97% ótima. Com relação aos estudantes de pós-graduação, a avaliação também foi positiva, 54,55% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 27,27% que a avaliaram como suficiente. Já 9,09% consideraram tal política ótima e outros 9,09% apontaram como insuficiente.

Em 2012, este quesito apresentou comportamento similar no que se refere às avaliações de alunos de graduação, com a maior parcela (39,86%) indicando que o quesito ocorria de forma suficiente ou regular. Na ocasião, a parcela de insatisfação correspondia a 23,04%. A avaliação da maior parte dos alunos da pós-graduação, na época, indicou tal item como suficiente (35,56%). Já o índice de insatisfação na ocasião foi de 17,78% dos alunos de pós-graduação.

a.3) Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

O DERAC (Departamento de Administração e Registros Acadêmicos) possui todos os registros relativos aos alunos, tais como dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno, entre outros. Tais dados são registrados por período em um simulador SIG, para cada curso da Instituição, conforme ilustração a seguir:

Quantidade de inscritos por:	Período
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Vagas Ofertadas por:	
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Ingressos por meio de:	
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Matrículas:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Por Regime de Matrícula:	
Concomitância Interna:	
Concomitância Externa:	
Quantidade de Concluintes:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Quantidade de Alunos que integralizaram a Carga Horária letiva do Curso:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Quantidade de Alunos que não concluíram a etapa:	
Matrículas Trancadas:	
Transferências Cedidas:	
Perdas ou Evasão:	
Matrículas Canceladas:	
Quantidade de Reprovados:	
Reprovados:	
Quantidade de Matrículas Reativadas:	
Matrículas Reativadas:	
Quantidade de Professores por Regime Trabalho:	
20 Horas:	
40 Horas:	
DE (Dedicação Exclusiva):	

Quantidade de Professores por Titulação:	
Pós-Doutorado:	
Doutorado:	
Mestrado:	
Especialização:	
Aperfeiçoamento:	
Graduação:	
RESULTADO	

De posse de tais dados, a Instituição pode analisar tendências e tomar decisões específicas para cada curso em virtude da análise processada.

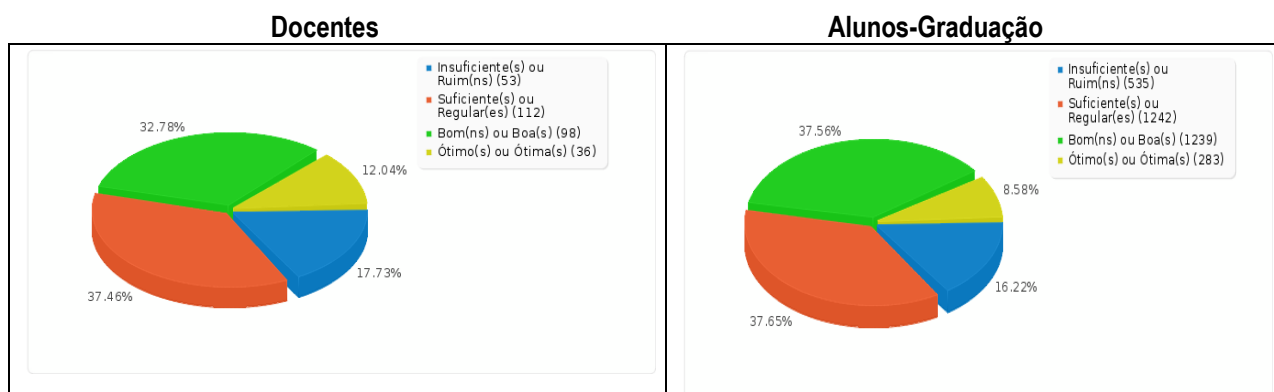
a.4) Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Após a conclusão do estágio, os egressos são registrados na Divisão de Estágio e Emprego (DIEMP) através de formulário específico. De posse desses dados, a Instituição estabelece um vínculo com o egresso. Nesse momento, está em desenvolvimento um sistema informatizado, com o objetivo de estreitar o vínculo e reconhecer no mercado a inserção dos alunos da Instituição.

Com relação a esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e alunos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e alunos:

☞ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



De forma geral a comunidade se encontra satisfeita com este quesito. Tanto os professores quanto os alunos avaliaram tal quesito de forma suficiente em sua grande parte, correspondente a 37,46% dos professores e 37,65% dos alunos.

Na avaliação realizada em 2012, professores e alunos avaliaram tal quesito como bom, o equivalente a 41,06% dos professores e 38,37% dos alunos.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O fato da Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) possuir cerca de duas mil empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ se destaca como uma potencialidade da Instituição. Cabe citar também a FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO, em virtude do alcance social que tal evento proporciona aos estudantes.

Deve-se citar ainda o incentivo da Instituição com relação à interação com outras culturas, através de programas tais como Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G, Ciência sem Fronteiras e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos.

b.2) Fragilidades

Na pesquisa realizada com o questionário, o maior índice de insatisfação apresentado pelos alunos de graduação, no caso 22,61%, foi com relação à política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes. No entanto, deve-se considerar que a maioria desses alunos avaliou tal quesito como suficiente (38,38%), bom (31,04%) ou ótimo (7,97%) e que na avaliação de 2012, o índice de insatisfação era maior (23,04%).

Com relação aos alunos de pós-graduação, o maior índice de insatisfação, no caso 22,7%, foi com relação ao acesso aos regulamentos e deveres dos estudantes. No entanto, como a grande maioria avaliou o quesito como suficiente (36,36%), bom (31,82%) ou ótimo (9,09%), fica apenas o registro desse fato. Cabe observar que, em relação à avaliação de 2012, o índice de insatisfação sofreu redução, passando de 37,78% para 22,7%.

c) Ações com base na análise

Continuação do incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes.

3.4 – Eixo 4: Políticas de Gestão

3.4.1 – Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.

Tanto para os docentes como para os técnico-administrativos os planos de carreira se encontram regulamentados. As novas leis, recentemente promulgadas, regulamentaram ambas as carreiras, que tiveram seus procedimentos e critérios públicos por meio de publicações disponibilizadas no sítio da Instituição.

No que se refere especificamente aos funcionários técnico-administrativos, a publicação em questão chama-se PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO. Nela, a respeito de seu objetivo central, está escrito:

Sua estrutura aborda o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação como um instrumento para a gestão de pessoas que atuam em cargos e atividades técnico-administrativas no CEFET/RJ. Focaliza a concepção, os princípios e as diretrizes que fundamentam o Plano de Carreira, bem como as propostas e linhas de ação para o Dimensionamento de Necessidades Institucionais de Pessoal, o Programa de Capacitação e o Programa de Avaliação de Desempenho.⁹

Nesse plano se encontram, de maneira clara e definida, todas as ações que a Instituição prioriza a fim de fazer com que a carreira dos funcionários técnico-administrativos se processe livre de quaisquer possibilidades de dúvidas ou pontos pouco esclarecidos. Tal publicação se deu em cumprimento às exigências dos “Programas definidos pela Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e pelo Decreto nº. 5.825, de 29 de junho de 2006”.¹⁰

Nessa medida, fica claro que a Instituição está afinada com as propostas do governo federal na medida em que prima pela implantação do plano de carreira livre de equívocos. O plano da Instituição ainda afirma que:

A implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, ampliou as possibilidades de desenvolvimento profissional dos servidores integrantes do plano, e, por conseguinte, a sua inserção no desenvolvimento organizacional.¹¹

⁹CEFET/RJ. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO, p. 4. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/rh/capacitacao/plano_pcctae.pdf. Acessado em 31/01/2014.

¹⁰Idem, p. 4.

¹¹Idem, p. 6.

Percebe-se que a Instituição manteve a preocupação de seguir as propostas e orientações promovidas pelo governo federal, cumprindo as exigências e metas estabelecidas para a regularização do plano de carreira para os funcionários técnico-administrativos.

Para a carreira de docentes, existem duas carreiras na Instituição, conforme divulgado no Portal¹²: a carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e a carreira de Professor do Magistério Superior. A Lei nº 12.772/2012, modificada pela Lei nº 12.863/2013 estabeleceu o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal composto por:

ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO		MAGISTÉRIO SUPERIOR		
CLASSE	NÍVEL	CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
D-I	1	A	Adjunto A Assistente A Auxiliar	1
	2			2
D-II	1	B	Assistente	1
	2			2
D-III	1	C	Adjunto	1
	2			2
	3			3
	4			4
D-IV	1	D	Associado	1
	2			2
	3			3
	4			4
Titular	1	E	Titular	ÚNICO

Fonte: CPPD, dez/2014.

A tabela a seguir apresenta a Correlação da estrutura anterior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e a estrutura atual:

ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO						MAGISTÉRIO SUPERIOR						
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	CARREIRA	CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	CLASSE	DENOMINAÇÃO	CARREIRA	
Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Lei nº 11.784 de 2008)	D-I	1	1	D-I	Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal	Carreira de Magistério Superior do PUCRCE (Lei nº 7.596 de 1987)	Auxiliar	1	A	Adjunto A Assistente A Auxiliar	Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal	
		2	1					2				
		3	2					3				
		4	2					4				
	D-II	1	1	D-II			Assistente	1	1	B		Assistente
		2	2					2				
		3	2					3				
		4	2					4				
	D-III	1	1	D-III			Adjunto	1	1	C		Adjunto
		2	2					2				
		3	3					3				
		4	4					4				
	D-IV	S	1	D-IV			Associado	1	1	D		Associado
		1	2					2				
		2	3					3				
		3	4					4				
-	-	1	Titular	Titular	E	Titular	E	Titular				

Fonte: CPPD, dez/2014.

¹² <https://sites.google.com/site/cppdcefetrj/estrutura-da-carreira>

No que se refere aos critérios de progressão, em 2010, uma comissão formada por diversos docentes se encarregou de estabelecer critérios por mérito, através de uma tabela de pontos que no final de 2010 entrou em vigor para a progressão de todos os docentes da Instituição. Os critérios atuais são utilizados não apenas para a progressão funcional dos docentes, mas também para aprovação em estágio probatório. O "Regulamento da Avaliação de Desempenho para fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos docentes do Cefet/RJ", denominado RAD, foi aprovado no CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) em 18/03/2010 e no CODIR (Conselho Diretor) em 01/10/2010.

Em 2013, o MEC publicou a Portaria 554, de 20/06/2013, que estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Em 2014, o CEFET/RJ aprova alterações na planilha RAD, por meio da Resolução Nº 09, de 21/03/2014, do CODIR.

Os professores pertencentes à carreira EBTT do Magistério Federal da ativa podem solicitar o RSC, Reconhecimento de Saberes e Competências definido pela Lei 12.772/2012, que estabelece a equivalência de titulação exclusivamente para a concessão da RT. A Portaria Nº 1.094, de 07/11/2013, aprova o Regulamento do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC. A Portaria Nº 34, de 28/08/2014, aprova a Resolução nº 11/2014 do CEFET/RJ, que regulamenta a avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC, no âmbito do CEFET/RJ (CODIR).

As tabelas a seguir apresentam o quantitativo global de docentes por titulação, em dezembro de 2009, de 2013 e de 2014, considerando a Instituição como um todo, com todas as suas Unidades.

Docentes por titulação e carreira em 2009						
Titulação	Carreira				Total	
	Mag. Superior		Mag. EBTT		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Doutorado	63	44,4	64	14,2	127	21,4
Mestrado	62	43,7	198	43,9	260	43,9
Especialização/Aperfeiçoamento	09	6,3	130	28,8	139	23,4
Graduação	08	5,6	59	13,1	67	11,3
Total	142	100	451	100	593	100

Fonte: DRH/DIRAP, dez/2009

Docentes por titulação em 2013		
Titulação	Carreira	
	Total = Mag. Superior + Mag. EBTT	
	Nº	%
Doutorado	183	30
Mestrado	314	51
Especialização/Aperfeiçoamento	81	13
Graduação	40	6
Total	618	100

Fonte: DRH/DIRAP, dez/2013

Docentes por titulação em 2014		
Titulação	Carreira	
	Total = Mag. Superior + Mag. EBTT	
	Nº	%
Doutorado	231	30
Mestrado	401	53
Especialização/Aperfeiçoamento	84	11
Graduação	42	6
Total	758	100

Fonte: DRH/DIRAP, dez/2014

a.2) Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

O plano de capacitação elaborado pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP/DRH/ DIRAP) para o período de 2013-2014 é composto de subprogramas que incluem palestras, cursos presenciais e/ou à distância, e foi planejado principalmente a partir dos dados coletados junto às Unidades/Departamentos do CEFET/RJ e de contribuições relevantes advindas de sugestões dos servidores, representando um quadro geral de demandas e necessidades de capacitação, às quais o plano de capacitação 2013-2014 procurou atender.

Com relação a qualificação oferecida para os servidores técnico-administrativos, o Relatório de Qualificação 2012 indica:

Qualificação oferecida aos servidores técnico-administrativos em 2013/2014
Capacitação Presencial
Cursos/Seminários na Sede e nas Unidades:
Curso de Integração para Novos Servidores
Curso de Informática Básica 1– Powerpoint
Curso de Informática Básica 2– Internet e Segurança
Seminário de Procedimentos Básicos para Compras no Setor Público
Seminário Institucional Avaliação de Desempenho no Contexto Organizacional
O Feedback da Avaliação de Desempenho
Programa de Desenvolvimento de Gestores
Minicurso 1: Liderança de Equipes com Foco na Motivação, Gestão de Conflitos e Comunicação
Minicurso 2: Gestão por Competências
Minicurso 3: Integrando o Sistema CEFET/RJ -Brainstorming
Minicurso 4: Administração Pública e Planejamento
Minicurso 5: Gestão Financeira e Orçamentária à Luz da Legislação Vigente
Ciclo de Palestras:
Palestras voltadas para a saúde e bem-estar do servidor bem como para temáticas gerais que envolvam sua rotina profissional.
Evento:
Educar Educador –Feira e Congresso de Educação da América Latina Tema: Educação 3.0 –A Educação do Futuro Chegou?

Capacitação a Distância
Parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Trata-se de um programa de Educação a Distância da Fundação Getúlio Vargas que é referencial nacional em Educação continuada, rompendo barreiras geográficas e de limitação de tempo.
Parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
Atendimento ao Cidadão
Ética e Serviço Público
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira
Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas –Lei 8.112/90
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos –Lei 8.666/93, pregão e registro de preços
Gerência de Projetos: Teoria e Prática
Orçamento Público: elaboração e execução
Tutoria On-line em Organizações Públicas
Capacitação para Qualificação
Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão – Linha de Pesquisa: Qualidade Total (Convênio entre UFF e CEFET/RJ)
Outras Atividades
Estimulo a participação dos servidores em ações de: - educação continuada: eventos, seminários, congressos e demais atividades que, oportunizados em época propícia, venham a incentivar e apoiar o servidor público colaborando para o seu aprimoramento profissional. - educação formal: oferecida pela Instituição ou por outros estabelecimentos educacionais que venha a promover sua capacitação gerencial e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento.

Fonte: DICAP/DRH/DIRAP: Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2013/2014

O plano de capacitação dos servidores Técnico-Administrativos elaborado pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento é publicado no portal anualmente.



Plano de capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2013/2014

No que se refere ao programa de qualificação docente, a Instituição disponibiliza no Portal publicação oficial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, denominada: Orientações para a Elaboração do Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes - PLANFOR. Tal plano se define, logo em seu início, como:

O Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor – consiste em um documento no qual a Instituição solicitante estabelece os princípios, objetivos e metas relacionados ao plano de formação de quadros docentes definido no âmbito do Programa Prodoutoral. No Planfor, devem ser descritas também as estratégias e ações para atingir os propósitos estabelecidos, além das formas de avaliação e de acompanhamento das ações, considerando um período de abrangência de cinco anos.¹³

Na busca para a consolidação como Instituição que prioriza a base triádica de ensino, pesquisa e extensão, o CEFET/RJ procura o incentivo de transformação dos seus quadros docentes visando a qualificação dos mesmos. O CEFET/RJ aprovou, na 6ª Sessão Ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes do CEFET/RJ para o período 2014-2018 (PLANFOR¹⁴).

A comissão própria de avaliação aplicou um questionário abrangendo pontos orientados pelo SINAES, para uma melhor análise no que se refere ao conhecimento das ações da Instituição para a qualificação e melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários. O baixo número de respondentes em se tratando dos técnico-administrativos clama por questões que passam pela desinformação, desinteresse, bem como apontam para a necessidade da Instituição repensar ações de maior conscientização do processo avaliativo, ou seja, planejar e organizar ações de sensibilização da comunidade como um todo. No entanto, este fato, baixo número de respondentes, no âmbito da pesquisa também deve ser considerado, uma vez que retrata a realidade da Instituição. Diante deste panorama, o material pesquisado revelará inevitavelmente, na dimensão a que se refere, uma visão parcial.

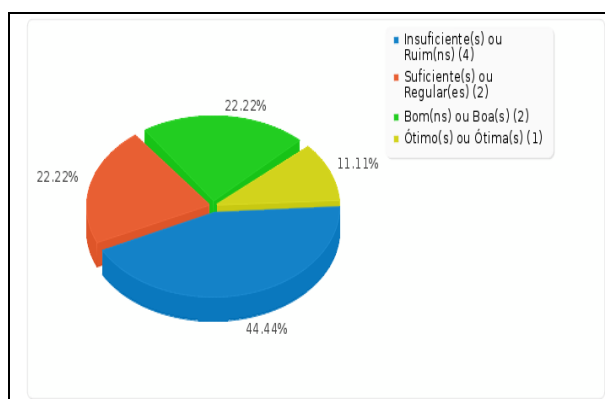
No que se relaciona aos aspectos de capacitação e incentivo à capacitação dos funcionários técnico-administrativos, foram aplicadas as seguintes perguntas, apresentadas abaixo juntamente com os resultados obtidos.

¹³CAPES, p.1. Disponível em <http://portal.cefet-rj.br/files/rh/capacitacao/docentes/planfor.pdf>. Acessado em 31/01/2015.

¹⁴Disponível em http://dipppg.cefet-rj.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1357&Itemid=23. Acessado em 31/01/2015.

Questões específicas aos técnico-administrativos

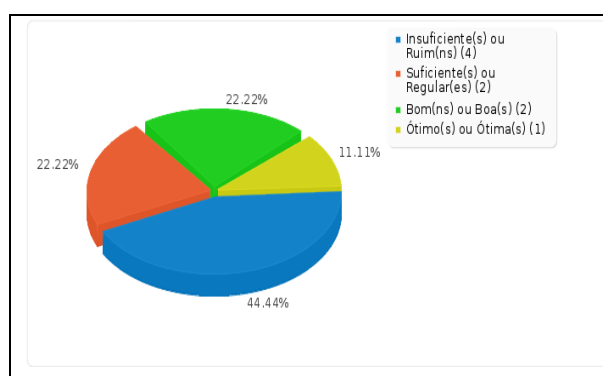
➡ A Instituição promove/incentiva a capacitação dos técnico-administrativos. Isso acontece de maneira...



Grande parte dos técnico-administrativos, 44,44%, considerou que tal quesito ocorre de forma insuficiente; outra parte ficou igualmente dividida entre as escalas boa e suficiente com 22,22% dos respondentes cada e outros 11,11% avaliaram a atuação como ótima. O baixo número de respondentes neste segmento prejudica uma análise mais profunda.

Em 2012, os resultados indicaram que grande parte dos respondentes avaliou tal quesito como bom, correspondendo a 37,5%, logo em seguida, uma parcela equivalente a 27,5% indicou tal promoção como suficiente. O restante ficou igualmente dividido entre as escalas insuficiente e ótima, com 17,5% dos respondentes cada.

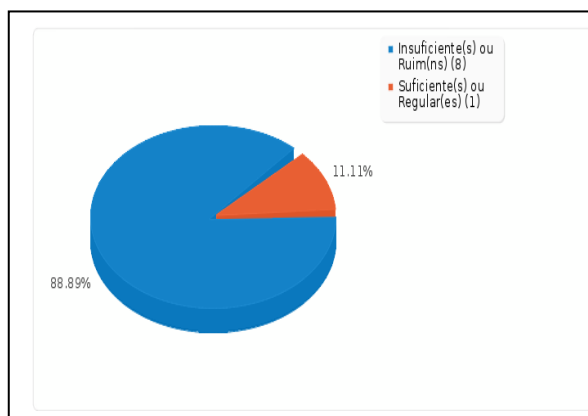
➡ Como você avalia a política de aperfeiçoamento para a carreira dos técnico-administrativos da Instituição?



Ao avaliarem de maneira específica a efetividade das políticas promovidas para o quadro de funcionários técnico-administrativos, 44,44% dos respondentes consideraram a política de aperfeiçoamento insuficiente; 22,22% avaliaram como suficiente e boa; e, finalmente, 11,11% julgaram-na ótima. O baixo número de respondentes neste segmento prejudica uma análise mais profunda.

Na avaliação realizada em 2012, 30% dos técnico-administrativos consideraram tal política boa; 27,5% avaliaram-na como suficiente; 25% julgaram-na insuficiente e 17,5% consideraram tal item ótimo.

➡ Como você avalia os cursos de extensão disponíveis para os servidores da Instituição nas áreas artísticas, esportivas e culturais?



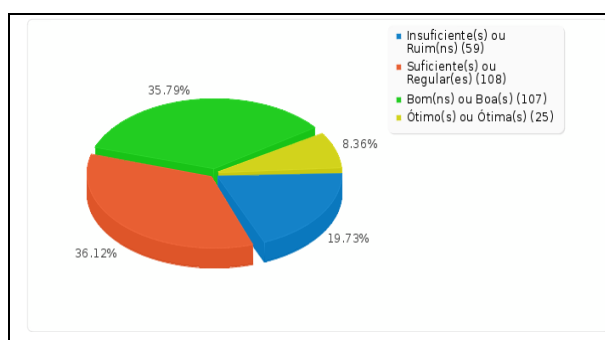
No que se refere aos cursos de extensão oferecidos aos funcionários, a maioria dos técnico-administrativos mostrou-se insatisfeita: 88,89% consideraram tais cursos insuficientes ou ruins; e o restante, 11,11%, considerou tal oferecimento suficiente. Essa avaliação, com a grande maioria insatisfeita, merece ser melhor investigada, apesar do baixo número de respondentes.

Em 2012, os técnico-administrativos também demonstraram uma grande insatisfação quanto a esse quesito. Na época, a maioria que avaliou tal quesito como insuficiente correspondia a 55% dos respondentes.

Quanto à questão específica do papel da Instituição nas práticas e políticas de aperfeiçoamento e/ou cursos de extensão, foi proposta a seguinte questão:

Questão específica aos docentes

➡ Como você avalia a política de capacitação continuada da Instituição, no âmbito didático pedagógico, para o aperfeiçoamento do seu trabalho?



A respeito da capacitação continuada no âmbito didático e pedagógico as respostas se deram da seguinte forma: 36,12% apontaram tal política como suficiente ou regular, perfazendo um total de 108 docentes; 35,79% avaliaram essa política como boa, perfazendo um total de 107 professores; 19,73% apontaram a atuação da Instituição nesta área como insuficiente, em um total de 59 docentes e 8,36% julgaram essa ação da Instituição como ótima, num total de 25 respondentes. Apesar de grande parcela de respondentes avaliar o quesito como suficiente e bom, percebemos um significativo número de insatisfação, o que aponta para a Instituição - pelo menos em um aspecto quantitativo – a necessidade de maior promoção de ações que busquem este tipo de aprimoramento por parte dos docentes constantes de seus quadros.

Na avaliação realizada em 2012, a maior parcela de professores respondentes, na época 35,36%, avaliou o respectivo quesito como suficiente ou regular, seguida de uma parcela muito próxima que avaliou como bom, o correspondente a 33,46%. Já o índice de insatisfação na época foi de 23,95%, o equivalente a 63 respondentes. Esse índice não foi muito diferente do apresentado na avaliação de 2013 cujo percentual de insatisfeitos é de 19,73% (59 respondentes), apontando apenas uma pequena redução. Tal fato demonstra que esse item merece atenção.

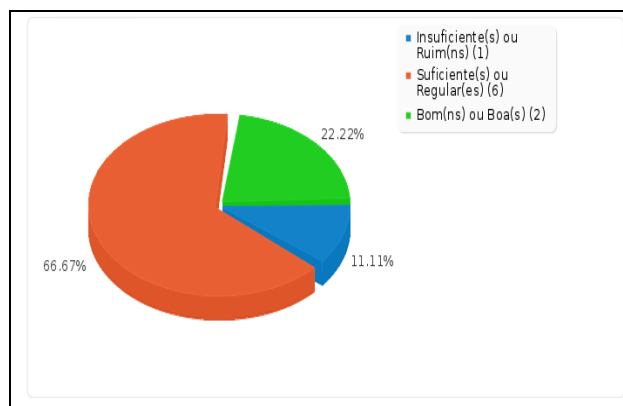
a.3) Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Atualmente há uma tendência das instituições se empenharem na busca por um instrumento que meça, com relativo grau de precisão, o que é chamado de “clima institucional”. Assim, existem no mercado diversas empresas que se especializaram em implementar ações específicas com tal finalidade, agindo de modo a medir os níveis de satisfação e as possibilidades de maior aproveitamento do potencial de trabalho de seus funcionários. As buscas por resultados ocorrem de modo mais evidente em organizações privadas que objetivam crescimento por relações comerciais. Como tais ações acontecem a nível mundial, esta passou a ser uma preocupação também das instituições educacionais públicas, que buscam, por determinações governamentais, otimizar suas ações visando o aumento considerável de seus rendimentos, entendendo-se estes como a realização final de sua missão institucional.

A partir de uma não especialização em pesquisas de clima, a comissão procurou estabelecer uma representação do panorama climático da Instituição no empreendimento de algumas questões aos funcionários. Assim, para avaliar a questão do ambiente e do potencial de trabalho aproveitado pela Instituição com relação ao seu efetivo de pessoal e suas possibilidades colaborativas foram propostas duas questões, cujos resultados se encontram explicitados nos gráficos a seguir.

Questões específicas aos técnico-administrativos

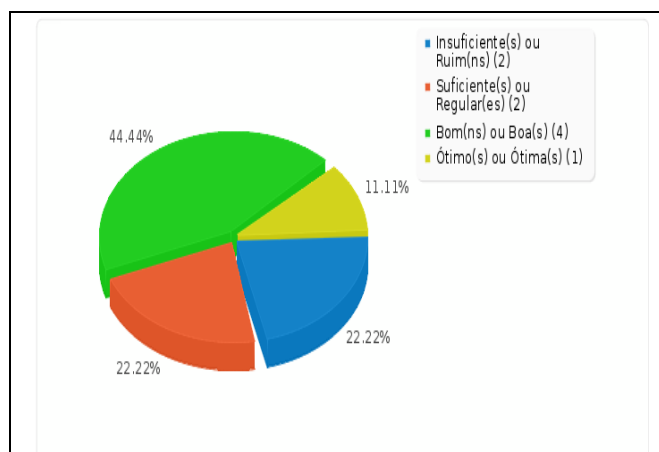
➡ O aproveitamento do seu potencial de trabalho no seu setor pode ser avaliado como...



Em relação a este questionamento, pode-se perceber um maior comprometimento com a possibilidade de revelar um panorama condizente com a realidade, posto que se parte do pressuposto que a proximidade do julgamento das próprias capacidades de contribuição ao bom funcionamento da Instituição não carecem do questionamento do conhecimento ou não por parte dos respondentes. No entanto, permanece a dificuldade de maior precisão devido ao baixo número de respondentes. Nesse aspecto, revela-se que a fase de conscientização da Instituição como um todo carece de maiores iniciativas. Contudo, as respostas a esse questionamento se mostram a seguir: 66,67% dos respondentes consideraram suficiente o aproveitamento do seu potencial de trabalho; 22,22% julgaram tal aproveitamento bom; e, finalizando, 11,11% avaliaram como insuficiente ou ruim o aproveitamento do seu potencial em sua colaboração trabalhista.

Em 2012, a avaliação indicou grande parte dos respondentes considerando como bom ou ótimo o aproveitamento do seu potencial de trabalho, o equivalente a 65% dos respondentes. Na ocasião, o índice de insatisfação foi de 12,5% dos técnico-administrativos respondentes.

➡ Os instrumentos de avaliação do seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição podem ser considerados...



A respeito dos instrumentos de avaliação do trabalho dos técnico-administrativos empreendidos pela Instituição - seja pela chefia imediata, seja pelos órgãos competentes da Instituição para essa finalidade – de um modo geral, as respostas se deram do seguinte modo: 44,44% dos respondentes consideraram tal avaliação boa; 22,22% avaliaram-na como suficiente e insuficiente; e, finalmente, 11,11% consideraram ótima a avaliação do seu trabalho.

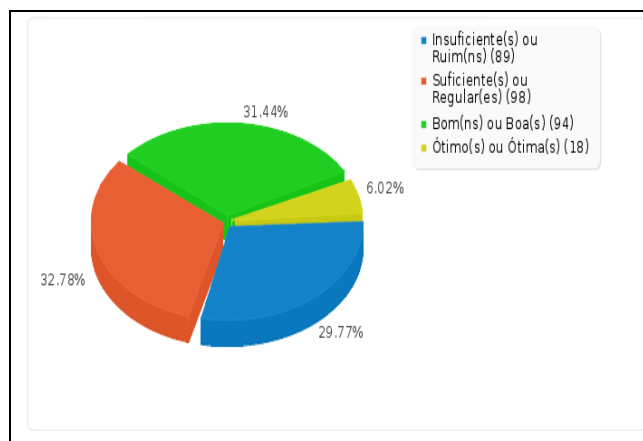
Na avaliação realizada em 2012, grande parte dos técnico-administrativos respondentes, o equivalente a 42,5%, também avaliou como bom tal quesito. Já o índice de insatisfação foi de 7,5% dos respondentes.

As respostas colhidas geram subsídios para a Instituição repensar suas atuações nas áreas pesquisadas, apesar do número reduzido de respondentes, considerando o quantitativo total de técnico-administrativos participantes da pesquisa.

A respeito da prática da pesquisa por parte dos docentes nas suas respectivas áreas de atuação, os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa podem ser observados no próximo gráfico.

Questões específicas aos docentes

➡ Na sua área de atuação, o CEFET/RJ estimula e oferece os recursos necessários para a prática de pesquisa de forma...



Nesse aspecto, os resultados obtidos foram: 32,78% avaliaram como suficiente os estímulos à pesquisa, perfazendo um total de 98 respondentes; 31,44% avaliaram como boa a ação da Instituição neste aspecto, perfazendo um total de 94 respondentes; 29,77% responderam que a atuação da Instituição nesse quesito é insuficiente ou ruim, em um total de 89 docentes; e, por fim, 6,02% apontaram esse quesito como ótimo, em um total de 18 respondentes.

Na avaliação realizada em 2012, 32,32% dos professores, o equivalente a 85 respondentes, apontaram tal quesito como suficiente, seguidos de 30,8%, o correspondente a 81 respondentes, que o consideraram insuficiente,

29,66%, o equivalente a 78 docentes, que julgaram como bom e 7,22%, o correspondente a 19 professores, que consideraram ótimo.

Os docentes responderam de maneira bem equilibrada a questão referente às condições de pesquisa oferecidas pela Instituição. Embora uma parte considerável de respondentes, o equivalente a 29,77%, as tenha avaliado como insuficientes ou ruins, essa parcela não se mostra como maioria esmagadora e pode-se observar também que o restante da comunidade que avaliou tais condições como suficientes, boas ou ótimas corresponde a um total de 70,24%. De qualquer forma, este instrumento pode ser um bom termômetro para medir o clima institucional, na medida em que 89 docentes se encontram insatisfeitos, o que em uma Instituição do tamanho do CEFET/RJ mostra-se um dado revelador e indica a necessidade de futuras ações para dirimir as lacunas em tal questão.

O relatório desta dimensão carece de maior precisão, seja pela divulgação e sensibilização da comunidade do CEFET/RJ como um todo, seja pelo conjunto específico dos funcionários da Instituição. Tal carência ainda necessita ser sanada.

b) Análise dos dados e das informações

Considerando o baixo número de respondentes, em se tratando dos técnico-administrativos, serão apresentadas apenas algumas indicações de potencialidades, fragilidades e oferecidas algumas sugestões.

b.1) Potencialidades

Existência de um plano de progressão funcional, reformulado em 2014, mais abrangente que o proposto em 2010, com critérios claros e bem definidos de progressão.

Cabe mencionar que o maior índice de satisfação observado com a aplicação do questionário, nesta dimensão, se refere à satisfação dos técnico-administrativos com relação aos instrumentos de avaliação de seus trabalhos para o bom funcionamento da Instituição. O fato de 44,4% considerarem tal quesito como bom, seguidos de cerca de 11,1% que consideram ótimo, é bastante significativo, apesar do baixo número de respondentes.

b.2) Fragilidades

O baixo número de respondentes relativo aos técnico-administrativos aponta para uma falta de interesse que deve ser melhor verificada para que se compreendam as verdadeiras razões que geraram tal fato.

Com relação à progressão funcional, considerada já nos novos moldes, os critérios para pontuar parecem não levar em conta dimensões importantes do trabalho acadêmico-institucional, que não se resume a pesquisa e publicações. A necessidade de participar de atividades, como a formação de comissões para refletir e sugerir ações

em áreas de interesse institucional se constitui em atividade de importância equivalente a publicações em periódicos indexados e, muitas das vezes, vão produzir resultados mais imediatos para a comunidade acadêmica e, também, de grande relevância. Até o momento, havia sido estabelecido que tal participação correspondia a 1 ponto por ano, enquanto publicações em periódicos indexados correspondiam, respectivamente a 10 pontos. Consideramos esse um ponto a ser revisto e que tem causado insatisfações para os membros da comunidade que participam das comissões.

O alto índice de insatisfação demonstrado pelos técnico-administrativos com relação aos cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais pode apontar para uma insuficiência ou desconhecimento nesta área, que precisa ser pesquisado.

No início do texto desse relatório, são apontadas diversas ações voltadas para a capacitação dos servidores técnico-administrativos, o que busca evidenciar o interesse da instituição por essas questões. Apesar das diversas ações voltadas para a capacitação dos servidores técnico-administrativos, descritas na análise dessa dimensão, os resultados dos questionários que avaliam as ações e a política de aperfeiçoamento para a carreira dos técnico-administrativos apontam para uma insatisfação significativa. Dado esse, que deve ser levado em consideração, não obstante o baixo o número de respondentes, conforme indicado capítulo 2, item 2.4, População.

Pode-se levantar as seguintes hipóteses acerca dessa insatisfação, visto que, de fato, existem ações voltadas para a capacitação:

- as atividades de capacitação estão concentradas no Maracanã, o que dificulta a participação dos servidores dos outros campi;
- existem falhas na comunicação, ou seja, esses cursos não estão sendo divulgados da forma adequada. Isso mostra que apenas colocar na página não é o suficiente. É preciso pensar em outros canais, como por exemplo, os gestores dos campi; e
- o plano de formação não atende às reais necessidades de formação dos servidores técnico-administrativos. Isso aponta a necessidade de investigar, junto a esses servidores, quais as suas reais demandas por formação.

c) Ações com base na análise

Desenvolvimento de atividades junto aos técnico-administrativos que mostrem a importância da avaliação interna e da participação de toda a comunidade neste processo fundamental para a melhoria da qualidade. Esta sensibilização deve ser feita com o apoio da direção e sua importância deve ser mencionada em reuniões de colegiados, comissões, etc. Desta forma, a cultura da avaliação estará sendo difundida, com a participação de todos.

3.4.2 – Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

a) Principais Aspectos Avaliados

- a.1) Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.
- a.2) Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.
- a.3) Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.
- a.4) Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.
- a.5) Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).
- a.6) Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 continua a estabelecer como **Missão** Institucional:

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

Orientados pela legislação vigente, constituem **objetivos** prioritários do CEFET/RJ:

Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia; ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica; ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica; realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade; promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada; estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Cenários para Consecução dos Objetivos:

O Centro considerou o macrocenário em que se circunscreve, em uma sociedade globalizada que orientou sete diretrizes gerais, a saber:

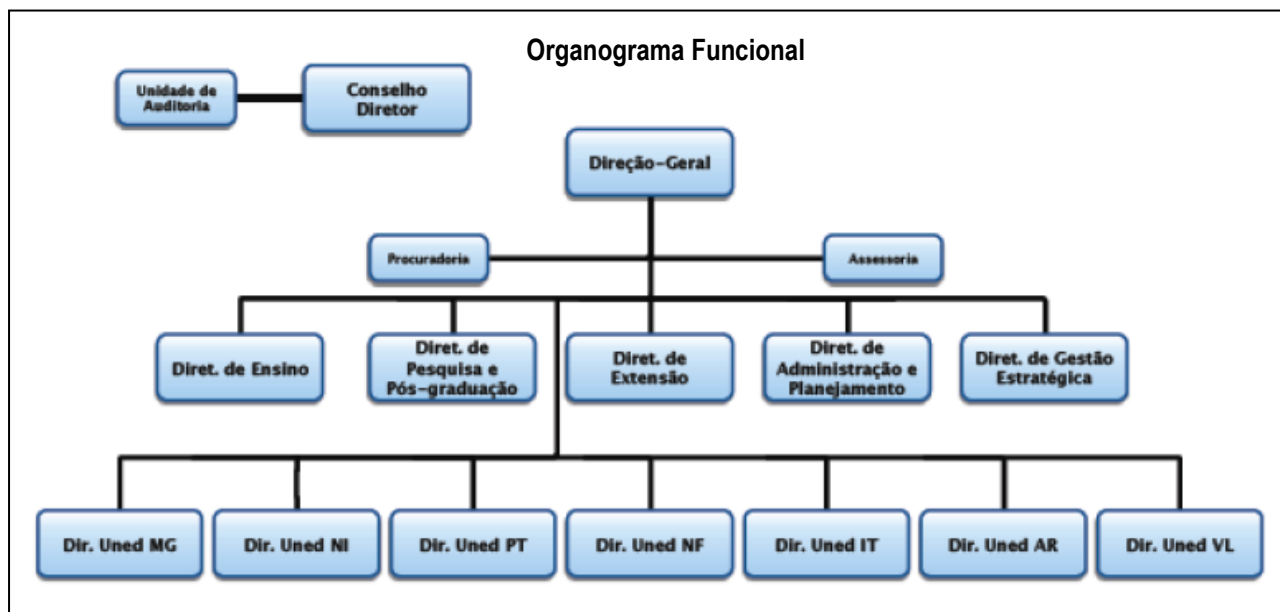
- sustentação do projeto institucional de transformação do Centro em Universidade Tecnológica;
- consolidação da atuação institucional em Sistema *Multicampi*;
- ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- implantação de políticas de organização e gestão de pessoal;
- investimento em melhoria de infraestrutura física;
- desenvolvimento de atividades de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e comunicação social; e
- democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional.

Estrutura organizacional para Cenários para Consecução dos Objetivos:

A Direção Geral é o órgão que planeja e administra a Instituição. É formada pelo gabinete da Direção Geral e cinco diretorias sistêmicas que coordenam todas as Unidades de Ensino: a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), a Diretoria de Extensão (DIREX), a Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) e a Diretoria de Planejamento Estratégico (DIGES), conforme ilustrado no organograma. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor. A sua estrutura também conta com o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, apresentados mais adiante.

A Diretoria de Ensino (DIREN) é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino, devendo estar em consonância com as diretrizes da DIPPG e da DIREX. A DIPPG é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação, devendo estar em consonância com as diretrizes da DIREN e da Diretoria de Extensão (DIREX). A DIREX é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A DIRAP é encarregada de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ, incluindo sua execução financeira e contábil. A DIGES é responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

A figura a seguir ilustra o organograma funcional do CEFET/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013, DIGES, mar/2014.

Até o primeiro semestre de 2013, os cursos de graduação do CEFET/RJ eram vinculados diretamente a Departamentos Acadêmicos ou Coordenações. No segundo semestre de 2013, houve uma mudança nessa estrutura, que passou a contemplar unicamente Coordenadorias. Apesar da mudança de nome, de Departamento para Coordenadoria, as atribuições continuaram as mesmas. As Coordenadorias dos cursos superiores da Sede, antes Departamentos, fazem parte do DEPES (Departamento de Educação Superior). O DEPES atua exclusivamente no Maracanã, tendo como função coordenar não só os cursos de bacharelados da Sede, mas também os cursos superiores de tecnologia e possui como conselho consultivo e deliberativo o CONDEP. O DEPES está subordinado à DIREN, assim como o DEMET (Departamento de Ensino Médio e Técnico), que, como o DEPES, também atua exclusivamente no Maracanã.

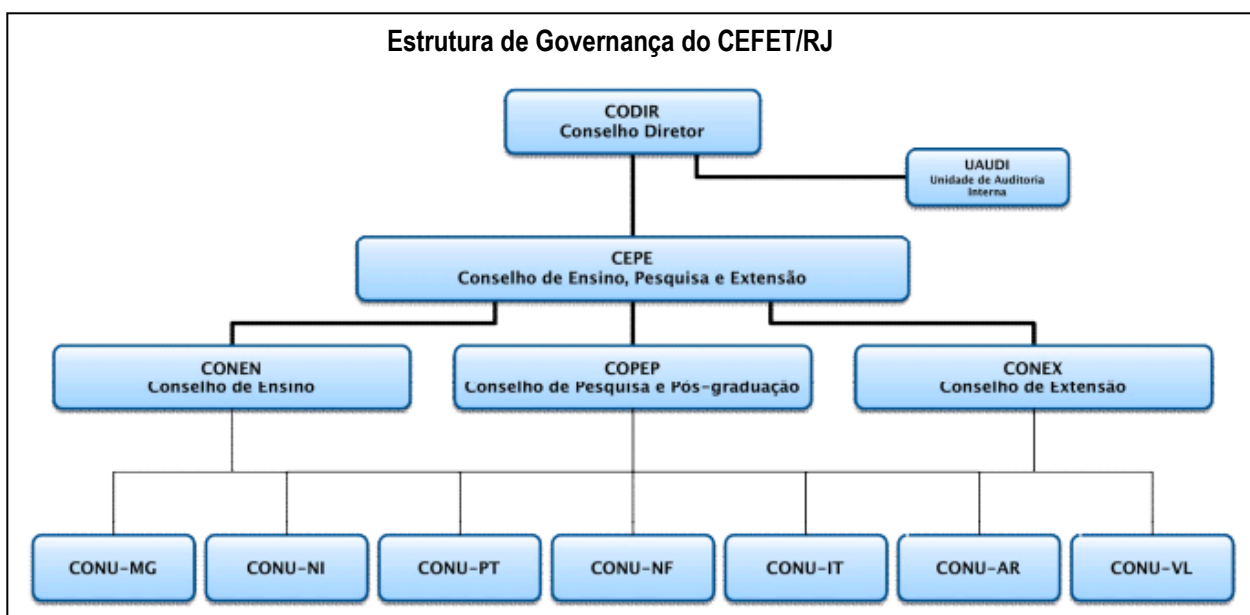
Com relação à oferta de cursos de nível superior, em 2014, foram oferecidas 1616 vagas, nos diferentes cursos. Na Unidade do Maracanã foram um total de 750 vagas; 70 vagas na Unidade de Angra dos Reis, 216 vagas na Unidade de Nova Iguaçu; 240 vagas na Unidade de Nova Friburgo, 210 vagas na Unidade de Petrópolis, 80 vagas na Unidade de Itaguaí e 50 vagas na Unidade de Valença, conforme apresentado nos editais de concurso para 1º e 2º semestres de 2014, Edital Nº 001/2014 e Edital Nº 034/2014, respectivamente.

O PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO vem estimulando aqueles que desejam investir em seu desenvolvimento pessoal e profissional através do Incentivo à Qualificação. Tal incentivo oferece um acréscimo salarial aos servidores que possuem escolaridade acima daquela exigida pelo exercício da função, cujo valor varia entre 10% e 75% sobre o vencimento básico.

ESTRUTURA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS

Uma estrutura resumida dos principais órgãos colegiados da Instituição é apresentada a seguir, onde estão ilustrados o Conselho Diretor (CODIR), o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), o Conselho de Pesquisa e Pós Graduação (COPEP), o Conselho de Ensino (CONEN), o Conselho de Extensão (CONEX) e os Conselhos das Unidades (CONU), responsáveis pelas decisões operacionais locais de cada uma delas. A Unidade Sede apresenta ainda a seguinte estrutura: o Departamento de Educação Superior (DEPES) com seu Conselho Departamental (CONDEP) e o Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET) com seu Conselho de Ensino Médio e Técnico (CONDMET). A DIREN é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino, devendo estar em consonância com as diretrizes da DIPPG e da DIREX.

As atribuições do Conselho Diretor, instância máxima recursal da Instituição, estão claramente estabelecidas no estatuto do CEFET/RJ. O Conselho Diretor determina que a administração superior de cada centro tenha como órgão executivo a diretoria-geral, e como órgão deliberativo e consultivo o conselho diretor, sendo este composto de dez membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro da Educação, sendo um representante do MEC, um representante de cada uma das Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, do respectivo Estado, cinco representantes da Instituição, incluindo um representante discente, e um representante dos ex-alunos. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013. DIGES, mar/2014.

1. CONSELHO DIRETOR

1.1. REGULAMENTO DO CONSELHO DIRETOR

Art.1º O Conselho Diretor é o órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Art. 2º O Conselho Diretor é integrado por 10 (dez) membros e respectivos suplentes, de acordo com art.3º da Lei 6545/78, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo:

- I. um representante do Ministério da Educação;
- II. um representante da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro;
- III. um representante da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro;
- IV. um representante da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro;
- V. um representante dos ex-alunos do CEFET/RJ;
- VI. um representante do corpo discente do CEFET/RJ;
- VII. um representante dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ;
- VIII. três representantes dos docentes do CEFET/RJ, sendo dois do Ensino Básico e Técnico e um do Ensino Superior.

§ 1º A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo Diretor-Geral, na qualidade de membro nato, que terá o voto nominal e de qualidade.

§ 2º O representante do Ministério da Educação será indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

§ 3º As Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro indicarão seus representantes e respectivos suplentes.

§ 4º A Associação dos Ex-Alunos indicará seu representante e respectivo suplente.

§ 5º Os representantes dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ e seus respectivos suplentes serão eleitos através de votação direta pelos seus pares, podendo candidatar-se qualquer servidor com nível superior independentemente do nível de carreira que ocupa.

§ 6º Os representantes dos docentes do CEFET/RJ e seus respectivos suplentes serão eleitos como disposto no Regimento Geral.

§ 7º É vedada a nomeação de servidores da Instituição como representantes das Federações e do Ministério da Educação.

§ 8º Os membros suplentes têm direito assegurado à presença e voz em todas as reuniões e podem, com direito a voto, substituir os membros titulares provisoriamente, em sua ausência eventual ou afastamento por período determinado e, permanentemente, no caso de afastamento definitivo.

§ 9º É vedada a acumulação de funções gratificadas e cargos de direção com a representação no Conselho Diretor exceto aqueles em que a nomeação seja precedida de consulta à comunidade.

Art. 3º O mandato dos membros do Conselho Diretor será de 4 (quatro) anos.

§ 1º É permitida uma única recondução sucessiva de mandato.

§ 2º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Diretor, assumirá o respectivo suplente, para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

2. CONSELHO DE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO - CEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é o órgão de natureza normativa, deliberativa e consultiva em matéria acadêmica, da área de ensino, pesquisa e extensão, constituído por:

- I. Diretor Geral;
- II. Diretores sistêmicos;
- III. Diretores das unidades descentralizadas;
- IV. três representantes do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, eleitos por seus pares;
- V. três representantes do Conselho de Ensino, eleitos por seus pares;
- VI. três representantes do Conselho de Extensão, eleitos por seus pares;
- VII. um representante discente do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação;
- VIII. um representante discente do Conselho de Extensão;
- IX. um representante discente do Conselho de Ensino;

- X. dois representantes docentes do Ensino Médio e Técnico;
- XI. dois representantes docentes do Ensino Superior;
- XII. dois representantes do pessoal Técnico-Administrativo.

3. CONSELHO DE ENSINO – CONEN

O Conselho de Ensino – CONEN – é o órgão consultivo e deliberativo da Direção de Ensino (DIREN) para a definição das diretrizes da política educacional do Centro. O CONEN tem em sua composição 19 (dezesete) membros, sendo:

- I. O Diretor de Ensino (presidente nato do CONEN).
- II. Sete representantes do Departamento de Educação Superior;
- III. Sete representantes do Departamento de Ensino Médio e Técnico;
- IV. dois discentes da graduação;
- V. dois discentes do ensino Médio/Técnico.

4. CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, daqui por diante denominado COPEP, é o órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação, em assuntos de natureza acadêmica, e de pesquisa, conforme Regimento Interno do CEFET/RJ, constituído pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes:

- I. Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação;
- II. Chefes de Departamentos pertencentes à DIPPG;
- III. Coordenadores dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu;
- IV. Coordenador da Coordenadoria dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu - COLAT;
- V. Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT;
- VI. Coordenadores de Pesquisa e Estudos Tecnológicos - COPET;
- VIII. Um representante dos grupos de Pesquisa que não seja docente dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, escolhido entre os pares;
- VIII. Um representante discente dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, escolhido entre os pares;

5. CONSELHO DE EXTENSÃO

O Conselho de Extensão, CONEX, a quem cabe estabelecer políticas de desenvolvimento das atividades de extensão do sistema CEFET/RJ, é órgão sistêmico, normativo, deliberativo e consultivo dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e do Conselho Diretor – CODIR do sistema do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, que tem as finalidades de:

- I. estabelecer normas, diretrizes e políticas que permitam às demais instâncias do sistema CEFET/RJ (Unidade Sede, Unidades descentralizadas ou campi) a consecução das ações de extensão, em consonância com as diretrizes do FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX e do FORUM DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA;
- II. estimular e garantir a relação dialógica entre o CEFET/RJ e a sociedade civil, o mundo produtivo e os poderes públicos constituídos;
- III. reafirmar a Extensão no CEFET/RJ como um processo educativo indispensável à formação dos estudantes, incentivando-os a desenvolverem ações extensionistas;
- IV. identificar e apoiar as ações de assistência estudantil;
- V. estimular e promover ações no campo do empreendedorismo e inovação tecnológica, através de incubadoras empresariais e de cooperativas populares;
- VI. estimular a participação de servidores com vistas às ações de extensão;

- VII. apreciar e aprovar o relatório sistêmico anual das atividades de extensão relativas ao ano base anterior.
- VIII. zelar pela qualidade dos programas de extensão.

6. CONSELHO DEPARTAMENTAL DA GRADUAÇÃO (CONDEP)

O Conselho Departamental é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento de Educação Superior (DEPES), que trata das questões relativas à política de ensino da graduação, cuja composição é constituída pelo:

- a) Chefe do DEPES (Presidente)
- b) Chefes dos Departamentos Acadêmicos dos cursos de graduação do Maracanã
- c) Coordenador dos Cursos Superiores de Tecnologia
- d) Coordenador de Suporte Acadêmico
- e) Um representante indicado pelo Diretório Acadêmico Estudantil (DCE).

6.1 COLEGIADOS DOS DEPARTAMENTOS ACADÊMICOS DA GRADUAÇÃO

O Colegiado é o órgão *consultivo* de cada Departamento Acadêmico para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da Instituição, cuja composição é formada pelo:

- I. Chefe do Departamento como presidente;
- II. Professores de 3º grau lotados no Departamento;
- III. Professores de 2º grau vinculados academicamente ao Departamento, sendo-lhes garantido o direito a voz nas reuniões;
- IV. Um discente do curso indicado pelo Diretório Acadêmico, com direito a voz e voto nas reuniões. O representante discente terá mandato de um ano, sendo permitida uma recondução.

Foram propostas diversas questões diretamente relacionadas a essa dimensão a toda comunidade acadêmica. Existem ainda outras questões analisadas em outras dimensões, conforme pode ser verificado nos questionários apresentados no Anexo A, que também são pertinentes a essa dimensão. No que toca o investimento na comunicação e circulação da informação, por exemplo, deve-se reportar à Dimensão 4 (A comunicação com a sociedade), para maiores detalhes.

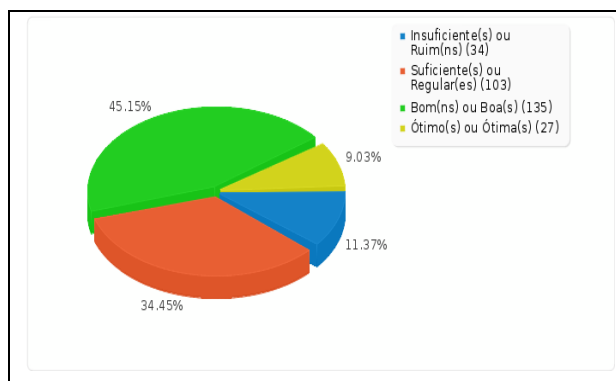
Os segmentos docente, aluno e técnico-administrativo opinaram de forma geral em questões referentes basicamente ao planejamento institucional em relação às finalidades educativas; a gestão estratégica e da informação da Instituição e a participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

Com relação aos colegiados e a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ, foram feitas três perguntas. A primeira avalia de que forma os órgãos colegiados atendem as necessidades da comunidade e contribuem para a melhoria do desempenho da Instituição. A segunda verifica se as ações realizadas pela Instituição para garantir a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ vem ocorrendo de forma satisfatória e a terceira avalia os mecanismos que garantem tal participação na gestão. A quarta pergunta proposta avalia de que forma o planejamento da Instituição vem ocorrendo com relação às necessidades da comunidade.

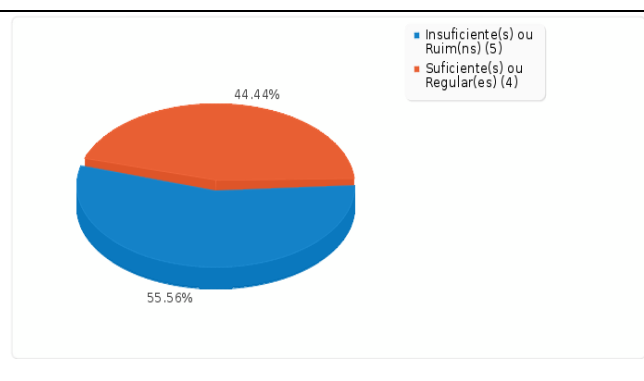
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

Os órgãos colegiados contribuem para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição. Isso acontece de forma...

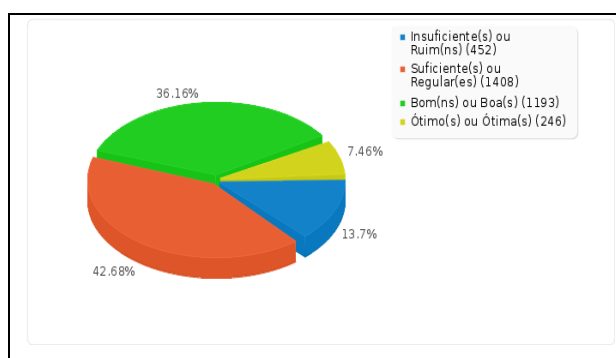
Docentes



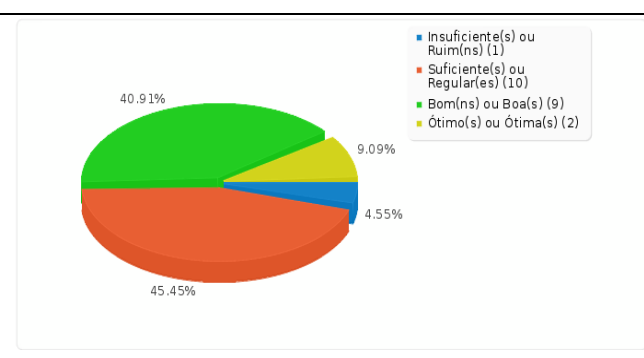
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

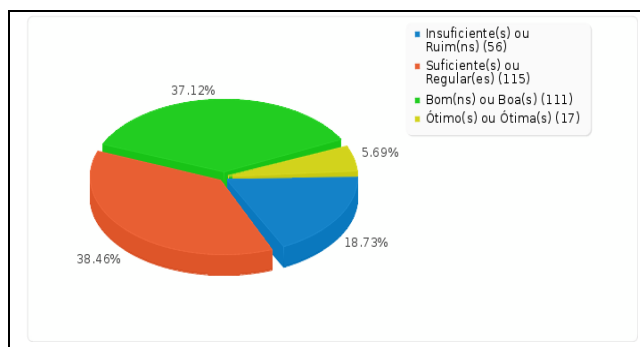


A avaliação referente ao desempenho dos órgãos colegiados indicou que grande parte dos alunos da graduação e da pós-graduação respondentes considera tal desempenho suficiente, o correspondente a 42,68% e 45,45%, respectivamente. Já a maior parcela dos professores avalia tal quesito como bom, o equivalente a 45,15%. Por outro lado, a maioria dos técnico-administrativos (55,56%) considera tal item insuficiente ou ruim. Inclusive, esse foi o maior índice de insatisfação dentre os segmentos. Apesar do baixo número de respondentes nesse segmento, vale procurar entender os motivos da insatisfação dessa parcela, que talvez sinta que suas necessidades não estão sendo atendidas.

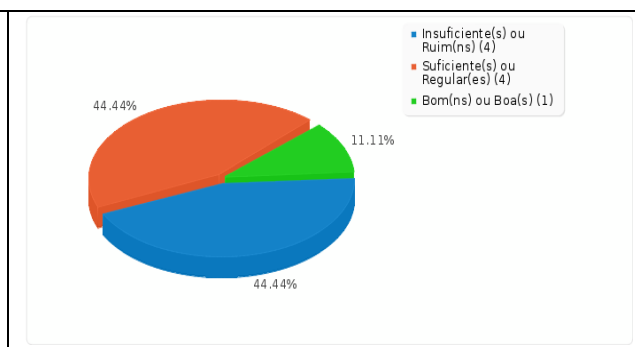
Em 2012, grande parte dos docentes, técnico-administrativos e alunos da pós-graduação avaliou tal quesito como bom, o equivalente a 41,06%, 47,5% e 53,33%, respectivamente. Já a maior parcela dos alunos da graduação considerou tal desempenho suficiente, o correspondente a 41,98% dos respondentes. Na ocasião, o maior índice de insatisfação apresentado foi novamente da categoria dos técnico-administrativos, o correspondente a 22,5%. Dessa forma, os resultados mostram que se trata de um quesito que ainda pode ser mais bem trabalhado junto aos técnico-administrativos.

➡ As ações realizadas pela Instituição garantem a participação dos docentes, alunos e técnico-administrativos na gestão do CEFET/RJ. Isso acontece de forma...

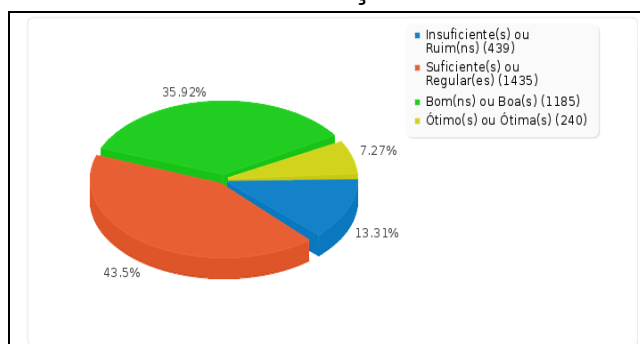
Docentes



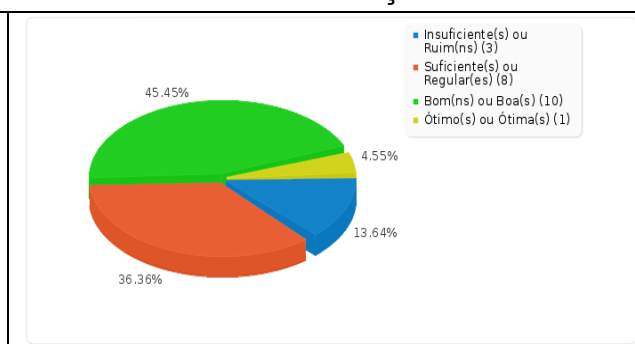
Técnicos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação

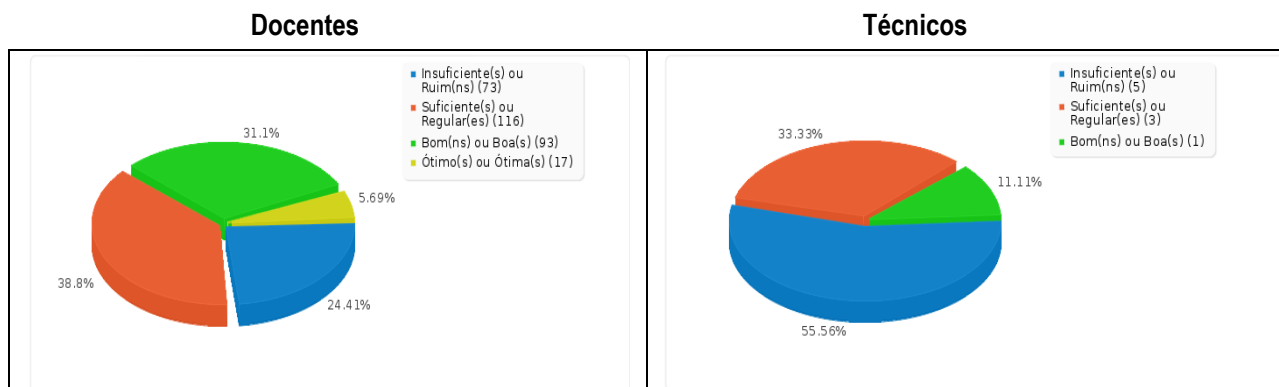


A avaliação referente à participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ indicou que grande parte dos professores e alunos da graduação respondentes considera tal quesito suficiente, o correspondente a 38,46% dos docentes e 43,5% dos estudantes da graduação, seguida de uma parcela que o considera bom, o equivalente a 37,12% dos professores e 35,92% dos alunos da graduação. O restante ficou distribuído em insuficiente e ótimo. A maior parte dos alunos de pós-graduação respondentes avaliou tal quesito como bom, o correspondente a 45,45%, seguida de uma parcela que o considerou suficiente, o equivalente a 36,36%. O restante ficou distribuído em insuficiente e ótimo. Já grande parte dos técnico-administrativos ficou igualmente dividida entre as escalas suficiente e insuficiente, o equivalente a 44,44% dos respondentes. Inclusive, esse foi o maior índice de insatisfação dentre os segmentos. Apesar do baixo número de respondentes nesse segmento, vale procurar entender por que essa parcela de técnico-administrativos se sente excluída quando se trata do assunto “participação na gestão do CEFET/RJ”.

Em 2012, a avaliação de tal item foi bem semelhante: grande parte dos docentes e alunos da graduação considerou que tal quesito ocorria de forma suficiente, o equivalente a 40,3% e 44,64%, respectivamente. Grande parcela dos discentes da pós-graduação avaliou esse item como bom, o correspondente a 46,67%. Já a maior parte dos técnico-administrativos, o equivalente a 40% dos respondentes, novamente, avaliou tal quesito como insuficiente.

Questões comuns aos docentes e técnico-administrativos

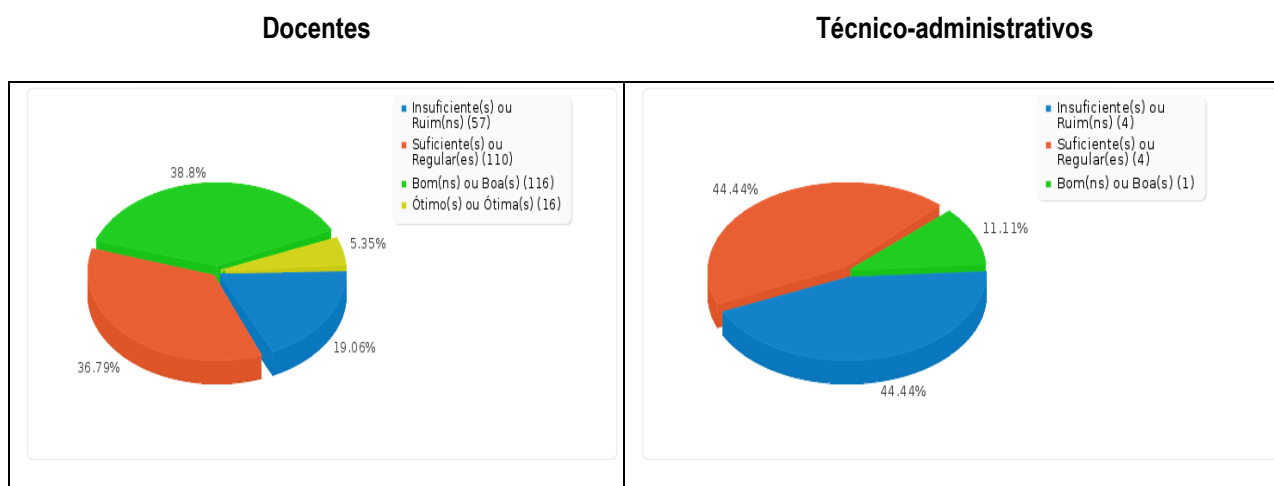
Os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ podem ser avaliados como...



Esta questão está relacionada à anterior, porém avalia unicamente os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão da Instituição. Tal questão foi proposta para os docentes e técnico-administrativos, pois esses possuem um maior conhecimento de tais mecanismos. Essa avaliação indicou que a maior parte dos professores respondentes considera tal quesito suficiente, o correspondente a 38,8%, seguida de uma parcela que o considera bom, o equivalente a 31,1%. Já a maioria dos técnico-administrativos respondentes avalia tal quesito como insuficiente, o correspondente a 55,56%, seguida de uma parcela que o considera suficiente, o equivalente a 33,33%. O índice de insatisfação observado nos técnico-administrativos respondentes vem complementar o que já havia sido observado anteriormente e sugere que parte dos técnico-administrativos não está de acordo com tais mecanismos. Cabe lembrar que o baixo número de respondentes impede uma análise mais profunda.

Em 2012, mais uma vez, grande parte dos docentes considerou tal quesito suficiente, o correspondente a 44,87% dos respondentes. Já grande parcela dos servidores técnico-administrativos avaliou esse item como suficiente, o equivalente a 40% dos respondentes.

O planejamento da Instituição está atendendo às necessidades da comunidade de maneira...



Com relação à avaliação do planejamento da Instituição, a maior parcela de professores indicou que tal planejamento vem atendendo às necessidades da comunidade de forma boa, o correspondente a 38,8% dos docentes. Quanto aos técnico-administrativos, grande parte ficou igualmente dividida entre as escalas suficiente e insuficiente, o equivalente a 44,44% dos respondentes.

Em 2012, grande parte dos docentes respondentes avaliou que tal quesito ocorria de forma suficiente, o correspondente a 44,49%. Já os técnico-administrativos, a maior parte considerou tal item bom, o equivalente a 40% dos respondentes. A parcela de insatisfação detectada na época foi de 17,11% dos docentes e 20% dos servidores técnico-administrativos.

Verificando-se a porcentagem mais significativa daqueles que não se encontram satisfeitos, observa-se que o maior índice de insatisfação dos docentes está associado à terceira questão (avaliação dos mecanismos que garantem a participação na gestão), o equivalente a 24,41% dos professores respondentes. Com relação aos técnico-administrativos, o maior índice de insatisfação está relacionado à primeira questão (avaliação dos órgãos colegiados na contribuição da organização e da gestão institucional) e à terceira questão (avaliação dos mecanismos que garantem a participação na gestão), o correspondente a 55,56% dos técnico-administrativos. Cabe ressaltar que, em 2012, na avaliação realizada junto aos docentes, a questão que apresentou o maior índice de insatisfação foi novamente a terceira (avaliação dos mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão). Já na avaliação dos técnico-administrativos, a segunda questão (avaliação das ações realizadas para garantir a participação na gestão) foi a que apresentou o maior índice de insatisfação. Assim, no que tange à participação de professores e técnico-administrativos na gestão da Instituição, um trabalho de análise deve ser feito, objetivando diminuir os índices de insatisfação.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na opinião dos docentes e alunos da Instituição, os órgãos colegiados funcionam de forma adequada, contribuindo para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição.

Apesar de a Instituição continuar a não receber vagas da carreira do Magistério Superior, em 2013, o MEC destinou ao CEFET/RJ 318 vagas para docentes da carreira EBTT, que também podem atuar no Magistério Superior e 252 vagas para técnico-administrativos.

b.2) Fragilidades

O baixo número de respondentes relativo aos técnico-administrativos não permite uma conclusão neste aspecto, porém, o índice de insatisfação apresentado nesse segmento sugere que há um descontentamento significativo.

Desde 2008 a instituição não recebe vagas para docentes da carreira do Magistério Superior e não são repostas as vagas daqueles que se aposentam, o que fragiliza a gestão da Instituição.

c) Ações com base na análise

Pesquisar junto aos técnico-administrativos os motivos da insatisfação com relação às ações realizadas pela Instituição para garantir a participação destes na gestão do CEFET/RJ e quanto aos mecanismos que garantem tal participação na gestão.

3.4.3 – Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

a.2) Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Com a lei nº 6545, de 30/06/78, a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca” foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFETCSF), autarquia de regime especial, nos termos do Artigo 4º da Lei 5.540 de 28/11/68, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Portanto, o CEFET não possui sistema de captação de recursos como mensalidades e alternativas econômicas, e toda a dotação orçamentária é proveniente do Ministério da Educação.

A Instituição recebe, anualmente, um orçamento do Governo Federal para prover, dentro das possibilidades e limites governamentais, a demanda social da região em que se encontram suas instalações físicas, tendo como referência o ensino, a pesquisa e a extensão.

O CEFET atende as necessidades sociais por meio de um orçamento pré-estabelecido pelo Ministério da Educação baseado em Metas, Ações e Programas bem definidos e acompanhados no sistema SIMEC (Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças), SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) e SIDOR (Sistema Integrado de Dados Orçamentários), todos sistemas de governo. Esses recursos são alocados anualmente através de uma proposta orçamentária e fixados por meio de receitas (orçamento federal destacado para o CEFET) e despesas (despesas correntes, de capital e pessoal) realizadas para atingir as Metas físicas pactuadas nas Ações e Programas discriminados nestes sistemas. Quem aprova essas Metas, Programas e Ações é o Congresso Nacional por meio de seus parlamentares, após passar pelas devidas comissões.

A compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da Instituição e o orçamento previsto é realizada com atendimento dessas metas aprovadas no Congresso Nacional e auditadas pela Corregedoria Geral da União. Para cada programa governamental, existe um perfil de despesa correspondente ao orçamento já pré-estabelecido nos programas como benefícios, aquisição de equipamentos, manutenção de bens e instalações, pagamento de pessoal, pesquisa, novas Unidades, ensino superior, pós-graduação, etc.

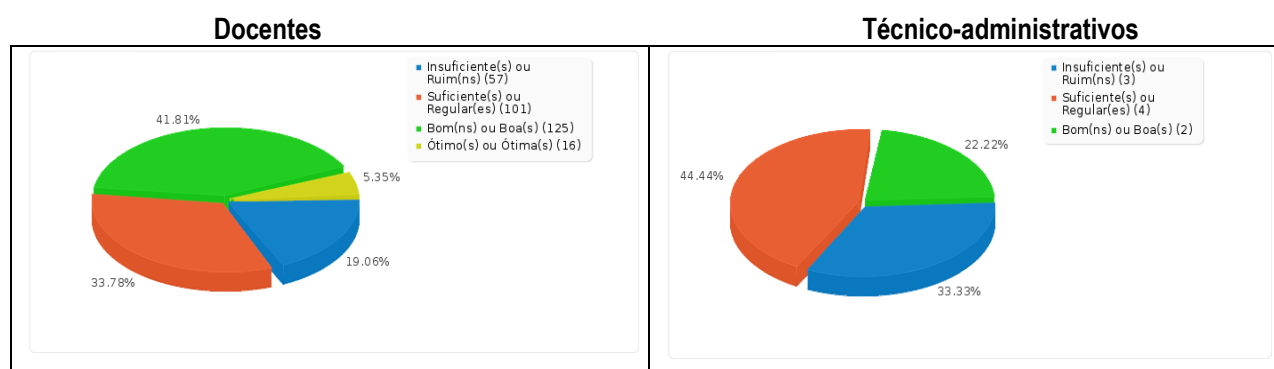
Essas políticas de aplicação de recursos nos programas de ensino, pesquisa e extensão visam agregar a verticalização do ensino estabelecidas nas particularidades organizacional do CEFET, como a utilização comum de laboratórios pelos diversos níveis de ensino e a agregação do capital humano entre docentes pelos diversos níveis de carreira.

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região.

Considerando esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e técnico-administrativos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e técnico-administrativos:

☛ A gestão dos recursos orçamentários da Instituição pode ser avaliada como...



Com relação aos professores, grande parte, o correspondente a 41,81% dos respondentes, considera que a gestão dos recursos orçamentários é boa, seguida de 33,78% que analisam tal gestão como suficiente, 19,06% que consideram insuficiente e 5,35% que apontam como ótima. Os técnico-administrativos, em sua grande parte, apontam tal quesito como suficiente, o equivalente a 44,44%, seguidos de 33,33% que avaliam como insuficiente e 22,22% que analisam como bom.

Em 2012, grande parte dos professores, o correspondente a 43,35%, considerou que a gestão dos recursos orçamentários era suficiente, seguida de 31,18% que julgaram tal gestão como boa, 17,49% que apontaram como insuficiente e 7,98% que analisaram como ótima. Os técnico-administrativos, em sua maioria, na ocasião, consideraram a gestão dos recursos orçamentários como boa (57,5%), seguidos de 22,5% que avaliaram como suficiente, 17,5% que apontaram como insuficiente, e por fim, 2,5% que analisaram como ótima.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região.

c) Ações com base na análise

Continuação dos investimentos relativos ao acervo da biblioteca para graduação e pós-graduação, aos laboratórios, a aquisição de novos computadores e softwares educacionais e a reforma das salas de aula.

3.5 – Eixo 5: Infraestrutura Física

3.5.1 – Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

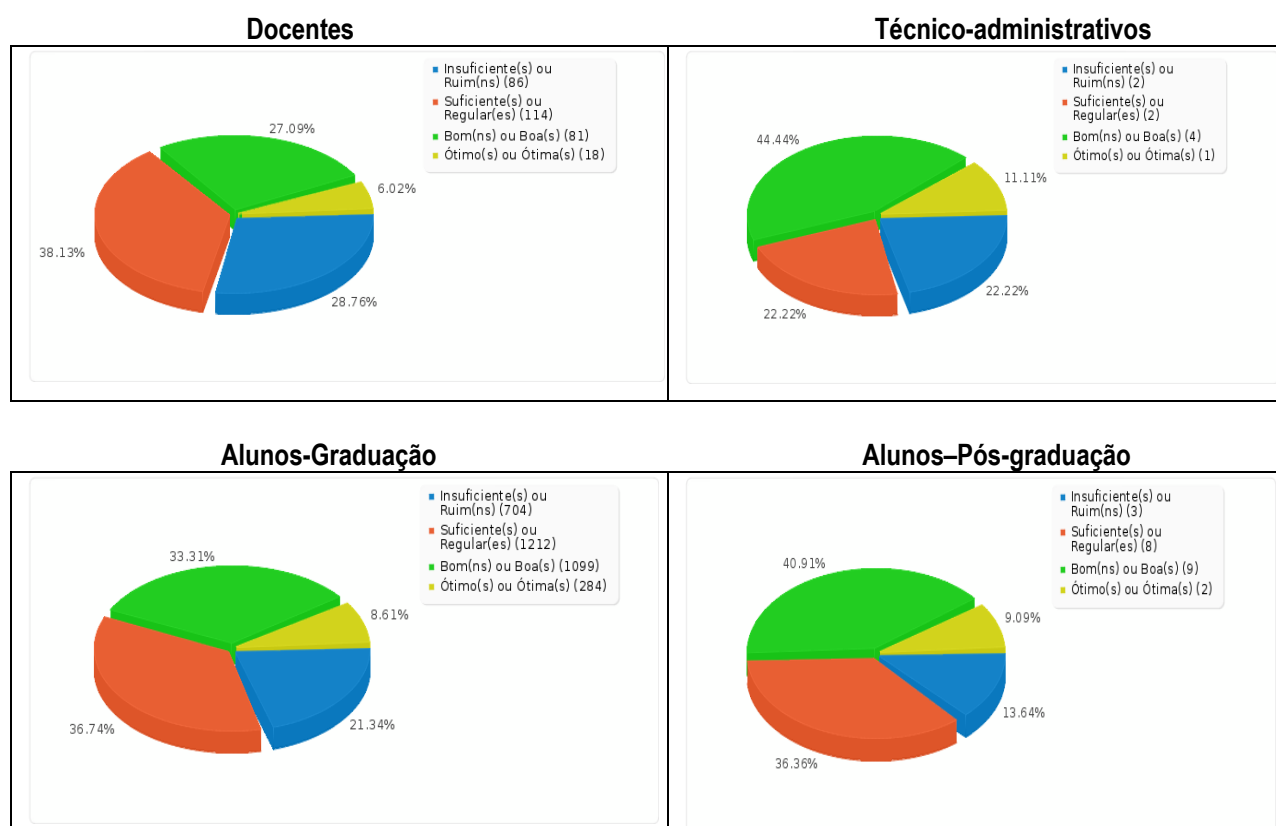
a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A infraestrutura física da Instituição é uma variável essencial e diretamente ligada à qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por isso, a CPA, em discussão coletiva, definiu uma série de questões que foram aplicadas à comunidade interna (docentes, discentes e técnico-administrativos), objetivando identificar a percepção desta com relação à infraestrutura disponível.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ As salas da Instituição, nos quesitos iluminação e conforto térmico e acústico, de forma geral, apresentam condições...



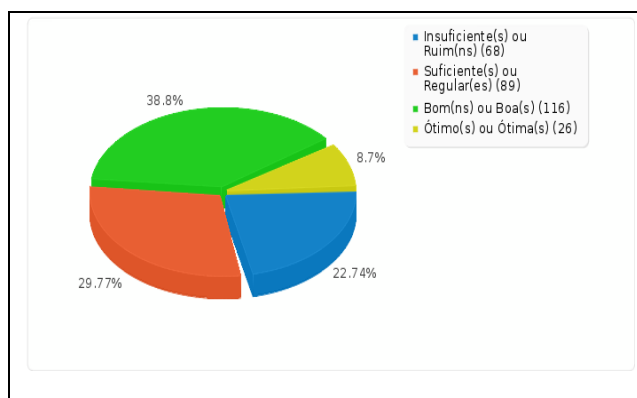
Na avaliação docente, a maior parcela apontou como regulares ou suficientes as salas quanto à iluminação e conforto térmico e acústico, o correspondente a 38,13%. O restante dos professores ficou distribuído entre uma avaliação insuficiente (28,76%), boa (27,09%) e ótima (6,02%). Dos técnico-administrativos respondentes, 44,44%

avaliaram as salas como boas, 22,22% dividiram-se entre as escalas regulares ou suficientes e insuficientes; e 11,11% consideraram ótimas. Os alunos da graduação, em sua grande parte, avaliaram as salas como regulares ou suficientes, o correspondente a 36,74%. O restante ficou distribuído entre uma avaliação boa (33,31%), insuficiente (21,34%) e ótima (8,61%). A maior parcela dos alunos da pós-graduação avaliou como boa, o correspondente a 40,91%. O restante ficou distribuído entre uma avaliação suficiente (36,36%), insuficiente (13,64%) e ótima (9,09%).

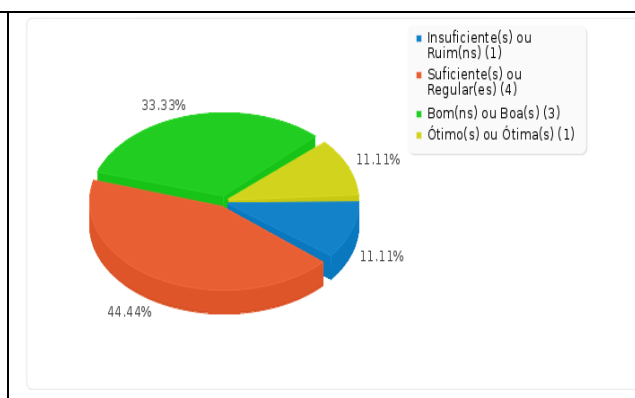
Em 2012, a avaliação ocorreu de forma um pouco diferente, com grande parte de todos os segmentos avaliando tal quesito como bom: 34,98% dos docentes; 40% dos técnico-administrativos; 36,96% dos discentes da graduação e 46,67% dos alunos da pós-graduação. Cabe ressaltar o pequeno aumento do índice de insatisfeitos em todos os segmentos. Em 2013, o percentual é de 28,76% dos docentes; 22,22% dos técnico-administrativos; 21,34% dos alunos da graduação e 13,64% dos discentes da pós-graduação. Já em 2012, o índice de insatisfeitos foi de: 19,77% dos professores; 17,5% dos técnico-administrativos; 15,54% dos estudantes da graduação e 6,67% dos alunos da pós-graduação.

⇒ As condições das salas de aula, laboratórios e demais ambientes da Instituição, no que se referem à limpeza, podem ser avaliadas como...

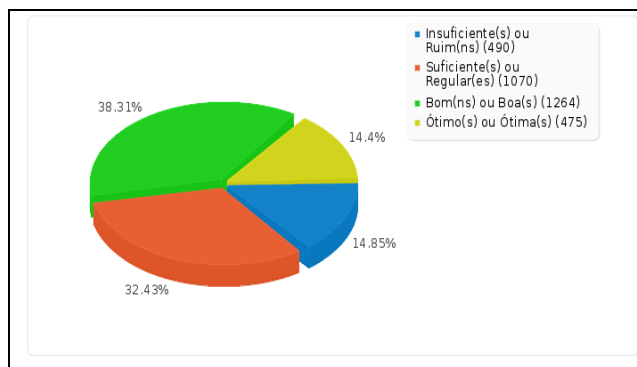
Docentes



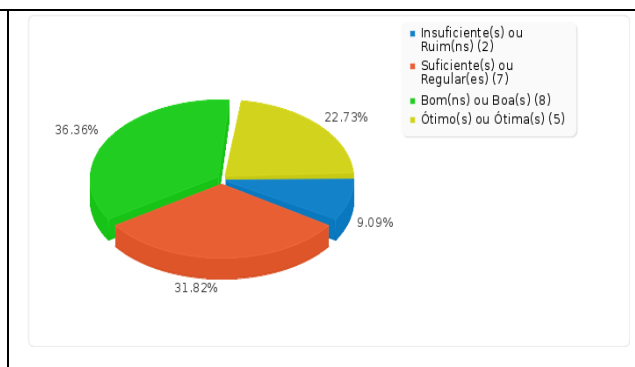
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



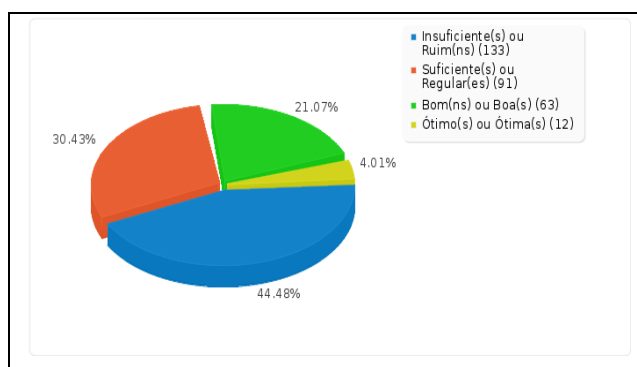
Sobre o aspecto da limpeza, pode-se observar uma percepção relativamente positiva, com a maior parte dos docentes, alunos da graduação e discentes da pós-graduação avaliando tal quesito como bom, o equivalente a 38,8%, 38,31% e 36,36%, respectivamente. Já os técnico-administrativos, em sua grande parte, avaliaram esse

aspecto como “suficiente”, o correspondente a 44,44%. Entre o universo de respondentes, os docentes foram os que avaliaram a categoria “limpeza” de forma menos positiva, apresentando o maior índice de insatisfação (22,74%).

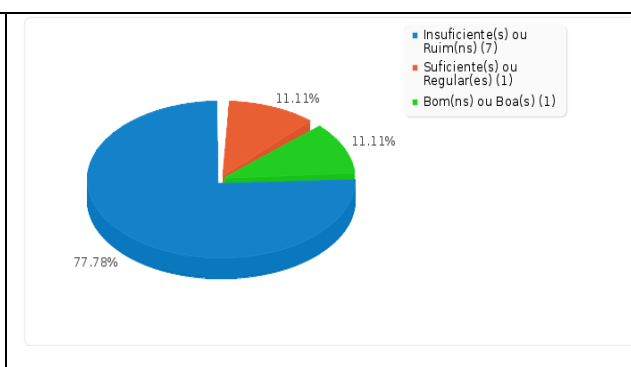
A avaliação realizada em 2012 teve um resultado muito semelhante: os docentes, alunos da graduação e discentes da pós-graduação avaliaram este aspecto como “bom”, o equivalente a 37,26%, 38,55% e 48,89% dos respondentes, respectivamente. Já os técnico-administrativos, em sua grande parte, avaliaram a categoria “limpeza” como suficiente ou regular (37,5%), apresentando o maior índice de insatisfação entre os segmentos (27,5%).

☞ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...

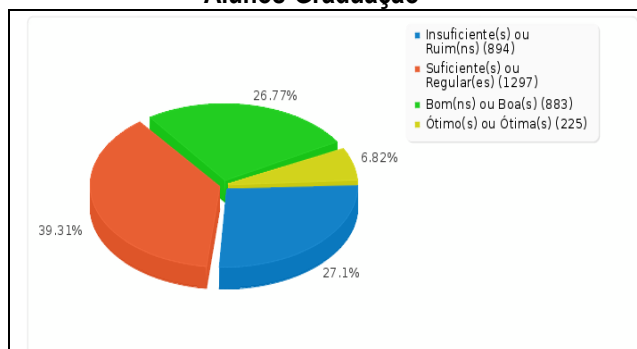
Docentes



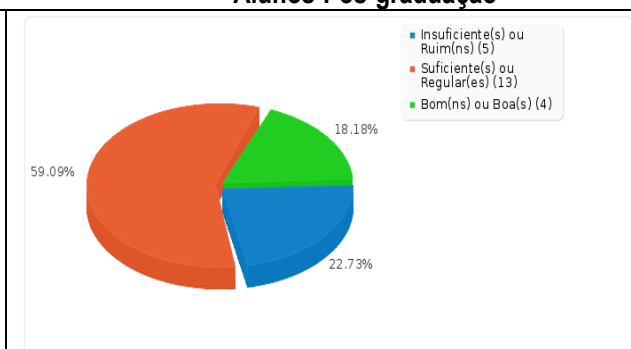
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

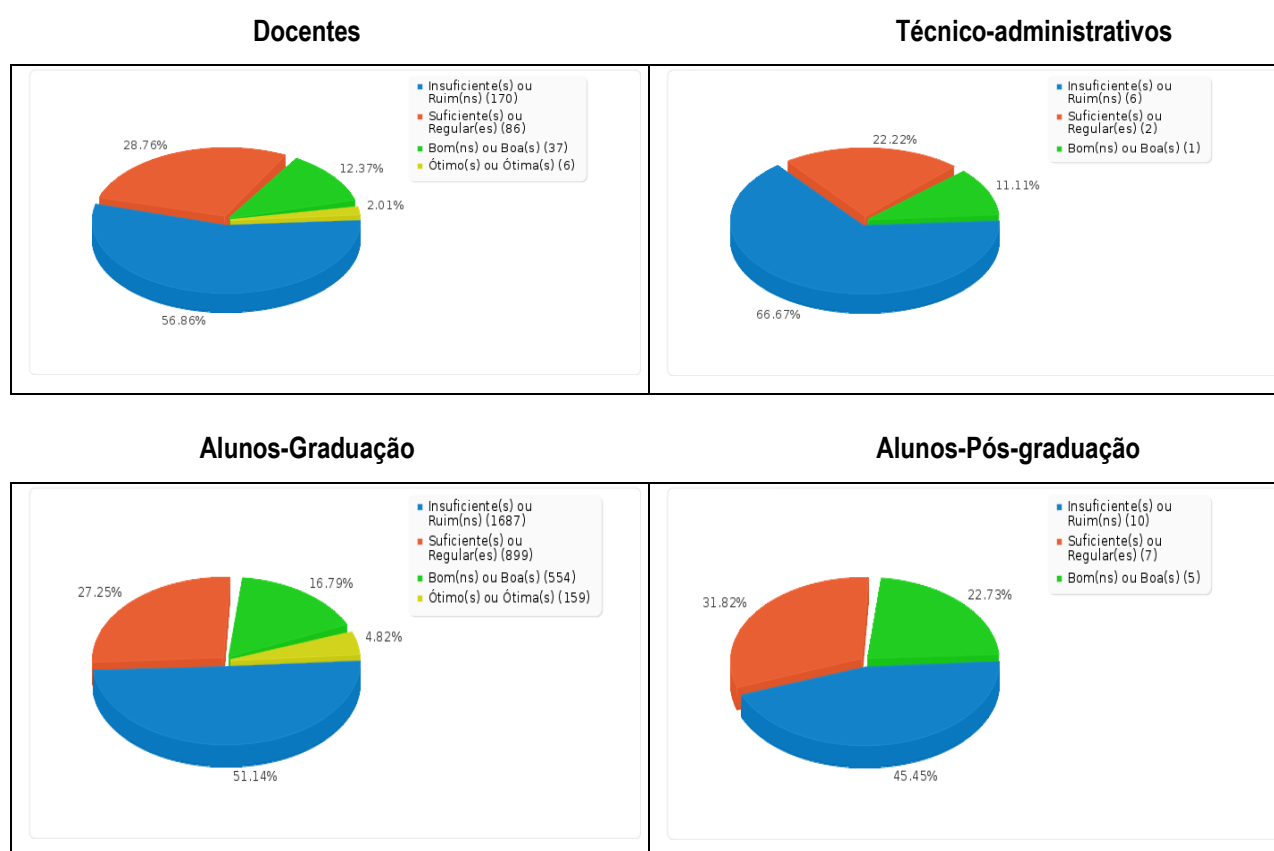


Considerando o universo de respondentes, pode-se afirmar que os professores e os técnico-administrativos, em sua grande parte, consideram as instalações da Instituição como insuficientes para os portadores de necessidades especiais. Vale destacar a opinião dos alunos de graduação e pós-graduação que, em sua grande parcela, 39,31% e 59,09%, respectivamente, responderam que a Instituição é suficiente quanto à acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Os índices de insatisfação apresentados são muito preocupantes e merecem atenção. No entanto, com relação aos técnico-administrativos vale lembrar, que o baixo número de respondentes impede uma análise mais profunda desse segmento. Acredita-se que parte deles pode estar associada à condição dos elevadores da Unidade Sede, que nem sempre estão funcionando. No entanto, sabe-se de outras adaptações que se fazem necessárias nesse sentido, principalmente quanto à Unidade Sede. Convém lembrar que o CEFET/RJ

firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2011, para o cumprimento da questão da acessibilidade, conforme o Decreto nº 5.296/2004, e conseqüentemente da Norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Em 2012, professores e técnico-administrativos também indicaram em sua maioria sua insatisfação com tal quesito, na época, correspondente a 41,83% e 45%, respectivamente. Já os alunos de graduação e de pós-graduação demonstraram uma percepção um pouco diferente na ocasião, com percentuais de 37,31% e 40%, respectivamente, avaliando como suficiente este item.

☞ As opções de alimentação disponíveis atendem as suas necessidades de forma...

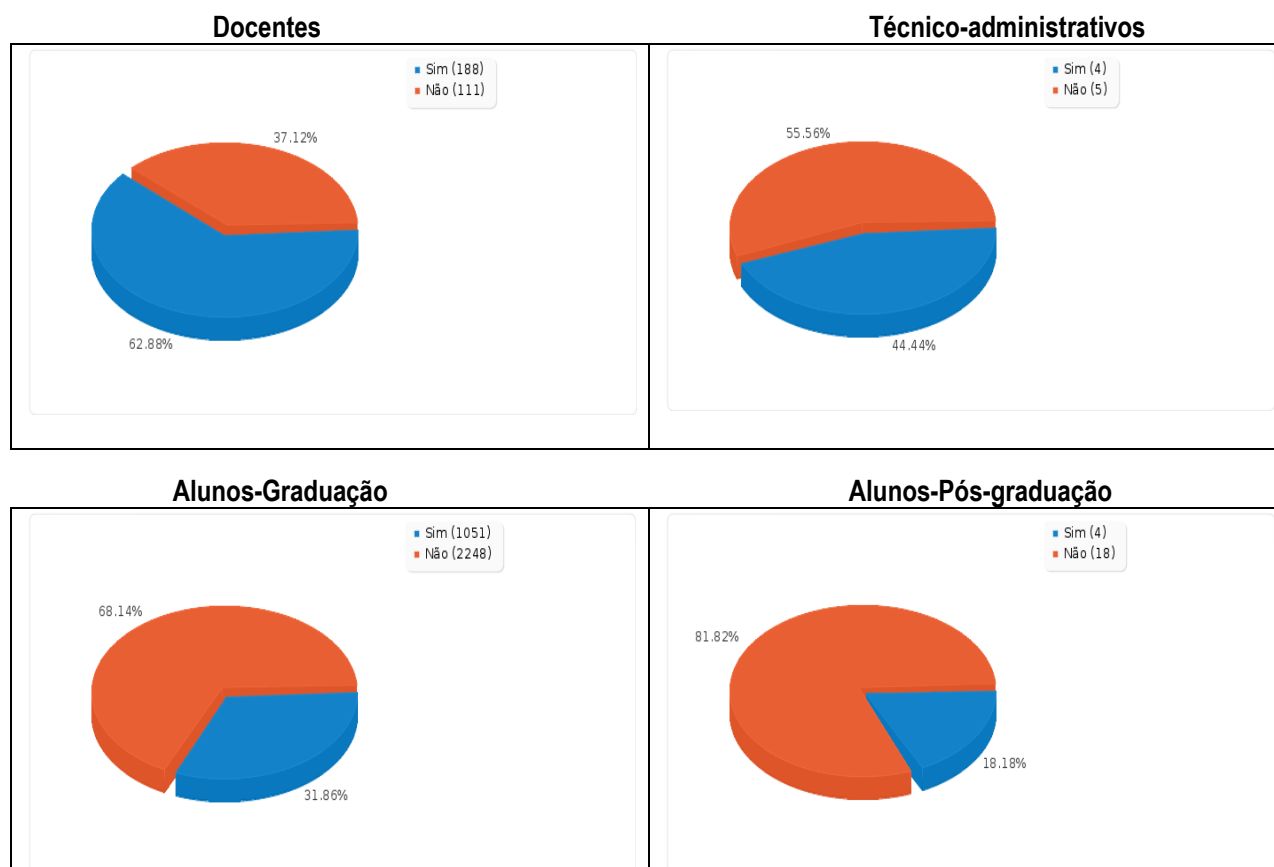


Considerando o universo de respondentes, pode-se afirmar que grande parte de todos os segmentos considerou as opções de alimentação como insuficientes: docentes (56,86%), técnico-administrativos (66,67%), alunos de graduação (51,14%) e os discentes de pós-graduação (45,45%).

Imaginou-se que uma resposta um pouco mais positiva da comunidade quanto a esse quesito viria nessa avaliação, uma vez que o restaurante da Unidade Sede se encontra em pleno funcionamento. Além disso, atualmente, há outros restaurantes próximos à Sede. Com relação aos outros campi, deve-se dar uma atenção especial a esse quesito, considerando que nem todos os campi possuem alternativas de alimentação que agradem à comunidade.

Na avaliação de 2012, grande parte da comunidade também considerou as opções de alimentação como “insuficientes”. Na época, docentes (49,43%), técnico-administrativos (52,5%) e alunos de graduação (47,86) foram enfáticos quanto à insuficiência de tal quesito. Dentre os segmentos, unicamente os discentes de pós-graduação avaliaram, em sua grande parte, tal quesito como suficiente (42,22%).

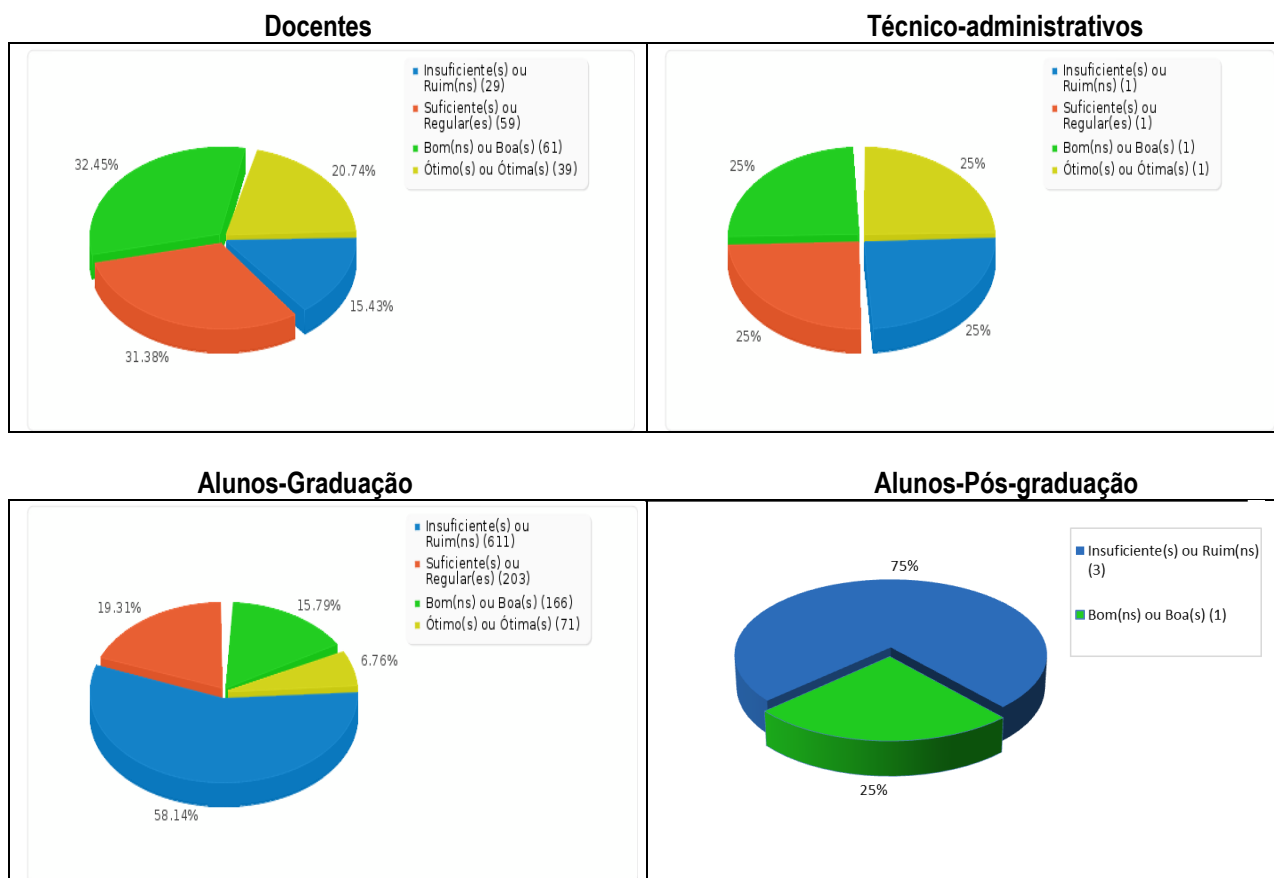
☞ Utiliza veículo de transporte próprio ou familiar para ir ao CEFET/RJ? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.



Sobre este aspecto, pode-se observar que grande parte da comunidade interna não utiliza transporte próprio ou familiar. Ou seja, utilizam transporte público ou então residem nas redondezas das Unidades de ensino da Instituição. Pode-se considerar que a Instituição, na maioria de suas Unidades, possui uma privilegiada oferta de transportes públicos. Em sua Sede (Unidade Maracanã), pode-se destacar a disponibilidade de linhas de trem, metrô e uma diversificada oferta de transportes rodoviários que ligam a Instituição a diferentes pontos da região metropolitana. Algumas das Unidades descentralizadas também possuem diversificada oferta de transportes públicos.

Apesar de toda essa disponibilidade, ainda é grande o número de pessoas que utilizam transporte particular. Vale lembrar que os docentes são os que mais utilizam transporte individual ou familiar (62,88%). Na avaliação de 2012, os segmentos respondentes indicaram números próximos dos obtidos em 2013.

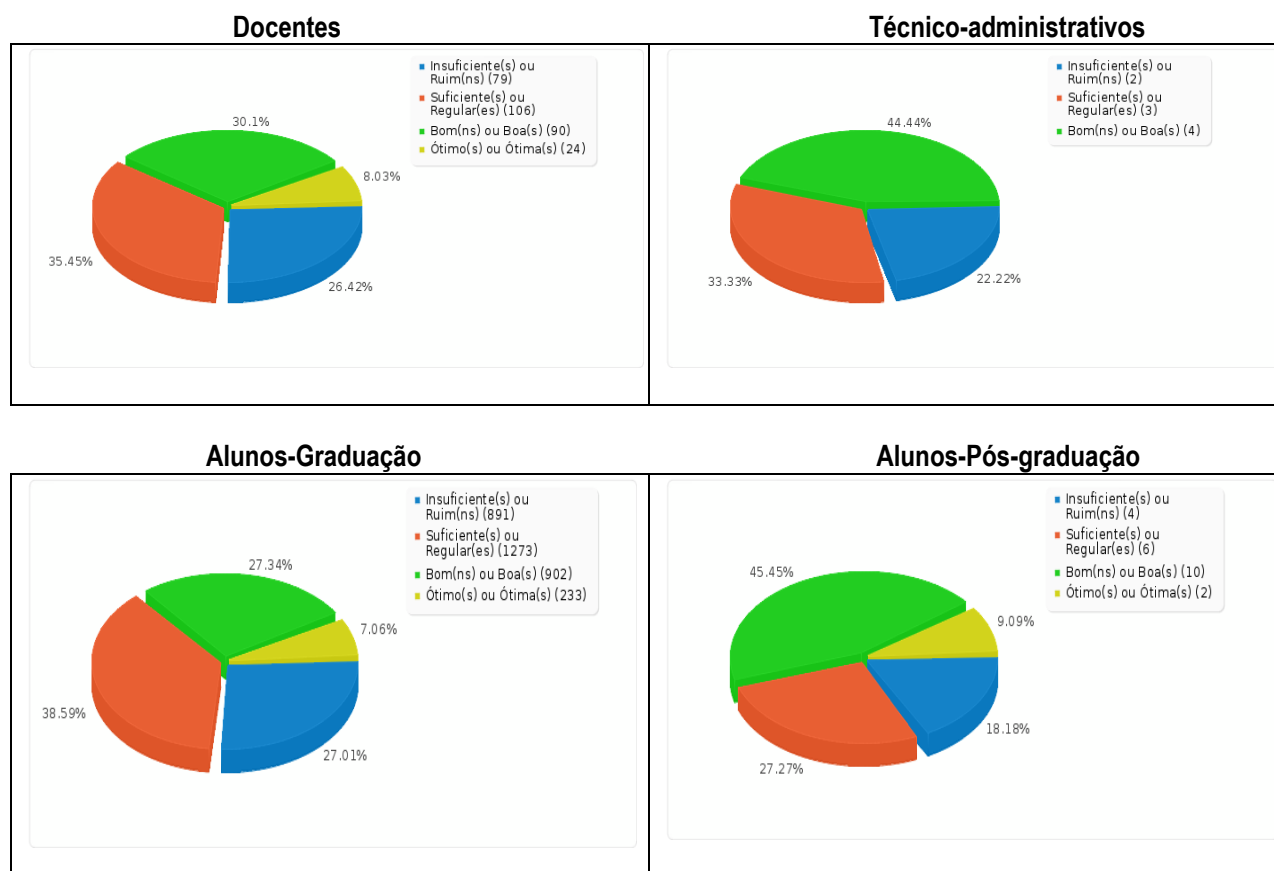
➔ As opções de estacionamento disponíveis atendem as suas necessidades de forma... (Caso tenha apontado que possui veículo próprio ou familiar):



Dos respondentes que utilizam veículo próprio ou familiar, percebe-se que existe uma percepção bem diferente entre eles quanto às opções de estacionamento, principalmente se compararmos a opinião dos servidores (tanto docentes quanto técnico-administrativos) em relação à opinião dos alunos. No caso dos docentes, existe um equilíbrio maior nas diferentes respostas. Quanto aos técnico-administrativos, a avaliação ficou igualmente dividida entre todas as escalas. Já no caso dos alunos, é evidente a insatisfação quanto a esse aspecto. Vale lembrar que as diferentes Unidades da Instituição sofrem com o problema de carência de vagas para estacionamento. Com isso, a Instituição prioriza as vagas de estacionamento para os seus servidores.

A avaliação de 2012 apresentou um resultado semelhante a de 2013 para os alunos, com a mesma insatisfação extremamente significativa. Já os servidores, em sua grande parte, avaliaram tal quesito como bom e suficiente.

➡ Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...



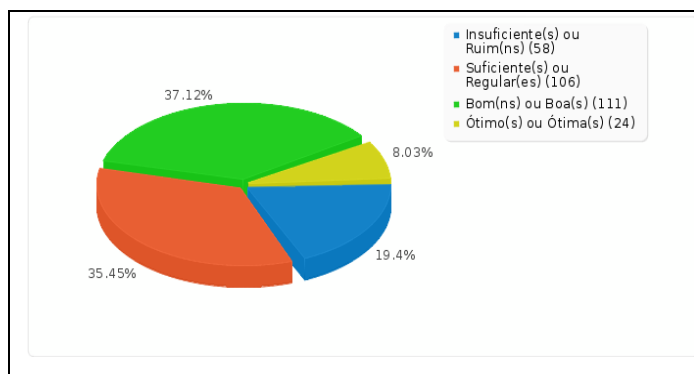
Considerando o universo de respondentes, observa-se que a maior parte dos técnico-administrativos (44,44%) e dos alunos da pós-graduação (45,45%) avaliou os recursos de informática de forma bem positiva, indicando bom na escala oferecida. No caso dos docentes e alunos da graduação, grande parte julgou tal quesito como suficiente, o equivalente a 35,45% e 38,59%, respectivamente. Com relação ao índice de insatisfação, esse foi muito similar dentre os segmentos.

Em 2012, técnico-administrativos avaliaram tal quesito de forma boa (40%). Já os docentes (34,6%), discentes da graduação (36,81%) e alunos da pós-graduação (35,56%) avaliaram-no como suficiente ou regular.

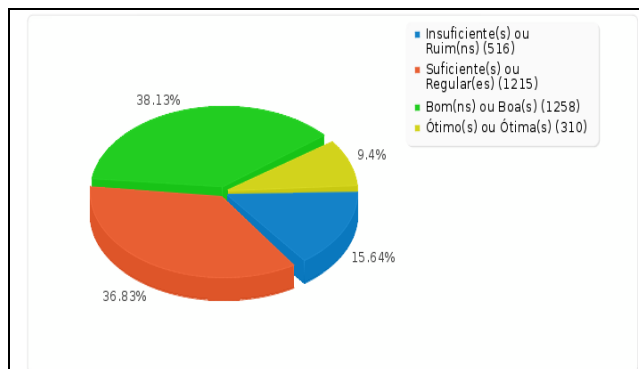
Questões comuns aos docentes e alunos:

➔ A mobília e os recursos didáticos disponíveis nas salas de aula podem ser avaliados como...

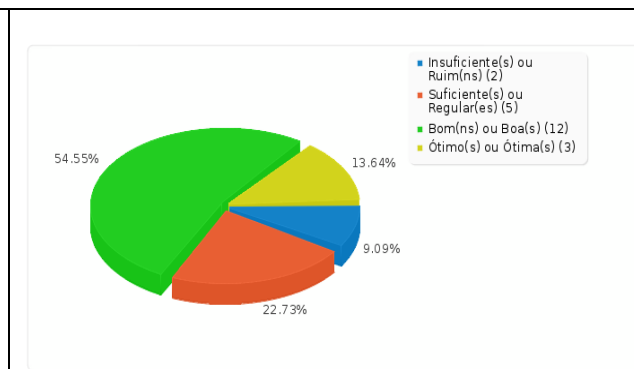
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação

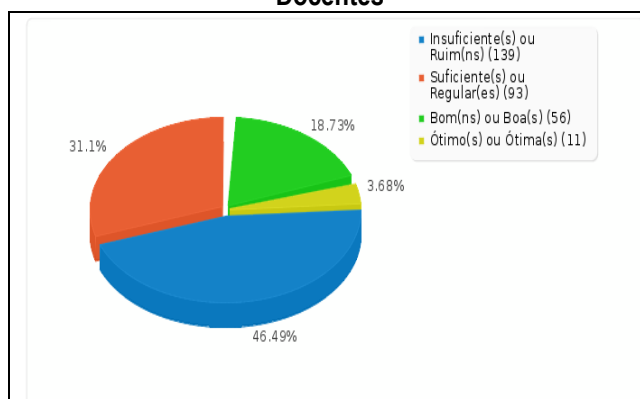


De maneira geral, a avaliação deste quesito foi muito positiva, com grande parte dos respondentes de todos os segmentos apontando a mobília e os recursos didáticos como bons, o equivalente a 37,12% dos docentes, 38,13% dos alunos da graduação e 54,55% dos discentes da pós-graduação.

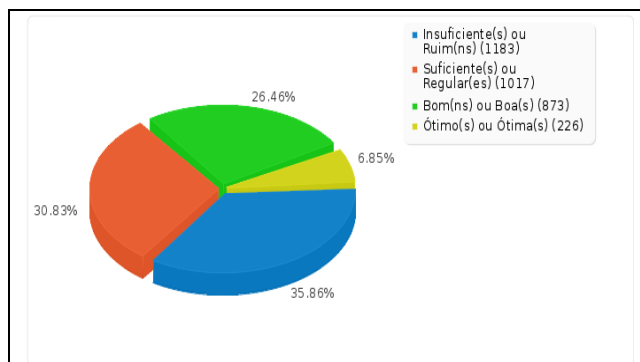
Na avaliação de 2012, grande parcela pesquisada de todos os segmentos também indicou que a mobília e os recursos didáticos eram bons, o equivalente a 42,59% dos docentes, 39,4% dos alunos da graduação e 46,67% dos discentes da pós-graduação.

➔ Os serviços de reprografia (xerox) disponibilizados podem ser avaliados como...

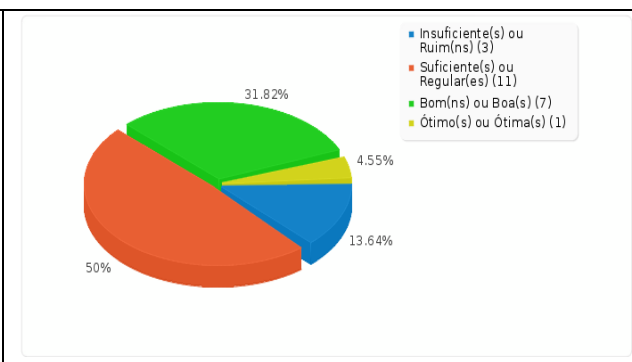
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

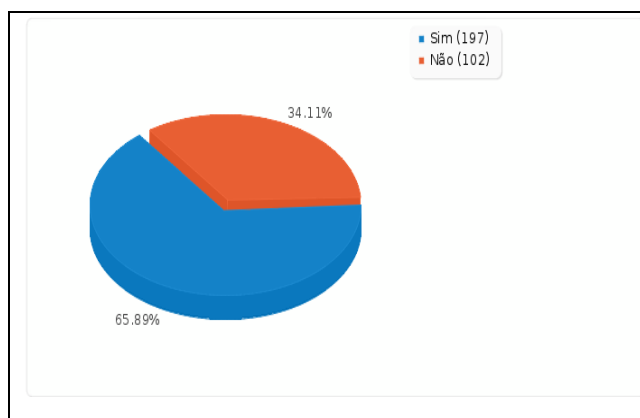


Sobre o aspecto reprografia, pode-se afirmar que grande parte dos docentes (46,49%) e alunos da graduação (35,86%) considera os serviços como insuficientes. Já a maior parcela dos alunos da pós-graduação avalia tal quesito como suficiente, o equivalente a 50% dos respondentes. Vale ressaltar os índices de insatisfação: 46,49% dos docentes, 35,86% dos estudantes da graduação e 13,64% dos discentes da pós-graduação. Tais índices de insatisfação devem estar relacionados ao intervalo que normalmente ocorre entre a saída de uma empresa que presta esse serviço e a entrada da nova empresa que irá prestá-lo, quando é o caso. Neste intervalo, os alunos ficam impossibilitados de tirar cópias na Instituição, necessitando, portanto, da utilização de serviços externos, o que gera grande insatisfação. Isso ocorre muito na Unidade Sede, indicando que estratégias devem ser traçadas para evitar futuras descontinuidades na troca das empresas utilizadas.

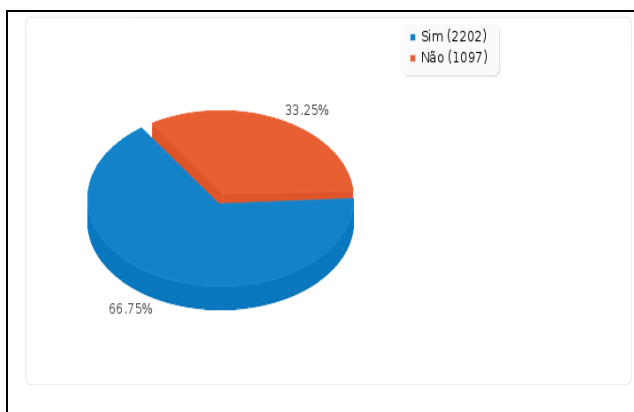
Na avaliação de 2012, grande parte dos docentes (35,74%) avaliou tal item como insuficiente. Já a maior parcela dos alunos, tanto da graduação quanto da pós-graduação, considerou tal quesito suficiente, o equivalente a 32,85% e 42,22%, respectivamente.

➡ O seu curso possui outros laboratórios além dos laboratórios de informática? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

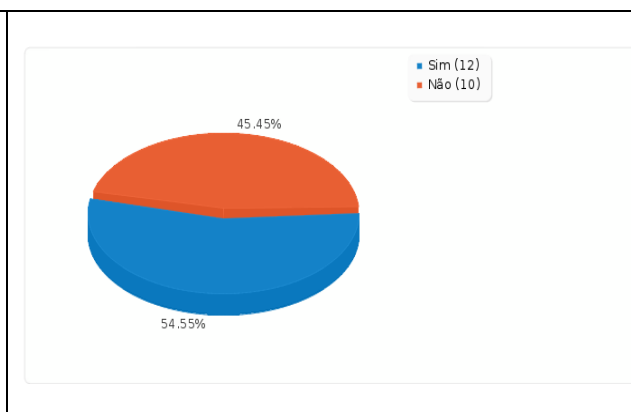
Docentes



Alunos-Graduação

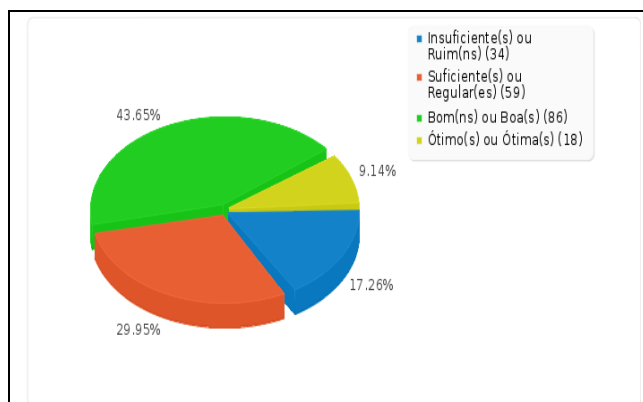


Alunos-Pós-graduação

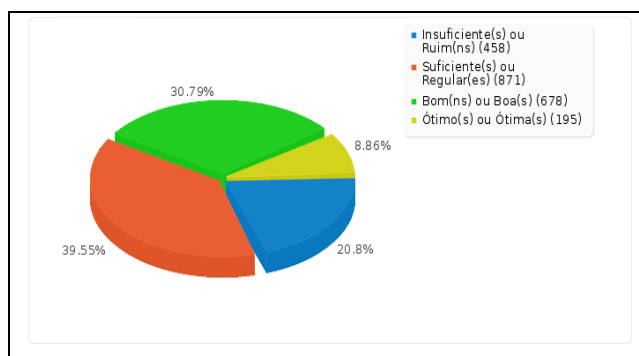


⇒ Estes outros laboratórios, no que se referem à qualidade e às condições de equipamentos, podem ser avaliados como...

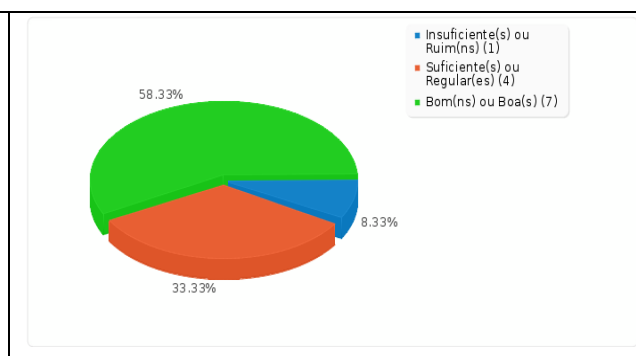
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

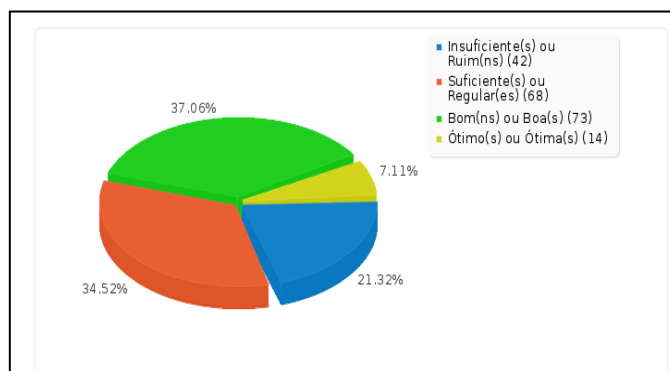


De uma forma geral, tanto os docentes quanto os discentes da pós-graduação avaliam de forma boa os laboratórios e os seus equipamentos. Já os estudantes da graduação indicam em sua grande parte que os laboratórios e equipamentos que estão diretamente envolvidos podem ser considerados suficientes.

Em 2012, a avaliação dos alunos de graduação e de pós-graduação pesquisados apontou uma avaliação suficiente quanto aos laboratórios e equipamentos que estavam envolvidos. Na ocasião, grande parcela dos docentes respondentes apontou bom na escala oferecida para avaliar o quesito.

⇒ Estes outros laboratórios, no que se referem aos equipamentos e/ou materiais disponíveis para o número de estudantes, podem ser avaliados como...

Docentes

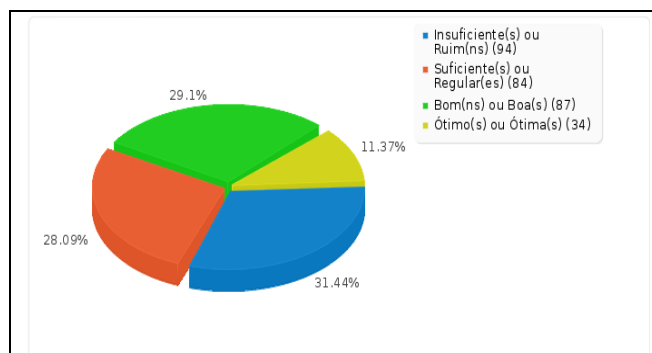


Considerando o universo de respondentes, de uma forma geral, os docentes avaliam de forma boa os laboratórios quanto a seus equipamentos para o número de estudantes, o equivalente a 37,06% dos respondentes. Questão semelhante é aplicada aos estudantes no questionário do ENADE.

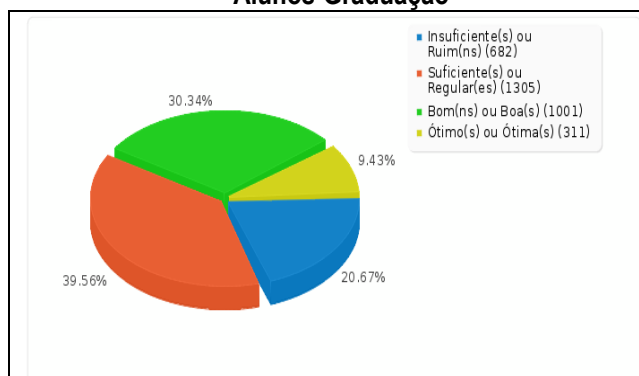
Em 2012, a avaliação dos docentes quanto a esse quesito apresentou um resultado semelhante com 34,05% dos professores considerando tal item bom.

⇒ O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...

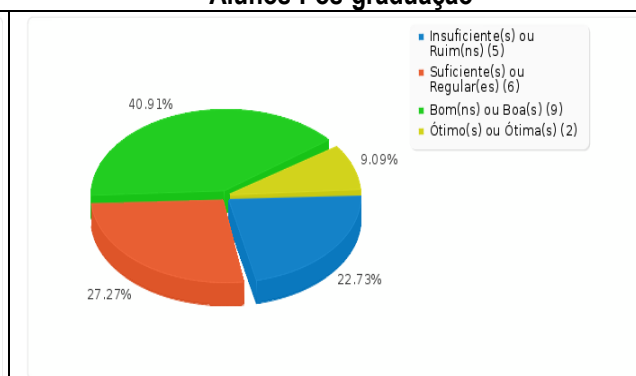
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

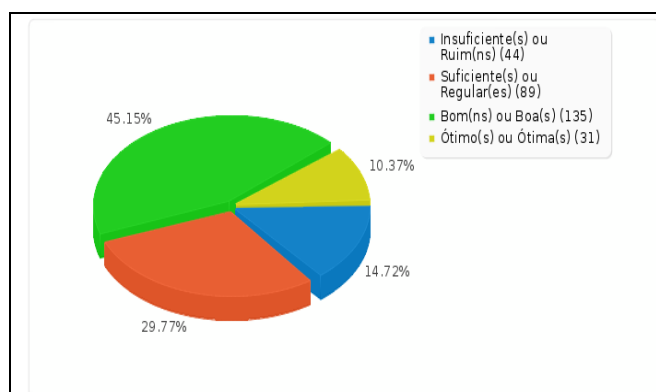


Considerando o universo de respondentes, o gráfico mostra que grande parte dos docentes considera que o apoio de pessoal administrativo é insuficiente, o que corresponde a 31,34% dos respondentes. Quanto aos alunos da graduação, a maior parcela considera o apoio administrativo como suficiente, o equivalente a 39,56%. Já grande parte dos discentes da pós-graduação avalia tal quesito como bom, o correspondente a 40,91%.

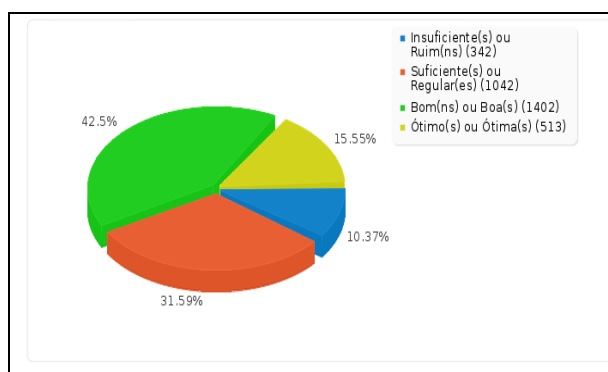
Na avaliação realizada em 2012, a maior parte dos professores e alunos da pós-graduação avaliou tal quesito como insuficiente, o equivalente a 36,5% e 40%, respectivamente. Já os discentes da graduação consideraram-no suficiente, o correspondente a 38,23%. Tais avaliações indicam que o apoio de pessoal administrativo dos cursos, principalmente do ponto de vista dos professores, merece ser repensado.

➡ O horário e calendário de funcionamento da Biblioteca atendem as suas necessidades de forma....

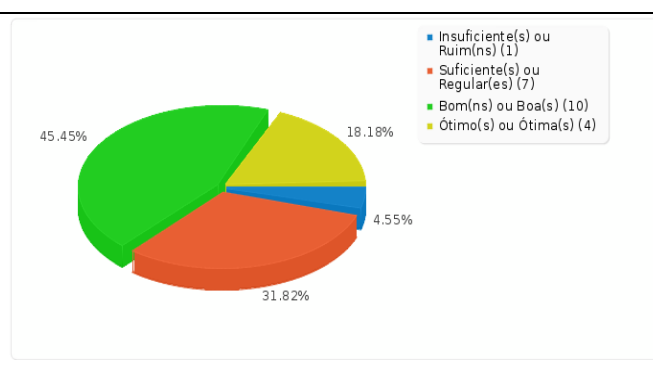
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

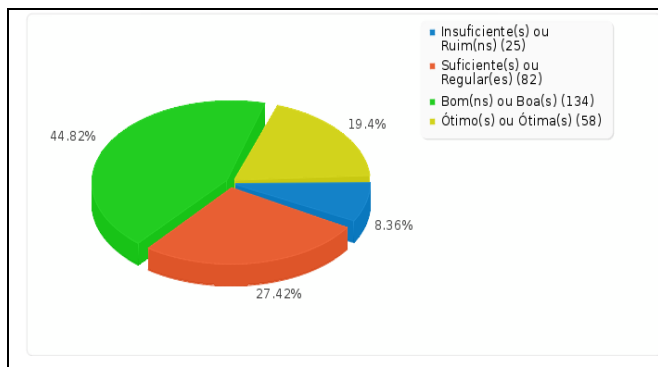


Considerando o universo de respondentes, o gráfico mostra que 45,15% dos professores, 42,5% dos alunos da graduação e 45,45% dos estudantes da pós-graduação entenderam que o horário e calendário de funcionamento das Bibliotecas atendem as suas necessidades de forma boa.

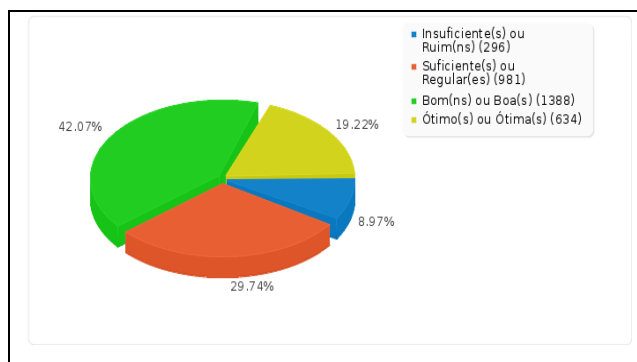
A avaliação realizada em 2012 indicou um comportamento semelhante com 36,5% dos docentes, 43,12% dos alunos da graduação e 46,67% dos discentes da pós-graduação avaliando tal quesito como bom.

➔ O atendimento na Biblioteca pode ser avaliado como....

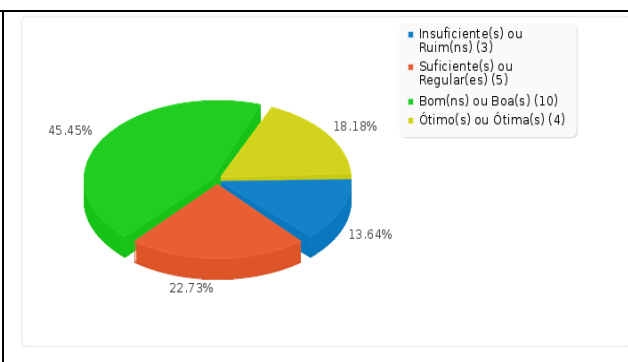
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

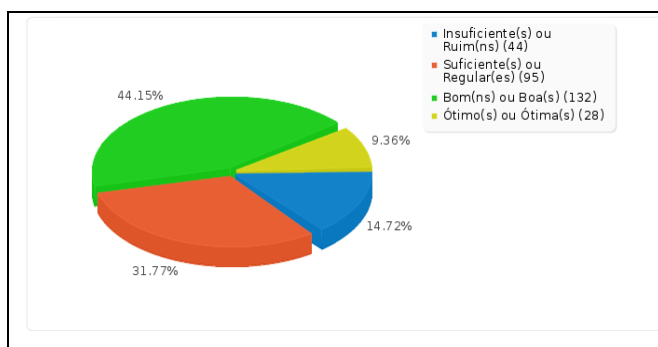


Quanto ao atendimento da biblioteca, o gráfico mostra que a maior parte da comunidade pesquisada avaliou tal quesito como bom, o equivalente a 44,82% dos professores, 42,07% dos alunos de graduação e 45,45% dos estudantes de pós-graduação.

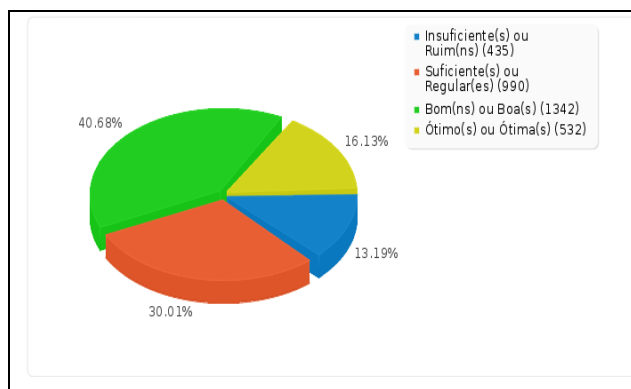
A avaliação realizada em 2012 indicou um comportamento semelhante com 38,02% dos docentes, 41,98% dos alunos da graduação e 55,56% dos discentes da pós-graduação julgando tal quesito como bom.

➔ Os ambientes da biblioteca atendem às necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de forma...

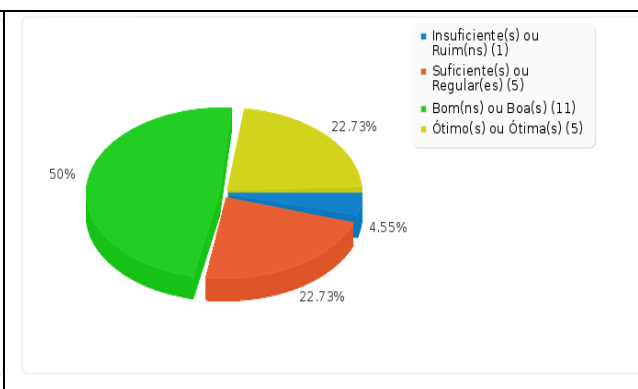
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

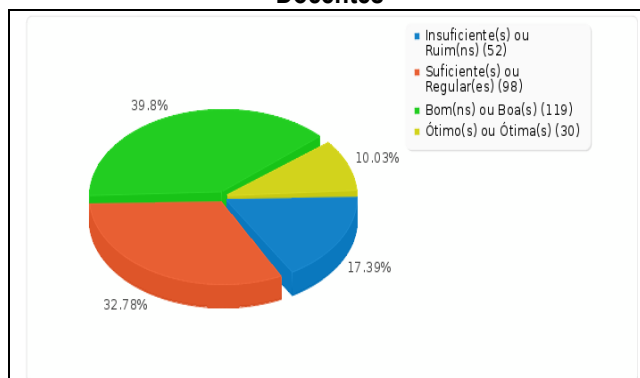


Considerando o universo de respondentes, o gráfico mostra que 44,15% dos docentes, 40,68% dos alunos de graduação e 50% dos discentes de pós-graduação entenderam que os ambientes da biblioteca atendem às necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de maneira boa.

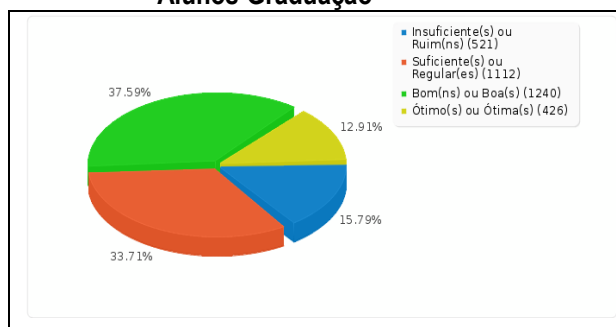
Em 2012, a avaliação realizada apontou um comportamento semelhante: 40,68% dos docentes, 40,42% dos alunos da graduação e 53,33% dos discentes da pós-graduação indicaram que os ambientes da biblioteca atendiam suas necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de forma boa.

➔ A informatização para consulta do acervo da Biblioteca pode ser avaliada como....

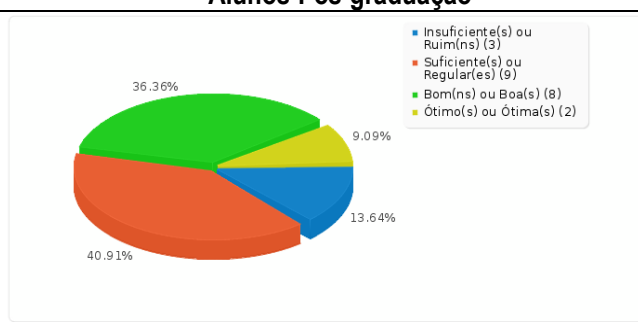
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

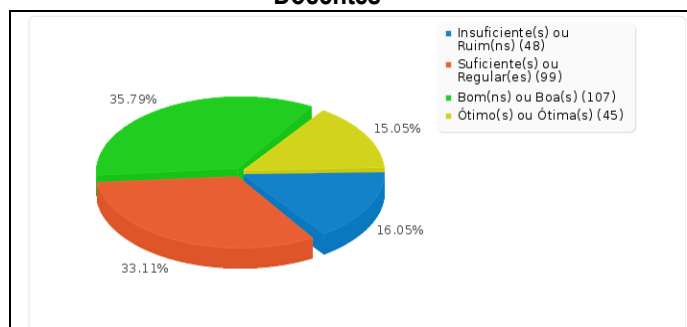


A maior parcela dos docentes (39,8%) e dos alunos da graduação (37,59%) avaliou a informatização para consulta do acervo como boa. Já 40,91% dos discentes da pós-graduação consideraram tal item suficiente.

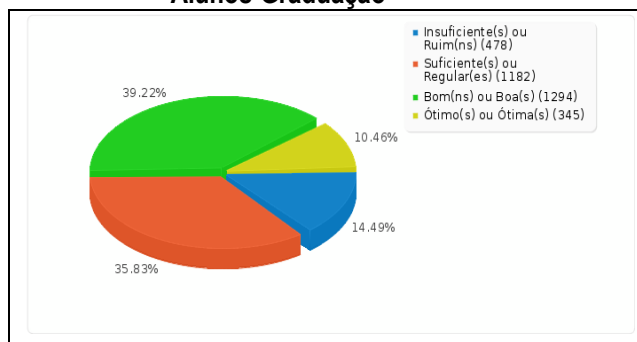
Em 2012, todos os segmentos avaliaram a informatização para consulta do acervo da Biblioteca como boa, o equivalente a 38,4% dos docentes, 38,94% dos alunos da graduação e 51,11% dos estudantes da pós-graduação.

➡ Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...

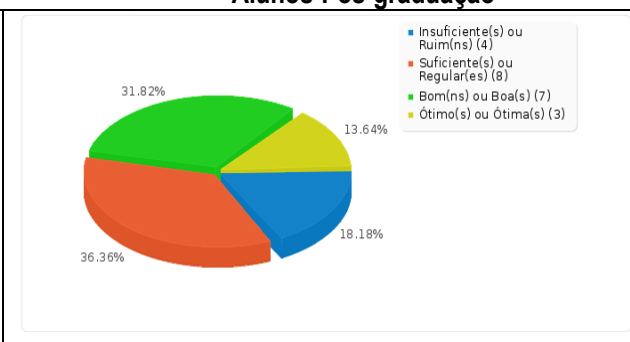
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

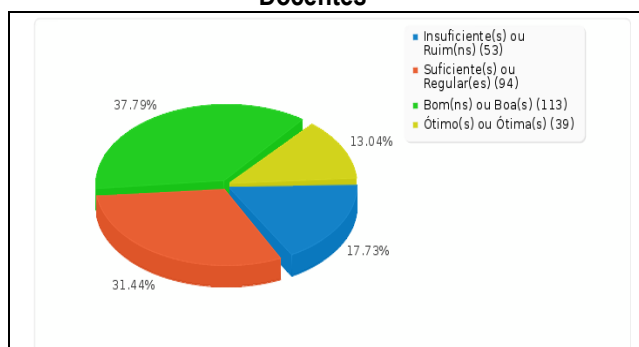


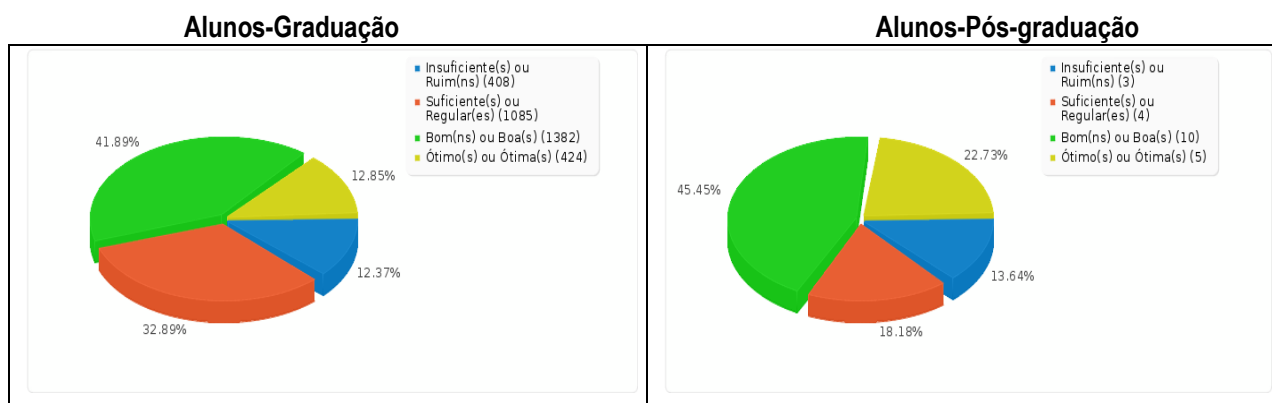
Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 35,79% dos professores e 39,22% dos discentes da graduação consideram que o acervo disponibilizado na biblioteca relativo à bibliografia básica indicada nas disciplinas é bom. Já 36,36% dos alunos da pós-graduação consideram tal quesito suficiente.

Em 2012, 34,6% dos docentes consideraram tal quesito suficiente. Já 38,27% dos alunos da graduação e 46,67% dos discentes da pós-graduação avaliaram tal item como bom.

➡ O tempo de empréstimo do acervo da Biblioteca pode ser considerado....

Docentes





Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 37,79% dos docentes, 41,89% dos alunos da graduação e 45,45% dos alunos da pós-graduação entenderam que o tempo de empréstimo do acervo da biblioteca pode ser considerado bom.

Na avaliação realizada em 2012, novamente, todos os segmentos avaliaram de forma boa o tempo de empréstimo do acervo da biblioteca, o correspondente a 33,84% dos docentes, 41,88% dos alunos da graduação e 57,78% dos discentes da pós-graduação.

Ao analisar os gráficos referentes à biblioteca, observa-se que, no que tange a sua estrutura física e seus serviços, ela foi bem avaliada pelos seus usuários.

a.2) Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins e utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

No item relativo à informação e comunicação, a Instituição vem buscando a adequação e melhoria da infraestrutura de TIC, com vistas a responder, inclusive, às demandas da modalidade EAD.

Além do grande aumento do parque de equipamentos e de serviços de TIC, de modo geral, na Instituição, com ampliação do link de acesso à RedeRio e contratação de novos serviços junto à operadora, é preciso que se assinala a conquista de reconhecimento da Instituição pela RNP e seus pares, a ponto de sua inclusão no anel principal (*backbone*) da Redecomep. Tal rede é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que tem como objetivo implementar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos Pontos de Presença da RNP. O modelo adotado baseia-se na implantação de uma infraestrutura de fibras ópticas própria voltada para as instituições de pesquisa e Educação Superior e na formação de consórcios entre as instituições participantes de forma a assegurar sua autossustentação.

Incluem-se entre as metas discutidas para o PDI 2010-2014 a realização da reforma do CPD da Unidade Sede (Maracanã), conforme prioridade estabelecida em nível da Direção-Geral, na perspectiva de um "Data Center" de rede integrada de comunicação de dados, voz e imagem. Tal reforma, encontra-se em andamento, atualmente, com término previsto para o ano corrente.

Frente à atual realidade do Sistema Multicampi e as metas de atendimento estabelecidas, a diretriz de melhoria da infraestrutura física se coloca com os seguintes objetivos no PDI 2010-2014:

- dotar todas as Unidades de Ensino do Sistema Multicampi de infraestrutura adequada à realização de suas atividades acadêmicas e administrativas;
- disponibilizar, com crescente abrangência e qualidade, os serviços de tecnologia da informação e comunicação para a comunidade acadêmica do Sistema Multicampi;
- expandir a utilização de recursos multimídia em benefício das atividades acadêmicas, inclusive como suporte à Educação a Distância; e
- aprimorar a gestão de serviços de apoio e logística, de modo a atender as novas demandas trazidas pela multiplicação de campi.

O CEFET/RJ vem passando por uma série de reformas em suas instalações. A maioria das salas de aulas foi reformada e climatizada, tendo suas carteiras e quadros substituídos. Algumas salas de aula receberam tratamento acústico. Os auditórios foram reformados e climatizados, tendo seus assentos substituídos e a instalação de novos recursos didáticos. Com relação aos laboratórios, tanto os didáticos quanto os de pesquisa passaram por um processo de reforma e modernização, por meio de obras e aquisição de novos equipamentos, permitindo, assim, bom atendimento aos discentes em relação à quantidade e qualidade dos laboratórios. Além disso, foram criados novos laboratórios de pesquisa.

Para atender às atividades esportivas, a Unidade Sede oferece quadras (coberta e descobertas) em boas condições e piscinas, além de uma academia de ginástica recém-construída. Além disso, existem espaços de convivência que permitem a integração de todo o público da Instituição.

Por meio de convênio firmado com a Fundação CECIERJ/CEDERJ, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, os estudantes dos cursos de EAD do CEFET/RJ dispõem de diversos polos regionais que apresentam as seguintes facilidades:

- salas de estudo;
- microcomputadores conectados à internet com multimeios e videoconferência;
- supervisão acadêmica de especialistas;
- laboratórios didáticos;
- biblioteca;
- recursos audiovisuais (exibição de vídeos, por exemplo);
- seminários para complementação ou suplementação curricular; e
- serviço de distribuição de material didático.

Todas as dependências dos polos são refrigeradas. Os laboratórios de Informática funcionam em rede e encontram-se conectados à internet.

Com relação às bibliotecas, tanto na Unidade Sede quanto nas descentralizadas, o espaço é adequado para atendimento de seus públicos, além de possuírem salas de estudo e de vídeo. A Instituição investe neste aspecto, com constantes atualizações e ampliações feitas através de novas aquisições. Com a implantação do Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, investimento no treinamento de pessoal e implantação de dispositivos eletrônicos, o CEFET/RJ vem modernizando a gestão e controle do acervo, bem como melhorando os serviços de atendimento e controle de suas bibliotecas.

Todos os polos conveniados (CEFET - CECIERJ/CEDERJ) possuem suas próprias bibliotecas com amplo acervo bibliográfico. Apesar disso, o CEFET/RJ, utilizando recursos da UAB, vem continuamente atualizando e ampliando estes acervos com aquisição de diversos livros para melhor atender aos alunos da Instituição.

As tabelas a seguir dão uma visão geral da Instituição com relação ao Ensino Superior presencial. Estas informações ainda não foram atualizadas no Portal da Instituição para apresentar a situação em 2013 e 2014.

Área física total e por Unidade de Ensino Superior do Sistema <i>Multicampi</i> do CEFET/RJ (m²)						
Unidade de Ensino	Área do Terreno		Área Construída		Área Ocupada	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Unidade Maracanã*	34.352	34.352	48.736	58.350	20.671	23.354
UnED Nova Iguaçu	68.700	68.700	7.367	15.913	4.620	4.713
UnED Petrópolis	---	2.239	---	4.973	---	2.215
UnED Nova Friburgo	---	25.314	---	9.938	---	1.933
UnED Itaguaí **	---	8.114	---	3.759	---	2.216
Total	103.052	130.605	56.103	89.174	25.291	32.215

* Inclusive Campus 3 (General Canabarro)

**Unidade em construção ou em obra para funcionamento.

Fonte: DIRAF/DEIEE. dez/2004; dez/2009

Nº de ambientes disponibilizados às atividades acadêmicas das Unidades com Ensino Superior					
Ambientes	Unidade Maracanã*	UnED Nova Iguaçu	UnED Petrópolis	UnED Nova Friburgo	UnED Itaguaí
Salas de aula	72	20	07	13	13
Laboratórios de ensino e oficinas	145	27	03	03	17
Laboratórios de pesquisa	21	-	-	-	01
Salas de Prof./Coord./ Depto.	91	04	03	03	04
Bibliotecas	01	01	01	01	01
Videotecas	01	01	-	-	-
Auditórios	08	01	01	01	01
Quiosques informatizados	01	01	-	-	-
Salas da Direção	07	01	01	01	01
Secretaria	11	01	01	01	01
Infraestrutura de TIC	15	01	01	01	01
Áreas de ativ. administrativas	159	05	03	01	05
Cantinas	01	01	-	01	01
Refeitórios	01	-	-	-	-
Assistência Médico-Odontológica	04	02	-	-	-
Piscinas	01	-	-	-	-
Quadras cobertas	01	-	-	-	-
Quadras descobertas	03	02	-	-	-
Ginásios poliesportivos	01	-	-	-	-
Campos de futebol	-	01	-	-	-

Pistas de atletismo	01	-	-	-	-
Posto bancário	02	-	-	-	-
Livraria e papelaria	01	-	-	-	-

* Inclusive Campus 3 (General Canabarro)

**Os dados correspondem ao projeto em construção.

Fonte: DEIES e Unidades de Ensino, dez/2009.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

A Instituição vem investindo em uma série de obras nos campi novos e de reformas nas instalações da Unidade Sede, que é mais antiga. Boa parte das salas de aulas já foi reformada e climatizada, tendo suas carteiras e quadros substituídos. Os auditórios também foram reformados e climatizados, tendo seus assentos substituídos e a instalação de novos recursos didáticos. Com relação aos laboratórios, tanto didáticos quanto de pesquisa, uma parte passou por um processo de reforma e modernização, por meio de obras e aquisição de novos equipamentos. No entanto, sabe-se que boa parte desses laboratórios ainda necessita de maiores investimentos.

Na avaliação obtida pelos questionários, a biblioteca, tanto na sua estrutura física quanto nos seus serviços, foi, de forma geral, bem avaliada pelos seus usuários.

b.2) Fragilidades

A pesquisa realizada por meio dos questionários e entrevistas apontou alguns pontos significativos de insatisfação que merecem ser cuidadosamente levados em conta nas tomadas de decisões. Tais itens são referentes à(s)/ao(s):

- opções de alimentação disponíveis;
- opções de estacionamento disponíveis para alunos. Neste quesito, os alunos apresentaram os maiores índices de insatisfação;
- serviço de reprografia (xerox) disponibilizado;
- apoio de pessoal administrativo para os cursos; e
- tempo levado para a catalogação dos livros comprados para a biblioteca.

c) Ações com base na análise

Considerando todo o contexto mencionado, a CPA considera importante:

- Continuar a reforma nas instalações, de maneira a atingir a totalidade das salas de aulas e a adequação aos portadores de necessidades especiais.
- Garantir os investimentos em laboratórios, softwares educacionais e computadores.
- Continuar os investimentos relativos ao acervo da biblioteca.

- Traçar estratégia para agilizar o processo de catalogação dos livros comprados para a biblioteca e a informatização para a consulta.
- Analisar alternativas para atender à comunidade acadêmica com relação aos quesitos serviços de alimentação e de reprografia, de forma que tais serviços não sejam interrompidos entre a saída de uma empresa prestadora de serviços e a entrada de outra.
- Verificar opções de estacionamento nas redondezas e a possibilidades de convênios para atender à comunidade acadêmica neste quesito.
- Analisar as demandas de técnico-administrativos de auxílio aos cursos.

4.1 – Análise dos Dados e das Informações

4.2 – Ações com Base na Análise

Este relatório apresenta os dados e as informações referentes a cada dimensão estabelecida no art. 3º da Lei Nº 10.861 e o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

No final de cada dimensão, pode ser encontrada uma síntese da análise dos dados e das informações. São apresentadas também as ações previstas a partir da análise desses dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição. Para uma melhor compreensão do diagnóstico da instituição, assim como dos avanços e dos desafios a serem enfrentados, deve-se reportar, portanto, ao final de cada dimensão.

A Comissão Própria de Avaliação, após a análise das informações coletadas e processadas relativas às dez dimensões previstas por lei, elaborou esse relatório, encaminhado à diretoria e ao INEP, que identifica fragilidades e potencialidades da Instituição, assim como apresenta análises, críticas e sugestões. Tais informações merecem ser cuidadosamente examinadas e consideradas nas tomadas de decisão, sempre que pertinentes. Os resultados obtidos também serão divulgados na forma de seminários e colocados no *site* da Instituição.

O processo de avaliação interna ou autoavaliação, iniciado com a CPA instituída em 2004 e continuado com o empenho da CPA atual, busca contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade por parte da Instituição. Tal processo forneceu uma visão ampla e também detalhada do desempenho do CEFET/RJ no cumprimento de suas funções enquanto Instituição pública na oferta da Educação Superior. Esse retrato da Instituição é fundamental e oferece elementos que podem orientar nas tomadas de decisão. Neste contexto, é essencial o comprometimento de toda a comunidade acadêmica para validar o processo. Vale observar também que a avaliação não deve ser considerada completa nem definitiva, pois o processo de avaliação interna é um processo cíclico. A continuidade do processo é fundamental para aprofundar os aspectos revelados e verificar a evolução institucional.

Rio de Janeiro, março de 2015.

Comissão Própria de Avaliação

6. Bibliografia Consultada

- AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL – CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – CONAES. **Nota Técnica Nº 065: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.
- BRASIL – SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, maio de 2012.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, março de 2015.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2014.
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2009** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço <http://portal.cefet-rj.br/files/avaliacao/CPA-Aval-Inst-2009.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2010** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011. Disponível no endereço <http://portal.cefet-rj.br/files/avaliacao/CPA-Aval-Inst-2010.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2011** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2012. Disponível no endereço <http://portal.cefet-rj.br/files/avaliacao/CPA-Aval-Inst-2011.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2012** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2014. Disponível no endereço <http://portal.cefet-rj.br/files/avaliacao/CPA-Aval-Inst-2011.pdf>
- CEFET/RJ – **CEFET/RJ em números**. In: <http://portal.cefet-rj.br/a-instituicao/cefetrj-em-numeros.html>
- CEFET/RJ - **Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2010**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010.
- CEFET/RJ - **Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2011**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011.
- CEFET/RJ - **Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2012**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2012.
- CEFET/RJ - **Plano de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos 2012**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2013/2014.

CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação.** Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/rh/capacitacao/plano_pcctae.pdf. Acessado em 29/07/2010.

CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2005-2009.** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2005. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/desenvolvimento/pdi/pdi_2005_2009.pdf

CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2014.** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/desenvolvimento/pdi/2010_2014/pdi_edicaoPublicada.pdf

CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2011 (DIRAP).** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2012.

CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2012 (DIRAP).** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2013.

CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2013 (DIGES).** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2014.

CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional – PPI 2010.** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://blog.cefet-rj.br/ppi/wp-content/uploads/2010/12/PPI-final-03_12_2010-1.pdf

CEFET/RJ - **Regulamento da Avaliação de Desempenho Para Fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos Docentes do CEFET/RJ.** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço <http://portal.cefet-rj.br/cppdcefetrj/progressao>

CEFET/RJ - **Regulamento da Avaliação de Desempenho Para Fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos Docentes do CEFET/RJ (atualizado).** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2014. Disponível no endereço <http://portal.cefet-rj.br/cppdcefetrj/progressao>

CEFET/RJ - **Quarto Relatório Trimestral de Atividades 2010 da Coordenadoria de Estágio e Emprego – (COEMP).** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011.

CEFET/RJ - **Relatório de Gestão (DIPPG) – 2007-2011.** Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011.

COELHO, Ildu Moreira. **Avaliação institucional na universidade Pública.** In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, v. 2, nº 3, set, 1997.

CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet.** Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa.** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior.** São Paulo: Editora Vozes, 2000.

DURAM, E. R. e SCHUARTZMAN, S. (Org.) **Avaliação do Ensino Superior.** São Paulo, EDUSP, 1992.

FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica.** Florianópolis: Insular, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** 6ª. ed., Porto Alegre, Educação e Realidade, 1992.

IANNONE, L. R. **Avaliação institucional**: relato de uma experiência. In: CAPELLETTI, Isabel (Org.). Avaliação educacional: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 1999.

JACOBSEN, A. L. **Avaliação Institucional em Universidades**. Florianópolis, Papa-Livro, 1996.

LEITE, D., TUTIKIAN, J, HOLZ, N. **Avaliação e Compromisso**. Construção e Prática da Avaliação Institucional em uma Universidade Pública. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

MEC/INEP/SINAES/DAES – **Manual dos Indicadores de Qualidade 2011**. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2011.

MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica Nº029 de 15/10/2012**. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2012.

MOREIRA, D. A. (Org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2000.

NEY, A. **Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

PICCOLI, C.P, SOUZA, R., DALBON, A.C.S. (Org.) **Autoavaliação Institucional**. Rio Grande: FURG, 2007.

RAPHAEL, H.S., CARRARA, K. **Avaliação sob Exame**. Campinas: Ed. Autores Associados & FAPESP, 2002.

Anexo A

- Questionário aplicado aos alunos
- Questionário aplicado aos docentes
- Questionário aplicado aos técnico-administrativos